MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 37.2021.ASCOM.0628178.2021.007178

Exmo. Sr.

Dr. Géber Mafra Rocha

Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

SUBADM - MPAM

Manaus - Am

Assunto: GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o, faço uso do presente para apresentar uma das soluções de informação que fazem parte da implementação da Comunicação do Ministério Público do Estado do Amazonas.

No diálogo do Órgão com a sociedade amazonense, temos como um dos interlocutores a mídia OFF e ON. Isso importa na maneira com que a comunicação, criada pela Instituição, chegará ao seu público alvo principal: o povo.

A comunicação é a representação do MPAM frente à população. Compreendendo o propósito da Comunicação, faz-se necessária a Gestão da Informação. Trata-se de um enorme desafio para os Profissionais da ASCOM. Com a multiplicidade cada vez maior de plataformas disponíveis e, principalmente, com uma atuação mais ativa das pessoas nas redes, a Administração Pública se vê obrigada a monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor o público, gerir a sua imagem, mensurar o comportamento popular sobre suas ações e, o mais importante, expor os resultados.

A visão da atual gestão da ASCOM é promover estratégias efetivas de comunicação, para estabelecer uma interação positiva e saudável entre o Órgão e o público interno (membros, servidores e colaboradores) e toda a sociedade.

Sendo assim, é preciso acompanhar a abordagem dadas nas matérias jornalísticas e o impacto da repercussão junto ao "*Target*" estabelecido. A solução para termos a Gestão da Informação é o "Clipping Jornalístico".

CONCEITO

Clipping é um processo que consiste no monitoramento constante de matérias jornalísticas, para que sejam coletadas aquelas que fazem menção ao Órgão. Com essas informações devidamente organizadas, é possível elaborar relatórios que auxiliem o MPAM a disseminar informações de forma mais planejada, além de serem fundamentais para toda a gestão da informação. Dessa forma, é possível o conhecimento de qualquer tipo de veiculação relacionada a Instituição, logo, acompanhe o desempenho das ações da ASCOM.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE INFORMAÇÕES

A implementação da Gestão da Informação é feita por meio de plataforma tecnológica, com as seguintes propriedades:

Clipping:

- Solução de monitoramento de notícias - on line e off line;

Relatório com "palavra-chave";

- Classificação de assuntos;
- Alertas do monitoramento via e-mail;

Mailing:

- Banco de dados da Imprensa Local e Nacional, com devidas atualizações, a partir de 90 editorias;

CRM:

- Relationship Management da imprensa/mídia;

Ferramenta de Insterface:

- Disparo de conteúdo para o mailing total da ferramenta;

Diante do exposto, solicito, a aquisição da plataforma para estabelecermos o Gerenciamento de Informações.

Reitero à V. Ex.a. enorme estima e agradeço toda atenção e presteza dispensadas.

Cordialmente,

Daniela Bragança
Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 30/04/2021, às 18:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0628178** e o código CRC **983655F1**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 204.2021.01AJ-SUBADM.0628805.2021.007178

Tratam os autos de procedimento interno iniciado pelo Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, solicitando autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Desta feita, para que os autos possam prosseguir ao regular processo de contratação, faz-se necessário a propositura de Termo de Referência, contendo, por exemplo, a especificação do objeto, fundamentação e benefícios ao Ministério Público, obrigações da contratante e da contratada, sanções administrativas, etc, de maneira a subsidiar a pesquisa de preços e demais procedimentos que se mostrarem imprescindíveis.

À ASCOM para o complemento das informações.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 03 de maio de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 03/05/2021, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0628805** e o código CRC **08B79874**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.ASCOM.0629110.2021.007178

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça C.N.P.J.: 04.153.748/0001-85 ENDEREÇO: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, AM. CIDADE: Manaus U.F: AM CEP: 69.037-473. DDD/FONE: (0XX92) 3655-0500 / DDD/FAX: (0XX92) 3655-0763

2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 Como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Amazonas necessita dos serviços ora solicitados, a fim de monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor a população, gerir e fortalecer a sua imagem e reputação. Mensurar, ampliar e engajar seu relacionamento com a sociedade, o comportamento popular sobre suas ações e expor os resultados.

2.2 Os serviços solicitados estão alinhados ao macro objetivo estabelecido no Plano Estratégico MP-AM 2017-2027.

2.3 Os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

3 PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

4 DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1 Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma;

4.1.2 Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias.

4.1.3 CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.

4.1.4 Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail.

4.1.6 A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM.

4.1.7 A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, observando estritamente as especificações indicadas.

5.2 Apresentar proposta especificando o valor fixo mensal dos serviços a serem executados.

5.4 As empresas licitantes ficarão obrigadas a apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado o serviço pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, especialmente, relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações.

5.5 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente Termo de Referência.

5.6 Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha ocasionar a não-prestação do serviço. Deve a CONTRATADA avisar sobre esse incidente no máximo até 24h antes.

5.9 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.11 Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a CONTRATANTE ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Termo de Referência, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

5.12 Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.13 Na falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser

convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.

5.14 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.16. Interlocutor da CONTRATADA estabelecido sendo responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;

5.17. Obriga-se a CONTRATADA a cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Designar, e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

6.3 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto da fatura/nota fiscal pela fiscalização do contrato.

6.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas. Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à CONTRATADA na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;

6.6 Manter com a CONTRATADA relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste Termo.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

7.2 Caso não esteja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

7.2.2 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000 SETOR DE CADASTRO

7.3 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

7.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos

como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço do serviço especificado neste termo.

9 DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE:

Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores.

10 – SOLICITAÇÃO/ ELABORAÇÃO

Manaus – AM, / maio /2021

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 04/05/2021, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0629110** e o código CRC **45AA5BE5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PROPOSTA DE PREÇO Nº 2.2021.ASCOM.0630043.2021.007178

Corroborando com o processo 2021.007178 disponibilizamos em anexo uma apresentação e proposta da empresa "Comunique-se" para fortalecer a pesquisa de preços do serviço solicitado.

Documento assinado eletronicamente por **Hirailton Gomes do Nascimento**, **Agente de Serviço - Administrativo**, em 05/05/2021, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0630043** e o código CRC **7DF8EBA5**.

Comunique-se 360

A solução completa para sua comunicação

- O Comunique-se 360 é um software que ajuda profissionais de comunicação e marketing a atingirem mais facilmente seus resultados;
- Em uma abordagem multi públicos, nunca foi tão fácil conectar sua marca aos seus stakeholders;
- A plataforma ideal para impulsionar sua comunicação em uma visão 360º, por meio de uma tecnologia transformadora, capaz de aumentar a produtividade, reduzir custos e gerar mais resultados;
- Desenvolvemos uma solução para mostrar que existe uma maneira melhor de fortalecer a imagem e reputação da sua marca, engajar e ampliar o relacionamento com seus públicos e ainda obter as informações necessárias para expandir seu negócio. Tudo em um único lugar.

A quem se destina



Assessoria de Imprensa



Comunicação Corporativa



Relações Públicas



Comunicação Interna



Marketing



Órgãos Públicos

Comunicação 360º

Multi Públicos

Gerencie sua comunicação interna e externa em um só lugar.

Dashboard da comunicação

Faça a gestão da sua comunicação em alguns cliques.

Relacionamentos

Construa e acompanhe o relacionamento com seus públicos.

Campanhas

Crie e-mails e newsletters de alto impacto sem depender de ninguém.

Jornalistas

Acesse nossa base atualizada de jornalistas em nível nacional.

Clipping

Monitore notícias online e offline e gere relatórios personalizados.

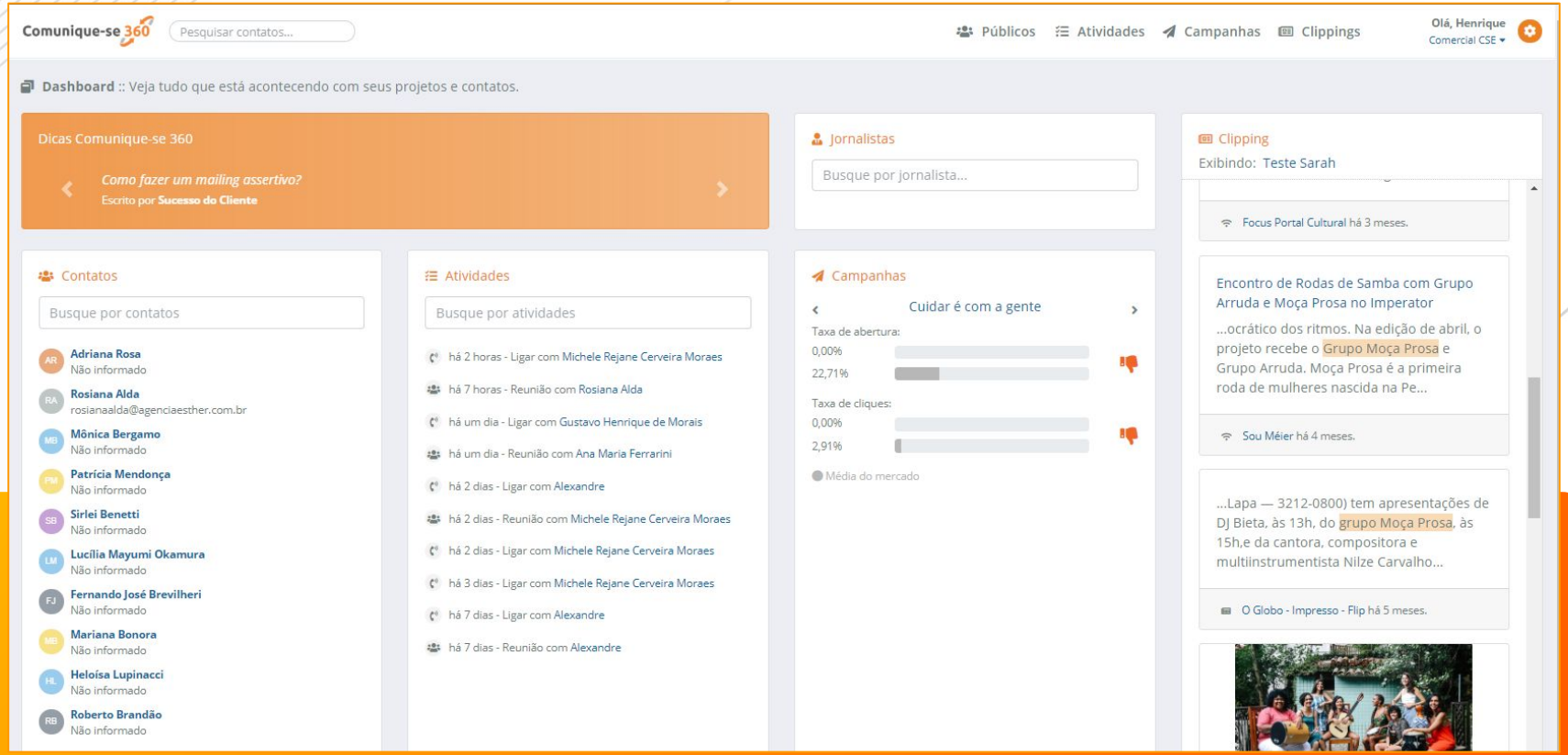
Dashboard

- Tenha uma **visão geral** de sua comunicação com todos seus públicos:
- Em poucos cliques, **crie mailings** e encontre seus contatos cadastrados;
- Veja quais as próximas tarefas da sua lista;
- Acompanhe o **resultado** de suas últimas campanhas;
- Acesse rapidamente as principais notícias monitoradas, **online e offline**.



O Comunique-se 360 tem o propósito de **conectar sua marca** aos seus públicos.

Tela Inicial - Dashboard



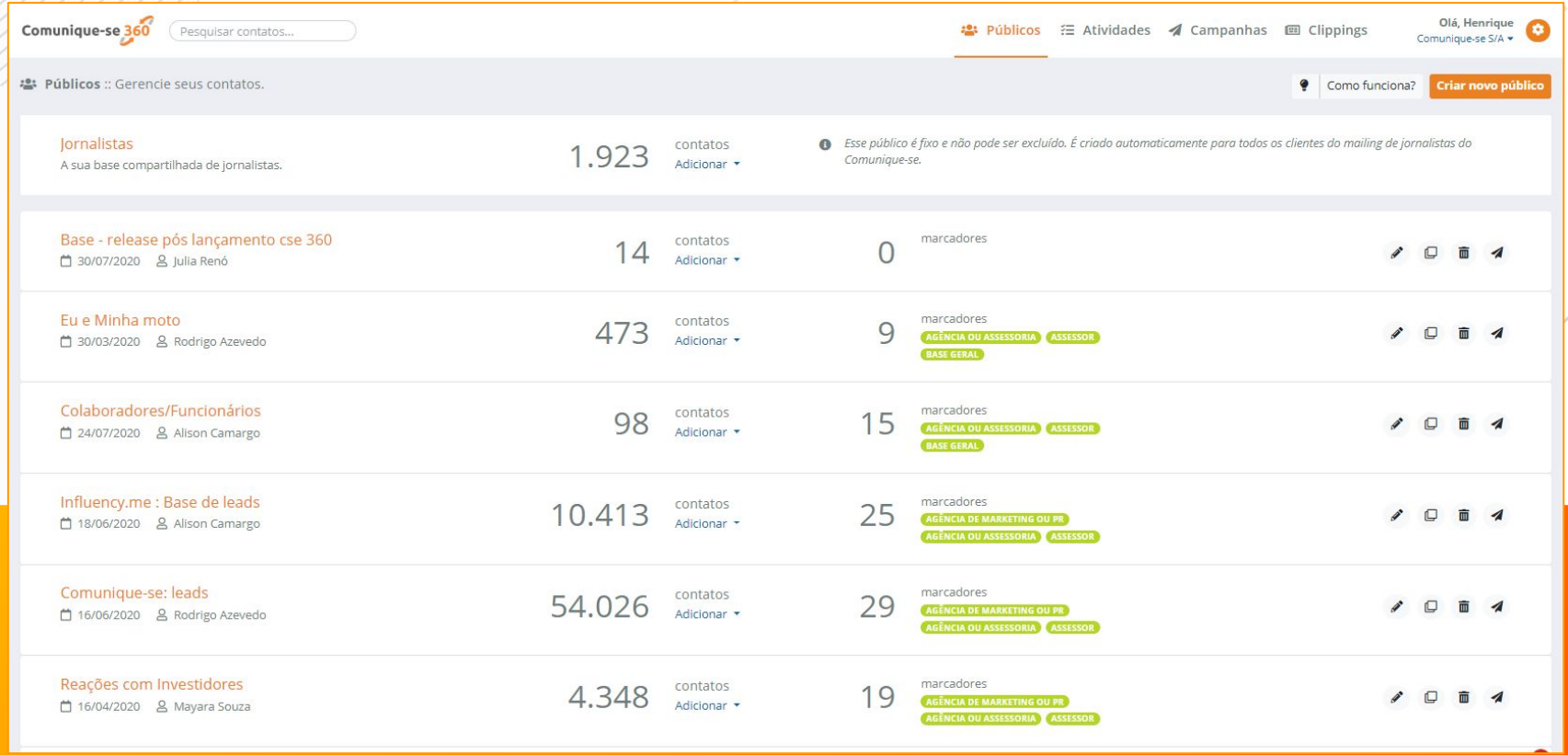
Públicos

- Relacione-se com todos os seus públicos: **jornalistas, clientes**, **colaboradores,** etc.;
- Administre tudo em **um só lugar**;
- Obtenha informações e **estatísticas** valiosas sobre a comunicação com cada um de seus públicos;
- Categorize seus públicos facilmente por meio de **marcadores**;
- Visualize todo histórico com cada público em uma **timeline de relacionamento**.



Público é o **universo de contatos** com quem você se relaciona.

Públicos - Lista e marcadores



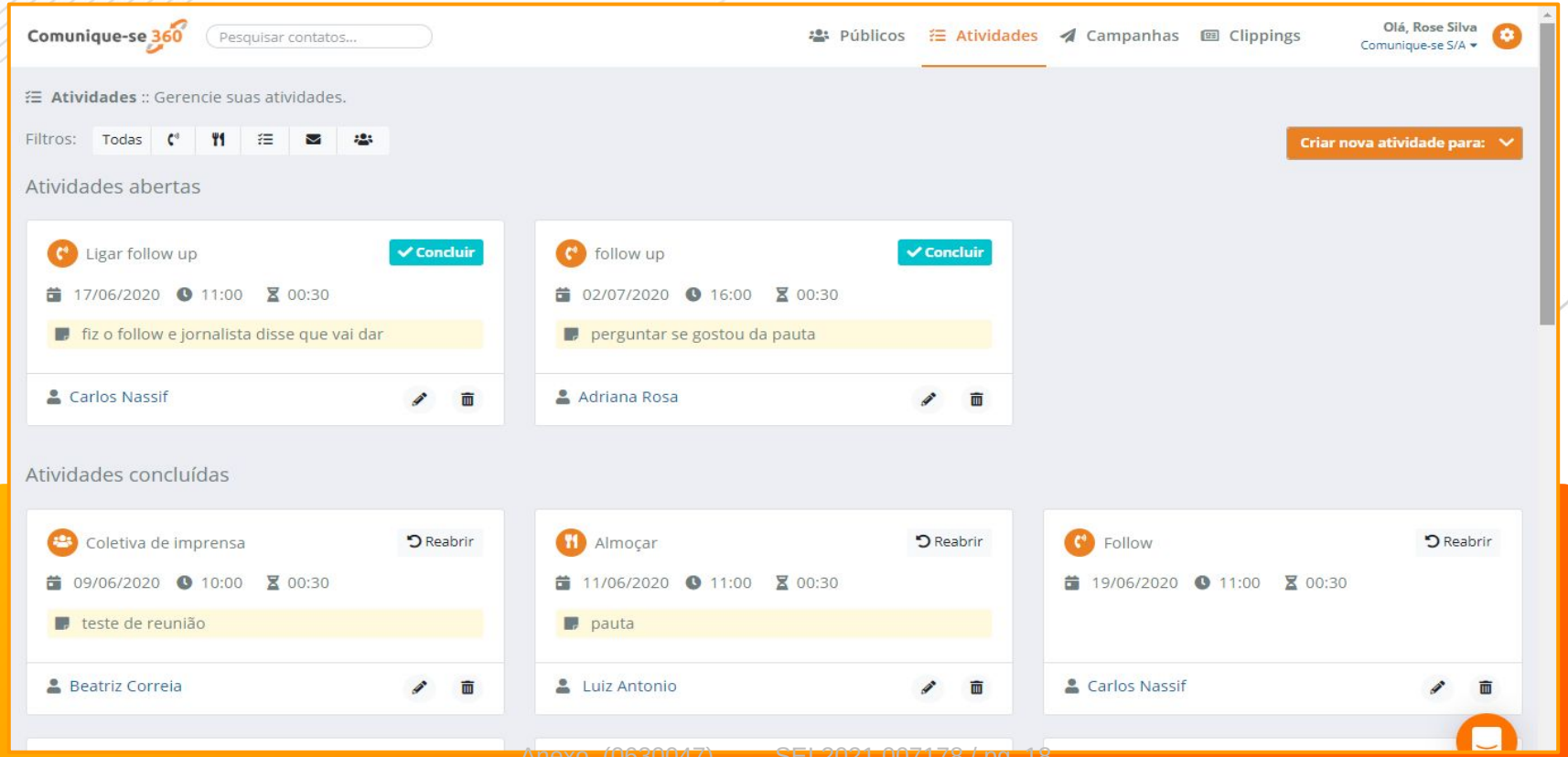
Atividades

- As pessoas mudam de lugar, os **relacionamentos ficam**: mantenha relacionamento com seus diversos públicos;
- Registre atividades, reuniões, follow ups e **seja lembrado** de suas pendências;
- Acompanhe as atividades e **produtividade** de seu time;
- Gerencie todos os seus **relacionamentos** e públicos no mesmo ambiente.

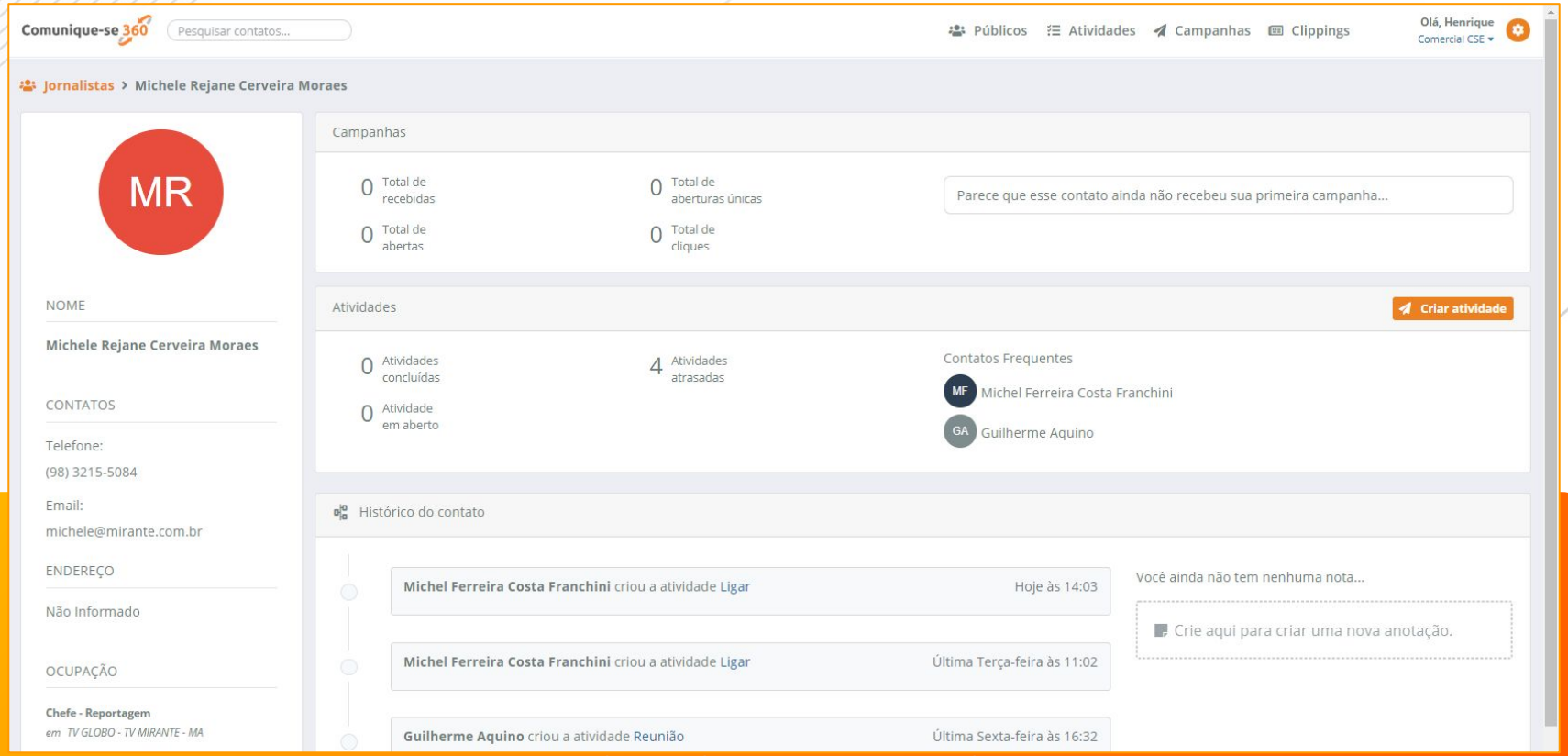


Relacionamentos são um **ativo da marca**. Sinta isso se desenvolver e fazer diferença nos resultados.

Atividades - Gestão



Atividades - Timeline de relacionamento



Jornalistas

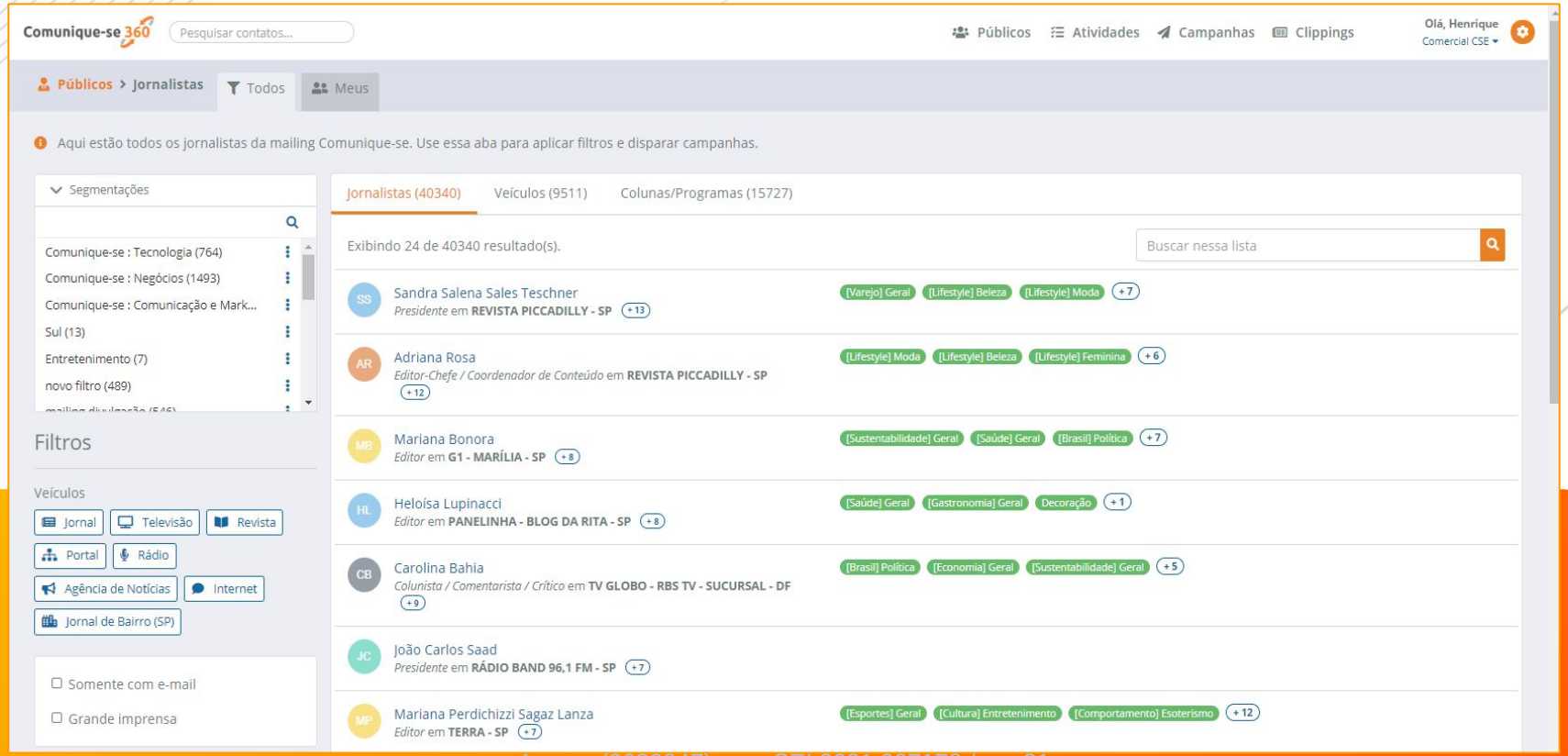
- Base com mais de **40 mil jornalistas**, nível nacional e atualização garantida;
- Segmentação por **editoria**, tipo de **veículo**, **região** e **cargos**;
- Veja o resultado do mailing **em tempo real**, à medida que aplica os filtros e ganhe tempo;
- Tenha todas suas segmentações salvas e disponíveis a poucos cliques, com a liberdade de editá-las sempre que necessário.



Uma das maneiras mais poderosas de gerar credibilidade de marca é por meio de mídia espontânea.

O Cse 360 ajuda a divulgar sua marca ou de seus clientes junto à imprensa.

Jornalistas - Segmentação



Campanhas

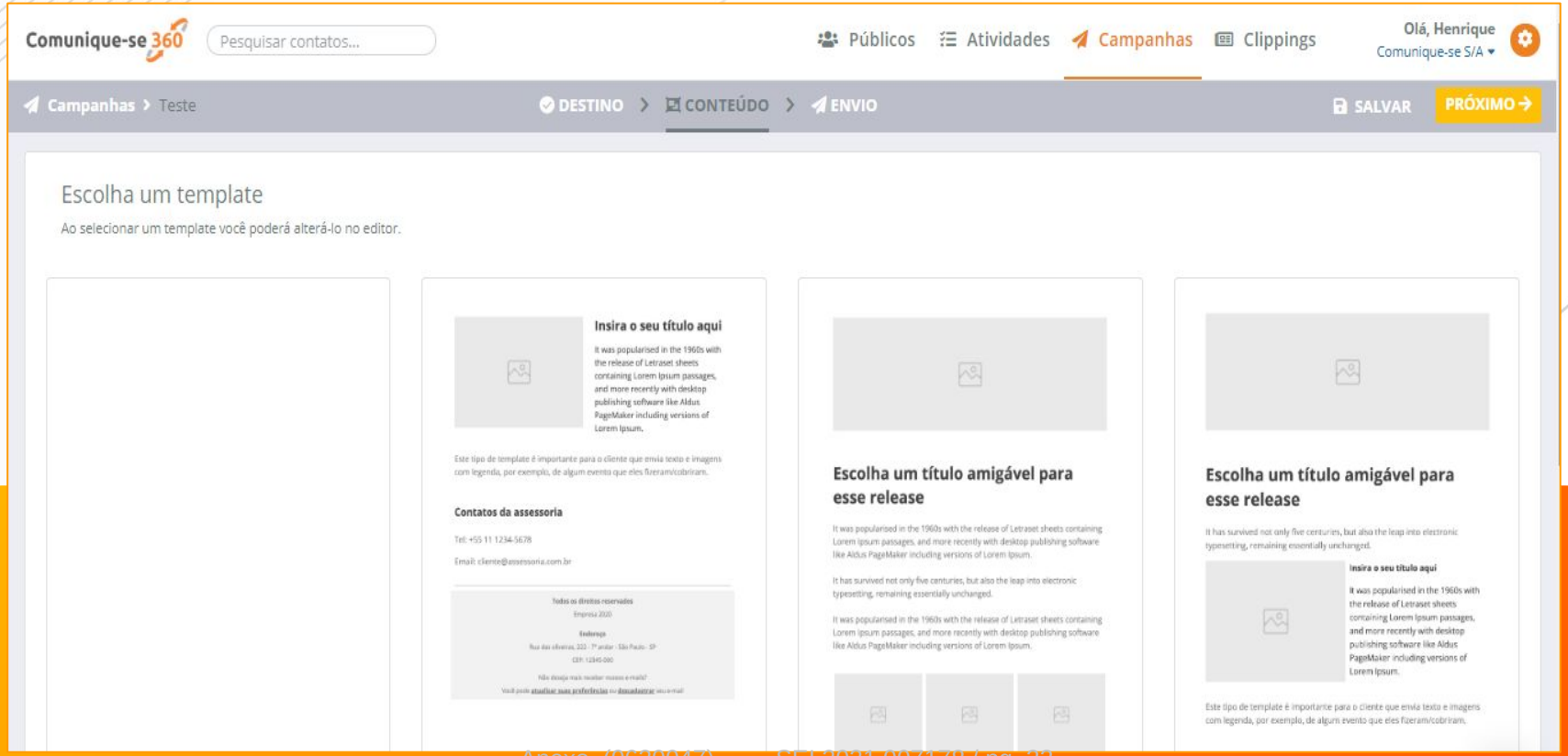
- Crie facilmente **templates atraentes** que chamarão a atenção dos seus públicos para o assunto que você quer comunicar;
- Faça seus envios por meio de **servidores dedicados**, que evitarão que seu e-mail caia em spam;
- Garanta **melhoria contínua**, analisando os **relatórios** de cada envio e entendendo o que aconteceu com cada um deles;
- Obtenha maior resultado no envio de releases, priorizando seus follow ups naqueles contatos que mais abriram seu e-mail.



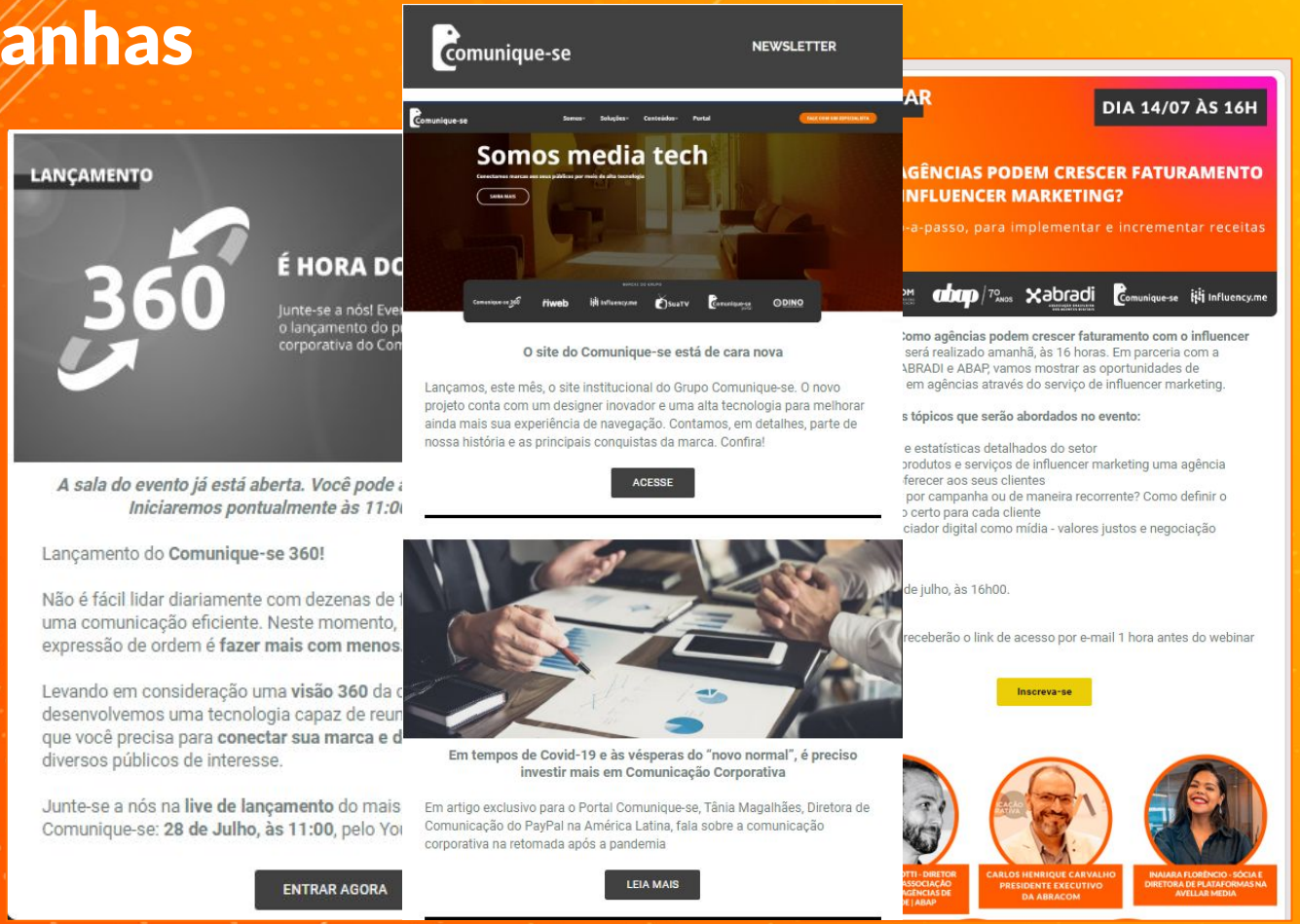
Comunicação não é apenas o que você escreve, mas o que seu público compreende.

O C-se 360 te ajuda a ter uma comunicação de alto impacto.

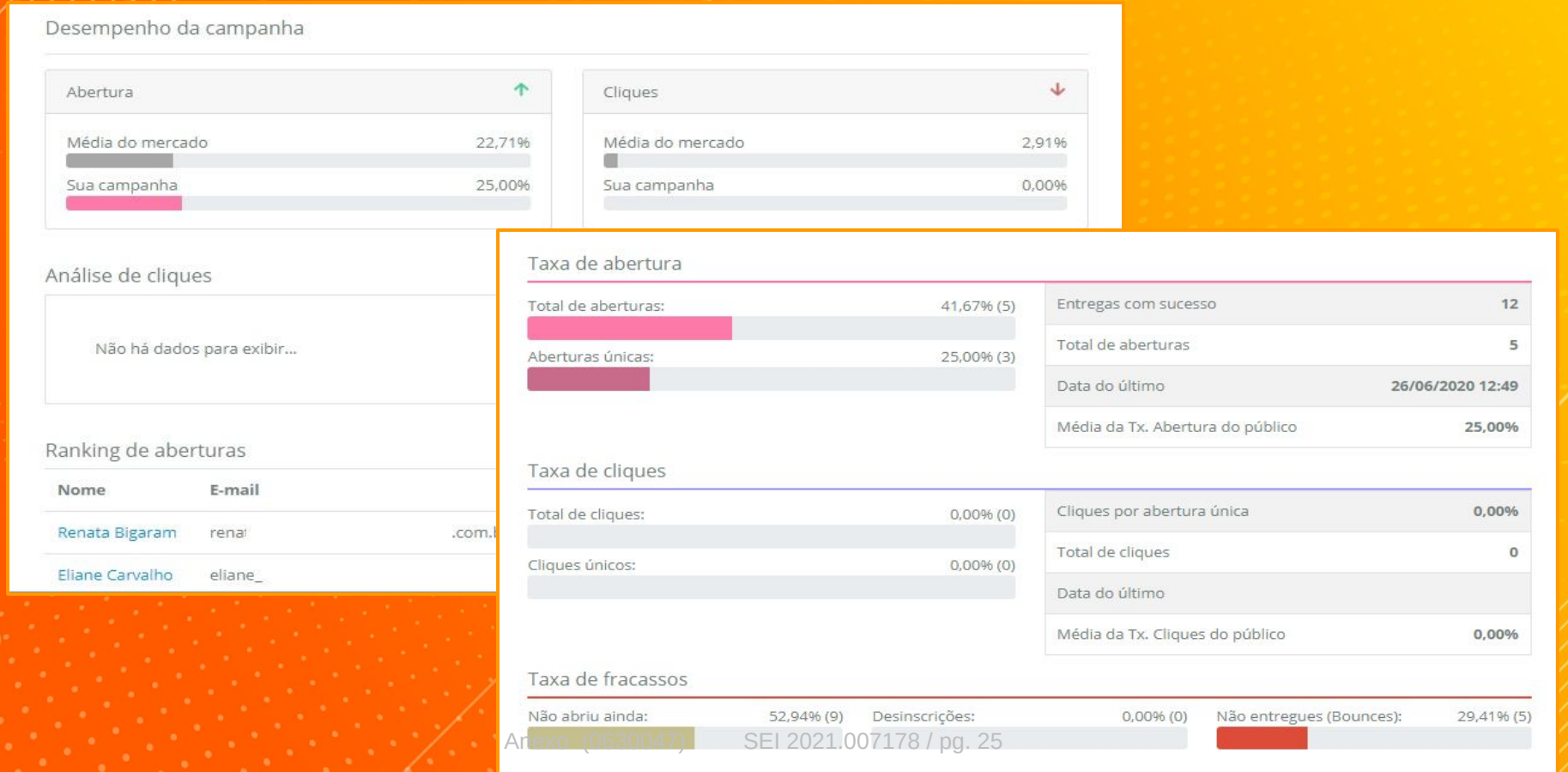
Campanhas - Templates personalizáveis



Campanhas


LANÇAMENTO
360
Lançamento do Comunique-se 360!
ENTRAR AGORA
comunique-se
NEWSLETTER
Somos media tech
O site do Comunique-se está de cara nova
Lançamos, este mês, o site institucional do Grupo Comunique-se. O novo projeto conta com um designer inovador e uma alta tecnologia para melhorar ainda mais sua experiência de navegação. Contamos, em detalhes, parte de nossa história e as principais conquistas da marca. Confira!
ACESSE
Em tempos de Covid-19 e às vésperas do "novo normal", é preciso investir mais em Comunicação Corporativa
Em artigo exclusivo para o Portal Comunique-se, Tânia Magalhães, Diretora de Comunicação do PayPal na América Latina, fala sobre a comunicação corporativa na retomada após a pandemia
LEIA MAIS
DIA 14/07 ÀS 16H
INFLUENCER MARKETING?
Como agências podem crescer faturamento com o influencer
Inscreva-se
CARLOS HENRIQUE CARVALHO
PRESIDENTE EXECUTIVO
DA ABRACOM
INAIARA FLORÊNCIO - SÓCIA E
DIRETORA DE PLATAFORMAS NA
AVELLAR MEDIA

Campanhas - Relatório



Desempenho da campanha

Abertura

Média do mercado 22,71%

Sua campanha 25,00%

Cliques

Média do mercado 2,91%

Sua campanha 0,00%

Análise de cliques

Não há dados para exibir...

Ranking de aberturas

Nome	E-mail
Renata Bigaram	rena .com.b
Eliane Carvalho	eliane_

Taxa de abertura

Total de aberturas: 41,67% (5)

Aberturas únicas: 25,00% (3)

Entregas com sucesso	12
Total de aberturas	5
Data do último	26/06/2020 12:49
Média da Tx. Abertura do público	25,00%

Taxa de cliques

Total de cliques: 0,00% (0)

Cliques únicos: 0,00% (0)

Cliques por abertura única	0,00%
Total de cliques	0
Data do último	
Média da Tx. Cliques do público	0,00%

Taxa de fracassos

Não abriu ainda: 52,94% (9)

Desinscrições: 0,00% (0)

Não entregues (Bounces): 29,41% (5)

Clipping

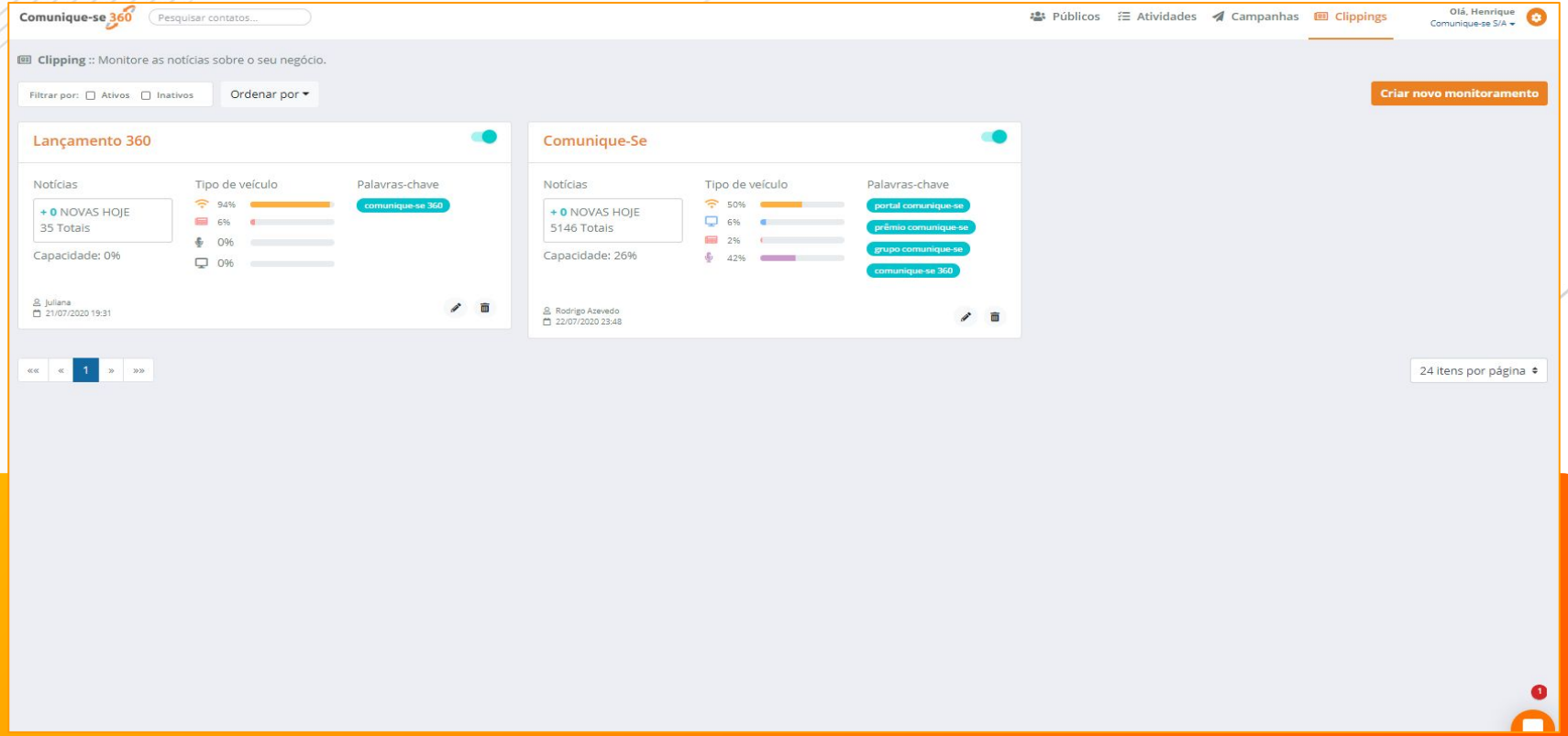
- Tenha acesso a **tudo que saiu na mídia** sobre as expressões que você precisa monitorar nos veículos de comunicação, em todos os canais: online, TV, rádio e impresso;
- Crie **alertas automáticos** com as últimas notícias sobre suas expressões monitoradas;
- Adicione novas expressões com poucos cliques e **comece a monitorar na hora**;
- Gere **relatórios personalizados** num piscar de olhos para apresentar os resultados das notícias monitoradas.



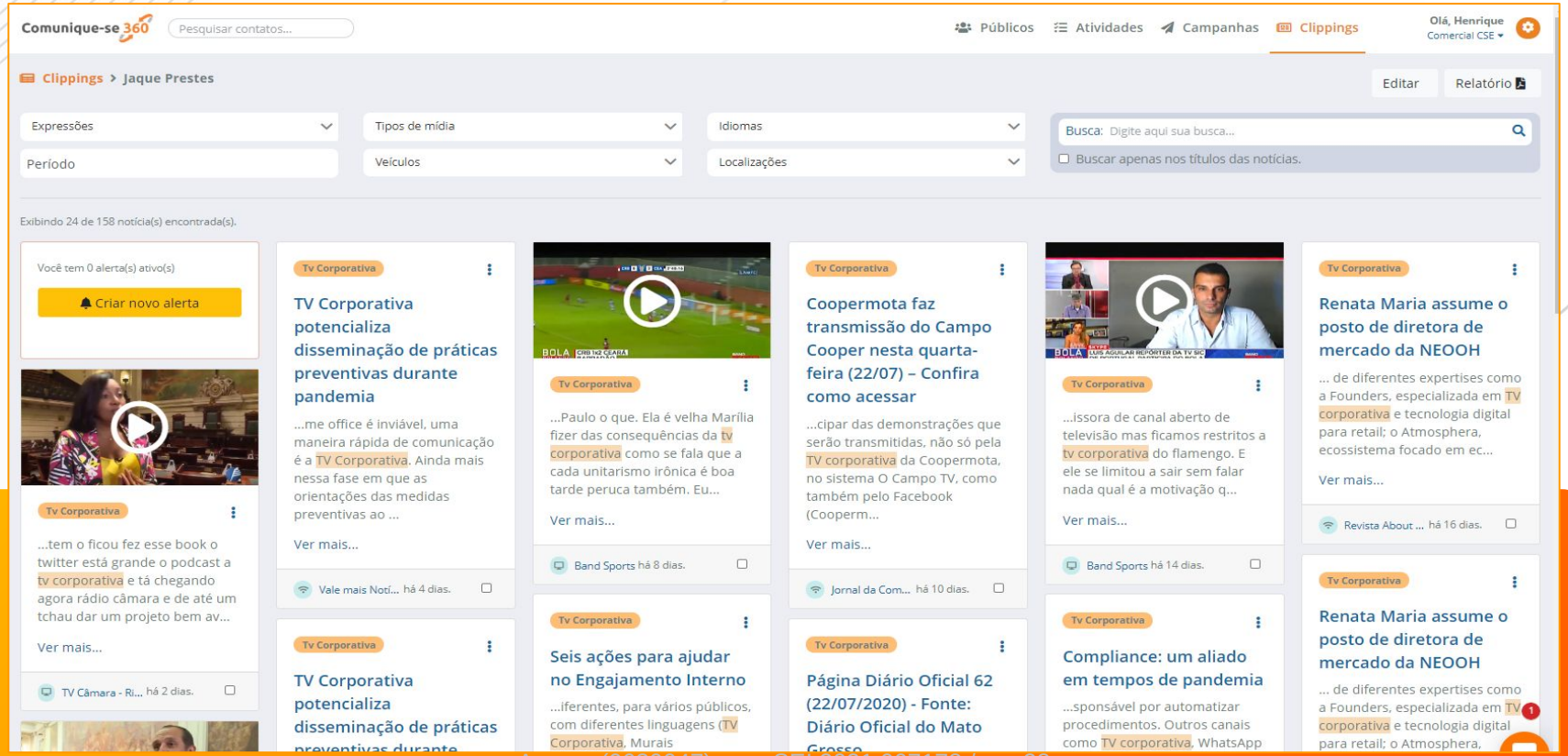
Na era da informação seja o primeiro a saber, afinal, informação é poder.

Nunca foi tão fácil gerenciar e monitorar reputação da marca na mídia.

Clipping - Dashboard de monitoramentos

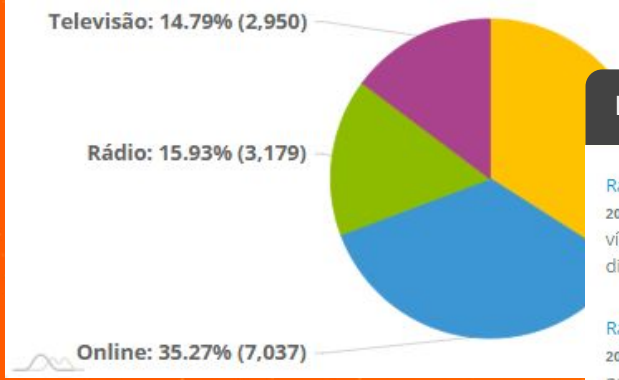


Clipping - Notícias monitoradas



Clipping - Relatório

Notícias por tipo de mídia



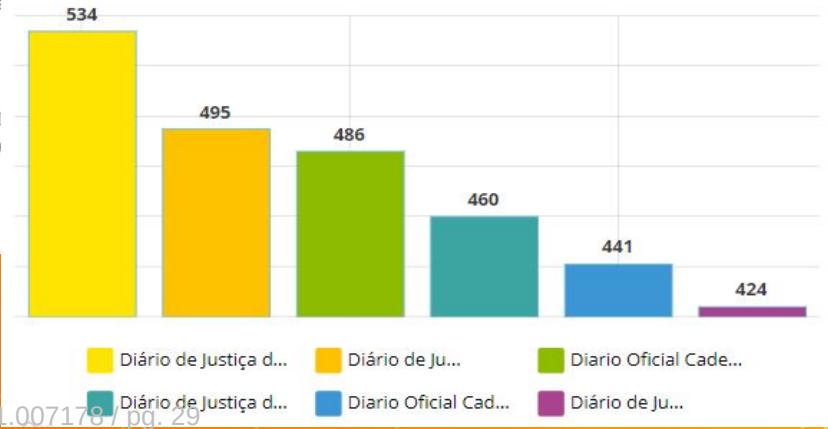
Lista de notícias resumidas

Rádio Trans Mundial (São Paulo)
20/04/2020 03:04
vírgula nove rádio vila nova de Tonantins Amazo
difusora Osasco São Paulo fm cento e um vírgula

Rádio Cultura AM (930 AM - Curitiba)
20/04/2020 02:49
precisos e saluzzo nome. Não se ão no mínimo.
olhe Gerald que o mundo e na índia em Osasco

...

Veículos que mais publicaram



O relacionamento com seus públicos é o coração da comunicação. Conecte-se com todos eles no Comunique-se 360!

Comunique-se 360
Grupo Comunique-se
(11) 3897-0855
vendas@comunique-se.com.br
Av. Pedroso de Morais, 251, cj 91 e 92
São Paulo / SP

Comunique-se 360

A solução completa para sua comunicação

Prezados,

Conforme solicitado, envio aqui a proposta final do projeto Comunique-se 360, nossa plataforma que irá impulsionar sua comunicação em uma visão 360º, por meio de uma tecnologia transformadora, capaz de aumentar a produtividade, reduzir custos e gerar mais resultados.

Desenvolvemos uma solução para mostrar que existe uma maneira melhor de fortalecer a imagem e reputação da sua marca, engajar e ampliar o relacionamento com seus públicos e ainda obter as informações necessárias para expandir seu negócio. Tudo em um único lugar.

Nossas soluções são adotadas por mais de 1.000 parceiros, dentre assessorias de imprensa, agências de comunicação, órgãos governamentais e empresas de diversos segmentos que utilizam o Comunique-se 360 para a gestão de toda sua comunicação.

PROPOSTA COMERCIAL

Logins Número de usuários,cadastrados e autorizados para acessar a plataforma.	**05 (Cortesia)**
Mailing Sistema para criação de segmentações no maior banco de dados jornalístico, com mais de 40.000 contatos organizados em 108 editorias.	**40.000 Mil**
CRM Gestor de Relacionamentos Solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes	**1.000 (Cortesia)**
Distribuidor de e-mail. usado para envio de releases ou e-mail, marketing ou newsletter.	**200.000 Mil**
Clipping Solução para monitoramento **online** e **Offline** de notícias. Possibilidadede gerar relatórios por palavra-chave,classificar e receber alertas programados por e-mail.	**30 Expressões**
Valor total - Tabela	**R$ 4.409,00 Mês**
Desconto %	**16%**
Valor total - Final	**R$ 3.700,00 Mês**

Investimento



Ganhos adicionais em ser nosso parceiro

Nós atuamos com flexibilidade e parceria, sendo assim, além do descrito na proposta comercial, você terá acesso a:

- Proposta válida até o dia **10/05/2021**. Após esta data, será trabalhado o valor de tabela;
- Templates prontos e editáveis para cada tipo de envio, como release, newsletter e etc;
- Contato via e-mail, telefone e chat, de acordo com sua preferência;
- Chat na plataforma: fale com pessoas, que respondem em até 5 minutos;
- Executivo de Relacionamento como ponto de contato para qualquer apoio necessário;
- 2 horas de consultoria do produto C-se 360º exclusivamente para você;
- "Declaramos, para os devidos fins, que a Comunique-se S/A - CNPJ 04.558.476/0001-01 está em plena regularidade em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/18)".



convergênciacomunicação estratégica

São Paulo, 12 de novembro de 2017.

DECLARAÇÃO

Convergência Comunicação Estratégica Ltda
Inscrita no CNPJ 05.155.714/0001-92
Com sede à Rua Dr. Bráulio Gomes, nº25, sala 207, Cidade: São Paulo - SP Cep: 01047-020

Aqui representada por Solange Vilela, Gerente Administrativa, DECLARA para os devidos fins ou a quem possa interessar que é assinante dos serviços prestados pelo Comunique-se para uso do departamento de imprensa da nossa empresa.

Nosso contrato já dura mais 12 meses e até o momento estamos satisfeitos com a capacidade técnica oferecida pela empresa.

Solange Vilella
Convergência Comunicação Estratégica Ltda
CNPJ.: 05.155.714/0001-92

05 155 714/0001-92
CONVERGÊNCIA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA.
Rua Bráulio Gomes, 25 - Cj. 207
Centro - CEP 01047-020
SÃO PAULO - SP

Convergência Comunicação Estratégica Ltda
Rua Dr. Bráulio Gomes, 25 - 2º andar - Cj. 207 • Centro • São Paulo, SP • CEP 01047-020
Tel./Fax: (11) 3256-0453
Visite nosso site: www.convergenciacom.net

PARECER Nº 50.2021.01AJ-SUBADM.0633694.2021.007178

PROCESSO: 2021.007178

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Cumprindo o Despacho 204 (0628805), *a* ASCOM submeteu à apreciação desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM o Termo de Referência 2 (0629110), juntamente com a Proposta de Preço da empresa Comunique-se (0630043), (0630047), (0630048), (0630049).

É o relatório. OPINO.

A Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico administrativo, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de contratação pública, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Para a consecução desses princípios e, consequentemente, uma boa gestão da máquina pública, é necessária, *em regra*, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impedindo desvirtuamentos.

Dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, *in verbis:*

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *[...]*
>
> *XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Dessa forma, a Carta Magna prevê para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, a necessidade de realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico administrativo.

Assim, a licitação é um procedimento formal e obrigatório para os órgãos e entidades da administração pública, tanto para aquisição de bens quanto para contratação de serviços, em obediência à norma constitucional, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Carta de 1988, e infraconstitucional, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.666/1993. E por assim se caracterizar, o Termo de Referência se torna o balizador e o limitador da atuaçao da Administração Pública na procedimentalização da licitação.

Nessa esteira, tem-se que o Termo de Referência é uma peça técnica, componente indispensável da fase interna da licitação que traduz a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela administração pública. E, por força do artigo 6º da Lei 8.666/93, deve vir instruído com estudo técnico preliminar ou antiprojeto:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:
>
> (...) IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos (...).

No caso dos autos, a aquisição pretendida justifica-se na medida em que os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

Além disso, ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU, tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara; • critérios de aceitação do objeto;
- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;
- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;
- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;
- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;
- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- Deveres do contratado e do contratante;
- Prazo de garantia, quando for o caso;
- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;
- Sanções por inadimplemento

Isto posto, vê-se que tal instrumento corresponde à fase preparatória, haja vista que ele

expõe, de um lado a precisa necessidade da Administração e, de outro, as condições para contratar.

Importante frisar, para concluir que, a Lei 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei n. 8.666/93, ja previu em seu artigo 6º, XXIII, sobre a definição e os elementos do Termo de Referência:

> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
>
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
>
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
>
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
>
> d) requisitos da contratação;
>
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
>
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
>
> g) critérios de medição e de pagamento;
>
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
>
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
>
> j) adequação orçamentária;

Assim, necessário aos setores deste Ministério Público iniciarem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos, preparando-se para a total revogação da Lei n. 8.666/93.

Desta feita, da análise dos elementos constantes no Termo de Referência, verifica-se o preenchimento dos requisitos para dar sequência ao procedimento em debate, com exceção apenas do item SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, sendo que descreve o objeto a ser contratado, justifica a necessidade da aquisição, estabelece os prazos de execução dos serviços, obrigações da contratada e contratante, etc.

Por todo exposto neste caderno administrativo, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência epigrafado, **CONDICIONADA** à inclusão do item ausente, dada as razões até aqui fundamentadas.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 12 de maio de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica – Ato n.º 338/2020 - PGJ



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 12/05/2021, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

DESPACHO Nº 224.2021.01AJ-SUBADM.0633695.2021.007178

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Cumprindo o Despacho 204 (0628805), a ASCOM submeteu à apreciação desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM o Termo de Referência 2 (0629110), juntamente com a Proposta de Preço da empresa Comunique-se (0630043), (0630047), (0630048), (0630049).

Após análise do instrumento, a assessoria jurídica se manifestou pela aprovação do citado Termo, condicionada à inclusão de item ausente, no corpo do Parecer 50 (0633694).

Isso posto, **ACOLHO** a peça opinativa *supra* destacada e **APROVO** o Termo de Referência nº 2, com a devida inclusão pelo requerente do item "DAS SANÇÕES".

Após, ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, para realização de pesquisa de preços e mercado, seguido da Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, paras as providências orçamentárias cabíveis.

À Secretaria da SUBADM para os encaminhamentos devidos.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 12 de maio de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/05/2021, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0633695** e o código CRC **70044B5F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 69.2021.SCOMS.0634408.2021.007178

CERTIFICO para os devidos fins que o PI -2021.007178 tem a seguinte pendência a ser resolvida antes da atuação do SCOMS:

> "Isso posto, **ACOLHO** a peça opinativa *supra* destacada e **APROVO** o Termo de Referência nº 1, com a devida inclusão pelo requerente do item "DAS SANÇÕES".
>
> Após, ao Setor de Compras e Serviços - **SCOMS**, para realização de pesquisa de preços e mercado, seguido da Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, paras as providências orçamentárias cabíveis."

Desta forma, concluo os respectivos autos temporariamente nesta Unidade.

Após, sugerimos que os autos retornem conclusos ao SCOMS para prosseguimento regular do feito.

É a Certidão.

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 13/05/2021, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0634408** e o código CRC **6530E6EB**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.ASCOM.0634547.2021.007178

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça C.N.P.J.: 04.153.748/0001-85 ENDEREÇO: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, AM. CIDADE: Manaus U.F: AM CEP: 69.037-473. DDD/FONE: (0XX92) 3655-0500 / DDD/FAX: (0XX92) 3655-0763

2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 Como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Amazonas necessita dos serviços ora solicitados, a fim de monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor a população, gerir e fortalecer a sua imagem e reputação. Mensurar, ampliar e engajar seu relacionamento com a sociedade, o comportamento popular sobre suas ações e expor os resultados.

2.2 Os serviços solicitados estão alinhados ao macro objetivo estabelecido no Plano Estratégico MP-AM 2017-2027.

2.3 Os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

3 PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

4 DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1 Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma;

4.1.2 Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias.

4.1.3 CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.

4.1.4 Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail.

4.1.6 A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM.

4.1.7 A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, observando estritamente as especificações indicadas.

5.2 Apresentar proposta especificando o valor fixo mensal dos serviços a serem executados.

5.4 As empresas licitantes ficarão obrigadas a apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado o serviço pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, especialmente, relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações.

5.5 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente Termo de Referência.

5.6 Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha ocasionar a não-prestação do serviço. Deve a CONTRATADA avisar sobre esse incidente no máximo até 24h antes.

5.9 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.11 Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a CONTRATANTE ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Termo de Referência, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

5.12 Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.13 Na falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.

5.14 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.16. Interlocutor da CONTRATADA estabelecido sendo responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;

5.17. Obriga-se a CONTRATADA a cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Designar, e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

6.3 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto da fatura/nota fiscal pela fiscalização do contrato.

6.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas. Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à CONTRATADA na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;

6.6 Manter com a CONTRATADA relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste Termo.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

7.2 Caso não esteja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

7.2.2 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000 SETOR DE CADASTRO

7.3 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

7.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação

qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço do serviço especificado neste termo.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

9.1.1.Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2.Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3.Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5.Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

c) Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a CONTRATADA não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade.

d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

e) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

f) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Declara-se que este Termo de Referência está de acordo com a Lei N. º 8.666/93 e legislação em vigor.

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Manaus – AM, 14 de maio de 2021

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 14/05/2021, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0634547** e o código CRC **9EE8B181**.

E-mail - 0637449

Data de Envio:
20/05/2021 12:26:44

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
a.camargo@comunique-se.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Prezados,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de compra direta aberto (na modalidade Dispensa de Licitação) para objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 3655-0763
(https://whats.link/mpam) Prezados,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de compra direta aberto (na modalidade Dispensa de Licitação) para objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 3655-0763
(https://whats.link/mpam) Prezados,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de compra direta aberto (na modalidade Dispensa de Licitação) para objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 3655-0763
(https://whats.link/mpam) Prezados,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de compra direta aberto (na modalidade Dispensa de Licitação) para objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 3655-0763

(https://whats.link/mpam) Boa tarde, Alison.

Conforme nosso contato telefônico, informo que A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 3655-0763
(https://whats.link/mpam)

Anexos:
TR_Clipping.pdf
Planilha_Modelo_Clipping.pdf

E-mail - 0637458

Data de Envio:
20/05/2021 12:37:38

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
a.camargo@comunique-se.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Alison.

Conforme nosso contato telefônico, informo que A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Planilha_Modelo_Clipping.pdf
TR_Clipping.pdf

E-mail - 0637460

Data de Envio:
20/05/2021 12:40:25

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
vanessa.regino@topclip.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Vanessa.

Conforme nosso contato telefônico, informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Planilha_Modelo_Clipping.pdf
TR_Clipping.pdf

E-mail - 0637470

Data de Envio:
20/05/2021 12:54:00

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
contato@centralclipping.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Claudivan.

Conforme nosso contato telefônico, informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Planilha_Modelo_Clipping.pdf
TR_Clipping.pdf

E-mail - 0637471

Data de Envio:
20/05/2021 12:55:31

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
redeclipping@redeclipping.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Senhores

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
TR_Clipping.pdf
Planilha_Modelo_Clipping.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 182.2021.SCOMS.0637552.2021.007178

Manaus, 20 de maio de 2021.

A Sua Senhoria, a Senhora

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação do MP/AM - ASCOM

Assunto: Empresa solicita informações.

Senhora Assessora,

Cumprimento-a com o presente, oportunidade em que encaminho a Vossa Senhoria o documento em anexo (doc. 0637559), formulado pela empresa COMUNIQUE-SE, para fins de esclarecimentos sobre o objeto constante do Termo de Referência 3 (0634547), para conhecimento e adoção que entender cabíveis.

Outrossim, aguardamos pelo retorno de tais informações, a fim de dar continuidade ao prosseguimento regular o feito.

Atenciosamente.

EDJANE DE PINHO OLIVEIRA

Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 20/05/2021, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0637552** e o código CRC **4EB3AA89**.

Re: Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Júlio Prado <j.prado@comunique-se.com.br>
Qui, 20/05/2021 14:27
Para: Alison Camargo <a.camargo@comunique-se.com.br>; Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Thainá, boa tarde!
Tudo bem?

Meu nome é Julio, sou o responsável por licitações aqui no **Comunique-se.**

Obrigado por compartilhar o TR. A única informação pendente é o número de palavras-chaves que vão trabalhar dentro do projeto.
O TR informa a necessidade da sua equipe de monitorar o que a imprensa fala sobre o MPAM mas não indica o número de palavras. No modelo atual, não consigo enviar uma proposta.

Por favor, veja com a equipe de Ascom.

Em caso de dúvidas, é só me acionar.

Certo de seu retorno!

Um abraço

Comunique-se

JÚLIO PRADO
ACCOUNT EXECUTIVE
facebook twitter youtube linkedin j.prado_8 | (11) 98637-0349
Avenida Pedroso de Morais, 251 CJ 91 e 92 - Pinheiros / São Paulo - CEP: 05419.000

Banner

Mailtrack Sender notified by Mailtrack

Em qui., 20 de mai. de 2021 às 14:13, Alison Camargo <a.camargo@comunique-se.com.br> escreveu:

> Segue, man.
>
> ---------- Forwarded message ---------
> De: **MPAM/Setor de Compras e Serviços** <compras@mpam.mp.br>
> Date: qui., 20 de mai. de 2021 às 13:37
> Subject: Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações
> To: <a.camargo@comunique-se.com.br>
>
> Boa tarde, Alison.
>
> Conforme nosso contato telefônico, informo que A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.
>
> É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:
>
> 1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;
>
> 2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;
>
> 3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;
>
> 4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas -

CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

--

Comuniq ue-se

ALISON MORAES
MARKETING DIGITAL

facebook twitter youtube linkedin a.camargo-cse (11) 3897.0855
Avenida Pedroso de Morais, 251 CJ 91 e 92 - Pinheiros / São Paulo - CEP: 05419.000

Banner

E-mail solicita informações_COMUNIQUE-SE (0637559) SEI 2021.0071178 / pg. 57

E-mail - 0641702

Data de Envio:
31/05/2021 09:51:58

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
vanessa.regino@topclip.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Vanessa.

Conforme nosso contato telefônico, informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Planilha_Modelo_Clipping.pdf
TR_Clipping.pdf

E-mail - 0641717

Data de Envio:
31/05/2021 10:04:28

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
atendimento@contentassessoria.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Senhores

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
TR_Clipping.pdf
Planilha_Modelo_Clipping.pdf

E-mail - 0641747

Data de Envio:
31/05/2021 10:33:12

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
marilene@interclip.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Senhores

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Planilha_Modelo_Clipping.pdf
TR_Clipping.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 201.2021.SCOMS.0642261.2021.007178

Manaus, 1º de junho de 2021.

À Senhora

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

Senhora Assessora,

Cumprimentando-a com o presente, remeto estes autos a Vossa Senhoria, para informar sobre a dúvida de uma das empresas participantes da pesquisa de mercado para elaboração de preço médio.

Neste dia 1º de junho, a empresa Top Clip consultou este Setor de Compras e Serviços sobre o escopo do monitoramento de mídias, conforme e-mail em anexo (0642259).

Dessa forma, encaminhamos os autos para que essa Assessoria verifique a necessidade de atualização do Termo de Referência TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.ASCOM. 0634547, a fim de dirimir a dúvida da empresa supracitada e evitar possíveis questionamentos de participantes do certame. Em seguida, solicitamos que este processo seja devolvido a este Setor de Compras e Serviços para que possamos dar continuidade a pesquisa de mercado.

Atenciosamente,

Edjane de Pinho Oliveira

Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 01/06/2021, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0642261** e o código CRC **5E254C3F**.

RES: Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Vanessa Ferreira de Regino <vanessa.regino@topclip.com.br>

Ter, 01/06/2021 08:27

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Thainá, bom dia!
Como vai?

Uma dúvida, o monitoramento deverá ser realizado em jornais, revistas, sites, blogs, rádio e tv?

Fico no aguardo.

Att,

Vanessa Regino
| Consultora Comercial
| Grupo Top Clip | Monitoramento da Informação
| +55 (11) 2125-9144 / 94789-5589
| http://whats.link/vanessaregino

| vanessa.regino@topclip.com.br
| www.topclip.com.br
| Av. Jabaquara, 1771 - Mirandópolis - São Paulo - SP Tel: (11) 2125-9100

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Setor de Compras e Serviços [mailto:compras@mpam.mp.br]
Enviada em: segunda-feira, 31 de maio de 2021 10:52
Para: Vanessa Ferreira de Regino <vanessa.regino@topclip.com.br>
Assunto: Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Boa tarde, Vanessa.

Conforme nosso contato telefônico, informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0749 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 50.2021.ASCOM.0642927.2021.007178

À Senhora

Edjane de Pinho Oliveira

Chefe do Setor de Compras e Serviços

Em resposta ao memorando Nº 201.2021.SCOMS.0642261.2021.007178, e com o intuito de eliminar a dúvida mencionada conforme e-mail em anexo (0642259) e possíveis questionamentos, esta assessoria resolve incluir no item 4.1.4 do termo de referência uma nova redação.

Redação anterior:

4.1.4 Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail.

Nova redação:

4.1.4 Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), classificar e receber alertas programados por e-mail.

A inclusão da nova redação passará a compôr o novo termo de referência em anexo.

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 02/06/2021, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0642927** e o código CRC **DFF2C8DC**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2021.ASCOM.0643002.2021.007178

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça C.N.P.J.: 04.153.748/0001-85 ENDEREÇO: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, AM. CIDADE: Manaus U.F: AM CEP: 69.037-473. DDD/FONE: (0XX92) 3655-0500 / DDD/FAX: (0XX92) 3655-0763

2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 Como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Amazonas necessita dos serviços ora solicitados, a fim de monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor a população, gerir e fortalecer a sua imagem e reputação. Mensurar, ampliar e engajar seu relacionamento com a sociedade, o comportamento popular sobre suas ações e expor os resultados.

2.2 Os serviços solicitados estão alinhados ao macro objetivo estabelecido no Plano Estratégico MP-AM 2017-2027.

2.3 Os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

3 PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

4 DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1 Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma;

4.1.2 Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias.

4.1.3 CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.

4.1.4 Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), classificar e receber alertas programados por e-mail.

4.1.6 A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM.

4.1.7 A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, observando estritamente as especificações indicadas.

5.2 Apresentar proposta especificando o valor fixo mensal dos serviços a serem executados.

5.4 As empresas licitantes ficarão obrigadas a apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado o serviço pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, especialmente, relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações.

5.5 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente Termo de Referência.

5.6 Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha ocasionar a não-prestação do serviço. Deve a CONTRATADA avisar sobre esse incidente no máximo até 24h antes.

5.9 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.11 Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a CONTRATANTE ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Termo de Referência, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

5.12 Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.13 Na falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo

das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.

5.14 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.16. Interlocutor da CONTRATADA estabelecido sendo responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;

5.17. Obriga-se a CONTRATADA a cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Designar, e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

6.3 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto da fatura/nota fiscal pela fiscalização do contrato.

6.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas. Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à CONTRATADA na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;

6.6 Manter com a CONTRATADA relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste Termo.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

7.2 Caso não esteja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

7.2.2 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000 SETOR DE CADASTRO

7.3 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

7.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço do serviço especificado neste termo.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

9.1.1.Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2.Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3.Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5.Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

c) Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a CONTRATADA não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade.

d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

e) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

f) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto

às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Declara-se que este Termo de Referência está de acordo com a Lei N. º 8.666/93 e legislação em vigor.

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Manaus – AM, 02 de junho de 2021

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 02/06/2021, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0643002** e o código CRC **2AB52284**.

E-mail - 0652545

Data de Envio:
24/06/2021 13:51:39

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
contato@knewin.com

Assunto:
Solicitação de proposta - Gerenciamento de Informações

Mensagem:
Boa tarde, Senhores

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa de GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES objetivando atender à demanda do MPAM. Diante disso, solicito sua atenção em enviar (caso haja interesse), proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes dos Termos de Referência, em anexo, de acordo com o modelo de planilha juntado a este e-mail.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Telefone: (92) 3655-0748 / 0763
Whatsapp: (92) 98268 2880

Anexos:
Termo de Referência_Gerenciamento-de-informacoes.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 307.2021.SCOMS.0670416.2021.007178

Manaus, 28 de julho de 2021.

À Senhora
DANIELA BRAGANÇA MACEDO
Assessora de Comunicação

Assunto: Informa sobre pesquisa de mercado

Senhora Assessora,

Em atenção ao Despacho 224.2021.01AJ-SUBADM (0633695), informamos que este Setor de Compras e Serviços vem realizando Pesquisa de Mercado com fornecedores especializados, que tenham notória experiência na prestação do serviço de Gerenciamento de Informação, contemplando Clipping e Mailing.

Dessa forma, solicitamos proposta comercial às seguintes empresas: COMUNIQUE-SE, TOP CLIP, CORTEX CENTRAL CLIPPING, REDE CLIPPING, CONTENT ASSESSORIA, INTERCLIP e KNEWIN. As três primeiras empresas listadas responderam a este Setor enviando proposta comercial ou realizando reuniões de apresentação das plataformas oferecidas. As demais empresas não enviarem proposta, ou informaram sobre a impossibilidade de atender no Estado do Amazonas.

Destacamos que a empresa COMUNIQUE-SE encaminhou proposta comercial válida (0670559), contemplando todos os itens solicitados no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2021.ASCOM.(0643002). Já a empresa TOP CLIP também enviou proposta comercial, porém esclarecendo que não seria capaz de cumprir o escopo do Termo de Referência, visto que não era capaz de monitorar a produção de conteúdo local de rádio e TV, conforme especificado na proposta. Além disso, o valor mensal ofertado pela empresa é cerca de 600% maior que o preço da empresa COMUNIQUE-SE, que atende integralmente o escopo desta contratação. Ainda tivemos o retorno da empresa CORTEX, com quem foram realizadas 3 reuniões. A primeira no dia 06/7, entre a empresa e este SCOMS, a segunda no dia 13/07, entre a empresa, este SCOMS e essa ASCOM, e última reunião, para uma demonstração da plataforma da empresa ocorreu no dia 22/07, entre a empresa, SCOMS e ASCOM. Nessa reunião, essa ASCOM inferiu que a plataforma ofertada pela empresa CORTEX (0670784) não supria as necessidades estabelecidas no Termo de Referência em tela, principalmente porque carecia de serviço de Mailing, imprescindível no escopo dessa futura contratação.

Diante dos fatos narrados, constatamos que o item a ser contratado é considerado um serviço técnico altamente especializado. A especificidade do serviço a ser contratado, bem como a necessidade de uma empresa capaz de atender as demandas do Ministério Público do Estado tanto em nível regional quando nacional. Além disso, visto que se trata de um servço customizado a competição entre empresas torna-se difícil. Isso porque o escopo do serviço de uma empresa não concide integralmente com o serviço oferecido por suas concorrentes, dificultando a elaboração de um preço médio para um processo licitatório.

Dessa forma, vislumbramos a possibilidade de contratação da empresa COMUNIQUE-SE, com base no Inciso II do Artigo 25 da Lei 8.666/93. Isso porque se trata de contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, e a empresa supracitada tem notória especialização no serviço.

Sendo assim, remetemos os presentes autos para que essa Assessoria de Comunicação encaminhe solicitação à Administração Superior para que haja contratação da empresa supracitada, por inexigibilidade de licitação. Cabe-nos informar que essa solicitação deve estar embasada em Termo de Referência que justifique a contratação por meio dessa modalidade. É válido também, incluir Declaração de Notória Especialização da empresa, a fim de demonstrar a capacidade para a execução do escopo descrito no Termo de Referência.

Destarte, encaminhamos os autos para manifestação dessa Assessoria, e colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas que venham a surgir.

Atenciosamente,

Edjane de Pinho Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 28/07/2021, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0670416** e o código CRC **28BF73EE**.

PLANILHA MODELO PARA PROPOSTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: - Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma; - Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias. - CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes. -Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail. - A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM. - A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.	Mês	12	R$ 3.700,00	R$ 44.400,00
VALOR				**R$ 3.700,00**	**R$ 44.400,00**

PROCURADOR	
Nome:	Maria Roseane da Silva
Data de Nascimento:	28820
Estado Civil:	Solteira
Cargo:	Diretora Comercial
CPF:	180.437.348-60
RG:	29.577.833-7

Dados contratada	
Razão Social:	Comunique-se S/A
Nome Fantasia:	Comunique-se
CNPJ RJ	04.558.476/0001-01
Data de Abertura:	37064
Inscrição Municipal:	303.358-9
Inscrição Estadual:	Isento
Endereço:	Av. Pastor Martin Luther King Jr, n° 126
Complemento:	Bloco 09 - Torre 2.000 – (Nova América Office)- Salas 1210 e 1211
Cidade/Estado:	Rio de Janeiro – RJ
Bairro:	Del Castilho
CEP:	20.765-000
NIRE:	332.07261.72-2
Telefone RJ:	(21) 2524-6007
Telefone SP:	(11) 3897-0855
Email 1:	ura@comunique-se.com.br
Email 2:	comercial@comunique-se.com.br
Home Page:	www.comunique-se.com.br
Banco:	Santander (033)
Agência:	3462
Conta Corrente:	13.000.645-8

O grupo Comunique-se está de acordo com as condições de compras do ministério publico do estado do Amazonas

São Paulo, 14 de Junho de 2021

Validade de proposta: 60 dias

Natalia Magalhães
Executiva de relacionamento
Cel: 11 94822-7591
E-mail: n.magalhaes@comunique-se.com.br

TOPCLIP
UM PASSO SEMPRE À FRENTE

São Paulo, 29 de junho de 2021 | Nº da Proposta: 006031V

Empresa: Ministério Público Federal

Att.: Thainá

Tel: 92 98268 2880 | E-mail: **compras@mpam.mp.br**

ORÇAMENTO

SERVIÇOS DE CLIPPING	
	**Clipping Digital**: Coleta feita a partir da digitalização de jornais e revistas.
	**Clipping Web:** Monitoramento em Web Sites, blogs e portais.
	**Análise de mídia (Digital, Web, Rádio e TV):** Relatório EXCEL de Valoração das matérias separado por: quantidade, matérias, Cm², valor em R$, público atingido, estado e regiões.

Observações Gerais

- ***Envio do Clipping:*** *de acordo com descritivo*
- ***Pagamento em:*** *de acordo com descritivo*
- ***Relatório de Análise de Mídia:*** *de acordo com descritivo*
- ***Link com acervo mensal para download***

OPÇÕES DE PACOTE DE CLIPPING	Valor Mensal
Digital + Web	**R$ 24.100,00**
PALAVRAS-CHAVE PARA CLIPPING	

- ***Do Edital enviado realizamos somente o serviço de clipping;***
- ***Proposta contempla somente o monitoramento em Jornais, revistas, sites e blogs;***

Clique aqui para ver todos os diferenciais da Top Clip.

Vanessa Regino
Consultora Comercial
Telefone: (11) 2125-9144
vanessa.regino@topclip.com.br

ABEMO
Associação Brasileira das Empresas de Monitoramento de Informação

SÃO PAULO: Rua Sud Mennucci, 234 - Vila Mariana - SP - CEP 04017-080 - Tel. (11) 2125-9100.

Processo de leitura

- O processo de leitura de revistas é realizado de acordo com a data de entrega do distribuidor na Top Clip, sendo assim, pode acontecer de uma determinada revista ter a edição do mês de maio e chegar na última semana de abril. Se iniciarmos o monitoramento no mês de maio, as matérias desses veículos não estarão no clipping, ao menos que seja apontado o nome da revista e a página, para que possa ser realizada a busca retroativa e inclusa como cortesia.
- No processo de leitura da web não monitoramos: página principal (home), agendas e/ou vídeos. Para Galeria de Fotos é necessário a indicação por parte do cliente para que possamos analisar a viabilidade técnica. Sem indicação não será monitorada a galeria de fotos. Nas solicitações de galerias de fotos, será cadastrada uma galeria por link.
- Links de sites do mailing que se enquadrarem nessas classificações devem ser solicitados à parte pelo cliente ou pela assessoria para serem inseridos no clipping como cortesia. Apenas as colunas e/ou blogs que estão no mailing de blogs entram no monitoramento, links de colunas e/ou blogs fora do Mailing Top Clip devem ser solicitados pelo cliente ou pela assessoria separadamente para serem inseridos no clipping como cortesia. Não é possível disponibilizar um cadastro para cada foto da galeria por elas conterem o mesmo link (da galeria). O sistema não permite mais de um cadastro de um mesmo link, o que inviabiliza fazer cadastros diferentes para cada foto da mesma galeria.

Clique aqui para voltar ao orçamento.

Visite nosso novo site: **www.topclip.com.br**

Vanessa Regino
Consultora Comercial
Telefone: (11) 2125-9144
vanessa.regino@topclip.com.br


cortex
PR
The all-in-one PR solution
Simple. Powerful. And built for you
#PRintelligence #DataDrivenPR

Nos últimos anos, o mundo vem mudando radicalmente, e cada vez mais rápido.

Simultaneamente inúmeras novas tecnologias...



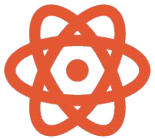
Economia compartilhada



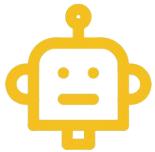
Ciência de dados



Empoderamento do consumidor



Inteligência Artificial



Robótica



Big Data



Internet das coisas



Transformação Digital

... transformaram nossos **hábitos de consumo**, nossas **preocupações**, **nossa sociedade.**



Os cientistas batizaram essa era de “**VUCA World**”



Volátil

A relevância e o alcance dos fatos oscilam de forma exponencial



Incerto

Há uma menor previsibilidade sobre as origens de crises e oportunidades



Complexo

Uma profusão de dados, informações, tipos de mídia e canais que torna mais complexa gestão de comunicação



Ambíguo

Mundo marcado por múltiplas interpretações e narrativas sobre os mesmos fatos

Mas o papel da Comunicação Corporativa continua fundamental.

Na verdade ainda mais relevante!

Defender a reputação da marca em uma sociedade questionadora e de voz ativa.

Gerenciar potenciais crises de imagem em uma era marcada pela viralização instantânea de informações.

Comunicar o posicionamento da empresa com a relevância e credibilidade da grande imprensa e influenciadores.

Interpretar o que os concorrentes estão fazendo e disseminar internamente de forma ágil, periódica, e acompanhado a evolução analítica deles.

Em resumo,
a velocidade e
quantidade
de informação
explodiram
nos últimos anos...

mas,
a forma de trabalho,
os fornecedores
e até a tecnologia
das áreas de RP...

praticamente
não mudaram.

Um **cenário** que trouxe **grandes desafios** para o Gestor de PR em **4 dimensões**

1 **Processos:** insights periódicos simples e estratégicos

2 **Tecnologia:** integrar vários sistemas e fontes de dados

3 **Cultura:** capacitar analítica e estrategica-mente os times

4 **Metodologia:** ter indicadores próprios e acionáveis

Como você vê a sua empresa nesse cenário?


cortex
PR

CortexPR é uma solução all-in-one de PR Tech

que leva a estratégia para o dia a dia da Comunicação

cortex PR

PR TECH

- Monitoramento multicanal
- Gestão de crise e reputação
- Ranqueamento de jornalistas e veículos
- Metodologia de valoração (ROI), retorno e impacto sempre atualizada

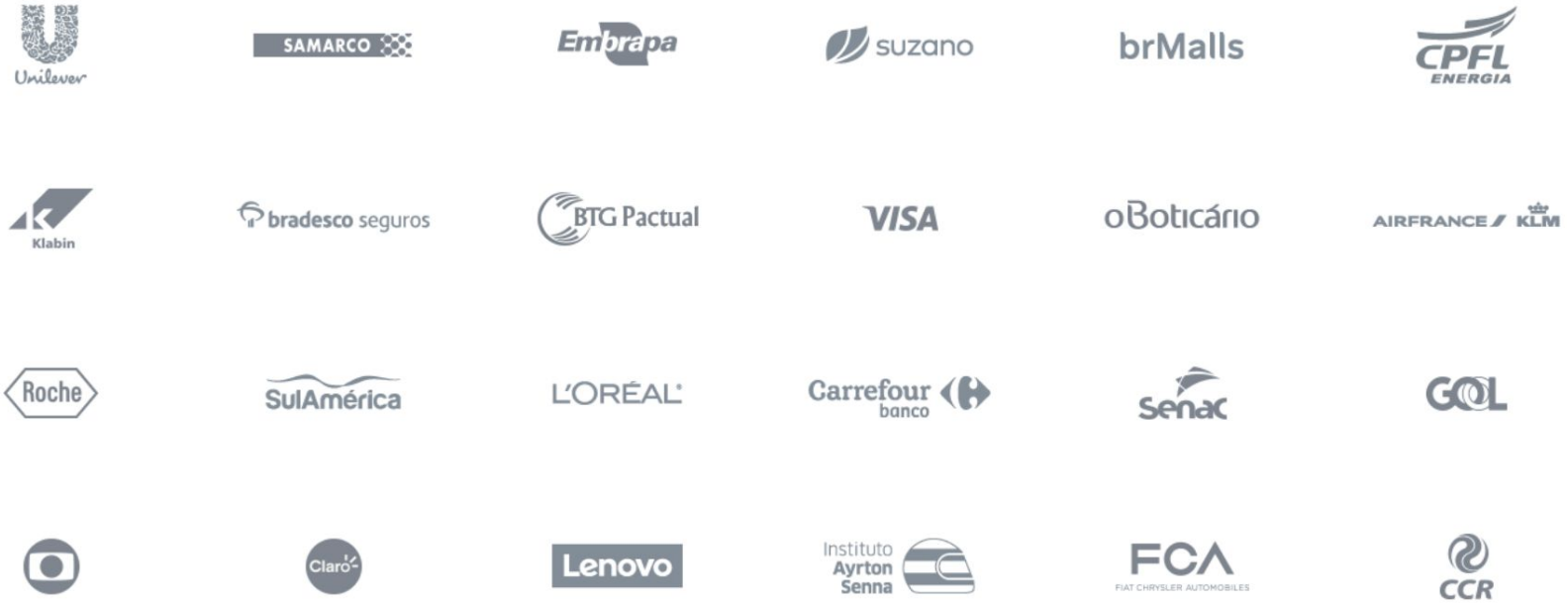
ALL-IN-ONE

- Integração de softwares, dados e análises em um só lugar
- Mais do que clipping, inteligência
- Sistematização das análises operacionais, táticas e estratégicas

SOLUÇÃO

- Indicadores próprios e painéis customizados
- Usuários também para a sua agência
- Capacitação constante em cultura analítica
- Geração de insights e experiência consultiva

Acostumada a grandes desafios



Como funciona?

Meça, decida e comprove como as ações de comunicação contribuem diretamente para os **objetivos do negócios**



Operacional
Mídias, Assessorias e Agências

Estratégico
Diretores e Gerentes de Comunicação, Board e Diretoria Marketing, Vendas e outras áreas

Volumetria de publicação

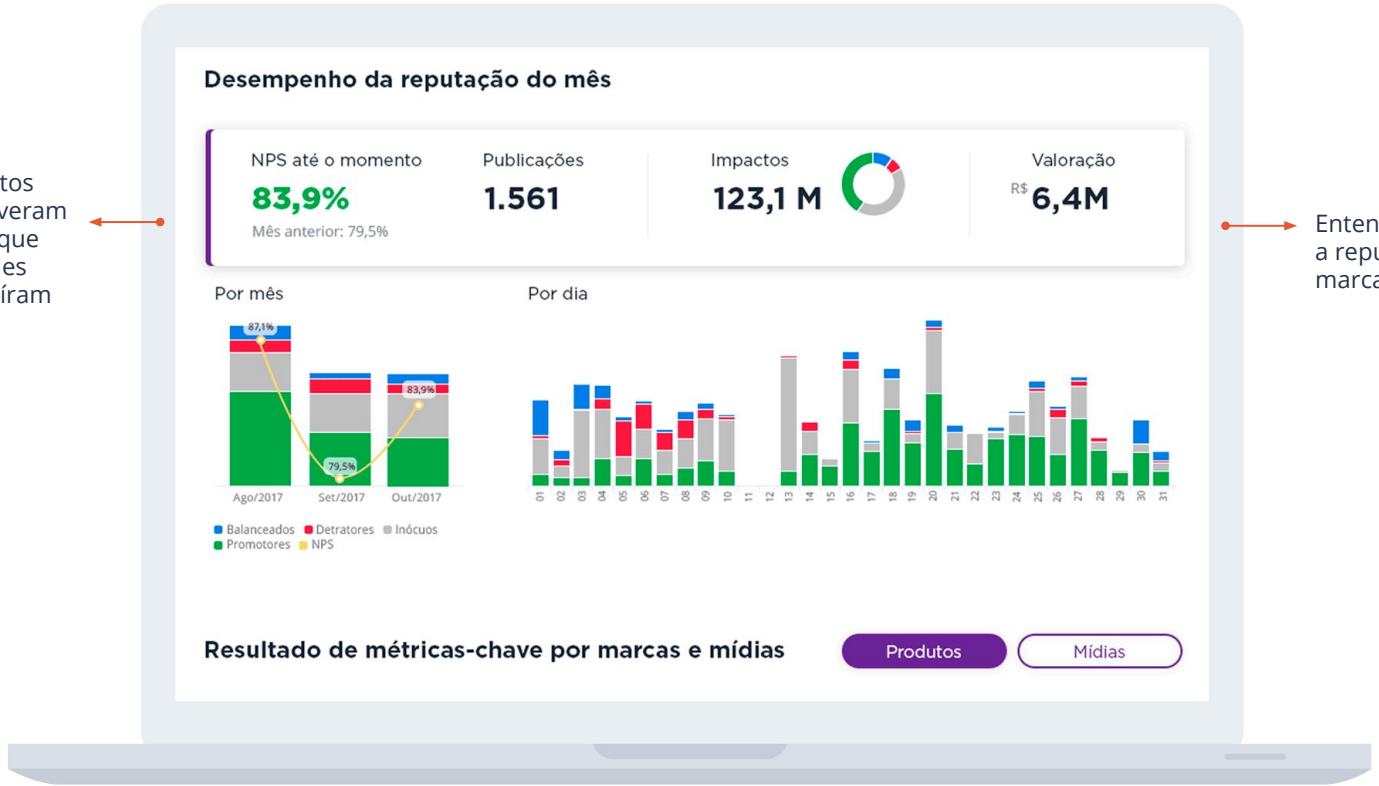
Torne seus clipping mais relevante, direcionando melhor a cada público-alvo com menor esforço



Saiba em tempo real como sua empresa e concorrentes estão se comportando

Exposição e reputação da marca

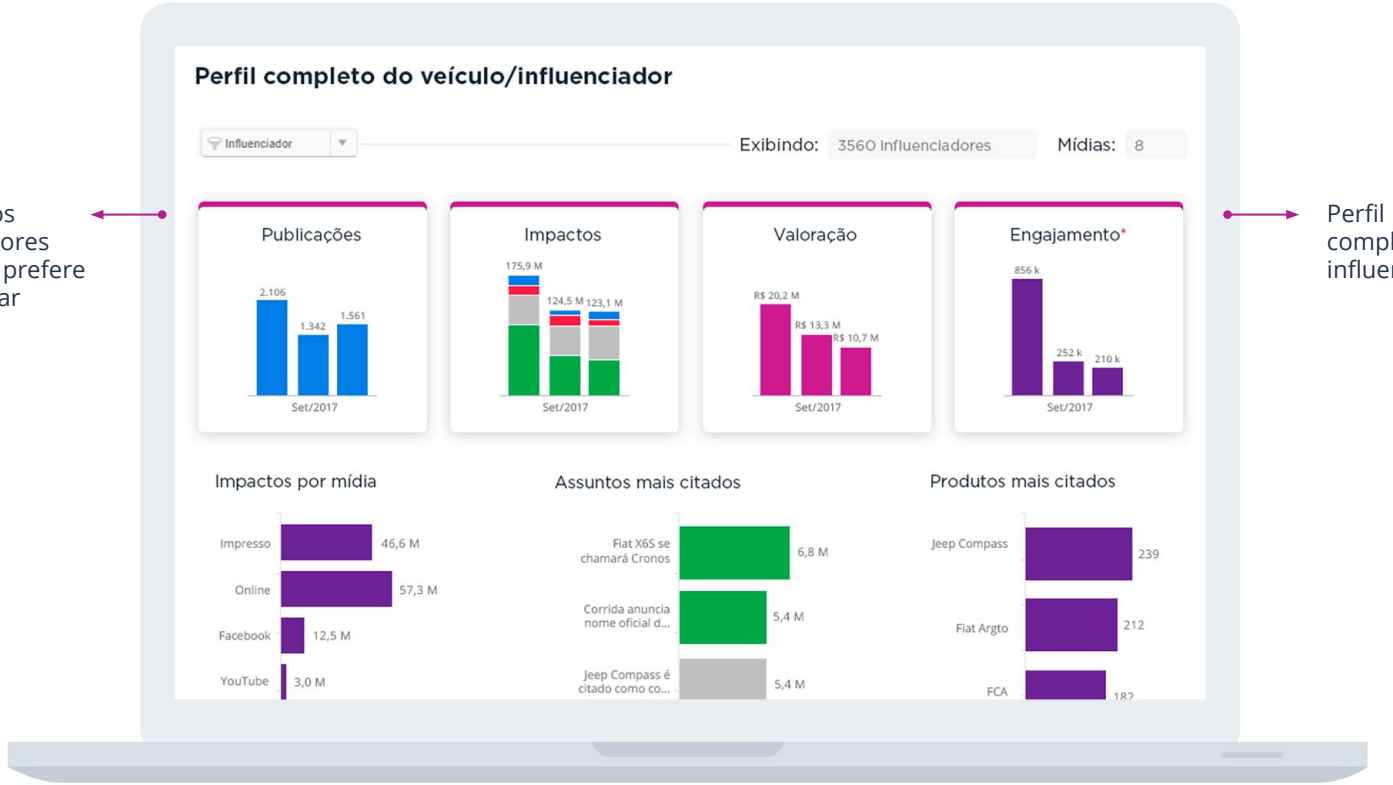
Explore os aspectos que mais promoveram a sua marca e foque em mitigar aqueles que mais a detraíram



Entenda como está a reputação da sua marca no período

Ranking de influência de veículos

Selecione os influenciadores com quem prefere se relacionar



Perfil completo dos influenciadores

Desempenho comparativo das ações

Mensure o retorno das ações e invista com eficiência



"Até hoje não conhecia nenhum serviço que conseguisse medir em tempo real o resultado de uma ação. É fundamental para o valor da marca agir a tempo de reverter cenários de baixo impacto na mídia caso eles aconteçam."

Gerente de Comunicação Corporativa
Setor automotivo

"A plataforma Cortex se tornou o nosso painel de bordo. Ganhamos agilidade para criar estratégias mais assertivas e provar seus resultados para o negócio. Com isso identificamos oportunidades e elaboramos soluções imediatas."

Market intelligence manager
Setor de infraestrutura

IMPLANTAÇÃO RÁPIDA

Indicadores e relatórios rapidamente personalizáveis para início da utilização em poucos dias.

RETORNO DE NEGÓCIOS

Mais do que valoração e ROI, cruzamento com dados internos de resultado do negócio.

FÁCIL DE USAR

Simplificação e sistematização dos processos data-driven de gestão, inteligência e analytics.

APOIADO POR ESPECIALISTAS

Treinamento e apoio estratégico de especialistas em *PR Intelligence* para evolução constante dos processos.

ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

Mais impacto onde mais importa: protagonismo, temas estratégicos e relevância do veículo.

TECNOLOGIA DE PONTA

Plataforma de inteligência líder da américa latina, com robustez de cobertura e metodologia flexível.


cortex
PR
The all-in-one PR solution
Simple. Powerful. And built for you
#PRintelligence #DataDrivenPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 70.2021.ASCOM.0671851.2021.007178

À Ilma

Edjane de Pinho Oliveira

Chefe do Setor de Compras

Senhora Chefe do SCOMS,

Em resposta ao memorando Nº 307.2021.SCOMS.0670416.2021.007178, a ASCOM agradece a sugestão de iniciar a tentativa de contratação para o serviço solicitado através de inexibilidade de licitação. Contudo, solicitamos ao setor de compras que realize novas iniciativas de cotação de preços para fim de obter elementos necessários ao setor de compras para o prosseguimento do processo.

Disponível para informações suplementares, encerro.

Cordialmente,

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA BRAGANÇA MACEDO**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 30/07/2021, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0671851** e o código CRC **DCF49B97**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 315.2021.SCOMS.0672758.2021.007178

Manaus, 02 de agosto de 2021.

Ao Senhor

FRANCISCO EDINALDO DE LIRA CARVALHO

Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Processo Licitatório para contratação de empresa especializada em gerenciamento de informações.

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho Nº 224.2021.01AJ-SUBADM (0633695), encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para contratação de empresa especializada para gerenciamento de informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses.

Informamos que este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado com empresas especializadas, com base no Termo de Referência encaminhado pela Assessoria de Comunicação - ASCOM. O resultado da primeira parte da pesquisa foi narrado no Memorando Nº 307.2021.SCOMS (0670416), que foi respondido com o Memorando Nº 70.2021.ASCOM (0671851). Em atenção a este último, este Setor de Compras e Serviços realizou, também, na plataforma de preços públicos BANCO DE PREÇOS (0672705), conforme Mapa Demonstrativo de Preços 83.2021.SCOMS (0672706), servindo de base para a elaboração do Quadro Resumo do Processo de Compra nº. 202/2021 (0672725), com valor total de **R$ 56.396,64 (cinquenta e seis mil trezentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Edjane de Pinho Oliveira
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 02/08/2021, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0672758** e o código CRC **B0E43854**.

Relatório de Cotação: 2021.007172 - Gerenciamento de Informações

Pesquisa realizada entre 02/08/2021 11:57:09 e 02/08/2021 11:43:54

Relatório gerado no dia 02/08/2021 12:26:41 (IP: 179.48.98.79

Item 1: monitoramento informação mídia eletrônica

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	TOTAL
2 / 8	1	R$ 62.395,00 (un)	R$ 62.395,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | Universidade Federal Rural da Amazônia	NºPregão:202021 UASG:153034	16/06/2021	R$ 74.523,33
2	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA | Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Roraima	NºPregão:62020 UASG:926196	13/08/2020	R$ 50.266,67
Valor Unitário				R$ 62.395,00

Média dos Preços Obtidos: R$ 62.395,00

Valor Global: R$ 62.395,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: monitoramento informação mídia eletrônica

Preço Estimado: R$ 62.395,00 (un) **Média dos Preços Obtidos:** R$ 62.395,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	serviço de realização de clipping jornalístico.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 74.523,33

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural da Amazônia

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de clipping jornalístico, compreendendo a captação, a seleção, a compilação em banco de dados, a organização, a avaliação e a remessa das matérias/notícias sobre a instituição à Universidade Federa Rural da Amazônia (Ufra), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital..

Descrição: **Monitoramento informação mídia eletrônica** - Serviço de realização de clipping jornalístico.

Data: 16/06/2021 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:202021 / UASG:153034
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 16/06/2021 18:19
Homologação: 17/06/2021 09:35
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: PA

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
00.441.200/0001-80 * VENCEDOR *	SERGIO MACHADO REIS	R$ 57.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de clipping jornalístico, compreendendo a captação, a seleção, a compil ação em banco de dados, a organização, a avaliação e a remessa das matérias/notícias sobre a instituição à Universidade Federa Rural da Amazônia (UFRA), c onforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	TR SCES TRECHO 2, SN	(61) 3225-3566	linear@yawl.com.br

07.321.940/0001-21	ALVO PUBLICO PUBLICIDADE LTDA	R$ 79.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Prestação de serviços contínuos de clipping jornalístico, compreendendo a captação, a seleção, a compilação em banco de dados, a organização, a avaliação e a remessa das matérias/notícias sobre a instituição à Universidade Federa Rural da Amazônia (Ufra), conforme condições, quantidades e exigência s estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Endereço:	Telefone:	Email:
R PADRE AGOSTINHO, 390	(41) 3053-3871	contac2@terra.com.br

33.727.422/0001-12	DANIEL DA SILVA SANTOS SERVICOS DE MARKETING	R$ 87.570,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de realização de clipping jornalístico.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SC	São José	R LIDIO ANTONIO DE MATOS, 358	(48) 9631-9214	daniel@agencialunetta.com.br

09.308.405/0001-66	MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA	R$ 114.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Prestação de serviços contínuos de clipping jornalístico, compreendendo a captação, a seleção, a compilação em banco de dados, a organização, a avaliação e a remessa das matérias/notícias sobre a instituição à Universidade Federa Rural da Amazônia (Ufra), conforme condições, quantidades e exigência s estabelecidas no edital.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	RUA ENGENHEIRO ENALDO CRAVO PEIXOTO, 215	BRUNA	(51) 3029-5474	bruna.cavalcanti@knewin.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 50.266,67

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Roraima

Objeto: Contratação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR)..

Descrição: **Monitoramento Informação Mídia Eletrônica** - Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.

CatSer: **22870** - Monitoramento informação mídia eletrônica

Data: 13/08/2020 09:33
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:62020 / UASG:926196
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 13/08/2020 11:48
Homologação: 27/08/2020 12:31
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov .br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: RR

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
28.238.030/0001-50 * VENCEDOR *	MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	R$ 48.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, el etrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.

Endereço:	Telefone:	Email:
AVENIDA GETULIO VARGAS, 5470 D	(95) 9114-4240	edinaldorodrigues1603@gmail.com

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
33.766.365/0001-80	DIGITAL BRASILIA SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI	R$ 51.300,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veículadas em mídias impressa,ele trônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.

Endereço:	Telefone:	Email:
QUADRA CLN 314 BLOCO D, 33	(61) 8222-5240	nayra.lopes@digitalbrasilia.com.br

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
10.585.499/0001-08	SUPERNOVA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA	R$ 51.500,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Prestação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e re vistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR).

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	RUA SAO CARLOS, 191	(21) 3245-0211 / (21) 7584-1305 / (21) 2273-3335	supernova@supernova.inf.br

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	R$ 60.720,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, el etrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
AM	Manaus	RUA DALLAS, 106	(92) 3877-3600	perin@amazonpicture.com.br

LAUDO DA COTAÇÃO

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - monitoramento informação mídia eletrônica

- 2 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 13/08/2020 e 16/06/2021, calculados pela fórmula Média das 3 Melhores Propostas Finais.

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 83.2021.SCOMS.0672706.2021.007178

Procedimento Interno: 2021.007178 Processo de Compras: 065/2021

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS

Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: - Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma; - Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias. - CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes. -Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail. - A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM. - A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.	**12**	**R$ 4.699,72**	**R$ 56.396,64**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	COMUNIQUE-SE S/A CNPJ: 004.556.476/0001-01	Mês	R$ 3.700,00	R$ 44.400,00
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | Universidade Federal Rural da Amazônia Pregão N° 202021 | UASG: 153034	Mês	R$ 6.210,28	R$ 74.523,33
	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA Pregão Nº 62020 / UASG: 926196	Mês	R$ 4.188,89	R$ 50.266,67
	OBS: Para este item, foi feita uma média aritmética a partir do preço ofertado pela empresa COMUNIQUE-SE, em combinado com o preço médio das propostas finais dos dois pregões listados. A proposta da empresa TOP CLIP (0670643) não foi considerada por não alcançar o escopo do Termo de Referência em tela.			

TOTAL				R$ 56.396,64
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Período: 24/06 a 02/08/2021			
	Responsável: Thainá Sesterhenn			
	Método: Média			
	Justificativa: Vide item.			
	Empresas consultadas que não enviaram proposta: Vide Memorando Nº 307.2021.SCOMS (0670416)			

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 02/08/2021, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 02/08/2021, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0672706** e o código CRC **A8AFF99A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 202.2021.SCOMS.0672725.2021.007178

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS	PI Nº: 2021.007178
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PC Nº 065/2021
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS	DATA: 02/08/2021

QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº. 202/2021

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL	A LICITAR
CNPJ	-

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: - Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma; - Mailing: Sistema para criação de segmentação em amplo banco de dados jornalístico, contendo o maior número de contatos organizados em mais de 100 editorias. - CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.	Mês	12	R$ 4.699,72	R$ 56.396,64

	-Clipping: monitoramento online e offline de notícias. Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave, classificar e receber alertas programados por e-mail. - A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM. - A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.				
TOTAL					**R$ 56.396,64**

	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	**Art. 24, XXII, Lei 8.666/93**
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	**Lei 8.666/93**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 02/08/2021, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 02/08/2021, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0672725** e o código CRC **666B0404**.

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 181.2021.DOF - ORÇAMENTO.0673726.2021.007178

1 - INFORMAÇÕES DO PEDIDO

Unidade Administrativa: Assessoria de Comunicação
Responsável: Daniela Bragança Macedo
Descrição do Objeto: Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses, conforme documentos presentes no PI-2021.007178.

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.39.47 - Serviço de Comunicação em Geral

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 1.667.517,45	R$ 56.396,64	R$ 1.611.120,81

4 - OBSERVAÇÕES

Saldo atual informado composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme Demonstrativo da Execução Orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 03 de Agosto de 2021 (R$ 1.667.517,45).

Tendo em vista que o processo é via Registro de Preços, o impacto orçamentário não é imediato, e deverá ocorrer conforme a demanda, eventualmente, após homologação do procedimento licitatório. Desta forma, o recurso será disponibilizado de acordo com a necessidade, com a emissão das respectivas NAD's e Notas de Empenho a cada pedido de compra.

Informação Orçamentária elaborada conforme Quadro-Resumo 202.2021.SCOMS.0672725.2021.007178 gerado pelo Setor de Compras e Serviços no dia 02 de Agosto de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 05/08/2021, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0673726** e o código CRC **02ECA1E8**.

DESPACHO Nº 364.2021.01AJ-SUBADM.0678504.2021.007178

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Neste estágio processual, verifico que realizada a pesquisa de preços e mercado, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS constatou o seguinte:

> Dessa forma, solicitamos proposta comercial às seguintes empresas: COMUNIQUE-SE, TOP CLIP, CORTEX CENTRAL CLIPPING, REDE CLIPPING, CONTENT ASSESSORIA, INTERCLIP e KNEWIN. As três primeiras empresas listadas responderam a este Setor enviando proposta comercial ou realizando reuniões de apresentação das plataformas oferecidas. As demais empresas não enviarem proposta, ou informaram sobre a impossibilidade de atender no Estado do Amazonas.
>
> Destacamos que a empresa COMUNIQUE-SE encaminhou proposta comercial válida (0670559), contemplando todos os itens solicitados no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2021.ASCOM.(0643002). Já a empresa TOP CLIP também enviou proposta comercial, porém esclarecendo que não seria capaz de cumprir o escopo do Termo de Referência, visto que não era capaz de monitorar a produção de conteúdo local de rádio e TV, conforme especificado na proposta. Além disso, o valor mensal ofertado pela empresa é cerca de 600% maior que o preço da empresa COMUNIQUE-SE, que atende integralmente o escopo desta contratação. Ainda tivemos o retorno da empresa CORTEX, com quem foram realizadas 3 reuniões. A primeira no dia 06/7, entre a empresa e este SCOMS, a segunda no dia 13/07, entre a empresa, este SCOMS e essa ASCOM, e última reunião, para uma demonstração da plataforma da empresa ocorreu no dia 22/07, entre a empresa, SCOMS e ASCOM. Nessa reunião, essa ASCOM inferiu que a plataforma ofertada pela empresa CORTEX (0670784) não supria as necessidades estabelecidas no Termo de Referência em tela, principalmente porque carecia de serviço de Mailing, imprescindível no escopo dessa futura contratação.
>
> Diante dos fatos narrados, constatamos que o item a ser contratado é considerado um serviço técnico altamente especializado. A especificidade do serviço a ser contratado, bem como a necessidade de uma empresa capaz de atender as demandas do Ministério Público do Estado tanto em nível regional quando nacional. Além disso, visto que se trata de um servço customizado a competição entre empresas torna-se difícil. Isso porque o escopo do serviço de uma empresa não concide integralmente com o serviço oferecido por suas concorrentes, dificultando a elaboração de um preço médio para um processo licitatório.

Desta feita, considerando a dificuldade em encontrar propostas válidas que contemplem todo o objeto descrito no Termo de Referência e ainda que, por meio do Mapa Demonstrativo de Preços 83 (0672706) verificou-se que foi realizado Pregão n. 62020 da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA com os mesmos serviços, **DETERMINO ao SCOMS, juntamente com a requerente,** apurar junto ao órgão as especificações utilizadas naquele certame, buscando o alcance da competitividade e melhor proposta para este Ministério Público, inclusive avaliando a possibilidade de alterações no Termo de Referência n. 5 (0643002).

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 13 de agosto de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/08/2021, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0678504** e o código CRC **2DD6DCA7**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 359.2021.SCOMS.0682701.2021.007178

Manaus, 25 de agosto de 2021.

À Senhora

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

Assunto: Informa sobre pesquisa de mercado

Senhora Assessora,

Em atenção ao Despacho Nº 364.2021.01AJ-SUBADM (0678504)., informamos que este Setor de Compras e Serviços realizou diligências com o intuito de apurar as especificações utilizadas no Pregão Nº 062020 da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, que contratou serviço de monitoramento de míeida eletrônica.

Visto que os preços oriundos do certame supracitado compõem o Mapa Demonstrativo de Preços Nº 83/2021 (0672706), encaminhamos os presentes autos para que essa Assessoria de Comunicação avalie a compatibilidade do objeto contratado pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima em relação ao objeto sobre qual trata este processo. Caso haja compatibilidade, solicitamos que os autos sejam enviados à Subprocuradoria-Geral de Justiça para assuntos administrativos para prosseguimento regular do feito. Todavia, caso essa ASCOM verifique que o escopo dos dois serviços é consideravelmente divergente, solicitamos que os autos retornem a este SCOMS para nova pesquisa de mercado.

Atenciosamente,

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Portaria 0642/2021/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 25/08/2021, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

Sumário

1 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO....2
2 DO OBJETO....2
3 DA DESPESA MÁXIMA ACEITÁVEL....3
4 DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO....3
5 DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, HABILITAÇÃO E ENVIO NO SISTEMA....5
6 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DECLARAÇÕES....7
7 DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO....8
8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA....9
9 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS (FASE ANTERIOR À ETAPA COMPETITIVA – LANCES)....9
10 DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)....9
11 DO ENQUADRAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP....11
12 DA NEGOCIAÇÃO....12
13 DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS....13
14 DA HABILITAÇÃO....14
15 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR....17
16 DO RECURSO....19
17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO....19
18 DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO....20
19 DOS ENCARGOS DO MPRR....20
20 DOS ENCARGOS DA CONTRATADA....21
21 DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO....22
22 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO....22
23 DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO....23
24 DO CONTROLE DE EXECUÇÃO....23
25 DAS PENALIDADES....24
26 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO....27
27 DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA....28
28 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS....28
29 DOS ANEXOS....29

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR**, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 215 - PGJ, publicada no DJE nº 6639, de 6 de março de 2020, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024/2019, Resoluções nº 11 e 12, de 17/12/2007 do Ministério Público do Estado de Roraima e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, com julgamento por **ITEM**, tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, mediante **EXECUÇÃO INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, do objeto descrito no Anexo I deste edital, conforme condições e especificações constantes nas cláusulas abaixo e Anexos, os quais fazem parte integrante do presente Edital.

1 DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Dia: **13 de agosto de 2020**
Horário: 10h (horário de Brasília/DF) – 9h (horário local)
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br
Código UASG: 926196
Processo Administrativo SEI nº 19.26.1000000.0006480/2020-12

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem como objeto contratação de **serviços de *clipping* jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR)**, conforme condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital.

2.2 O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO para o ITEM ÚNICO.

2.3 Em razão do(s) descritivo(s) do Sistema Comprasnet (também reproduzido(s) no documento "Relação de Itens") não possuir(em) o mesmo nível de detalhamento do

objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no(s) descritivo(s) constante(s) no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.4 A despesa máxima aceitável pela Administração foi fixada a partir de pesquisas de preços realizadas com fornecedores especializados, bem como levantamento de despesas de contratações realizadas em órgãos públicos diversos. As pesquisas permanecerão disponíveis para consulta mediante solicitação pelo e-mail pregao@mprr.mp.br.

3 DA DESPESA MÁXIMA ACEITÁVEL

3.1 A despesa máxima aceitável para a contratação de que trata o objeto perfaz o valor de **R$ 60.720,72 (sessenta mil, setecentos e vinte reais e setenta e dois centavos).**

3.2 A presente contratação ocorrerá mediante disponibilidade orçamentária na Classificação Funcional Programática - 03091004.2182, Categoria Econômica e Elemento de Despesa – 339039, Subelemento 23, Fonte 101, onde existem recursos orçamentários disponíveis.

4 DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 O MPRR não atua como unidade de cadastramento do SICAF.

4.1.3 A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 empresa que tenha sido declarada no SICAF inidônea ou impedida para licitar ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública Direta e Indireta, de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

4.3.3 empresa com existência de débitos inadimplidos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas da Justiça do Trabalho;

4.3.4 empresa com existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

4.3.5 empresa com existência de registro no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União;

4.3.5.1 para cumprimento do disposto nas cláusulas acima será realizada consulta obrigatória no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet *www.comprasnet.gov.br*; consulta ao sítio *www.tst.jus.br/certidao*; consulta ao sítio *www.cnj.jus.br*; consulta ao sítio *www.portaltransparencia.gov.br;* consulta ao sítio https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

4.3.6 empresa, cujo objeto social não seja pertinente e/ou compatível com o objeto deste Pregão. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, caso necessário, poderá ser consultada no sítio (*www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp*);

4.3.7 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.8 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.9 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.10 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.11 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; e

4.3.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.13 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo as seguintes declarações:

4.3.13.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.13.2 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.13.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.13.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.13.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.13.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.13.7 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.13.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.13.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3.14 empresas prestadoras de serviço das quais Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado de Roraima – ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau – sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes no Anexo IV.

4.3.15 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, HABILITAÇÃO E ENVIO NO SISTEMA

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da Sessão Pública**.

5.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da Sessão Pública.

5.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.3 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo estabelecido no item 15.1 deste Edital.

5.4 No campo do sistema reservado para descrição detalhada do objeto, o licitante deverá complementar as informações necessárias, esclarecendo-se que aquelas informações que conflitarem com o edital ensejarão a desclassificação da empresa. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: "Conforme edital".

5.4.1 Como requisito para a participação no Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus anexos.

5.5 A empresa licitante deverá informar o CNPJ do estabelecimento (matriz e/ou filial) que emitirá a nota fiscal.

5.6 As declarações referentes aos subitens 14.7 a 14.14 deverão ser formuladas pelos fornecedores no sistema eletrônico Comprasnet**,** as quais somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de Aceitação.

5.7 A proposta deverá oferecer ainda os meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo: endereço, telefone ou e-mail, além de qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, com os dados: nome completo, endereço, CPF, carteira de identidade, nacionalidade e profissão, informando, ainda, qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração).

5.8 No valor ofertado já deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da operação dos serviços, tais como, mão de obra, impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, taxas e quaisquer outras despesas incidentes ou necessárias à prestação dos serviços na forma prevista neste Edital.

5.9 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

5.11 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de chave de acesso e senha e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação.

5.12 Para os preços propostos, não serão admitidos lances para os ITENS com valor igual a zero (0,00), ensejando a desclassificação/recusa da proposta.

5.13 O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dele ou solicitando a desclassificação da proposta, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto (exemplo: digitação errada do valor no momento dos lances).

5.14 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.15 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a fornecer os suprimentos descritos neste edital e Termo de Referência.

5.16 A apresentação da proposta e documentos de habilitação implica na aceitação total de todas as condições deste edital.

5.17 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

5.18 <u>As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006.</u>

5.19 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DECLARAÇÕES

6.1 O licitante deverá encaminhar proposta comercial e os documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo ao disposto no item 5 deste edital até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente após a fase de recebimento de propostas e demais documentos.

6.2 No momento da elaboração e envio da proposta o licitante deverá encaminhar por meio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

6.2.1 **Declaração** de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 34, informando que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6.2.2 **Declaração** de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

6.2.3 **Declaração** de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.2.4 Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, **declaração** de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal; e

6.2.5 **Declaração** de Elaboração Independente de Proposta.

6.2.6 **Declaração de Regularidade**, em atendimento ao item 4.3.14 deste Edital, conforme dispõe o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no Anexo V, deste Edital;

6.2.7 As declarações mencionadas nos 6.2.1 a 6.2.5 serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, **não havendo necessidade de envio por meio de *e-mail* ou outra forma.**

6.3 Nos termos do art. 26 do Decreto 10.024/2019, a proposta e os documentos de habilitação devem ser encaminhados **simultaneamente**, por meio do sistema eletrônico, até a abertura da Sessão Pública.

6.4 Até a abertura da Sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

7 DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

7.1 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.2 Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24h após a comunicação do fatos aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.3 No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 A abertura da Sessão Pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicada no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

8.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

8.4 Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS (FASE ANTERIOR À ETAPA COMPETITIVA – LANCES)

9.1 O(a) Pregoeiro(a), após abertura da sessão pública, verificará as propostas apresentadas (cadastradas no sistema) e desclassificará/recusará, motivadamente (conforme item 5), aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

10 DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes cujas propostas comerciais (de preços) restarem classificadas poderão encaminhar lances para os ITENS exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01.

10.4 **Será adotado para o envio de lances no presente certame o modo de disputa "ABERTO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.5 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.6 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.7 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.8 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.9 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

10.9.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.11.1 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

10.11.2 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor preço registrado, vedada a identificação da ofertante.

10.12 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.13 Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, a seu critério, lance cujo preço for considerado manifestamente inexequível.

10.14 Não será admitida a desistência injustificada da proposta/lance, após o INÍCIO ou o ENCERRAMENTO da fase de lances.

10.15 Excepcionalmente poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta/lance, em razão de motivo justificado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

10.16 Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem 10.15 acima, a licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

10.17 O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, conforme prazo estipulado no edital, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidade cabíveis, inclusive de impedimento de licitar e contratar, conforme legislação.

11 DO ENQUADRAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

11.1 O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a não ocorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo.

11.2 Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3 A sociedade que deixar de apresentar a declaração não poderá fazê-lo posteriormente. Nesse caso, a não apresentação da declaração importará na renúncia, pelo interessado, do tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

11.4 Nos termos do art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado concedido às micro e pequenas empresas, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

11.4.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

11.4.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

11.4.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/06, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

11.4.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

11.4.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida lei;

11.4.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

11.4.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

11.4.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

11.4.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; e

11.4.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

11.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.6 Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado, e a licitante for considerada habilitada.

11.7 **Nos termos do art. 3º do Decreto 8.538/2015, na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.**

12 DA NEGOCIAÇÃO

12.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, correspondente ao menor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

12.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.3 Caso o licitante aceite a contraproposta do Pregoeiro após a negociação, será reaberto o sistema para envio da proposta readequada ao último lance e, caso necessário, dos documentos complementares, no prazo de **ATÉ 120 (CENTO E VINTE MINUTOS)**.

12.4 O(a) Pregoeiro(a) anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão do pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

13 DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Encerrada a etapa de lances (etapa competitiva) o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Equipe de Apoio, examinará a proposta e documentos de habilitação classificados em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação à despesa máxima para a contratação e especificações técnicas. Na análise para aceitabilidade da proposta comercial será verificado o cumprimento:

13.1.1 A observância do disposto no item 5.

13.1.2 O atendimento de todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

13.2 O Pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, será desclassificada, inclusive no caso

de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação, sem prejuízo da aplicação de penalidades legalmente previstas.

13.3 Analisada a aceitabilidade do preço obtido e especificações técnicas, e concluída a negociação, quando houver, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

13.4 O critério de julgamento será o de **menor preço para o ITEM ÚNICO.**

13.5 O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MPRR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.6 Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, representada pelo menor preço, com até 2 (duas) casas decimais.

13.7 No caso de equivalência de valores das propostas, nenhum licitante ofertar lance, será realizado sorteio na forma do art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93, para o qual todos os licitantes serão convocados, via *chat*, no sistema Comprasnet.

13.8 Não se admitirá proposta que apresente valores excessivos, superiores ao máximo aceitável pelo MPRR ou de valor zero, incompatíveis com os valores praticados pelo mercado.

13.9 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.10 Sendo aceitável a proposta, o Pregoeiro efetuará consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para comprovar a regularidade do licitante.

13.11 O licitante e/ou sua proposta comercial poderá ser DESCLASSIFICADO(A)/RECUSADO(A), mesmo após a etapa de disputa (lances) se:

13.11.1 não atender às exigências do presente edital;

13.11.2 for omisso ou apresentar irregularidades insanáveis;

13.11.3 não apresentar descrição clara do objeto cotado, bem como especificações técnicas exigidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital;

13.11.4 não informar MARCA/MODELO do produto ofertado, quando necessário;

13.11.5 apresentar preços unitários e/ou preços globais (finais) superiores aos valores estabelecidos no certame, pesquisados/cotados pelo Órgão;

13.11.6 o licitante abandonar o certame ou deixar de reenviar a Proposta (Readequada) de Preços;

13.11.7 deixar de enviar documentação indicada (de habilitação e demais constantes do edital), sujeitando-se ainda, às sanções previstas neste Edital;

13.11.8 o licitante subsequente ao licitante desclassificado que, convocado pelo pregoeiro, via *chat*, não atender ao chamado no tempo ali especificado, em atenção aos itens 8.3 e 8.4 deste edital.

13.12 Se a proposta for recusada/desclassificada ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.12.1 Ocorrendo a situação referida no item anterior, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante da proposta subsequente a desclassificada, para que seja obtido menor preço.

13.13 A recusa poderá ocorrer, inclusive, quando do envio da proposta de preço (comercial) readequada ao último lance, desde que justificado.

13.14 Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

14 DA HABILITAÇÃO

14.1 **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

14.1.1 Nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das ME/EPPs somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

14.2 Após a análise, julgamento e aceitabilidade da proposta o licitante que apresentou melhor proposta, será verificada, *online* e nos sítios pertinentes, a habilitação **jurídica**, a **qualificação técnica**, **regularidade fiscal (regularidade perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais)** e **trabalhista, bem como, as Declarações** já cadastradas previamente pelo sistema.

14.3 No tocante à **regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais**, em conformidade com o disposto nos Acórdãos nº 1.793/2011 e nº 2296/2012 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, será verificada da empresa declarada vencedora:

14.3.1 sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF; por meio de consulta ao *sítio* www.comprasgovernamentais.gov.br;

14.3.2 inexistência de débitos inadimplidos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas da Justiça do Trabalho, por meio de consulta ao *sítio* www.tst.jus.br/certidao*;*

14.3.3 inexistência de registro no Tribunal de Contas da União no cadastro de Licitantes Inidôneos;

14.3.4 inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

14.3.5 inexistência de registro no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEIP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

14.3.6 A verificação dos registros constantes nos itens 14.3.3, 14.3.4 e 14.3.5 ocorrerá mediante Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União no sítio https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

14.3.7 O licitante cadastrado no SICAF deverá contar com habilitação válida no referido sistema nos seguintes níveis de validação: Credenciamento; Habilitação Jurídica; Regularidade Fiscal Federal; Regularidade Fiscal Estadual/Municipal ou apresentar os documentos que supram tal habilitação, caso estejam vencidos.

14.4 Relativa à **habilitação jurídica**, o licitante deverá apresentar:

14.4.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou

14.4.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

14.4.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou

14.4.4 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

14.5 Relativa à **habilitação técnico-operacional**:

14.5.1 Possuir 1 (um) ou mais **Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome do licitante, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens com objeto semelhante ao deste Pregão.

14.5.1.1 O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá se referir a fornecimento de bens no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial

competente, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

14.5.1.2 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informação sobre o serviço fornecido, bem como cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

14.6 Para a comprovação da **qualificação Econômico-Financeira**, deverá apresentar:

14.6.1 Certidão Negativa de feitos sobre Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da lei 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

14.6.2 Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1.

14.7 Declaração de ciência dos termos do edital e seus anexos e cumprimento dos requisitos de habilitação.

14.8 Declaração de cumprimento dos requisitos estabelecidos para ME/EPP/Cooperativa previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9 Declaração sobre a superveniência de fato impeditivo à habilitação neste certame;

14.10 Declaração de elaboração independente de proposta.

14.11 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14.12 Declaração de Acessibilidade quanto cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da lei 8.213/1991.

14.13 Declaração de cumprimento de cota de aprendizagem, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho.

14.14 Declaração de que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e do art. 5º da Constituição Federal.

14.15 Declaração de Regularidade, em atendimento ao item 4.3.14 deste Edital, conforme dispõe o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

14.16 As declarações de que tratam os subitens 14.7 a 14.14 deverão ser preenchidas de forma eletrônica, em campo próprio do sistema, por ocasião do envio da proposta. O documento exigido no subitem 14.15 deverá ser encaminhado com a proposta e documentos de habilitação.

14.17 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.18 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

14.19 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.20 Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

15 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

15.1 O licitante deverá encaminhar em **ATÉ 120 (CENTO E VINTE) MINUTOS, a contar da convocação,** Proposta Comercial ajustada (readequada) ao lance final (modelo Anexo II), incluindo eventuais negociações já realizadas pelo sistema.

15.2 A proposta reenviada deve oferecer ainda informações adicionais, como os meios de comunicação disponíveis para contato (telefone, *e-mail* etc.), qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato (nome completo, endereço, CPF, carteira de identidade, nacionalidade e profissão, informando, ainda, qual o instrumento, exemplo contrato social ou procuração, que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato).

15.2.1 O Pregoeiro poderá solicitar o reenvio da proposta comercial readequada quantas vezes entender necessário, ou seja, enquanto persistir falhas nas informações adicionais.

15.3 Nos termos do art. 26, §9º do Decreto 10.024/2019, o Pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, após o encerramento do envio de lances, observado o praxo definido no item 15.1.

15.4 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação digital disponibilizada pelo ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

15.5 O envio ocorrerá pelos seguintes meios:

15.5.1 preferencialmente por meio do Sistema Comprasnet – opção "enviar anexo";

15.5.2 para o endereço eletrônico pregao@mprr.mp.br, ou

15.5.3 entrega pessoal no setor de licitações (CPL – Comissão Permanente de Licitação do Ministério Público do Estado de Roraima), no endereço Avenida Santos Dumont, nº 710 – São Pedro – Boa Vista – Roraima – CEP 69306-680.

15.6 Para fins de adjudicação, a proposta nos moldes do Anexo II, os documentos e os anexos serão juntados ao processo correspondente no SEI, após a aceitação e habilitação da empresa e, **caso seja solicitado pelo pregoeiro**, deverão os originais/ cópias autenticadas, ser enviadas, no prazo de 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, ao endereço mencionado no item antecedente.

15.7 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com o número de CNPJ e o respectivo endereço. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

15.8 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

15.9 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

16 DO RECURSO

16.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, onde qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

16.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da Sessão Pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.1.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdãos TCU nº 339/2010 – Plenário e nº 600/2011 – Plenário).

16.2 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4 Para efeito do disposto no § 5º, do artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do Processo SEI franqueada aos interessados.

16.1 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do meio eletrônico (sistema Comprasnet) e/ou com os respectivos prazos legais vencidos.

17 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Os ITENS serão ADJUDICADOS aos licitantes que apresentarem o MENOR PREÇO GLOBAL e cumprir todos os requisitos de habilitação.

17.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor pelo(a) Pregoeiro(a);

17.3 Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

17.4 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Procuradora-Geral de Justiça ao licitante vencedor, depois de decididos os recursos, quando houver.

18 DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

18.1 Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17 do Decreto nº 10.024/2019.

18.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

18.3 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19 DOS ENCARGOS DO MPRR

19.1 Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores.

19.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo previsto.

19.3 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

19.4 Preencher e enviar a Ordem de Fornecimento de Bens de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

19.5 Receber o produto entregue pela CONTRATADA, que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

19.6 Recusar com a devida justificativa qualquer software ou serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

19.7 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos no Contrato.

19.8 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento dos suprimentos de informática.

19.9 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa, através de servidor especialmente designado.

20 DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

20.1 Cadastrar-se no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, como "USUÁRIO-EXTERNO", por meio do endereço https://www.mprr.mp.br/app/webroot/sei/ para fins de acompanhamento processual, especialmente assinatura do Contrato.

20.2 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua Proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

20.2.2 Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

20.2.3 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.

20.2.4 Entregar o produto conforme condições estabelecidas no item 21 – Das Condições de Entrega e Recebimento.

20.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

20.2.6 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

20.2.7 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

20.2.8 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no edital.

20.2.9 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

20.3 No caso de ocorrer dano em equipamento da CONTRATANTE causado por mal funcionamento do produto fornecido pela CONTRATADA, todos os custos de reparo ou substituição, correrão por conta da empresa CONTRATADA.

21 DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO

21.1 Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

21.1.1 **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, em até 5 (cinco) dias da apresentação da Nota Fiscal de serviço;

21.1.1.1 Não serão recebidos produtos provisória ou definitivamente:

21.1.1.1.1 item(ns) apresentando especificações diversas do Termo de Referência.

21.1.2 **Definitivamente**, por servidor, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/1993.

21.1.3 A nota fiscal somente será atestada quando da entrega total dos itens correspondente a nota de empenho.

21.1.4 O(s) servidor(es) designado(s) pelo Órgão elaborá(ão) relatório circunstanciado para fins de liberação do pagamento das Notas/Faturas e contagem do início do prazo de garantia.

22 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 A nota fiscal deverá ser apresentada até o 5º (quinto) dias útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

22.2 O(s) servidor(es) designado(s) pelo Órgão elaborá(ão) relatório circunstanciado para fins de liberação do pagamento das Notas/Faturas.

22.3 O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias úteis** contados do atesto da fatura, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da Contratada, devidamente atestado pelo Fiscal administrativo.

22.4 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da lei 8666/1993, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

22.5 As notas fiscais/faturas deverão conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta-Corrente da Contratada, descrição do objeto, além das devidas conferências e atestes por parte da Fiscalização.

22.6 Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações.

22.7 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências

acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

23 DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

23.1 No interesse da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima, o valor inicial da poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, salvo as supressões além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

23.1.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos que se fizerem necessários.

23.1.2 Nenhum acréscimo poderá exceder o limite estabelecido nesta condição.

24 DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

24.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto desta licitação serão exercidos por meio de um representante, denominado Fiscal, e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais competem acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, dando ciência de tudo à CONTRATADA, conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

24.2 Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo correto fornecimento do produto contratado, a CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem restringir de qualquer forma a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

24.3 Cabe à CONTRATADA atender prontamente, e dentro do prazo estipulado, quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto, inerente ao produto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao produto contratado, inclusive perante terceiros, respondendo por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

24.4 A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos ou assistentes.

24.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante o disposto no § 2o do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

25 DAS PENALIDADES

25.1 Com fundamento na Lei 8.666/1993, artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, a licitante está sujeita, em caso de descumprimento das regras constantes neste Edital e Anexos, às seguintes penalidades.

a) Não retirar a nota de empenho, deixar de assinar o contrato ou ata de registro de preços, quando for o caso.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho estimado para o item ou lote.
c) Não mantiver a proposta ou desistir do lance.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
d) Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no Termo de Referência.	**a**. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor da fatura do período no qual ocorreu o atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

e) Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	**a.** Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do contrato/nota de empenho, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
f) Inexecução total.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato/ nota de empenho.
g) Inexecução parcial do objeto.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 1 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valo correspondente a parte não executada.
h) Comportar-se de modo inidôneo.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valo correspondente a parte não executada.
i) Fizer declaração falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
j) Apresentar documentação falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.
k) Cometer fraude fiscal.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública

	pelo período de 5 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.

25.2 A Contratada incorrerá, também, nas seguintes sanções:

25.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

25.2.2 **Suspensão temporária** do direito de participar de licitação e **impedimento de contratar** com o Órgão emissor do pedido.

25.2.3 **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

25.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

25.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

25.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

25.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

25.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e CEIS, quando for o caso.

25.7 A penalidade Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima, e será processada em procedimento apartado, assegurando ao interessado o contraditório e ampla defesa, no

prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

25.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

25.9 A(s) multa(s) deverá(ao) ser recolhida(s) no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da(s) comunicação (ões) enviada (s) pela Administração deste Órgão Ministerial.

25.10 O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

25.11 As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

26 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

26.1 Os **Pedidos de Esclarecimentos** referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, preferencialmente pelo endereço eletrônico pregao@mprr.mp.br.

26.2 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá **Impugnar** o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.

26.2.1 A impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, preferencialmente pelo endereço eletrônico pregao@mprr.mp.br.

26.3 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnação enviados fora do prazo estabelecidos nos itens 27.1 e 27.2.

26.4 O pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento do pedido.

26.5 A impugnação não possui efeito suspensivo e a sua concessão é medida excepcional, devendo ser motivada pelo Pregoeiro.

26.6 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do *link* Acesso livre>Pregões>Agendados, para conhecimento dos licitantes

interessados e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

27 DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

27.1 O licitante, cujo objeto lhe for ADJUDICADO, ficará obrigado a:

27.1.1 assinar a Ata de Registro de Preços, via SEI – Sistema Eletrônico de Informações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

27.1.2 retirar a Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;

27.1.3 executar o objeto, observados os prazos previstos no Termo de Referência e as demais condições estipuladas neste Edital, na Proposta Readequada e Nota de Empenho.

27.2 Os prazos acima poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do MPRR.

28 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28.2 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que dela deveria constar, na forma da deste edital.

28.3 A Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Roraima poderá rescindir de pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando:

28.3.1 vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

28.3.2 for envolvido em escândalo público e notório;

28.3.3 quebrar o sigilo profissional;

28.3.4 na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

28.4 A licitação poderá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, bem como, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

28.5 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

28.6 Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Roraima comunicará os fatos verificados às Instituições competentes, para as providências devidas.

28.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.9 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

28.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima.

28.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão, na forma eletrônica.

28.12 As normas que disciplinam este pregão, na forma eletrônica, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

29 DOS ANEXOS

29.1 Este edital será fornecido exclusiva e gratuitamente na internet no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com os seguintes anexos:

29.1.1 Anexo I – Termo de Referência;

29.1.2 Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

29.1.3 Anexo III – Minuta do Termo de Contrato

29.1.4 Anexo IV – Declaração de Regularidade.

DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

1..1 A produção da CLIPAGEM deverá ser feita com a coleta de notícias referentes ao Ministério Público do Estado de Roraima. O serviço deverá compreender a seleção, compilação, análise de conteúdo e disponibilização em portal na web, com disponibilidade 24h por dia, 07 dias por semana. O serviço de gestão de informações deverá ser realizado através de sistema computadorizado, de forma digital, em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado. Quando solicitado em regime de urgência, a entrega será imediata.

1.2 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação das mesmas. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

1.3 A CONTRATADA deverá realizar sempre que solicitado, pesquisas sobre assuntos específicos, de matérias do interesse do MPRR, mesmo que não tratem de assuntos ligados diretamente à sua área de atuação, comunicando a empresa sobre a necessidade com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Nesses casos, enviar arquivo em separado com o assunto pesquisado sob demanda.

1.4 Deverá ser enviado um *clipping* com informações estratégicas e consideradas de alta relevância para a Contratante por meio de SMS, *whatsapp* ou outro meio de comunicação nas primeiras horas da manhã aos telefones indicados pelo Departamento de Comunicação Social deste órgão ministerial.

1.5 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou *whatsapp*) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

1.6 Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem a elaboração e fornecimento dos seguintes produtos:

1.6.1 *Clipping* Eletrônico: O serviço compreenderá a seleção, a compilação em bancos de dados, avaliação e remessa ao Departamento de Comunicação Social do MPRR de matérias jornalísticas sobre as ações relacionadas à Instituição na mídia impressa, sites, agências de notícias *online*, *blogs* e emissoras de TV e rádio.

1.6.2 *Clipping* mídia impressa – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos diariamente da mídia impressa (jornais e revistas), digitalizados ou transformados em PDF, no formato A-4, ou de outra forma que permita o acesso ágil e

fácil ao conteúdo informativo com vista à distribuição ao público-alvo por *e-mails*. Todas as notícias de interesse do MPRR serão "clipadas" dos veículos elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação.

1.6.2.1 A clipagem dos veículos impressos deverá ser disponibilizada em página da internet a ser criada pela contratada, a partir das 06h30min, sendo as matérias enviadas por meio eletrônico (e-mail) impreterivelmente até 9h30min do mesmo dia de sua publicação. Admitindo-se na segunda-feira ou após feriados prolongados a entrega até às 11h, devido ao aumento de exemplares de jornais durante o final de semana.

1.6.2.2 O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nos jornais deverá ser transmitido de segunda a sábado, para os emails informados pela Contratante, até às 07h. Uma edição complementar deverá ser enviada diariamente às 12h e também devem ser disponibilizados em página de internet, seguindo os horários estipulados neste Termo de referência.

1.6.2.3 Disponibilizar as imagens das capas e das páginas onde há matérias contendo citações do cliente, de forma fiel em conteúdo e forma e cores, inclusive quanto a fotografias e gráficos (quando esses forem solicitados), mantendo-se as condições de leitura idênticas à mídia original, tanto para impressão quanto para leitura em microcomputador e devem ser formatadas para impressão em tamanho A4, legíveis, sem cortes nem borrões. Cada notícia deverá estar isolada numa única imagem. Apenas para notícias cujo tamanho original não permita a formatação em tamanho A4 será permitida a confecção de mais de uma imagem;

1.6.2.4 O clipping da mídia impressa deverá ser entregue em formato PDF, via e-mail, de forma padronizada, contendo o nome do veículo de comunicação, data, caderno e/ou editoria e coluna, jornalista, página em que sair a notícia, indicador de notícia para avaliação (positiva, neutra ou negativa), além do cálculo da mídia espontânea (valor real do custo de cada matéria, caso tivesse sido paga) e disponível também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição, organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.2.5 No PDF os jornais e as revistas devem ser disponibilizados com a imagem da capa original, com um índice dos títulos das matérias clipadas. Após a capa com o índice, devem ser apresentadas todas as matérias selecionadas no dia do mesmo veículo. De forma exemplificativa: inicia-se o clipping com o jornal X, deve-se colocar a imagem da capa do jornal original com o índice e depois seguir com todas as matérias desse jornal, clipadas no dia; nesse mesmo exemplo, se após o jornal X, for colocado o jornal Y, deve ser observado esse mesmo procedimento anterior indicado e, assim, sucessivamente.

1.6.3 *Clipping* de revistas semanais – O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nas revistas semanais deverá ser enviado aos sábados.

1.6.4 *Clipping* TV – Constituir-se-á de matérias extraídas de telejornais e outros programas de televisão de conteúdo jornalístico. O material será disponibilizado via internet diariamente com o respectivo vídeo, transcrição e link para reportagens, de forma a permitir o acesso integral às matérias veiculadas em televisão. Todo o conteúdo de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) será "gravado", dos principais telejornais elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante.

1.6.4.1 As notícias veiculadas pelas emissoras de televisão que versem sobre os temas de interesse do MPRR devem ser registradas e estarem disponíveis no sistema eletrônico em no máximo duas horas após a veiculação. Os arquivos deverão ser enviados por *e-mail,* de segunda a sábado, em 02 edições: MANHÃ/TARDE E TARDE/MANHÃ.

1.6.4.2 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

1.6.4.3 Os *clippings* televisivos devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do *clipping* televisivo (formato mp4), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.5 *Clipping* rádio – Constituir-se-á de gravações e transcrições de entrevistas e reportagens extraídas da programação de rádios AM e FM. O material será disponibilizado via internet diariamente com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição, permitindo o acesso à notícia tal como veiculada. Todas as matérias de interesse do MPRR serão "gravadas", das principais emissoras relacionadas e indicadas pela Contratante.

1.6.5.1 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

1.6.5.2 Os clippings de Rádios devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do clipping rádio (formato mp3), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no hotsite da contratada para

acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.5.3 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação da mesma.

1.6.5.4 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou whatsapp) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

1.6.6 *Clipping* mídia digital – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, citações e comentários extraídos diariamente de sites, agências de notícias *online* e *blogs*, com print das páginas onde as matérias foram publicadas. O material deverá ser disponibilizado em página da internet e também digitalizado ou transformado em PDF ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo. Todo o material deverá ser enviado com *link* para a página original das informações. O conteúdo de interesse do MPRR será "clipado" dos veículos relacionados neste Termo de Referência. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

1.6.6.1 O clipping de mídia digital deverá ser atualizado a cada 1 (uma) hora.

1.6.6.2 O arquivo eletrônico com o clipping das notícias publicadas nos veículos *online* deverá ser enviado de segunda a domingo de 2 (duas) em 2 (duas) horas, das 8h às 20h.

1.7. Relatório mensal de análise de mídia – Consiste em uma análise quantitativa, qualitativa e monetária sobre a repercussão na imprensa dos itens relacionados ao Ministério Público do Estado de Roraima. O documento deverá conter informações detalhadas sobre exposição por mídia, veículo, valores, e quantidade de matérias veiculadas e a avaliação em relação ao tipo de exposição (negativa/positiva/neutra), entre outras.

1.8 O relatório deverá ser apresentado mensalmente pela contratada até o 5º dia útil do mês subsequente, com texto, tabela, índices e gráficos, sobre a repercussão da imagem do MPRR junto à mídia. O relatório será disponibilizado por e-mail, mas deverá também ser enviado por e-mail, em formato PDF, e pelo aplicativo WhatsApp.

1.9 A contratante deverá repassar os critérios utilizados por ele.

1.10 A seleção dos veículos: jornais impressos, revistas, portais on-lines, blogs, programas de rádio e programas de TV serão elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante junto à contratada.

KATIUSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES:79535526391

Assinado digitalmente por KATIUSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES:79535526391
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=Certificado PF A3, CN=KATIUSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES:79535526391
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2020-07-28 17:01:13
Foxit Reader Versão: 10.0.0

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
Av. Santos Dumont, nº 710 - Bairro São Pedro - CEP 69306-680 - Boa Vista - RR - www.mprr.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 O presente termo de referência tem por objeto a contratação de serviços de *clipping* jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIA MENSAL (R$)	VALOR MÉDIA ANUAL (R$)
1	Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.	UND	**12**	**R$ 5.060,06**	**R$ 60.720,72**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação justifica-se devido à necessidade de acompanhamento permanente das informações veiculadas pela imprensa, que tratem das temáticas relacionadas à atuação do Ministério Público do Estado de Roraima com o objetivo de coletar dados que sirvam de base para a tomada de decisões estratégicas pelo órgão ministerial, a fim de fortalecer a imagem institucional perante a sociedade e atingir um dos objetivos do Plano Estratégico 2017-2021 do MPRR.

2.2 O acesso diário às notícias de interesse do órgão também permite subsidiar os processos de articulação e implementação de políticas públicas voltadas para proteção e promoção dos direitos humanos, bem como permitir uma análise da repercussão das ações e programas implementados pelo Ministério Público do Estado de Roraima.

2.3 O monitoramento da publicação das informações possibilitará ainda ao MPRR, a identificação e mapeamento dos veículos de comunicação estratégicos para as oportunidades de divulgação de informações de interesse da Instituição.

2.4 A disponibilização de relatórios diários e mensais com análises críticas das informações veiculadas, permitirá uma avaliação sobre a repercussão da imagem do órgão ministerial junto à mídia. O *clipping* representa, portanto, uma poderosa ferramenta estratégica para a gestão e o acompanhamento das ações do Ministério Público em Roraima e em todo o país.

2.5 A CLIPAGEM é feita com o objetivo de controlar o fluxo de informações, possibilitando o acesso do assessorado a matérias de seu interesse e também quanto à prestação de contas dos serviços realizados pelo Departamento de Comunicação Social. Além disso, é possível medir o interesse da imprensa pela Instituição, bem como avaliar o tipo de conteúdo (favorável/desfavorável) divulgado sobre o MPRR. O CLIPPING também é de fundamental importância para manter a memória de divulgação, servir para dimensionar o nível de divulgação do órgão e mostrar o quanto a sociedade teve acesso a esclarecimentos e informações sobre as ações do MPRR.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes deste instrumento e de seu Anexo I.

4. CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

4.1 O objeto deste instrumento é considerado como serviço comum, pois, conforme prevê o parágrafo único da Lei nº 10.520/2002, a classificação do bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos serviços e, tampouco ao interesse público.

4.2 Observa-se, ainda, que os serviços enquadram-se com o de natureza comum, nos termos do artigo 2°, § 1°, do Decreto n° 5.450/2005, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade dos bens e serviços, objetivamente definidos neste Termo de Referência, seguem especificações usuais de mercado.

5. ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA

5.1 O serviço, objeto desta contratação, é considerado de caráter continuado pelo Ministério Público do Estado de Roraima, uma vez que, se interrompido, pode comprometer a continuidade de suas atividades. Ressalta-se que a justificativa demonstra que a necessidade

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 153

do *clipping* eletrônico é permanente, visto que sua eventual interrupção causaria o comprometimento da continuidade das atividades deste órgão ministerial, pois o *clipping* fornecerá, diariamente, informações estratégicas capazes de subsidiar a elaboração e execução de ações.

6. DO LOCAL E DO PRAZO PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 A empresa contratada utilizar-se-á de suas instalações para realização dos serviços de elaboração de *clipping* diário, por meio de pesquisa de matérias jornalísticas publicadas nos principais jornais, revistas, web, rádios e TVs do país, reproduzindo, na íntegra, as matérias de interesse do MPRR.

6.2 Compete à Empresa disponibilizar aos seus empregados todos os equipamentos e serviços necessários à realização das tarefas que resultem na elaboração do *clipping*.

6.3 Caberá à CONTRATADA, para realizar o trabalho de monitoramento de mídia eletrônica, manter base operacional no Estado de Roraima, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, com estrutura física contendo pessoal e equipamento na localidade onde será feita a prestação dos serviços.

6.4 Não obstante o prazo para instalação da estrutura física do item 6.3, o prazo para o início da execução dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da data da assinatura do Contrato.

7. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Do Contratante:

7.1.1 Prestar as informações e os esclarecimentos acerca dos resultados que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.1.2 Assegurar-se da boa prestação dos serviços pela Contratada verificando sempre o seu bom desempenho.

7.1.3 Fiscalizar o cumprimento das obrigações e compromissos assumidos pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que não deverão ser interrompidos.

7.1.4 Atestar o recebimento do objeto contratado e a execução dos serviços, após verificação das especificações, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

7.1.5 Proporcionar todas as condições para que a empresa contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições pactuadas.

7.1.6 Fornecer as informações solicitadas sobre a proposta editorial e dados técnicos, e ao acesso remoto pelos usuários da rede, bem como outras informações necessárias ao bom andamento dos serviços.

7.1.7 Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

7.1.8 Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

7.1.9 Fornecer a relação de endereços eletrônicos (*e-mails*) para os quais deverão ser enviados os *clippings* e relatórios.

7.2 Da Contratada:

7.2.1 Pelo menos um representante da CONTRATADA deverá participar de reunião presencial quinzenal para avaliação do serviço, sendo que os custos de deslocamento, estadia, locomoção e alimentação, se houver, correrão a cargo da contratada.

7.2.2 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento da Contratante.

7.2.3 Executar os serviços de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2.4 Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, comprovante de execução dos serviços, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

7.2.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.2.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento realizado pela ASCOM/MPRR.

7.2.7 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, transportes, alimentação, obrigações trabalhistas, previdenciárias e civis decorrentes do objeto do presente instrumento.

7.2.8 Dar suporte técnico aos usuários durante toda a vigência do contrato sem ônus adicional para a Contratante, devendo, para isso, fornecer o nome, telefone e endereço de *e-mail* do responsável pelos atendimentos. Possuir suporte técnico 24 horas por dia, sete dias por semana.

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 154

7.2.9 O responsável técnico da CONTRATADA deverá estar disponível para atender às solicitações de esclarecimento ou correções solicitadas em até 01 (uma) hora após a solicitação.

7.2.10 O suporte deverá ser dado pessoalmente, por telefone, fax ou *e-mail* diariamente, de segunda a sexta-feira, das 7h às 22 h e aos sábados, domingos e feriados das 9h às 18h.

7.2.11 Comprovar, quando da assinatura do Contrato, que possui em seu quadro de pessoal, no mínimo, um profissional com habilitação na área de comunicação social (jornalismo).

a) A comprovação de possuir profissional no quadro far-se-á mediante a apresentação da cópia do contrato social da empresa ou da CTPS ou do Livro de Registro de Empregado ou do contrato de prestação de serviços.

7.2.12 Realizar as entregas das matérias "clipadas" dentro da periodicidade e dos parâmetros estabelecidos neste Termo.

7.2.13 Entregar, até o quinto dia útil do mês seguinte, em CD-ROM, todo o conteúdo monitorado no período, acompanhado do Relatório Mensal de Análise de Mídia, com textos, tabelas, gráficos comparativos mês a mês, e também avaliação do conteúdo editorial (matérias positivas, negativas e neutras).

7.2.14 Fornecer senhas de acesso e *logins* mediante pedido da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado de Roraima.

7.2.15 Executar o serviço de acordo com as especificações deste Termo de Referência e do contrato, sendo que qualquer solicitação de mudança e qualquer esclarecimento adicional deverão ser formulados por escrito, devidamente fundamentados, para análise pela Contratante.

7.2.16 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante.

7.2.17 Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.

7.2.18 Indicar um representante, aceito pela Contratante, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário.

7.2.19 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários aos serviços até **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS

8.1 Estima-se para a presente contratação um custo mensal de **R$ 5.060,06** totalizando valor anual de **R$ 60.720,72,** conforme demonstrado na Avaliação de Preço de Mercado (Cesta de Preços 0232836) anexo ao presente termo de referência.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mensalmente à CONTRATADA, até 15 (quinze) dias após o aceite da Nota Fiscal de serviço, pelo servidor indicado pela CONTRANTE.

9.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal de serviço até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

9.3 A CONTRATANTE fará, em situações eventuais justificáveis, os descontos relativos a multas decorrentes de penalidades contratuais aplicadas à CONTRATADA no decorrer da vigência do contrato, resguardados o direito à ampla defesa e contraditório.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1 O objeto será recebido nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666 de 1993, após a execução dos serviços:

10.2 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, em até 5 (cinco) dias da apresentação da nota fiscal de serviço;

10.3 Definitivamente, por servidor, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666 de 1993.

10.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11. CONTROLE DE EXECUÇÃO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração designado pela CONTRATANTE.

11.2 O Fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou comunicar a autoridade superior para aplicação de sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 155

do serviço à qualidade exigida.

11.3 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

11.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e

encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

12.1 Um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa forneceu ou está fornecendo, a contento, objeto pertinente e compatível com o descrito nesta licitação.

13. DO CONTRATO

13.1 Os serviços objeto do presente Termo de Referência serão formalizados mediante Contrato, conforme o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

13.2 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (meses) a contar da publicação de seu extrato nas publicações oficiais do Estado de Roraima, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos subsequentes mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a licitante está sujeita, em caso de descumprimento, a penalidades.

14.2 Ficará a empresa impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MPRR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante e a adjudicatária que:

14.2.1 não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar ou não aceitar a Nota de Empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.2 deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

apresentar documentação falsa;

14.2.3 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

não mantiver a proposta;

14.2.4 falhar ou fraudar na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo;

14.2.5 fizer declaração falsa;

14.2.6 cometer fraude fiscal.

14.3 Para os fins do subitem 25.2.7 reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

14.4 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Empresa ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração do Órgão emissor do pedido, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

14.4.1 Advertência, quando não causar maiores prejuízos ao MPRR;

14.4.2 A Contratada incorrerá, também, nas seguintes sanções:

a) Não retirar a nota de empenho, deixar de assinar o contrato ou ata de registro de preços,	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos.

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 156

quando for o caso.	**b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (ano) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
c) Não mantiver a proposta ou desistir do lance.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
d) Entregar o objeto fora do prazo estabelecido neste termo de referência.	**a.** Multa de 0,3,% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor da fatura do período no qual ocorreu o atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigéssimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
e) Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	**a.** Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do contrato/nota de empenho, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
f) Inexecução total.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos. **b.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho.
g) Inexecução parcial do objeto.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (ano) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
h) Comportar-se de modo inidôneo.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
i) Fizer declaração falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
j) Apresentar documentação falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 05 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.
k) Cometer fraude fiscal.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 05 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.

14.4.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e **impedimento de contratar** com o Órgão emissor do pedido, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.4.4 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.9 A penalidade Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima, e será processada em procedimento apartado, assegurando ao interessado o contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

14.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

14.11 A(s) multa(s) deverá(ao) ser recolhida(s) no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da(s) comunicação (ões) enviada (s) pela Administração deste Órgão Ministerial.

14.12 As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta de preços durante a realização da sessão pública do pregão.

15.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

15.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo no Ministério Público do Estado de Roraima.

15.5 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

ANEXO I

DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

1. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

1.1 A produção da CLIPAGEM deverá ser feita com a coleta de notícias referentes ao Ministério Público do Estado de Roraima. O serviço deverá compreender a seleção, compilação, análise de conteúdo e disponibilização em portal na web, com disponibilidade 24h por dia, 07 dias por semana. O serviço de gestão de informações deverá ser realizado através de sistema computadorizado, de forma digital, em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado. Quando solicitado em regime de urgência, a entrega será imediata.

1.2 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação das mesmas. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

1.3 A CONTRATADA deverá realizar sempre que solicitado, pesquisas sobre assuntos específicos, de matérias do interesse do MPRR, mesmo que não tratem de assuntos ligados diretamente à sua área de atuação, comunicando a empresa sobre a necessidade com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Nesses casos, enviar arquivo em separado com o assunto pesquisado sob demanda.

1.4 Deverá ser enviado um *clipping* com informações estratégicas e consideradas de alta relevância para a Contratante por meio de SMS, *whatsapp* ou outro meio de comunicação nas primeiras horas da manhã aos telefones indicados pelo Departamento de Comunicação Social deste órgão ministerial.

1.5 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou *whatsapp*) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

1.6 Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem a elaboração e fornecimento dos seguintes produtos:

1.6.1 *Clipping* Eletrônico: O serviço compreenderá a seleção, a compilação em bancos de dados, avaliação e remessa ao Departamento de Comunicação Social do MPRR de matérias jornalísticas sobre as ações relacionadas à Instituição na mídia impressa, sites, agências de notícias *online*, *blogs* e emissoras de TV e rádio.

1.6.2 *Clipping* mídia impressa – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos diariamente da mídia impressa (jornais e revistas), digitalizados ou transformados em PDF, no formato A-4, ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo com vista à distribuição ao público-alvo por *e-mails*. Todas as notícias de interesse do MPRR serão "clipadas" dos veículos elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação.

1.6.2.1 A clipagem dos veículos impressos deverá ser disponibilizada em página da internet a ser criada pela contratada, a partir das 06h30min, sendo as matérias enviadas por meio eletrônico (e-mail) impreterivelmente até 9h30min do mesmo dia de sua publicação. Admitindo-se na segunda-feira ou após feriados prolongados a entrega até às 11h, devido ao aumento de exemplares de jornais durante o final de semana.

1.6.2.2 O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nos jornais deverá ser transmitido de segunda a sábado, para os e-mails informados pela Contratante, até às 07h. Uma edição complementar deverá ser enviada diariamente às 12h e também devem ser disponibilizados em página de internet, seguindo os horários estipulados neste Termo de referência.

1.6.2.3 Disponibilizar as imagens das capas e das páginas onde há matérias contendo citações do cliente, de forma fiel em conteúdo e forma e cores, inclusive quanto a fotografias e gráficos (quando esses forem solicitados), mantendo-se as condições de leitura idênticas à mídia original, tanto para impressão quanto para leitura em microcomputador e devem ser formatadas para impressão em tamanho A4, legíveis, sem cortes nem borrões. Cada notícia deverá estar isolada numa única imagem. Apenas para notícias cujo tamanho original não permita a formatação em tamanho A4 será permitida a confecção de mais de uma imagem;

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 158

1.6.2.4 O clipping da mídia impressa deverá ser entregue em formato PDF, via e-mail, de forma padronizada, contendo o nome do veículo de comunicação, data, caderno e/ou editoria e coluna, jornalista, página em que sair a notícia, indicador de notícia para avaliação (positiva, neutra ou negativa), além do cálculo da mídia espontânea (valor real do custo de cada matéria, caso tivesse sido paga) e disponível também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição, organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.2.5 No PDF os jornais e as revistas devem ser disponibilizados com a imagem da capa original, com um índice dos títulos das matérias clipadas. Após a capa com o índice, devem ser apresentadas todas as matérias selecionadas no dia do mesmo veículo. De forma exemplificativa: inicia-se o clipping com o jornal X, deve-se colocar a imagem da capa do jornal original com o índice e depois seguir com todas as matérias desse jornal, clipadas no dia; nesse mesmo exemplo, se após o jornal X, for colocado o jornal Y, deve ser observado esse mesmo procedimento anterior indicado e, assim, sucessivamente.

1.6.3 *Clipping* de revistas semanais – O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nas revistas semanais deverá ser enviado aos sábados.

1.6.4 *Clipping* TV – Constituir-se-á de matérias extraídas de telejornais e outros programas de televisão de conteúdo jornalístico. O material será disponibilizado via internet diariamente com o respectivo vídeo, transcrição e link para reportagens, de forma a permitir o acesso integral às matérias veiculadas em televisão. Todo o conteúdo de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) será "gravado", dos principais telejornais elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante.

1.6.4.1 As notícias veiculadas pelas emissoras de televisão que versem sobre os temas de interesse do MPRR devem ser registradas e estarem disponíveis no sistema eletrônico em no máximo duas horas após a veiculação. Os arquivos deverão ser enviados por *e-mail,* de segunda a sábado, em 02 edições: MANHÃ/TARDE E TARDE/MANHÃ.

1.6.4.2 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

1.6.4.3 Os *clippings* televisivos devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do *clipping* televisivo (formato mp4), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.5 *Clipping* rádio – Constituir-se-á de gravações e transcrições de entrevistas e reportagens extraídas da programação de rádios AM e FM. O material será disponibilizado via internet diariamente com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição, permitindo o acesso à notícia tal como veiculada. Todas as matérias de interesse do MPRR serão "gravadas", das principais emissoras relacionadas e indicadas pela Contratante.

1.6.5.1 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

1.6.5.2 Os clippings de Rádios devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do clipping rádio (formato mp3), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no hotsite da contratada para acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

1.6.5.3 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação da mesma.

1.6.5.4 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou whatsapp) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

1.6.6 *Clipping* mídia digital – Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, citações e comentários extraídos diariamente de sites, agências de notícias *online* e *blogs*, com print das páginas onde as matérias foram publicadas. O material deverá ser disponibilizado em página da internet e também digitalizado ou transformado em PDF ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo. Todo o material deverá ser enviado com *link* para a página original das informações. O conteúdo de interesse do MPRR será "clipado" dos veículos relacionados neste Termo de Referência. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

1.6.6.1 O clipping de mídia digital deverá ser atualizado a cada 1 (uma) hora.

1.6.6.2 O arquivo eletrônico com o clipping das notícias publicadas nos veículos *online* deverá ser enviado de segunda a domingo de 2 (duas) em 2 (duas) horas, das 8h às 20h.

1.7. Relatório mensal de análise de mídia – Consiste em uma análise quantitativa, qualitativa e monetária sobre a repercussão na imprensa dos itens relacionados ao Ministério Público do Estado de Roraima. O documento deverá conter informações detalhadas sobre exposição por mídia, veículo, valores, e quantidade de matérias veiculadas e a avaliação em relação ao tipo de exposição (negativa/positiva/neutra), entre outras.

1.8 O relatório deverá ser apresentado mensalmente pela contratada até o 5º dia útil do mês subsequente, com texto, tabela, índices e gráficos, sobre a repercussão da imagem do MPRR junto à mídia. O relatório será disponibilizado por e-mail, mas deverá também ser enviado por e-mail, em formato PDF, e pelo aplicativo WhatsApp.

Edital do Pregão Eletrônico Nº 5/2020 - PGJ-MPRR (0682705) SEI 2021.007178 / pg. 159

1.9 A contratante deverá repassar os critérios utilizados por ele.

1.10 A seleção dos veículos: jornais impressos, revistas, portais on-lines, blogs, programas de rádio e programas de TV serão elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante junto à contratada.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO DE SOUSA RODRIGUES**, **Assessor de Comunicação Social - em exercício**, em 17/07/2020, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0232845** e o código CRC **04DC2E21**.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA AO VALOR DO MENOR LANCE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2020
PROCESSO SEI Nº 19.26.1000000.0006480/2020-12

Prezados Senhores,

A empresa ..... (incluir razão social do licitante), portadora do CNPJ nº 00.000.000/0000-00, com sede localizada na Rua xxxxxxxxxxxx xxxxxx, telefone (00) 0000-0000, após ter examinado o Edital da licitação acima identificada e seus anexos, apresenta proposta comercial para o objeto em referência, conforme quadro abaixo:

DADOS FORNECIDOS PELO MPRR						**INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO LICITANTE**	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND.**	**QTD.**	**VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)**	**VALOR ANUAL MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL)**	**VALOR MENSAL (UNITÁRIO)**	**VALOR ANUAL (GLOBAL)**
1	Contratação anual de empresa especializada em *clipping* eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.	Mês	12	R$ 5.060,06	R$ 60.720,72	R$	R$
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A LICITAÇÃO - R$ 60.720,72						**VALOR TOTAL DA PROPOSTA**	

- PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO: Conforme Edital
- CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Conforme Edital.
- VALIDADE DE PROPOSTA: 60 dias.

Dados da empresa licitante:

Empresa/Razão Social:
CNPJ: Inscrição Estadual:
Endereço: Cidade: Estado da Federação:
CEP: Telefone: E-mail:
Instituição bancária: Agência: Conta-Corrente:

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA/ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA _____ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *CLIPPING* JORNALÍSTICO PARA O MONITORAMENTO DIÁRIO E EM TEMPO REAL DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM MÍDIAS IMPRESSA, ELETRÔNICA E DIGITAL CONTENDO TEMAS DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA.

O(A) _____, neste ato denominado(a) **CONTRATANTE,** com sede na Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro – Boa Vista/RR, inscrito(a) no CNPJ (MF) sob o nº _____/_____, representado(a) pela Procuradora-Geral de Justiça,_____, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no endereço _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada por _____, Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, instruído pelo Processo SEI nº 19.26.1000000.0006480/2020-12, originado no Pregão Eletrônico nº 6/2020 e Processo Administrativo SEI nº _____, este último relativo a presente aquisição, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços de *clipping* jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR).

1.2 O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2020, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.2 Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição e anexação e terão plena validade, salvo naquilo que por este contrato tenha sido modificado, os seguintes documentos:

A. Termo de Referência;

B. Proposta Comercial de Preços apresentada pela Contratada.

Parágrafo único – Ocorrendo qualquer dúvida de interpretação e/ou divergência deste Contrato com quaisquer dos documentos mencionados no "caput" desta cláusula ou destes últimos entre si, prevalecerá em primeiro lugar, este Contrato, depois, os referidos documentos na ordem em que estão mencionados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

3.1 A produção da CLIPAGEM deverá ser feita com a coleta de notícias referentes ao Ministério Público do Estado de Roraima. O serviço deverá compreender a seleção, compilação, análise de conteúdo e disponibilização em portal na web, com disponibilidade 24h por dia, 7 dias por semana. O serviço de gestão de informações deverá ser realizado através de sistema computadorizado, de forma digital, em tempo real, editado, analisado, indexado e revisado. Quando solicitado em regime de urgência, a entrega será imediata.

3.2 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação das mesmas. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

3.3 A CONTRATADA deverá realizar sempre que solicitado, pesquisas sobre assuntos específicos, de matérias do interesse do MPRR, mesmo que não tratem de assuntos ligados diretamente à sua área de atuação, comunicando a empresa sobre a necessidade com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Nesses casos, enviar arquivo em separado com o assunto pesquisado sob demanda.

3.4 Deverá ser enviado um *clipping* com informações estratégicas e consideradas de alta relevância para a Contratante por meio de SMS, *whatsapp* ou outro meio de comunicação nas primeiras horas da manhã aos telefones indicados pelo Departamento de Comunicação Social deste órgão ministerial.

3.5 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou *whatsapp*) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

3.6 Os serviços objeto deste Contrato compreendem a elaboração e fornecimento dos seguintes produtos:

3.6.1 ***Clipping* Eletrônico:** O serviço compreenderá a seleção, a compilação em bancos de dados, avaliação e remessa ao Departamento de Comunicação Social do MPRR de matérias jornalísticas sobre as ações relacionadas à Instituição na mídia impressa, sites, agências de notícias *online*, *blogs* e emissoras de TV e rádio.

3.6.2 ***Clipping* mídia impressa –** Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos diariamente da mídia impressa (jornais e revistas), digitalizados ou transformados em PDF, no formato A-4, ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo com vista à distribuição ao público-alvo por *e-mails*. Todas as notícias de interesse do MPRR serão "clipadas" dos veículos elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação.

3.6.2.1 A clipagem dos veículos impressos deverá ser disponibilizada em página da internet a ser criada pela contratada, a partir das 06h30min, sendo as matérias enviadas por meio eletrônico (e-mail) impreterivelmente até 9h30min do mesmo dia de sua publicação. Admitindo-se na segunda-feira ou após feriados prolongados a entrega até às 11h, devido ao aumento de exemplares de jornais durante o final de semana.

3.6.2.2 O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nos jornais deverá ser transmitido de segunda a sábado, para os emails informados pela Contratante, até às 07h. Uma edição complementar deverá ser enviada diariamente às 12h e também devem ser disponibilizados em página de internet, seguindo os horários estipulados neste Contrato.

3.6.2.3 Disponibilizar as imagens das capas e das páginas onde há matérias contendo citações do cliente, de forma fiel em conteúdo e forma e cores, inclusive quanto a fotografias e gráficos (quando esses forem solicitados), mantendo-se as condições de leitura idênticas à mídia original, tanto para impressão quanto para leitura em microcomputador e devem ser formatadas para impressão em tamanho A4, legíveis, sem cortes nem borrões. Cada notícia deverá estar isolada numa única imagem. Apenas para notícias cujo tamanho original não permita a formatação em tamanho A4 será permitida a confecção de mais de uma imagem;

3.6.2.4 O clipping da mídia impressa deverá ser entregue em formato PDF, via e-mail, de forma padronizada, contendo o nome do veículo de comunicação, data, caderno e/ou editoria e coluna, jornalista, página em que sair a notícia, indicador de notícia para avaliação (positiva, neutra ou negativa), além do cálculo da mídia espontânea (valor real do custo de cada matéria, caso tivesse sido paga) e disponível também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição, organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

3.6.2.5 No PDF os jornais e as revistas devem ser disponibilizados com a imagem da capa original, com um índice dos títulos das matérias clipadas. Após a capa com o índice, devem ser apresentadas todas as matérias selecionadas no dia do mesmo veículo. De forma exemplificativa: inicia-se o clipping com o jornal X, deve-se colocar a imagem da capa do jornal original com o índice e depois seguir com todas as matérias desse jornal, clipadas no dia; nesse mesmo exemplo, se após o jornal X, for colocado o jornal Y, deve ser observado esse mesmo procedimento anterior indicado e, assim, sucessivamente.

3.6.3 ***Clipping* de revistas semanais** – O arquivo eletrônico com o *clipping* das notícias publicadas nas revistas semanais deverá ser enviado aos sábados.

3.6.4 ***Clipping* TV –** Constituir-se-á de matérias extraídas de telejornais e outros programas de televisão de conteúdo jornalístico. O material será disponibilizado via internet diariamente com o

respectivo vídeo, transcrição e link para reportagens, de forma a permitir o acesso integral às matérias veiculadas em televisão. Todo o conteúdo de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) será "gravado", dos principais telejornais elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante.

3.6.4.1 As notícias veiculadas pelas emissoras de televisão que versem sobre os temas de interesse do MPRR devem ser registradas e estarem disponíveis no sistema eletrônico em no máximo duas horas após a veiculação. Os arquivos deverão ser enviados por *e-mail,* de segunda a sábado, em 02 edições: MANHÃ/TARDE E TARDE/MANHÃ.

3.6.4.2 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

3.6.4.3 Os *clippings* televisivos devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do *clipping* televisivo (formato mp4), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no *hotsite* da contratada para acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

3.6.5 ***Clipping* rádio –** Constituir-se-á de gravações e transcrições de entrevistas e reportagens extraídas da programação de rádios AM e FM. O material será disponibilizado via internet diariamente com disponibilização do arquivo em áudio e da respectiva transcrição, permitindo o acesso à notícia tal como veiculada. Todas as matérias de interesse do MPRR serão "gravadas", das principais emissoras relacionadas e indicadas pela Contratante.

3.6.5.1 Todas as notícias deverão apresentar um *breafing* ou Lide da notícia, que consiste num breve resumo da notícia. Este resumo deverá ser sóbrio, simples e organizado, de modo a facilitar a leitura.

3.6.5.2 Os clippings de Rádios devem ser enviados com sinopse, acompanhada do formato digital do clipping rádio (formato mp3), contendo horário de veiculação, o programa, a emissora, indicador de notícia (positiva, neutra ou negativa) e o cálculo de mídia espontânea, disponibilizado via meio eletrônico (e-mail) diariamente, até duas horas após a veiculação da matéria. Disponibilizado também no hotsite da contratada para acesso pelos usuários da instituição organizada por classificação do indicador, mídia, veículo, data e por palavra-chave.

3.6.5.3 Deverão constar a Classificação e Conceituação detalhadas conforme descrito pelo MPRR, identificar a mídia e o veículo, caderno/editoria/coluna/programa, quando houver, além do comunicador. Para as notícias de rádio, deverá ser informado o horário de veiculação da mesma.

3.6.5.4 Fornecimento de informação por telefone (via ligação ou whatsapp) ao Departamento de Comunicação Social sobre a divulgação de notícias que exijam posicionamento, providências ou respostas urgentes.

3.6.6 ***Clipping* mídia digital –** Constituir-se-á de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, citações e comentários extraídos diariamente de sites, agências de notícias *online* e *blogs*, com print das páginas onde as matérias foram publicadas. O material deverá ser disponibilizado em página da internet e também digitalizado ou transformado em PDF ou de outra forma que permita o acesso ágil e fácil ao conteúdo informativo. Todo o material deverá ser enviado com *link* para a página original das informações. O conteúdo de interesse do MPRR será "clipado" dos veículos relacionados neste Termo de Referência. Nas notícias de *WEB* também deverá ser informada a palavra-chave identificada.

3.6.6.1 O clipping de mídia digital deverá ser atualizado a cada 1 (uma) hora.

3.6.6.2 O arquivo eletrônico com o clipping das notícias publicadas nos veículos *online* deverá ser enviado de segunda a domingo de 2 (duas) em 2 (duas) horas, das 8h às 20h.

3.7 **Relatório mensal de análise de mídia** – Consiste em uma análise quantitativa, qualitativa e monetária sobre a repercussão na imprensa dos itens relacionados ao Ministério Público do Estado de Roraima. O documento deverá conter informações detalhadas sobre exposição por mídia, veículo, valores, e quantidade de matérias veiculadas e a avaliação em relação ao tipo de exposição (negativa/positiva/neutra), entre outras.

3.8 O relatório deverá ser apresentado mensalmente pela contratada até o 5º dia útil do mês subsequente, com texto, tabela, índices e gráficos, sobre a repercussão da imagem do MPRR junto à mídia. O relatório será disponibilizado por e-mail, mas deverá também ser enviado por e-mail, em formato PDF, e pelo aplicativo WhatsApp.

3.9 A contratante deverá repassar os critérios utilizados por ele.

3.10 A seleção dos veículos: jornais impressos, revistas, portais on-lines, blogs, programas de rádio e programas de TV serão elencados na primeira semana de execução do contrato pelo Departamento de Comunicação da Contratante junto à contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4 Entregar, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte, em CD-ROM, todo o conteúdo monitorado no período, acompanhado do Relatório Mensal de Análise de Mídia, com textos, tabelas, gráficos comparativos mês a mês, e também do conteúdo editorial (matérias positivas, negativas e neutras).

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5 O valor global deste CONTRATO é de R$ _____ (_____), conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 6/2020.

5.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou imposto, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 O objeto deste CONTRATO será custeado por meio da Classificação Funcional Programática _____, Elemento de Despesa _____, Subelemento _____ Fonte _____, constantes da Reserva Orçamentária em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6 O pagamento será realizado em até **15 (quinze) dias úteis** contados do recebimento das faturas, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

6.1 A Nota Fiscal que for apresentada com erro ou qualquer outra divergência que impeça a liquidação da despesa, ficará pendente e o pagamento ficará sustado até que a Contratada adote as medidas necessárias para sua correção, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus para Contratante, acrescendo-se igualmente o prazo fixado no item anterior.

6.2 No valor a ser contratado deverá estar incluso todos os tributos, taxas, encargos sociais, seguros, fretes e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto contratado.

6.3 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada quando esta estiver pendente com qualquer obrigação financeira ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.4 No período de pagamentos será verificada a situação de regularidade fiscal, trabalhista e Certidão Consolidada do Tribunal de Contas da União da Contratada, caso esteja com as certidões desatualizadas, a Contratante suspenderá a liquidação até a regularização**.**

6.5 Não haverá em hipótese alguma antecipação de pagamentos.

6.6 A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

6.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, em que:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{i}{365}$ $I = \frac{6/100}{365}$ I = 0,00016438

i = taxa percentual anual no valor de 6%.

6.8 Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados por meio de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S/A, em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá, após a aceitação e o atesto das Notas Fiscais.

6.9 O pagamento efetuado pelo MPRR não isenta a empresa licitante vencedora de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à entrega e garantia das peças e dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7 O presente Contrato terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou aditivado por inciativa das partes desde que conveniente ao CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA — DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8 Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

8.1 No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do contrato pode ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

8.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA — DAS PENALIDADES

9 Com fundamento na Lei 8.666/1993, artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, a Contratada está sujeita, em caso de descumprimento das regras constantes neste instrumento, às seguintes penalidades:

a) Não retirar a nota de empenho, deixar de assinar o contrato ou ata de registro de preços, quando for o caso.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 02 (dois) anos.

	b. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho estimado para o item ou lote.
c) Não mantiver a proposta ou desistir do lance.	**a.** Impedimento de licitar com a Ministério Público do Estado de Roraima pelo período de 01 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
d) Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no Termo de Referência.	**a**. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor da fatura do período no qual ocorreu o atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
e) Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade.	**a.** Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do contrato/nota de empenho, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
f) Inexecução total.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato/ nota de empenho.
g) Inexecução parcial do objeto.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 1 (um) ano. **b.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valo correspondente a parte não executada.

h) Comportar-se de modo inidôneo.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valo correspondente a parte não executada.
i) Fizer declaração falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 2 (dois) anos. **b.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
j) Apresentar documentação falsa.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.
k) Cometer fraude fiscal.	**a.** Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. **b.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho. **c.** Comunicar ao Ministério Público.

9.1 A Contratada incorrerá, também, nas seguintes sanções:

9.1.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

9.1.2 **Suspensão temporária** do direito de participar de licitação e **impedimento de contratar** com o Órgão emissor do pedido.

9.1.3 **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e CEIS, quando for o caso.

9.6 A penalidade Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima, e será processada em procedimento apartado, assegurando ao interessado o contraditório e ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

9.7 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

9.8 A(s) multa(s) deverá(ao) ser recolhida(s) no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da(s) comunicação (ões) enviada (s) pela Administração deste Órgão Ministerial.

9.9 O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

9.10 As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.1 A rescisão deste contrato pode ser:

10.1.1 determinada por **ato unilatera**l e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

10.1.2 **consensual**, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

10.1.3 **judicial**, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

10.2 A rescisão administrativa ou consensual deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

11 Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar nas épocas devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12 Este instrumento será publicado nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

12.1 O foro da Comarca de Boa Vista é competente para dirimir qualquer questão derivada deste Contrato.

12.2 Este Contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da administração, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

12.3 Os casos omissos serão solucionados pela Diretoria-Geral e submetidos à Procuradoria-Geral de Justiça.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ: _____
NOME DO DECLARANTE: _____
CPF:_____
CARGO:_____

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Ministério Público do Estado de Roraima que:

( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro ou Servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público da União e dos Estados (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).
( ) os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores são cônjuges, companheiros(as) ou parentes sem linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membro e Servidor ocupante de cargo de direção Ministério Público da União e dos Estados, abaixo identificado(s):

Nome do Membro ou Servidor:_____
Cargo:_____
Órgão de Lotação:_____
Grau de Parentesco:_____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

.....
(Assinatura do Representante Legal da Empresa)

926196.62020 .3888 .4763 .101565090

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Roraima

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00006/2020

Às 09:33 horas do dia 13 de agosto de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 215 de 15/03/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 6480/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00006/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR).. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Monitoramento Informação Mídia Eletrônica
Descrição Complementar: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Máximo Aceitável: R$ 60.720,7200
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,01

Aceito para: MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 48.000,0000 .

Histórico

Item: 1 - Monitoramento Informação Mídia Eletrônica

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
10.585.499/0001-08	SUPERNOVA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 60.480,0000	R$ 60.480,0000	12/08/2020 22:22:38
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR).						
06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	Sim	Sim	1	R$ 60.720,0000	R$ 60.720,0000	04/08/2020 09:24:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.						
28.238.030/0001-50	MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	Sim	Sim	1	R$ 60.720,0000	R$ 60.720,0000	12/08/2020 15:35:39
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.						
33.766.365/0001-80	DIGITAL BRASILIA SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E	Sim	Sim	1	R$ 60.720,7200	R$ 60.720,7200	12/08/2020 20:12:25
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico						

	jornalístico para monitoramento de notícias veículadas em mídias impressa,eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR.

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 60.720,7200	33.766.365/0001-80	13/08/2020 09:33:06:543
R$ 60.720,0000	06.244.934/0001-55	13/08/2020 09:33:06:543
R$ 60.720,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 09:33:06:543
R$ 60.480,0000	10.585.499/0001-08	13/08/2020 09:33:06:543
R$ 60.400,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:07:32:347
R$ 60.360,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:10:34:887
R$ 60.200,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:10:57:827
R$ 60.100,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:11:23:493
R$ 60.000,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:11:44:510
R$ 57.600,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:12:18:027
R$ 57.400,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:12:40:967
R$ 56.000,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:12:58:133
R$ 55.900,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:13:47:477
R$ 52.000,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:14:05:113
R$ 51.800,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:14:28:677
R$ 48.000,0000	28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:14:52:707
R$ 51.700,0000	10.585.499/0001-08	13/08/2020 10:14:56:307
R$ 51.600,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:15:04:560
R$ 51.500,0000	10.585.499/0001-08	13/08/2020 10:16:07:843
R$ 51.300,0000	33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:18:00:293

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aberto	13/08/2020 10:03:11	Item Aberto.
Encerrado	13/08/2020 10:20:00	Item encerrado.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	13/08/2020 10:37:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	13/08/2020 10:40:28	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50.
Aceite	13/08/2020 10:50:00	Aceite individual da proposta. Fornecedor: MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50, pelo melhor lance de R$ 48.000,0000.
Habilitado	13/08/2020 10:50:21	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA - CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50
Registro Intenção de Recurso	13/08/2020 10:59:45	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: DIGITAL BRASILIA SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E CNPJ/CPF: 33766365000180. Motivo: Registramos pedido de Intenção de Recurso, haja vista a empresa vencedora do certame 6.2020, não apresentou Certidões entre outros...
Intenção de Recurso Recusada	13/08/2020 11:44:33	Intenção de recurso rejeitada. Fornecedor: DIGITAL BRASILIA SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E, CNPJ/CPF: 33766365000180. Motivo: Conforme item 14.3.1 do Edital, a regularidade será verificada no SICAF, que a empresa enviou e esta pregoeira verificou. Esta certificação supre as certidões das receitas Federal, Estadial e Municipal, bem como FGTS e Trabalhista. A certidão de Falência, item 14.6.1, foi enviada. Atestado de capacidade técnica enviado. Declaração de Regularidade, enviada. Sua intenção de recurso será rejeitada, razão pela qual não haverá conhecimento do mérito.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
33.766.365/0001-80	13/08/2020 10:59	13/08/2020 11:44	Recusado
	Motivo Intenção: Registramos pedido de Intenção de Recurso, haja vista a empresa vencedora do certame 6.2020, não apresentou Certidões entre outros...		
	Motivo Aceite ou Recusa: Conforme item 14.3.1 do Edital, a regularidade será verificada no SICAF, que a empresa enviou e esta pregoeira verificou. Esta certificação supre as certidões das receitas Federal, Estadial e Municipal, bem como FGTS e Trabalhista. A certidão de Falência, item 14.6.1, foi enviada. Atestado de capacidade técnica enviado. Declaração de Regularidade, enviada. Sua intenção de recurso será rejeitada, razão pela qual não haverá conhecimento do mérito.		

Troca de Mensagens		
	Data	Mensagem
Pregoeiro	13/08/2020 10:00:58	Bom dia, senhores licitantes.
Pregoeiro	13/08/2020 10:01:17	Estamos iniciando os trabalhos do PE 6/2020.
Pregoeiro	13/08/2020 10:01:57	Meu nome é Katiúscia e serei a pregoeira deste certame.
Pregoeiro	13/08/2020 10:02:28	Espero que dê tudo certo, pois o sistema anda um pouco lento.
Pregoeiro	13/08/2020 10:02:40	Tenham todos uma boa sorte!
Pregoeiro	13/08/2020 10:03:12	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	13/08/2020 10:04:41	Contratar com o Ministério Público do Estado de Roraima é sempre muito bom!
Pregoeiro	13/08/2020 10:05:02	Temos uma equipe de Assessoria de Comunicação bastante eficiente!
Pregoeiro	13/08/2020 10:05:19	Em virtude disso, vamos melhorar os lances!!!!
Pregoeiro	13/08/2020 10:10:22	Vamos senhores, melhorem seus lances!!!!
Pregoeiro	13/08/2020 10:12:26	Prestando um bom serviço, nunca receberá o pagamento com atraso, contratando com o MPRR!
Pregoeiro	13/08/2020 10:14:01	Opa, ótimo!!!
Pregoeiro	13/08/2020 10:16:02	Muito bem, senhores licitantes! Podem continuar melhorando seus lances!
Pregoeiro	13/08/2020 10:18:26	Ainda podemos melhorar!
Pregoeiro	13/08/2020 10:19:02	Consultando o Banco de Preços, a média desse serviço é mais em conta que este último lance!
Sistema	13/08/2020 10:20:00	O item 1 está encerrado.
Sistema	13/08/2020 10:20:01	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
Pregoeiro	13/08/2020 10:21:42	Senhores licitantes, como podem ver o sistema encerrou a fase de lances. Iniciarei agora a fase de aceitação.
Pregoeiro	13/08/2020 10:24:54	Para MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA - Bom dia, senhor licitante. Está conectado?
28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:26:33	Bom dia!
Pregoeiro	13/08/2020 10:28:55	Para MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA - Aguarde um pouco que irei chamar para envio de proposta readequada ao melhor lance.
Pregoeiro	13/08/2020 10:37:33	Para MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA - Senhor licitante, irei convocar o anexo para o item. Sua empresa tem 120 min para envio, contados da convocação.
Sistema	13/08/2020 10:37:58	Senhor fornecedor MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:39:02	Já estou providenciando o envio
Sistema	13/08/2020 10:40:28	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/CPF: 28.238.030/0001-50, enviou o anexo para o ítem 1.
28.238.030/0001-50	13/08/2020 10:41:04	A proposta ajustada foi enviada
Pregoeiro	13/08/2020 10:46:46	Para MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA - ok
Sistema	13/08/2020 10:50:21	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	13/08/2020 10:52:16	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 13/08/2020 às 11:21:00.
Pregoeiro	13/08/2020 10:52:42	Senhores licitantes, já estamos quase encerrando os trabalhos do PE 6/2020, que foi muito bem sucedido.
Pregoeiro	13/08/2020	A empresa vencedora deve se cadastrar no SEI, conforme Edital, pois será convocada

	10:53:46	para assinatura do contrato.
Pregoeiro	13/08/2020 10:55:39	A todos que participaram, muito obrigada. Tenham todos um bom dia e até a próxima!

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	13/08/2020 10:50:21	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	13/08/2020 10:52:16	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 13/08/2020 às 11:21:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:44 horas do dia 13 de agosto de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

KATIUSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES
Pregoeiro Oficial

JARBAS ERNANI NOGUEIRA BOHN
Equipe de Apoio

FERNANDO MENDES FERREIRA LEITE
Equipe de Apoio

EDUARDO MAGALHAES DE ARAUJO
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Boa vista, Roraima, 13 de Agosto de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPRR
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2020
PROCESSO SEI Nº 19.26.1000000.0006480/2020-12

Prezados Senhores,

A empresa MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA, portadora do CNPJ nº 28.238.030/0001-50, com sede localizada na Av.: AV GETULIO VARGAS 5470 D COMP. SALA 05 CEP: 69.301-030 – CENTRO - Boa Vista – RR, telefone: (95) 3623-2274 / (95) 99114-4240, após ter examinado o Edital da licitação acima identificada e seus anexos, apresenta proposta comercial para o objeto em referência, conforme quadro abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qtd.	Valor Mensal Unitário	Valor anual (Global R$)
01	Contratação anual de empresa especializada em clipping eletrônico jornalístico para monitoramento de notícias veiculadas em mídias impressa, eletrônica e digital, contendo temas de interesse do MPRR	Mês	12	R$ 4.000,00	R$ 48.000,00

Valor mensal unitário de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e valor anual de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

- PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO: Conforme Edital
- CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: Conforme Edital.
- VALIDADE DE PROPOSTA: 60 dias.

Nos preços estão incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o serviço.

MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 28.238.030/0001-50
Av.: AV GETULIO VARGAS 5470 D COMP. SALA 05 CEP: 69.301-030 – CENTRO - Boa Vista – RR
FONES: (95) 3623-2274 / (95) 99114-4240
E-MAIL: adm@mktimeline.com.br
Banco do Brasil nº. da Agência: 2617-4 Conta Corrente: 57.152-0

Edinaldo Rodrigues dos Santos
CPF: 241.776.792-91
Identidade 81142 SSP/RR
Sócio Administrador

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIANE SOUZA DE MENEZES e Tribunal de Justiça de Roraima, em 13/08/2020 às 17:07 , sob o número WPRR20200000000000000000000000179
Este documento pode ser acessado no endereço http://www.tjrr.jus.br/autenticidade com o código WPRR20200000000000000000000000179

Ao
Ministério Público do Estado de Roraima
Pregão Eletrônico nr 006/2020
Data da Abertura – Dia 13/08/2020 às 10 hs

Proponente: SUPERNOVA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA. ME
CNPJ n° 10.585.499/0001-08
Endereço: Rua São Carlos, 191/101– Estácio – Rio de Janeiro – RJ
Telefone.: (21) 3245-0211 ou (21) 97584-1305
e-mail.: supernova@supernova.inf.br ou mmmonica83@gmail.com
Dados do responsável pela assinatura do contrato – **Monica Pereira da Silva – Sócia-Diretora; Jornalista, C.I - JP29264/RJ e CPF.: 102.257.177-00**
Banco: Caixa Econômica Federal **Agência:** 0995 **Conta Bancária**: 1052-4

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
Prestação de serviços de clipping jornalístico para o monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídias impressa (jornais e revistas), eletrônica (emissoras de TV e rádio) e digital (internet – sites e blogs) contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR), conforme condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital				
	Unidade	**Quantidade**	**Valor Mensal**	**Valor Total**
ITEM I – Monitoramento e Clipping	**Mês**	**12**	**R$ 9.580,00**	**R$ 114.960,00**
Proposta Global– R$ 114.960,00 (Cento eSessenta mil, quatrocentos e oitenta reais)				

Declaramos que este orçamento tem validade pelo prazo é de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da Proposta, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 110 da Lei no 8.666/93.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita prestação do serviço, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Declaramos, para todos os fins, que a entrega do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 2020

Monica Pereira da Silva
Sócia JP29264/RJ

Rua São Carlos, 191/101 - Estácio
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.250-052
(21) 97584-1305

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 87.2021.ASCOM.0690452.2021.007178

Ao Ilmo.

Felipe Beiragrande da Costa

Setor de Compras e Serviços
Portaria 0642/2021/SUBADM

Analisando o objeto de contratação do Ministério Público de Roraima-MPRR, constatamos que o mesmo se difere do objeto solicitado por esta assessoria, na questão quantidade de itens de serviços, sendo que na solicitação do MPRR consta apenas 1 item (Clipping jornalístico) e na solicitação da ASCOM-MPAM constam 2 (dois) itens (Clipping jornalístico e Mailing). Entretanto para uma melhor busca de pesquisas de preços, devido a dificuldades encontradas no certame, esta assessoria optou por dividir em 1 lote com 2 itens de serviços no termo de referência do processo.

Disponível para informações suplementares, encerro.

Cordialmente,

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 08/09/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0690452** e o código CRC **E1C1CAA3**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça C.N.P.J.: 04.153.748/0001-85 ENDEREÇO: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, AM. CIDADE: Manaus U.F: AM CEP: 69.037-473. DDD/FONE: (0XX92) 3655-0500 / DDD/FAX: (0XX92) 3655-0763

2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 Como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Amazonas necessita dos serviços ora solicitados, a fim de monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor a população, gerir e fortalecer a sua imagem e reputação. Mensurar, ampliar e engajar seu relacionamento com a sociedade, o comportamento popular sobre suas ações e expor os resultados.

2.2 Os serviços solicitados estão alinhados ao macro objetivo estabelecido no Plano Estratégico MP-AM 2017-2027.

2.3 Os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

3 PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

4 DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 Tabela de Descrição dos serviços

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO

	1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
1	2	**Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

4.2 Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma;

4.3 CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.

4.4 A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM.

4.5 A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, observando estritamente as especificações indicadas.

5.2 Apresentar proposta especificando o valor fixo mensal dos serviços a serem executados.

5.4 As empresas licitantes ficarão obrigadas a apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado o serviço pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, especialmente, relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações.

5.5 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente Termo de Referência.

5.6 Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha ocasionar a não-prestação do serviço. Deve a CONTRATADA avisar sobre esse incidente no máximo até 24h antes.

5.9 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas

preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.11 Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a CONTRATANTE ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Termo de Referência, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

5.12 Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.13 Na falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.

5.14 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.16. Interlocutor da CONTRATADA estabelecido sendo responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;

5.17. Obriga-se a CONTRATADA a cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Designar, e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

6.3 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto da fatura/nota fiscal pela fiscalização do contrato.

6.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas. Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à CONTRATADA na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;

6.6 Manter com a CONTRATADA relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste Termo.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade

Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

7.2 Caso não esteja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

7.2.2 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000 SETOR DE CADASTRO

7.3 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

7.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço do serviço especificado neste termo.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

9.1.1.Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2.Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3.Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5.Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

c) Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a CONTRATADA não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade.

d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

e) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

f) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Declara-se que este Termo de Referência está de acordo com a Lei N. º 8.666/93 e legislação em vigor.

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Manaus – AM, 08 de setembro de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 08/09/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0690463** e o código CRC **A23DD195**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 424.2021.SCOMS.0695286.2021.007178

Manaus, 16 de setembro de 2021.

Ao Senhor
FRANCISCO EDINALDO DE LIRA CARVALHO
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Processo Licitatório para contratação de empresa especializada em gerenciamento de informações.

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho Nº 364.2021.01AJ-SUBADM (0678504) encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para contratação de empresa especializada para gerenciamento de informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses.

Conforme o Despacho supracitdo, este Setor de Compras e Serviços - SCOMS juntou os documentos relativos aos Pregão Nº 062020 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima e encaminhou-os para avaliação da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do Memorando Nº 359.2021.SCOMS (0682701). Vez que essa Assessoria analisou tais documentos, aferiu que o objeto de tal pregão diferia do objeto a ser contratado por esque *parquet*. Diante disso, com vistas a facilitar a pesquisa de preços, dividiu o objeto do a ser contratado em dois itens de um mesmo lote, conforme detalhamento do Termo de Referência Nº 8.2021.ASCOM (0690463). Informamos que, vez que a mudança no TR foi apenas no formato da descrição do objeto e não em seu escopo, este retornou ao SCOMS para atualização da pesquisa, sem necessidade de nova apreciação jurídica.

Dessa forma, este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado na plataforma de preços públicos BANCO DE PREÇOS (0695257), conforme Mapa Demonstrativo de Preços 102.2021.SCOMS (0695258), servindo de base para a elaboração do Quadro Resumo do Processo de Compra nº. 263/2021 (0695272), com valor total de **R$ 81.692,40 (oitenta e um mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Edjane de Pinho Oliveira

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 16/09/2021, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0695286** e o código CRC **C1CFA623**.

Relatório de Cotação: 2021.007178 - Gerenciamento de Informações

Pesquisa realizada entre 16/09/2021 10:56:04 e 16/09/2021 11:21:58

Relatório gerado no dia 16/09/2021 12:22:44 (IP: 179.48.99.12)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Clipping

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
3 / 10	12	R$ 6.284,37 (un)	-	R$ 6.284,37	R$ 75.412,44

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA | Agência Nacional do Petróleo - ANP	NºPregão:252021 UASG:323031	09/09/2021	R$ 8.657,78
2	Governo do Estado de Mato Grosso | ministério público do estado do mato grosso	NºPregão:612021 UASG:926625	01/09/2021	R$ 5.365,33
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU/PR	NºPregão:222021 UASG:985467	07/07/2021	R$ 4.830,00
Valor Unitário				R$ 6.284,37

Média dos Preços Obtidos: R$ 6.284,37

Item 2: Mailing

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
3 / 3	12	R$ 4.373,33 (un)	-	R$ 4.373,33	R$ 52.479,96

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC|FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Dispensa de Licitação Nº 1/2021 UASG: 154503	01/08/2021	R$ 520,00
2	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL|IPHAN	Dispensa de Licitação Nº 5/2021 UASG: 343026	01/08/2021	R$ 7.200,00

3	SUPERINTENDENCIA DO DESENV. DO NORDESTE|SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE	Dispensa de Licitação Nº 19/2021 UASG: 533014	01/08/2021	R$ 5.400,00
Valor Unitário				R$ 4.373,33

Média dos Preços Obtidos: R$ 4.373,33

Valor Global: R$ 127.892,40

Detalhamento dos Itens

Item 1: Clipping

Preço Estimado: R$ 6.284,37 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6.284,37 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6.284,37

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavr a-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 8.657,78

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
Agência Nacional do Petróleo - ANP

Objeto: Serviço de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme TR..

Descrição: **Produção jornalística** - serviço de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme TR.

Data: 09/09/2021 10:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:252021 / UASG:323031
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: Unidade
UF: RJ

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
00.441.200/0001-80 * VENCEDOR *	SERGIO MACHADO REIS	R$ 7.640,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme TR.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	TR SCES TRECHO 2, SN	(61) 3225-3566	linear@yawl.com.br

07.708.128/0001-53	I 4 PROCESSAMENTO E SISTEMAS DE INFORMACOES LTDA	R$ 8.333,33

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Prestação de serviços especializados de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme as especificações do edital e seu termo de referencia.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Petrópolis	RUA AFRANIO MELO FRANCO, 333	Alexandre Macedo de Souza	(24) 2231-6491	adtec@grupoadtec.com.br

10.585.499/0001-08	SUPERNOVA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA	R$ 10.000,00

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de clipping jornalístico diário, contendo matérias veiculadas em jornais, revistas, emissoras de TV e rádio, sites de internet e agências de notícias nacionais e internacionais, que citem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o setor regulado ou outras notícias de seu interesse, conforme TR.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	RUA SAO CARLOS, 191	(21) 3245-0211 / (21) 7584-1305 / (21) 2273-3335	supernova@supernova.inf.br

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 5.365,33

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: Governo do Estado de Mato Grosso
ministério público do estado do mato grosso

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE clipping jornalístico online, com monitoramento de sites, rádio e TV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

Descrição: **Monitoramento informação mídia eletrônica** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING JORNALÍSTICO ONLINE, COM MONITORAMENTO DE SITES, RÁDIO E TV.UNIDADE DE FORNECIMENTO - MÊS

Data: 01/09/2021 14:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:612021 / UASG:926625
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Adjudicação: 02/09/2021 10:28
Homologação: 08/09/2021 11:05
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: Unidade
UF: MT

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
31.604.730/0001-25 * VENCEDOR *	DINAMICA CLIPPING E COMUNICACAO LTDA	R$ 3.800,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE clipping jornalístico online, com monitoramento de sites, rádio e TV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
MT	Cuiabá	R DOS COQUEIROS, 128	(65) 8441-8690

30.973.558/0001-14	POPINS COMUNICACAO CRIATIVA LTDA	R$ 4.896,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING JORNALÍSTICO ONLINE, COM MONITORAMENTO DE SITES, RÁDIO E TV, observadas as condições estabelecidas no Edital. validade da proposta 60 dias

Endereço:
,

10.585.499/0001-08	SUPERNOVA SERVICOS DE INFORMACAO LTDA	R$ 7.400,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE clipping jornalístico online, com monitoramento de sites, rádio e TV, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	RUA SAO CARLOS, 191	(21) 3245-0211 / (21) 7584-1305 / (21) 2273-3335	supernova@supernova.inf.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 4.830,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU/PR

Data: 07/07/2021 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas..

Descrição: **Consultoria e assessoria - comunicação** - Consultoria e assessoria - comunicação Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades Município de Iguatu

CatSer: **15601** - Consultoria e assessoria - comunicação

Identificação: NºPregão:222021 / UASG:985467

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 6

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
34.243.280/0001-80 * VENCEDOR *	CBL PRODUCOES E MARKETING LTDA	**R$ 4.500,00**

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Consultoria e assessoria - comunicação Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades Município de Iguatu

Endereço:
,

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
28.246.413/0001-70	CENTRAL COMUNICACAO E ENTRETENIMENTO LTDA	**R$ 4.970,00**

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Prestação de serviços auxiliares de assessoria de imprensa; disponibilidade de acessórios e instrumentais ás atividades de imprensa: gravador de voz, filmadora e máquina fotográfica. Planejamento de Comunicação e relações públicas; serviços de clipping. Editoria de imagem, media training, fotografias simples e fotografias e filmagens aéreas; Atendimento á imprensa; Produção de conteúdo escrito e audiovisual; Ações de relacionamentos em ambientes digitais: rede social e página oficial; Planejamento e realização de entrevistas de cerimoniais e eventos.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PR	Curitiba	R ALBERTO FOLLONI, 1688	(41) 9703-1933/ (41) 3225-5698	david.kamillo@hotmail.com

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
16.974.110/0001-94	AGENCIA ENTREMEIOS COMUNICACAO LTDA	**R$ 5.020,00**

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades Município de Iguatu.

Endereço:
,

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
26.900.839/0001-70	MARIA SONIA DA ANUNCIACAO DE ALMEIDA	R$ 5.025,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa conforme edital 22/2021.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Valença	R MARQUES DO HERVAL, 76	(75) 8121-3450/ (75) 9812-1345	livrenoticias@live.com

Item 2: Mailing

Preço Estimado: R$ 4.373,33 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 4.373,33 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 4.373,33

Quantidade	Descrição	Observação
12 Meses	Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 520,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mailing jornalístico e de distribuição de releases, para atender as necessidades da fundação Universidade Federal do ABC UFABC.

Descrição: SERVICOS DE SUPORTE DE DIVULGACAO EM COMUNICACAO SOCIAL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING JORNALÍSTICO E DISTRIBUIÇÃO DE RELEASES PARA A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA DA UFABC, COM ATUALIZAÇÃO ON-LINE, CAPAZ DE GERAR BANCO DE DADOS ATUALIZADOS EM TEMPO REAL, COM ENDEREÇOS DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTAS DE TODO O BRASIL, E SERVIÇO ON-LINE INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRESSRELEASE QUE PERMITE O ACOMPANHAMENTO DOS TEXTOS ENVIADOS E A GERAÇÃO DE RELATÓRIOS COM DADOS SOBRE ENTREGA, LEITURA, EMAILS INCORRETOS, ETC.

CatSer: 24988 - Serviços de suporte de divulgação em comunicação social.

Data: 01/08/2021 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 1/2021 / UASG: 154503
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: Unidade
UF: SP

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
04.558.476/0001-01 * VENCEDOR *	COMUNIQUE-SE S/A	R$ 520,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING JORNALÍSTICO E DISTRIBUIÇÃO DE RELEASES PARA A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA DA UFABC, COM ATUALIZAÇÃO ON-LINE, CAPAZ DE GERAR BANCO DE DADOS ATUALIZADOS EM TEMPO REAL , COM ENDEREÇOS DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTAS DE TODO O BRASIL, E SERVIÇO ON-LINE INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRESSRE LEASE QUE PERMITE O ACOMPANHAMENTO DOS TEXTOS ENVIADOS E A GERAÇÃO DE RELATÓRIOS COM DADOS SOBRE ENTREGA, LEITURA, EMAILS INCO RRETOS, ETC.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 00126	Luis	(21) 2524-5626	comercial@comuniquese.com.br

Preço (Compras Governamentais) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais — R$ 7.200,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL
IPHAN

Objeto: Contratação da empresa prestadora de serviço de acesso ao banco de dados de Mailing (dados completos de contato), para atender às necessidades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Descrição: SERVICOS DE HOSPEDAGEM DE DADOS - ACESSO AO BANCO DE DADOS DE MAILING (DADOS COMPLETOS DE CONTATO) ATUALIZADO DE IMPRENSA DO BRASIL COM ACESSO VIRTUAL POR MEIO DA INTERNET, ALÉM DE DISTRIBUIÇÃO DE NO MÍNIMO 80.000 (OITENTA MIL) E-MAILS POR MÊS, SEM LIMITES DE ACESSO MENSAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO.

CatSer: 27057 - Serviços de hospedagem de dados

Data: 01/08/2021 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 5/2021 / UASG: 343026
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: DF

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
04.558.476/0001-01 * VENCEDOR *	COMUNIQUE-SE S/A	R$ 7.200,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: ACESSO AO BANCO DE DADOS DE MAILING (DADOS COMPLETOS DE CONTATO) ATUALIZADO DE IMPRENSA DO BRASIL COM ACESSO VIRTUAL P OR MEIO DA INTERNET, ALÉM DE DISTRIBUIÇÃO DE NO MÍNIMO 80.000 (OITENTA MIL) E-MAILS POR MÊS, SEM LIMITES DE ACESSO MENSAL, PELO PERÍOD O DE 01 (UM) ANO, PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR., 00126	Luis	(21) 2524-5626	comercial@comuniquese.com.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais **R$ 5.400,00**

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENV. DO NORDESTE
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE

Objeto: Serviços online de Mailing deImprensa do Brasil com dados de contatos de jornalistas e/ou blogueiros e de veículos de comunicação de todos estados brasileiros

Descrição: **PESQUISA - CONSULTA ON-LINE** - PESQUISA - CONSULTA ON-LINE. SERVIÇOS ONLINE DE MAILING DEIMPRENSA DO BRASIL COM DADOS DE CONTATOS DE JORNALISTAS E/OU BLOGUEIROS E DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE TODOS ESTADOS BRASILEIROS.

CatSer: **21350** - Pesquisa - consulta on-line

Data: 01/08/2021 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 19/2021 / UASG: 533014
Lote/Item: 1/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: Unidade
UF: PE

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
15.480.228/0001-01 * VENCEDOR *	YELLOW DATA - SOLUCOES INTELIGENTES EM TI LTDA.	R$ 5.400,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: PESQUISA - CONSULTA ON-LINE. SERVIÇOS ONLINE DE MAILING DEIMPRENSA DO BRASIL COM DADOS DE CONTATOS DE JORNALISTAS E/OU BLOGUEIROS E DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DE TODOS ESTADOS BRASILEIROS.

Endereço:	Telefone:	Email:
R NESTOR DE BARROS, 116	(11) 2781-0344	eduardorocha82@gmail.com

LAUDO DA COTAÇÃO

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - Clipping

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 07/07/2021 e 09/09/2021, calculados pela fórmula Média das 3 Melhores Propostas Finais.

Item 2 - Mailing

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 01/08/2021, calculados pela fórmula Média das 3 Melhores Propostas Finais.

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Média das 3 Melhores Propostas Finais

- Capta as 3 melhores propostas finais da licitação e aplica a média aritmética. A média (Me) é calculada somando-se todos os valores de um conjunto de dados e dividindo-se pelo número de elementos deste conjunto.

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 102.2021.SCOMS.0695258.2021.007178

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				
Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
1	Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail.	**12**	**R$ 6.284,37**	**R$ 75.412,44**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | Agência Nacional de Petróleo /ANP - RJ Pregão Nº 252021 / UASG: 323031	Mês	R$ 8.657,78	R$ 103.893,36
	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MT Pregão N° 612021 | UASG: 926625	Mês	R$ 5.365,33	R$ 64.383,96
	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - RR Pregão Nº 62020 / UASG: 926196	Mês	R$ 4.830,00	R$ 57.960,00
	Metodologia: Média aritmética do preço dos pregões listados.			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
2	Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	**12**	**R$ 523,33**	**R$ 6.279,96**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC Dispensa de Licitação N° 1/2021 | UASG: 154503	Mês	R$ 520,00	R$ 6.240,00
	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIT. E ART. NACIONAL / IPHAN - DF Dispensa de Licitação N° 5/2021 | UASG: 343026	Mês	R$ 600,00	R$ 7.200,00

	SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE Dispensa de Licitação Nº 19/2021 / UASG: 533014	Mês	R$ 450,00	R$ 5.400,00
	OBS: Os preços das Dispensas Nº 5/2021-UASG:343026 e 1/2021-UASG:533014 referem-se a valores anuais, de forma que foram divididos por 12 para encontrar o preço mensal.			
TOTAL				**R$ 81.692,40**
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Período: 16/09/2021			
	Responsável: Thainá Sesterhenn			
	Método: Média			
	Justificativa: Vide item.			

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 16/09/2021, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 16/09/2021, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0695258** e o código CRC **4D686D9F**.

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 263.2021.SCOMS.0695272.2021.007178

QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº. 263/2021	
IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
RAZÃO SOCIAL	A LICITAR
CNPJ	-
DETALHAMENTO DO OBJETO	
Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses.	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail.	Mês	12	R$ 6.284,37	R$ 75.412,44
2	Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	Mês	12	R$ 523,33	R$ 6.279,96
TOTAL					**R$ 81.692,40**

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	**Art. 24, XXII, Lei 8.666/93**
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	**Lei 8.666/93**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
- Encaminhe-se à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Documento assinado eletronicamente por **Edjane de Pinho Oliveira**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 16/09/2021, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 16/09/2021, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0695272** e o código CRC **2F26E46D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 257.2021.DOF - ORÇAMENTO.0695737.2021.007178

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2021.007178 **Processo de Compra:** 263.2021.SCOMS.0695272.2021.007178 **Interessado:** Daniela Bragança Macedo, Assessor(a) de Comunicação	**Modalidade:** Ordinário **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.39.47 - Serviço de Comunicação em Geral

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 1.580.571,95	R$ 81.692,40	R$ 1.498.879,55

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail.	MÊS	12	R$ 6.284,37	R$ 75.412,44
2	Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	MÊS	12	R$ 523,33	R$ 6.279,96
TOTAL					**R$ 81.692,40**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 17 de setembro de 2021 (R$ 1.580.571,95).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 81.692,40	R$ 0,00	R$ 0,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 17/09/2021, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 20/09/2021, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0695737** e o código CRC **152E647A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 282.2021.CPL.0697266.2021.007178

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramitou nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2021.007178**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, crm gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.*

Em atenção à solicitação formalizada através inicialmente do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.ASCOM.0629110.2021.007178**, posteriormente alterado pelo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, exarado pela Assessoria de Comunicação, este último, datado de 08.09.2021, esta CPL, após análise realizada nos autos, parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, seja elaborada a respectiva minuta do termo contratual.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 23 de setembro de 2021.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/09/2021, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0697266** e o código CRC **0AFD6645**.

2021.007178 v3

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviços de monitoramento de canais de mídia, contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado do Amazonas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representada _____, residente e domiciliado _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.007178**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do Edital do _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste nas seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
2	**Mailing:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** autorizará o acesso à plataforma para até 05 (cinco) usuários indicados pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2021.007178;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.
2. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
3. Atestar o documento fiscal emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
4. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
5. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
8. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
9. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**.
12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
13. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE**, desde que remotamente, e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de **10 (dez)** dias da

assinatura do contrato, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarta. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA** compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estreitamente as especificações indicadas:

1. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
2. **Indicar ao CONTRATANTE interlocutor/preposto, no prazo de 5 (cinco) dias, que será o responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;**
3. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
4. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o **CONTRATANTE** de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao objeto contratado.
5. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
6. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
7. Levar ao conhecimento da **CONTRATANTE** qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer, devendo avisar à **CONTRATADA** no máximo de 24 horas antes.
8. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
9. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
12. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
13. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.
14. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, assim que questionado por esta, as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, modificação de empresa responsável pela assistência técnica dos produtos, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
15. Cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

Parágrafo primeiro. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu

pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo quarto. A inobservância das especificações constantes deste ajuste implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
3. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável;
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas; Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à **CONTRATADA** na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;
5. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que faz parte deste instrumento como anexo.

Parágrafo único. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, correspondente aos serviços executados em cada período (mês), devidamente atestados pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça, para o e-mail *protocolo@mpam.mp.br*, os seguintes documentos: a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quinto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a **Nota de Empenho n.º** _____, no valor de **R$** _____ (_____).

Parágrafo único. No exercício seguinte o valor de **R$ _____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajuste e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato,

a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 1% (um inteiro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for

constatado que a **CONTRATADA** não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade, ou por apresentar certidões com prazo de vigência expirado;

- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, poder será considerado descumprimento parcial ou total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- Multa compensatória de até 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa

anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 04/10/2021, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0700692** e o código CRC **D494A93A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 685.2021.DCCON.0704096.2021.007178

Manaus (Am.), 4 de outubro de 2021.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato – serviços de *clipping digital* e *mailing*.

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para prestação de serviços de r de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, conforme o Termo de Referência 8 (SEI nº 0690463).

Assim, encaminho a minuta de contrato (0700692) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Em tempo, informo que a referida minuta deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 04/10/2021, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0704096** e o código CRC **B750E721**.

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2021.007178,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE (ÚNICO)**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005 e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2021.007178
Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas: às 10 horas do dia **XX/XX/2021** (horário de Brasília).
Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO
Endereço eletrônico: http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e***

distribuidor de e-mails.

2.2. A licitação será dividida em **1 (um) LOTE (ÚNICO),** formado por 02 (dois) itens, conforme especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO
1	1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
	2	**Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do LOTE (ÚNICO)**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica, Anexo II do Edital.

2.6. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

a. Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;
b. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c. Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços; e
e. Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM**. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339039.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,**

ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG), provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

6.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento do mesmo, somente serão aceitas propostas para o quantitativo total estimado para cada item.**

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

7.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

7.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,05 (cinco centavos).

8.9. O intervalo de tempo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2

(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço POR LOTE (ÚNICO)**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.20.1. Foi implementada regra e ferramenta no próprio Sistema Comprasnet que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos. A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art. 4° da Lei 10.520/2002 e ao Acórdão TCU 1872/2018.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no País;
8.28.2. por empresas brasileiras;
8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV**:

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) Prazo para início dos serviços: xxx

f) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da

licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

9.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (Anexo III);

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros (Anexo III);

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

10.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe da **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

10.1.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

10.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 5.7. deste Edital:**

10.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2. Apresentar preço (global ou unitário) final superior ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

10.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.3. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

10.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção

apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total de sua última proposta, à exceção da primeira retificação que não necessitará de desconto, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documentos novos.**

10.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da convocação pelo Pregoeiro**.

10.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.2. Nas situações da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

10.6.2.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.6.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no

sistema.

10.6.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

10.6.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.6.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.6.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias corridos**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.6.2.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. No que couber, nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

10.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer dos prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.
10.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.
10.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
10.15. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

10.15.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a

centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no **subitem 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

11.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

11.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

11.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.9.1.1 O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

11.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 11.9.3;

11.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

11.10. Relativos à Qualificação Técnica

11.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a

contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, **observado o subitem 5.4. do Termo de Referência.**

11.10.1.1. Entende-se como compatível o atestado que comprove ter o licitante prestado o serviço relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações;

11.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.10.1.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.10.1.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.11. Disposições Gerais da Habilitação:

11.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

11.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem

11.13. do Edital.

11.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

11.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação, observado o disposto no item 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do

direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão

12.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.9. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

12.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no

SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

14.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.6.2, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

15.1.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Garantia e Assistência Técnica ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O prazo de garantia e assistência técnica é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações compreendidas **no item 5 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, *Anexo I* a este Edital, bem como na Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica, *Anexo III*, serão também deveres da CONTRATADA:

17.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

17.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 6 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, *Anexo I* a este Edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com este Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

19.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

19.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link http://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

19.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos produtos, o número da Nota de Empenho e da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

19.2.3. Enquanto pendente de liquidação, por obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

19.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

19.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

19.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

19.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato

da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

19.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, no prazo indicado no subitem anterior, sendo que naqueles primeiros momentos não serão motivos para sua desclassificação, todavia, poderá a vir responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes quando convocado posteriormente e deixar de atender no prazo fixado:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2012, cumulada com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela

administração pública.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

20.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.12. sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

20.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

20.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

20.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

20.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

20.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178 e Cláusula Décima Quinta e Décima Sexta da Minuta de Contrato;

20.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

20.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
20.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
20.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
20.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
20.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.
20.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
20.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

21. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

21.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

21.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da

situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

21.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

21.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

21.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

21.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

21.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

21.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

21.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

21.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

21.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

21.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as

normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **xx/xx/2021, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica (preferencialmente), pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia xx/xx/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, no horário local de expediente da Instituição (até às 14 horas – horário local), preferencialmente por meio eletrônico via internet ou no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br**.

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

1. Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;
2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
3. Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
4. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços; e
5. Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.13. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.14. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.16. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.16.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.17. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.18. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.19. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

23.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

23.21. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.21.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.23. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de

Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, xx de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2021.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0XX/2021-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unit. (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)

A _____(*nome da empresa*)_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____

b) **Prazo de início dos serviços: _____**

c) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);

d) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*

e) **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____
CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **Ministério Público do**

Estado do Amazonas e de sua **CPL;**

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

MINUTA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO V
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ de _____ de _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037-473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal

DESPACHO Nº 71.2021.CPL.0705880.2021.007178

Objeto: Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, crm gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **MEMORANDO Nº 37.2021.ASCOM.0628178.2021.007178**, exarado pela **Assessora de Comunicação,** Sra. Daniela Bragança Macedo, datado de 30/04/2021.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio inicialmente do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2021.ASCOM.0629110.2021.007178**, o qual seguiu à apreciação do Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha, que autorizou o seguimento do feito via **DESPACHO Nº 224.2021.01AJ-SUBADM.0633695.2021.007178**, com a necessidade de inclusão das disposições referentes às sanções, encaminhando ao Setor de Compras e Serviços, para providências, em 13/05/2021.

Por sua vez, a Assessoria de Comunicação confeccinou novo **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2021.ASCOM.0634547.2021.007178**, datado de 14/05/2021.

Seguindo os autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, o mesmo expediu o **MEMORANDO Nº 182.2021.SCOMS.0637552.2021.007178** e **MEMORANDO Nº 201.2021.SCOMS.0642261.2021.007178**, encaminhando as solicitações de informações para apreciação do Setor Demandante (ASCOM).

Nessa esteira, a Assessoria de Comunicação promoveu nova alteração, gerando a emissão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5.2021.ASCOM.0643002.2021.007178**, datado de 02/06/2021, remetendo os autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS.

Tendo aquele setor colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se no dia 02/08/2021, inicialmente, o **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 83.2021.SCOMS. 0672706.2021.007178**, que lastreou a confecção do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 202.2021.SCOMS.0672725.2021.007178,** encaminhando-se os autos, logo após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** que, subsidiada pelos dados constantes dos autos, elaborou a **INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 181.2021.DOF - ORÇAMENTO.0673726.2021.007178.**

Nesse interstício, o Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Géber Mafra Rocha exarou o **DESPACHO Nº 364.2021.01AJ-SUBADM.0678504.2021.007178**, datado de 13/08/2021, determinando: *"considerando a dificuldade em encontrar propostas válidas que contemplem todo o objeto descrito no Termo de Referência e ainda que, por meio do Mapa Demonstrativo de Preços 83 (0672706) verificou-se que foi realizado Pregão n. 62020 da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA com os mesmos serviços, DETERMINO ao SCOMS, juntamente com a requerente, apurar junto ao órgão as especificações utilizadas naquele certame, buscando o alcance da competitividade e melhor proposta para este Ministério Público, inclusive avaliando a possibilidade de alterações no Termo de Referência n. 5 (0643002)."*

O Setor de Compras e Serviços manifestou-se pelo **MEMORANDO Nº 359.2021.SCOMS.0682701.2021.007178** remetendo os autos à Assessoria de Comunicação - ASCOM para avaliação.

Assim, a Daniela Bragança Macedo, Assessor(a) de Comunicação emitiu o **MEMORANDO Nº 87.2021.ASCOM.0690452.2021.007178**, acompanhado do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, com as alterações que julgou necessárias e devolveu os autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS.

Tendo aquele setor colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se no dia 16/09/2021, inicialmente, o **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 102.2021.SCOMS.0695258.2021.007178**, que lastreou a confecção do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 263.2021.SCOMS.0695272.2021.007178,** encaminhando-se os autos, logo após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** que, subsidiada pelos dados constantes dos autos, elaborou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 257.2021.DOF - ORÇAMENTO.0695737.2021.007178.**

Em análise dos autos recebidos em 20/09/2021, este Colegiado concluiu pela necessidade do envio à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para elaboração do respectivo prospecto de termo de garantia ou contrato administrativo, nos termos do **MEMORANDO Nº 282.2021.CPL.0697266.2021.007178**, emitido em 23/09/2021. Em atenção, fora devidamente juntado aos autos a **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0700692), em 04/10/2021, devidamente encaminhada via **MEMORANDO Nº 685.2021.DCCON.0704096.2021.007178.**

Retornados os autos conclusos, em 25/08/2021, procedeu-se a análise do Termo de Referência supra e dos demais documentos acostados aos fólios processuais, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, enfatizando que a escolha da modalidade recaiu por força do valor orçado para contratação face ao que estabelece o artigo 23, inciso I, "b" da Lei n.º 8.666/93, de forma que esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (doc. 0685030), tipo MENOR PREÇO POR LOTE (ÚNICO).**

Ressalte-se, por fim, que pelo fato de o valor orçado para o objeto do futuro certame ter ultrapassado o limite estabelecido no Art. 6º do Decreto Federal n.º 8.538/2015, o qual regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para ME/EPP, disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, o mesmo deixou de ser **reservado** para participação exclusiva de empresas que detêm tal classificação.

Por oportuno, em que pese aprovada no início da tramitação processual pela douta

Assessoria Jurídica, faz-se mister promover algumas ponderações, deixando a cargo do Autoridade Superior as determinações cabíveis: 1) Não há previsão no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178** de prazo para início dos serviços após assinatura do contrato, por exemplo; ou ainda, de prazo para disponibilização das notícias e suas atualizações (semanais e finais de semana) em suas diversas fontes, bem como, para realização do treinamento para os servidores da ASCOM e como esse ocorrerá (presencial ou virtualmente); 2) Necessidade ou não de suporte técnico à plataforma digital e a forma como ocorrerá; 3) Formato ou extensão dos Relatórios e das notícias e suas diferentes fontes (impressa, eletrônica e digital) e dentre outras previsões mais detalhadas visando salvaguardar a futura contratação.

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo (a) Ordenador(a) de Despesas da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (doc. 0700692) e da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0705879).

Manaus, 13 de outubro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/10/2021, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0705880** e o código CRC **616A0592**.

PARECER Nº 117.2021.01AJ-SUBADM.0710364.2021.007178

PROCESSO: 2021.007187

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL E DA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO POR LOTE (ÚNICO). Reconhe-se como como adequada a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço por lote –, uma vez que atende aos ditames legais e se afigura compatível com o conceito de "serviço comum", dado que o objeto dos autos teve seus padrões objetivamente definidos por especificações usuais no mercado. Em tempo, o serviço a ser contratado encontra-se detalhadamente discriminado no item 2 - Do Objeto do Edital, nos termos das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02. Decreto nº 3.555/00. Aprovação das Minutas de Termo de Referência, Edital de Pregão e do Termo de Contrato.

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Houve a devida aprovação do Termo de Referência 2 (0629110), condicionada à inclusão do item "DAS SANÇÕES", conforme se visualiza no Despacho 224 (0633695) do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, culminando com o Termo de Referência 3 (0634547).

No decorrer da pesquisa de mercado, foram detectadas dificuldades por parte do Setor de Compras e Serviços - SCOMS em obter propostas válidas, vide Memorando 307 (0670416).

Desta feita, considerando a informações contidas no Mapa Demonstrativo de Preços 83 (0672706), foi determinado ao SCOMS, por meio do Despacho 364 (0678504) verificar junto à requerente as especificações utilizadas no Pregão n. 62020 da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com os mesmos serviços, buscando o alcance da competitividade e melhor proposta para este Ministério Público, inclusive avaliando a possibilidade de alterações no Termo de Referência.

Cumprindo as determinações do Despacho acima mencionado, a Assessoria de Comunicação - ASCOM analisou o objeto de contratação do Ministério Público de Roraima-MPRR e constatou divergências no objeto por ela solicitado, referente à quantidade de itens de serviços (na solicitação do MPRR constava apenas 1 item - Clipping jornalístico - e na solicitação da ASCOM-MPAM constavam 2 itens - Clipping jornalístico e Mailing), optando então por dividir em 1 lote com 2 itens de serviços no novo Termo de Referência 8 (0690463).

Por conta de tal mudança, o processo retornou também ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, que apresentou novo Mapa Demonstrativo de Preços 102 (0695258) e novo Quadro-Resumo do Processo de Compra 263 (0695272) e à Diretoria de Orçamentos e Finanças - DOF, que providenciou a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 257 (0695737).

A Divisão de Contratos e Convênios - DCCON acostou aos autos também a Minuta de Contrato (0700692) e a Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Despacho 71 (0705880), encaminhou a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (0705879) à SUBADM para emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas, nos termos do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Desta feita, vieram os autos para manifestação da assessoria jurídica.

É o relatório. OPINO.

De início, verifico que o novo Termo de Referência 8 (0690463) apresentou apenas alteração no formato da descrição do objeto e não em seu escopo, razão pela qual não houve necessidade de nova apreciação jurídica.

Passa-se, então, à apreciação das Minutas de Edital de Licitação e do Termo de Garantia.

Conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório constitui-se como regra. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento semelhante.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Nesse diapasão, insta ressaltar que o ordenamento jurídico pátrio dispõe que a Administração Superior deverá iniciar o certame com uma fase interna, que segundo MATHEUS CARVALHO (in Manual de Direito Administrativo. 4ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 467), acontece quando: a "Administração Pública está, internamente, se organizando para licitar, com a abertura do processo administrativo respectivo e com a realização dos atos preparatórios que justifiquem a realização do certame. O texto legal define requisitos a serem observados para início do procedimento".

A Lei Federal n.º 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1.º da referida lei:

> Art. 1.º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Dessa maneira, em observância aos preceitos legais acima mencionados, reconheço como adequada a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – **Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE (ÚNICO)** –, uma vez que atende aos ditames legais e se afigura compatível com o conceito de "bem comum", dado que o objeto dos autos teve seus padrões objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, em consonância com o disposto no já transcrito parágrafo único do art. 1.° da Lei n.° 10.520/02.

O art. 21 do Decreto n.° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão nos seguintes termos:

> Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas; V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
>
> XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Verifico, ademais, que o Edital é o instrumento convocatório do certame, além de ser indispensável para o regular andamento do processo de licitação e vincular os licitantes e a Administração Pública. Cabe ao Edital e seus anexos dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, em suma, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02; no art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível; no art. 9.° do Decreto n.° 7.892/13 e, no âmbito interno, no art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

Especificamente quanto à Minuta de Termo de Contrato, tem-se que, de acordo com a dicção legal do art. 54, da Lei n.º 8.666/1993, os contratos administrativos serão regulados por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 55 da Lei n. 8.666/03, elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Nesse sentido, de acordo com os seguintes acórdãos da Corte Federal de Contas:

Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009 PLENÁRIO).

Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007 PLENÁRIO 673).

Em relação ao prazo de vigência e execução, observa-se que, se celebrado o ajuste em análise, este terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura, período este em conformidade com o que determina a Lei Licitória.

Do exposto, ao examinar a minuta acostada, verifica-se que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes.

Isto posto, pelos fatos e fundamentos ora apresentados, esta assessoria jurídica **OPINA favoravelmente pela aprovação das Minutas de Termo de Referência 8 (0690463), Edital de Pregão Eletrônico (0705879) e do Termo de Contrato (0700692)**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 15 de outubro de 2021.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 15/10/2021, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710364** e o código CRC **430E108C**.

DESPACHO Nº 476.2021.01AJ-SUBADM.0710366.2021.007178

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Houve a devida aprovação do Termo de Referência 2 (0629110), condicionada à inclusão do item "DAS SANÇÕES", conforme se visualiza no Despacho 224 (0633695) do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, culminando como Termo de Referência 3 (0634547).

No decorrer da pesquisa de mercado, foram detectadas dificuldades por parte do Setor de Compras e Serviços - SCOMS em obter propostas válidas, vide Memorando 307 (0670416).

Desta feita, considerando a informações contidas no Mapa Demonstrativo de Preços 83 (0672706), foi determinado ao SCOMS, por meio do Despacho 364 (0678504) verificar junto à requerente as especificações utilizadas no Pregão n. 62020 da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com os mesmos serviços, buscando o alcance da competitividade e melhor proposta para este Ministério Público, inclusive avaliando a possibilidade de alterações no Termo de Referência.

Cumprindo as determinações do Despacho acima mencionado, a Assessoria de Comunicação - ASCOM analisou o objeto de contratação do Ministério Público de Roraima-MPRR e constatou divergências no objeto por ela solicitado, referente à quantidade de itens de serviços (na solicitação do MPRR constava apenas 1 item - Clipping jornalístico - e na solicitação da ASCOM-MPAM constavam 2 itens - Clipping jornalístico e Mailing), optando então por dividir em 1 lote com 2 itens de serviços no novo Termo de Referência 8 (0690463).

Por conta de tal mudança, o processo retornou também ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, que apresentou novo Mapa Demonstrativo de Preços 102 (0695258) e novo Quadro-Resumo do Processo de Compra 263 (0695272) e à Diretoria de Orçamentos e Finanças - DOF, que providenciou a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 257 (0695737).

A Divisão de Contratos e Convênios - DCCON acostou aos autos também a Minuta de Contrato (0700692) e a Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Despacho 71 (0705880), encaminhou a Minuta do Edital de Pregão Eletrônico (0705879) à SUBADM para emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas, nos termos do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

Assim, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 117 (0710364), opinando favoravelmente pela aprovação das **Minutas de Termo de Referência 8 (0690463), Edital de Pregão Eletrônico (0705879) e do Termo de Contrato (0700692).**

Diante de todo o exposto, **ACOLHO a supracitada peça opinativa e APROVO as Minutas acima mencionadas, devendo os autos seguirem à CPL para prosseguimento do feito.**

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 15 de outubro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 15/10/2021, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710366** e o código CRC **B8F7FD40**.

2021.007178 v13

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 317.2021.CPL.0710876.2021.007178

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GEBER MAFRA DA ROCHA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminhamento dos autos do **Processo SEI n.º 2021.007178** para nova apreciação.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Honra-nos cumprimentá-lo com o presente e, à oportunidade, informo a Vossa Excelência inicialmente que esta Comissão Permanente de Licitação, no momento de elaboração da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico (doc. 0705879), entendeu como salutar apresentar algumas ponderações visando salvaguardar futura contratação. Desta forma, ao enviar os autos à apreciação da douta Assessoria Jurídica, fez constar no DESPACHO Nº 71.2021.CPL.0705880.2021.007178, os seguintes apontamentos:

> Por oportuno, em que pese aprovada no início da tramitação processual pela douta Assessoria Jurídica, faz-se mister promover algumas ponderações, deixando a cargo do Autoridade Superior as determinações cabíveis: 1) Não há previsão no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178** de prazo para início dos serviços após assinatura do contrato, por exemplo; ou ainda, de prazo para disponibilização das notícias e suas atualizações (semanais e finais de semana) em suas diversas fontes, bem como, para realização do treinamento para os servidores da ASCOM e como esse ocorrerá (presencial ou virtualmente); 2) Necessidade ou não de suporte técnico à plataforma digital e a forma como ocorrerá; 3) Formato ou extensão dos Relatórios e das notícias e suas diferentes fontes (impressa, eletrônica e digital) e dentre outras previsões mais detalhadas visando salvaguardar a futura contratação.

Destarte, fazemos retornar os autos a Vossa Excelência, para fins de determinar as providências a serem adotadas ao caso em espeque, dentre as alternativas outrora sugeridas, a continuidade do certame permanecendo o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178 inalterado ou o retorno dos autos ao Setor demandante (Assessoria de Comunicação - ASCOM) para promovação de estudos e inclusão de novas disposições, ficando este Comitê à inteira disposição para auxiliá-los.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo os mais elevados votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 18/10/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0710876** e o código CRC **B6B0B0DF**.

DESPACHO Nº 485.2021.01AJ-SUBADM.0711464.2021.007178

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Em razão da ponderações alicerçadas no Memorando 317 (0710876) da Comissão Permanente de Licitação e para o bom deslinde do processo licitatório, **DETERMINO** o envio dos autos à requerente para elucidação das questões.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 18 de outubro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 18/10/2021, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0711464** e o código CRC **A8569263**.

MEMORANDO Nº 104.2021.ASCOM.0713165.2021.007178

Retornam os autos como as elucidações ponderadas no Memorando 317 (0710876) da Comissão Permanente de Licitação, conforme DESPACHO Nº 485.2021.01AJ-SUBADM.0711464.2021.007178.

Por oportuno, em que pese aprovada no início da tramitação processual pela douta Assessoria Jurídica, faz-se mister promover algumas ponderações, deixando a cargo do Autoridade Superior as determinações cabíveis: 1) Não há previsão no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178 de prazo para início dos serviços após assinatura do contrato, por exemplo; ou ainda, de prazo para disponibilização das notícias e suas atualizações (semanais e finais de semana) em suas diversas fontes, bem como, para realização do treinamento para os servidores da ASCOM e como esse ocorrerá (presencial ou virtualmente); 2) Necessidade ou não de suporte técnico à plataforma digital e a forma como ocorrerá; 3) Formato ou extensão dos Relatórios e das notícias e suas diferentes fontes (impressa, eletrônica e digital) e dentre outras previsões mais detalhadas visando salvaguardar a futura contratação.

1) PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO, POR EXEMPLO; OU AINDA, DE PRAZO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS E SUAS ATUALIZAÇÕES (SEMANAIS E FINAIS DE SEMANA) EM SUAS DIVERSAS FONTES, BEM COMO, PARA REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES DA ASCOM E COMO ESSE OCORRERÁ (PRESENCIAL OU VIRTUALMENTE);
2) NECESSIDADE OU NÃO DE SUPORTE TÉCNICO À PLATAFORMA DIGITAL E A FORMA COMO OCORRERÁ;

O serviço compreenderá o monitoramento em tempo integral, online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV), selecionadas por palavras-chaves inseridas no sistema de buscas da plataforma fornecida pela contratada, com possibilidade de disparo de alertas para e-mails cadastrados de novas notícias inseridas na plataforma em full time.

As notícias deverão ser disponibilizadas de forma fácil e compreensível, podendo ser compartilhada de forma instantânea via e-mail, ou app de mensagens.

A empresa deve disponibilizar à ASCOM, um perfil de gerenciamento do sistema/plataforma para inclusão/exclusão de palavras-chaves, geração de relatórios, pesquisas de clipagens e de notícias antigas e outras que sejam convenientes aos usuários.

Logo após a assinatura do contrato, a contratada deverá treinar a equipe de usuários da ASCOM no uso do sistema/plataforma. O treinamento poderá ser à distância, de forma virtual, digital, videoconferência, com suporte técnico full time para esclarecimento de dúvidas ou soluções de problemas ao longo de todo o contrato.

3) FORMATO OU EXTENSÃO DOS RELATÓRIOS E DAS NOTÍCIAS E SUAS DIFERENTES FONTES (IMPRESSA, ELETRÔNICA E DIGITAL) E DENTRE OUTRAS PREVISÕES MAIS DETALHADAS VISANDO SALVAGUARDAR A FUTURA CONTRATAÇÃO.

O sistema/plataforma deverá disponibilizar recurso de criação de relatórios personalizados, em

formatos de *dashboard*, estatísticos, numéricos, ou outros que venham a contribuir com a mensuração e análise das informações, com possibilidade de exportação em pdf/html ou outras extensões. Os relatórios serão gerados com base em períodos de tempo ou palavras-chaves especificados conforme interesse da ASCOM.

Cordialmente,

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 20/10/2021, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0713165** e o código CRC **2E3E1518**.

DESPACHO Nº 503.2021.01AJ-SUBADM.0716509.2021.007178

Retornam os autos tratando do Memorando 37 (0628178) da Assessoria de Comunicação - ASCOM, por meio do qual solicitou autorização para aquisição de plataforma visando à Gestão de Informação, com o monitoramento das matérias jornalísticas.

Cumprida a determinação do Despacho 485 (0711464) desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, a ASCOM empreendeu a elucidação das ponderações feitas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL no Memorando 317 (0710876).

Assim sendo, **DETERMINO** a devolução dos autos à CPL para sequência do feito.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus(Am), 26 de outubro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 26/10/2021, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0716509** e o código CRC **E1922C7F**.

ATO Nº 185/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e IURY FECHINE RAMOS, Agentes de Apoio – Administrativo, em decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 186/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2021.010249, em que figura, como parte interessada, o Exmo. Sr. Dr. GUSTAVO VAN DER LAARS, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Alvarães;

CONSIDERANDO as disposições do r. DESPACHO N.º 337.2021.06AJ-SUBADM.0659292.2021.010249, de 07 de julho de 2021, expedido pela douta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso V, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

EXONERAR a bacharela MARCYA LINS CAMPOS do cargo em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, a contar de 07.07.2021.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0948/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas durante do mês de abril/2021;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ALTERAR os termos da Portaria n.º 0754/2021/PGJ, datada de 30.03.2021, que designou os Promotores de Justiça de Entrância Inicial e Substitutos como plantonistas, na parte referente ao POLO 5 – BAIXO AMAZONAS, item 1 (Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará), conforme abaixo especificado:

POLO 5 – BAIXO AMAZONAS

1. Maués, Boa Vista do Ramos e Urucará

Período: 16 a 30.04.2021 - Dr. ROBERTO NOGUEIRA

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de abril de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1548/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 054/98-CSMP, de 23 de setembro de 1998, que disciplina e define a manifestação dos Órgãos do Ministério Público de 1.ª e 2.ª instâncias, no que tange à apresentação de contrarrazões sempre que o advogado, ao interpor o Recurso de Apelação, invocar a aplicação do art. 600, § 4.º, do Código de Processo Penal;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL LEITE BRITO, Promotor de Justiça de Entrância Final, Titular da 8.ª Promotoria de Justiça de Manaus (10.ª Vara Criminal), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0632081-98.2019.8.04.0001, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Ato PGJ - CPL e Pregoeiros (0717941) SEI 2021.007178 / pg. 72

a) acolher, motivadamente, as razões recursais, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, as razões recursais, encaminhando os autos ao Procurador-Geral de Justiça para apreciação final, que:

1. poderá, fundamentadamente, acolher as razões para ao final, reformar a sanção imposta, ou rejeitá-las mantendo a decisão atacada;

2. determinará a publicização da decisão final.

II – impetrar pedido de reconsideração contra decisão de aplicação de inidoneidade exarada pelo Procurador-Geral de Justiça que poderá:

a) acolher, motivadamente, o pedido de reconsideração, modificando e tornando pública a decisão final exarada;

b) rejeitar, motivadamente, o pedido de reconsideração, tornando pública a decisão exarada.

Parágrafo único. A autoridade competente providenciará, por meio da secretaria respectiva, a publicação no Diário Oficial Eletrônico - DOMPE de extrato da decisão exarada em face do recurso hierárquico ou do pedido de reconsideração.

Art. 11 A Comissão Permanente de Licitação – CPL deverá promover todos os atos de citação, intimação e / ou notificação dos interessados e ainda:

I – não havendo manifestação recursal e não havendo aplicação da sanção de multa, informar à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos – SUBADM acerca da inércia ocorrida;

II - inexistindo manifestação recursal e havendo aplicação de multa, determinar seu recolhimento à contratada /licitante sancionada:

a) no adimplemento do recolhimento, encaminhar os autos à Diretoria de Orçamento de Finanças – DOF e após, promover seu arquivamento;

b) no inadimplemento do recolhimento da multa, encaminhar os autos para o Procurador-Geral de Justiça, para análise quanto a conveniência e oportunidade de encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado, para devida inscrição em dívida ativa.

III – existindo manifestação recursal ou pedido de reconsideração, encaminhar à autoridade competente;

IV – após trânsito julgado administrativo, providenciar o lançamento das sanções junto aos sistemas competentes, tais como o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 12 Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial as dispostas no ATO PGJ N° 345/2007.

Art. 13 Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Manaus, 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 188/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 185/2021/PGJ, de 09 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2021, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como FABÍOLA DE SOUZA MENDANHA e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 1583/2021/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. LEONARDO TUPINAMBÁ DO VALLE, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para participar das audiências da Comarca de Urucará/AM, no dia 12.07.2021.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 09 de julho de 2021.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 185/2021 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2021.007178,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE (ÚNICO)**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005 e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2021.007178
Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas: às 10 horas do dia **17/11/2021** (horário de Brasília).
Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO
Endereço eletrônico: http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e***

distribuidor de e-mails.

2.2. A licitação será dividida em **1 (um) LOTE (ÚNICO),** formado por 02 (dois) itens, conforme especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO
1	1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
	2	**Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do LOTE (ÚNICO)**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178,** Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica, Anexo II do Edital.

2.6. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

a. Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;
b. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
c. Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços; e
e. Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM**. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339039.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,**

ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG), provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

6.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento do mesmo, somente serão aceitas propostas para o quantitativo total estimado para cada item.**

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

7.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

7.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,05 (cinco centavos).

8.9. O intervalo de tempo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2

(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço POR LOTE (ÚNICO)**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.20.1. Foi implementada regra e ferramenta no próprio Sistema Comprasnet que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos. A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art. 4° da Lei 10.520/2002 e ao Acórdão TCU 1872/2018.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no País;
8.28.2. por empresas brasileiras;
8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV**:

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

f) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas

societárias ou o poder de gestão da sociedade;

g) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

9.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (Anexo III);

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros (Anexo III);

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

10.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe da **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

10.1.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

10.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 5.7. deste Edital:**

10.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2. Apresentar preço (global ou unitário) final superior ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

10.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.3. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

10.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção

apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total de sua última proposta, à exceção da primeira retificação que não necessitará de desconto, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documentos novos.**

10.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da convocação pelo Pregoeiro**.

10.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6.2. Nas situações da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

10.6.2.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.6.2.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no

sistema.

10.6.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

10.6.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.6.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.6.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias corridos**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.6.2.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. No que couber, nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

10.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer dos prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.
10.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.
10.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
10.15. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

10.15.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a

centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no **subitem 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

11.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

11.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

11.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.9.1.1 O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

11.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 11.9.3;

11.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

11.10. Relativos à Qualificação Técnica

11.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a

contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, **observado o subitem 5.4. do Termo de Referência.**

11.10.1.1. Entende-se como compatível o atestado que comprove ter o licitante prestado o serviço relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações;

11.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.10.1.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.10.1.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.11. Disposições Gerais da Habilitação:

11.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

11.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem

11.13. do Edital.

11.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

11.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação, observado o disposto no item 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do

direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão

12.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.9. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

12.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no

SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

14.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.6.2, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DA DISPONIBILIZAÇÃO DA PLATAFORMA

15.1. A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Amazonas.

15.1.1. A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Garantia e Assistência Técnica ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta,

para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O prazo de garantia e assistência técnica é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações compreendidas **no item 5 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, *Anexo I* a este Edital, bem como na Minuta do Termo de Garantia e Assistência Técnica, *Anexo III*, serão também deveres da CONTRATADA:

17.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

17.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e

número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 6 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178**, *Anexo I* a este Edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com este Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

19.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

19.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link http://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

19.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos produtos, o número da Nota de Empenho e da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

19.2.3. Enquanto pendente de liquidação, por obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

19.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

19.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

19.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

19.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das

certidões de regularidade fiscal.

19.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

19.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, no prazo indicado no subitem anterior, sendo que naqueles primeiros momentos não serão motivos para sua desclassificação, todavia, poderá a vir responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes quando convocado posteriormente e deixar de atender no prazo fixado:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2012, cumulada com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de**

reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

20.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.12. sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

20.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

20.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

20.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

20.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

20.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas no item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178 e Cláusula Décima Quinta e Décima Sexta da Minuta de Contrato;

20.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA

juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

20.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

20.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

20.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

21. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

21.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação

do pedido por intempestividade.

21.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

21.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

21.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

21.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

21.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

21.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

21.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

21.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

21.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

21.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços,**

estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

21.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

22.1. Até o dia **10/11/2021, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica (preferencialmente), pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 10/11/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, no horário local de expediente da Instituição (até às 14 horas – horário local), preferencialmente por meio eletrônico via internet ou no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no

site oficial do MPAM. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br**.

23.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

23.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

23.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

23.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

23.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

23.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas

propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

23.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

23.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

23.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

23.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.7.3.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.9. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

1. Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;
2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
3. Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
4. Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços; e
5. Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.13. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

23.14. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

23.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.16. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

23.16.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

23.17. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.18. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

23.19. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

23.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

23.21. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

23.21.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

23.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

23.23. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 03 de novembro de 2021.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2021.10.28 11:13:06 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES, COMPREENDENDO: SERVIÇOS DE CLIPPING DIGITAL, MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE NOTÍCIAS VEICULADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS USADAS POR VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, COM RASTREAMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, MAILING DE TODA A MÍDIA LOCAL E NACIONAL, CRM GESTOR DE RELACIONAMENTO, DISTRIBUIDOR DE E-MAILS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO / ENTIDADE PROPONENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas – Procuradoria-Geral de Justiça C.N.P.J.: 04.153.748/0001-85 ENDEREÇO: Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, Manaus, AM. CIDADE: Manaus U.F: AM CEP: 69.037-473. DDD/FONE: (0XX92) 3655-0500 / DDD/FAX: (0XX92) 3655-0763

2 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 Como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público do Estado do Amazonas necessita dos serviços ora solicitados, a fim de monitorar os diversos canais de mídia para atingir melhor a população, gerir e fortalecer a sua imagem e reputação. Mensurar, ampliar e engajar seu relacionamento com a sociedade, o comportamento popular sobre suas ações e expor os resultados.

2.2 Os serviços solicitados estão alinhados ao macro objetivo estabelecido no Plano Estratégico MP-AM 2017-2027.

2.3 Os serviços de Clipping e monitoramento, possibilitam ao Ministério Público do Estado do Amazonas ter uma visão estratégica de seu posicionamento junto aos usuários da rede mundial de computadores, medir e analisar o impacto das informações disseminadas sobre assuntos de interesse do órgão, bem como promover o aumento da profusão desse conteúdo na mídia em geral, seja tradicional ou digital.

3 PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

4 DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 Tabela de Descrição dos serviços

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO
1	1 2	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail **Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via

		internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

4.2 Logins: 03 a 05 usuários cadastrados e autorizados para acessar a plataforma;

4.3 CRM Gestor de Relacionamentos: solução para gerenciamento de relacionamentos com diferentes jornalistas e contatos independentes.

4.4 A CONTRATADA disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da ASCOM.

4.5 A CONTRATADA realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, observando estritamente as especificações indicadas.

5.2 Apresentar proposta especificando o valor fixo mensal dos serviços a serem executados.

5.4 As empresas licitantes ficarão obrigadas a apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter o licitante prestado o serviço pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, especialmente, relativo à disponibilização e utilização da plataforma para Gerenciamento de Informações.

5.5 Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente Termo de Referência.

5.6 Levar ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha ocasionar a não-prestação do serviço. Deve a CONTRATADA avisar sobre esse incidente no máximo até 24h antes.

5.9 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

5.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

5.11 Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a CONTRATANTE ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Termo de Referência, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.

5.12 Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.13 Na falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas editalícias e contratuais, bem como das demais cominações legais.

5.14 A presente contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

5.16. Interlocutor da CONTRATADA estabelecido sendo responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;

5.17. Obriga-se a CONTRATADA a cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Designar, e informar à CONTRATADA, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

6.3 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto da fatura/nota fiscal pela fiscalização do contrato.

6.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas. Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à CONTRATADA na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;

6.6 Manter com a CONTRATADA relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste Termo.

7 DO PAGAMENTO

7.1 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

7.2 Caso não esteja cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), a CONTRATADA obriga-se a efetuar o referido cadastramento, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da homologação, para fins de emissão de Nota de Empenho.

7.2.2 Os documentos deverão ser enviados para:

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM AV. ANDRÉ ARAÚJO, 150, ALEIXO – CEP 69069-000 SETOR DE CADASTRO

7.3 Não será emitida Nota de Empenho à CONTRATADA enquanto não realizado o referido cadastramento.

7.4 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

8 O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Para fins de julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço do serviço especificado neste termo.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

9.1.1.Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2.Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3.Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 114

9.1.4.Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5.Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito quando não houver cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

c) Multa de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a CONTRATADA não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade.

d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

e) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

f) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

g) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto às de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Declara-se que este Termo de Referência está de acordo com a Lei N.º 8.666/93 e legislação em vigor.

Daniela Bragança

Assessora de Comunicação

Manaus – AM, 08 de setembro de 2021

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 08/09/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0690463** e o código CRC **A23DD195**.

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2021 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviços de monitoramento de canais de mídia, contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado do Amazonas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representada _____, residente e domiciliado _____, portador do documento de identidade n.º _____, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.007178**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do Edital do _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste nas seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
2	**Mailing:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** autorizará o acesso à plataforma para até 05 (cinco) usuários indicados pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 117

1. Edital do _____, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2021.007178;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.
2. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
3. Atestar o documento fiscal emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
4. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
5. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
8. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
9. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**.
12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
13. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE**, desde que remotamente, e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de **10 (dez)** dias da assinatura do contrato, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarta. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA** compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estreitamente as especificações indicadas:

1. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
2. **Indicar ao CONTRATANTE interlocutor/preposto, no prazo de 5 (cinco) dias, que será o responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;**
3. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
4. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o **CONTRATANTE** de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao objeto contratado.
5. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
6. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
7. Levar ao conhecimento da **CONTRATANTE** qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer, devendo avisar à **CONTRATADA** no máximo de 24 horas antes.
8. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
9. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
12. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
13. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.
14. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, assim que questionado por esta, as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, modificação de empresa responsável pela assistência técnica dos produtos, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
15. Cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

Parágrafo primeiro. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo quarto. A inobservância das especificações constantes deste ajuste implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 119

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
3. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável;
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas; Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à **CONTRATADA** na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;
5. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, que faz parte deste instrumento como anexo.

Parágrafo único. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, correspondente aos serviços executados em cada período (mês), devidamente atestados pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça, para o e-mail *protocolo@mpam.mp.br*, os seguintes documentos: a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quinto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 120

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a **Nota de Empenho n.º** _____, no valor de **R$** _____ (_____).

Parágrafo único. No exercício seguinte o valor de **R$ _____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajuste e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 121

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;

6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 1% (um inteiro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a **CONTRATADA** não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade, ou por apresentar certidões com prazo de vigência expirado;
- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, poder será considerado descumprimento parcial ou total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- Multa compensatória de até 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 123

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

5. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
6. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
7. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
8. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
9. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (0717940) SEI 2021.007178 / pg. 124

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 04/10/2021, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0700692** e o código CRC **D494A93A**.

2021.007178 0700692v44

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2021.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unit. (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1						

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____
b) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);
c) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
d) **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____
CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **Ministério Público do Estado do Amazonas** e de sua **CPL;**

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

ANEXO V
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ de _____ de _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037-473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04034/2021-000

1 - Itens da Licitação

1 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Descrição Detalhada: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 1

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,05

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Grupo: G1

2 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Descrição Detalhada: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço

Quantidade Total: 1

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,05

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Monitoramento informação mídia eletrônica	1	UNIDADE
2	Monitoramento informação mídia eletrônica	1	UNIDADE

Relação de Itens de Licitação COMPRASNET (0717945) SEI 2021.007178 / pg. 130

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação/Dispensa

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

28/10/2021 11:36:24

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 03/11/2021.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	04034/2021	Eletrônico	Tradicional	Aberto

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2021.007178	Menor Preço

Quantidade de Itens: 2

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

Data da Divulgação: 03/11/2021

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 03/11/2021 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 17/11/2021 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Publicação Aviso COMPRASNET - 28.10.2021 (0717946) SEI 2021.007178 / pg. 131

Diário Oficial Eletrônico
Ministério Público do Estado do Amazonas

Nº 2243 Manaus, Sexta-feira, 29 de outubro de 2021

ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2738/2021/PGJ

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2021, aprovado na Lei Orçamentária nº 5.365 de 30 de dezembro de 2020 e em seus créditos adicionais.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 47 da Lei nº 5.248 de 14 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,

RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2021, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;

II - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$3.950.000,00 (TRÊS MILHÕES E NOVECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS);

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de outubro de 2021.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de outubro de 2021.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Procurador Geral de Justiça, por substituição legal

PORTARIA Nº 2739/2021/PGJ

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2021, aprovado na Lei Orçamentária nº 5.365 de 30 de dezembro de 2020 e em seus créditos adicionais.

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 47 da Lei nº 5.248 de 14 de setembro de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,

RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2021, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;

II - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS);

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de outubro de 2021.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de outubro de 2021.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Procurador Geral de Justiça, por substituição legal

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 046.2021.01PROM_PRF

Inquérito Civil nº. 040.2020.000110

PORTARIA Nº 2021/0000038511.01PROM_PRF

Representado(a): Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo-Am.

Objetivo: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por servidora municipal Erly Rukat Guerra, a qual supostamente receberia salários como servidora do Município de Presidente Figueiredo sem qualquer contraprestação de serviços, caracterizando situação de "funcionário fantasma".

Presidente Figueiredo-Am, 27 de outubro de 2021.

Karla Cristina da Silva Sousa
Promotora de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.007178

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

ABERTURA: 17/11/2021, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 03/11/2021.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 3 de novembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Sky

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SKYE PLATINUM OFFICES

CNPJ -15.063.000/0001-08
AV DR. THEOMARIO PINTO DA COSTA Nº 811 - CHAPADA, Manaus, AM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SKYE PLATINUM

Ficam os Srs. condôminos do Edifício Skye Platinum Office, localizado na Avenida Dr. Theomário Pinto da Costa n. 811, Bairro Chapada convocados a comparecer à Assembleia Extraordinária a se realizar na sala de Convenção no pavimento G3 do condomínio no dia **17/11/2021 (quarta-feira),** às 18h30min, em primeira convocação e, não havendo "*quorum*", às 19:00h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para discussão e deliberação dos seguintes assuntos:

1. **Aprovação da Convenção e Regimento Interno para registro;**
2. **Aprovação de taxa extra para pagamento do Registro da Convenção e Regimento Interno;**
3. **O que houver.**

✓ De acordo com o parágrafo segundo do ***Art. 21*** da Convenção do Condomínio, somente poderão tomar parte nas assembléias, os condôminos que estiverem em dia com o pagamento das quotas que lhes couberem nas despesas do Condomínio e das multas que lhes tenham sido aplicadas.

✓ Lembramos ainda que, conforme ***Art. 22*** da Convenção do Condomínio, é lícito ao Condômino se fazer representar nas assembléias por procurador devidamente constituído e com poderes especiais para tanto, **devendo o instrumento legal ser entregue na Administração do Condomínio com 24 horas de antecedência do início da Assembleia.**

✓ **Será mantido o distanciamento social e o uso obrigatório de máscara em decorrência da pandemia do corovírus.**

Manaus, 01 de novembro de 2021.

Cosme Lima de Oliveira
Síndico

EXTRATO CARTA CONTRATO Nº. 001/2021
CARTA CONVITE Nº. 023/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
CONTRATADO: SCM CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP (CNPJ Nº. 10.741.182/0001-05).
OBJETO: Contratação de empresa especializada nos Serviços de Obras de Engenharia compreendendo a Construção da Unidade Básica de Saúde Rural na comunidade do Arara, no município de Novo Aripuanã/AM.
EXECUÇÃO: 60 (Sessenta dias)
VIGÊNCIA: 90 (Noventa) dias.
VALOR DA CARTA CONTRATO: R$ 163.390,04 (cento e sessenta e três mil, trezentos e noventa reais e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 03.02.01 – Fundo Municipal de Saúde
Classificação Programática: 10.302.0052.1020 - Construção e/ou Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Unidade de Saúde
Elemento de Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações
Fonte de Recurso: 10 – Recursos Próprios.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Novo Aripuanã/AM, 04 de janeiro de 2021.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 04 de janeiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente a licitação modalidade CONVITE Nº. 001/2021-CPL, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Arquitetura relativos a Elaboração de Projetos e Consultoria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Viação da prefeitura municipal de Novo Aripuanã/AM;
CONSIDERANDO que no referido procedimento foram respeitadas todas as exigências estabelecidas pela legislação vigente.
RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedor do CONVITE Nº. 001/2021-CPL, a empresa ORDEMI TEIXEIRA DA SILVA - ME (CNPJ Nº. CNPJ n°. 00.530.270/0001-04), no valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação, conforme Ata e Planilhas apensas ao Processo, na forma da Lei.
II – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 01 de fevereiro de 2021.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 01 de fevereiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente a licitação modalidade CONVITE Nº. 002/2021-CPL, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada nos serviços de obras de engenharia compreendendo os Serviços de Substituição da Cobertura; Construção de Mureta com Gradil, Estacionamento e Banheiro PNE da Escola João Weckner;
CONSIDERANDO que no referido procedimento foram respeitadas todas as exigências estabelecidas pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.
RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedor do CONVITE Nº. 002/2021-CPL, a empresa R2S DESIGNER CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP (CNPJ Nº. 26.747.597/0001-26), no valor global de R$ 185.963,39 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos), cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação, conforme Ata e Planilhas apensas ao Processo, na forma da Lei.
II – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 01 de março de 2021.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 01 de março de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAOIS BOM SUCESSO
CNPJ: 28.131.176/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA AGE

O Presidente da Cooperativa de Produtores Rurais bom Sucesso, CNPJ: 28.131.176/0001-00, no uso de suas atribuições legais e estatutárias convoca os senhores cooperados da COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS BOM SUCESSO a se reunirem, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 39 e 40 do Estatuto Social. No dia 08/11/2021, às 14:000, no km.10 Ramal do Banco, Rio Preto da Eva, em 1ª Convocação, com presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados e em 2ª Convocação ás 14:30, com metade mais um dos cooperados e em 3ª convocação às 15:00, com no mínimo de dez cooperados, na mesma data e endereço, a fim de tratar as seguintes ordens do dia:
➢ENTRADA DE NOVOS SÓCIOS
➢SAÍDA DE SÓCIOS
Sem mais.
Obrigado.

MANAUS, 01 DE NOVEMBRO DE 2021
Paulo Abreu
Diretor - Presidente

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente a licitação modalidade CONVITE Nº. 023/2020-CPL, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada nos Serviços de Obras de Engenharia compreendendo a Construção da Unidade Básica de Saúde Rural na comunidade do Arara, no município de Novo Aripuanã/AM;
CONSIDERANDO que no referido procedimento foram respeitadas todas as exigências estabelecidas pela legislação vigente.
RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedor do CONVITE Nº. 023/2020-CPL, a empresa SCM CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP (CNPJ Nº. 10.741.182/0001-05), no valor global de R$ 163.390,04 (cento e sessenta e três mil, trezentos e noventa reais e quatro centavos), cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação.
II – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 04 de janeiro de 2021.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 04 de janeiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

EXTRATO CARTA CONTRATO Nº. 002/2021
CARTA CONVITE Nº. 024/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
CONTRATADO: WR ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CNPJ Nº. 36.450.495/0001-06).
OBJETO: Contratação de empresa especializada em Serviços de Perfuração de 03 (três) poços artesianos com 40 metros de profundidade, com estrutura em madeira e reservatório de 2.000 litros de água, nas comunidades: Bela Vista (margem esquerda do rio madeira), São Luis (baixo madeira) e Estrela do Norte km 240 da estrada NAP-01, no município de Novo Aripuanã/AM.
EXECUÇÃO: 60 (Sessenta) dias.
VIGÊNCIA: 240 (Duzentos e quarenta) dias.
VALOR DA CARTA CONTRATO: R$ 247.115,84 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais e oitenta e quatro centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.06.01 - Secretaria Municipal de Educação
Classificação Programática: 12.361.0062.1003 - Construção e/ou Ampliação e Aquisição de Equipamento para Unidade Educacionais do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações
Fonte de Recurso: Fonte: 10 – Recursos Próprios.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Novo Aripuanã/AM, 04 de janeiro de 2021.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 04 de janeiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

EXTRATO CARTA CONTRATO Nº. 022/2021
CARTA CONVITE Nº. 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
CONTRATADO: ORDEMI TEIXEIRA DA SILVA - ME (CNPJ Nº. CNPJ n°. 00.530.270/0001-04).
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Arquitetura relativos a Elaboração de Projetos e Consultoria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Viação da prefeitura municipal de Novo Aripuanã/AM;
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses
VALOR DA CARTA CONTRATO: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.07.01 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
Classificação Programática: 15.452.0011.2031 - Manutenção da Secretaria de Obras e Viação
Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros/ Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: Fonte: 10 – Recursos Próprios.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Novo Aripuanã/AM, 01 de fevereiro de 2021.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 01 de fevereiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.007178

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

ABERTURA: 17/11/2021, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de **03/11/2021**.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 3 de novembro de 2021.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2021.10.28 10:45:53 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 – DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente a licitação modalidade CONVITE Nº. 024/2020-CPL, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada em Serviços de Perfuração de 03 (três) poços artesianos com 40 metros de profundidade, com estrutura em madeira e reservatório de 2.000 litros de água, nas comunidades: Bela Vista (margem esquerda do rio madeira), São Luis (baixo madeira) e Estrela do Norte km 240 da estrada NAP-01, no município de Novo Aripuanã/AM;
CONSIDERANDO que no referido procedimento foram respeitadas todas as exigências estabelecidas pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.
RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedor do CONVITE Nº. 024/2020-CPL, a empresa WR ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CNPJ Nº. 36.450.495/0001-06), no valor global de R$ 247.115,84 (duzentos e quarenta e sete mil, cento e quinze reais e oitenta e quatro centavos), cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação, conforme Ata e Planilhas apensas ao Processo, na forma da Lei.
II – PUBLIQUE-SE o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 04 de janeiro de 2021.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 04 de janeiro de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

EXTRATO CARTA CONTRATO Nº. 023/2021
CARTA CONVITE Nº. 002/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ
CONTRATADO: R2S DESIGNER CONSTRUÇÕES EIRELLI - EPP (CNPJ Nº. 26.747.597/0001-26).
OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de obras de engenharia compreendendo os Serviços de Substituição da Cobertura; Construção de Mureta com Gradil, Estacionamento e Banheiro PNE da Escola João Weckner.
EXECUÇÃO: 90 (Noventa) dias.
VIGÊNCIA: 240 (Duzentos e quarenta) dias.
VALOR DA CARTA CONTRATO: R$ 185.963,39 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: 02.06.01 - Secretaria Municipal de Educação
Classificação Programática: 12.361.0062.1003 - Construção e/ou Ampliação e Aquisição de Equipamento para Unidade Educacionais do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 44.90.51 - Obras e Instalações
Fonte de Recurso: Fonte: 10 – Recursos Próprios.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Novo Aripuanã/AM, 01 de março de 2021.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal
PUBLICAÇÃO
O presente Termo foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 01 de março de 2021.

JULIANA VAZ DE CARVALHO
Assessora de Gestão

Publicação Jornal do Commercio - Ed. 43.409 - 02 e 03.11.2021 (0726090) SEI 2021.007178 / pg. 134

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA N° 905/2021/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2020.019031 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeiro(a) do **Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ (Serviços de Gerenciamento das Informações (Clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias)**, e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **IURY FECHINE RAMOS** e **THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 08 de novembro de 2021.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em substituição

Documento assinado eletronicamente por **Nicolau Libório dos Santos Filho**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais**, em 09/11/2021, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0721798** e o código CRC **1BE2C5E3**.

Portaria Nº 905/2021/SUBADM (0726066) SEI 2021.0071787 pg. 136

IMPUGNAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

licitacoes@savannah.com.br <licitacoes@savannah.com.br>

Sex, 05/11/2021 07:29

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Cc: 'Daniela' <daniela@matosesejanoski.adv.br>

3 anexos (4 MB)

IMPUGNAÇÃO MPAM PE 4034_assinado.pdf; 14º - DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO SAVANNAH SOLUÇÕES.pdf; Contrato Social.pdf;

Prezados membros da CPL
Bom dia

Segue impugnação tempestivamente.

Att.,

Livre de vírus. www.avg.com.

E-mail Enc. Impugnação - SAVANNAH SOLUÇÕES (0720252) SEI 2021.007178 / pg. 137

José Antônio Souza de Matos
Rodrigo Sejanoski dos Santos
José Aparecido dos Santos
Evelyn Maria Ceccon
Yasmim Sabino
Daniela Cavagnari Rolim
Mariane de Matos Colares
Agustina Belen Tale
Gabriela de Morais
Andressa Miriam Cardoso
Alyne Giaquinto C. Kawamura
Jade C. de Paula Xavier Guerra

MS
MATOS E SEJANOSKI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N. 4.034/2021-CPL/MP/PGJ.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.333.973/0001-29, sediada no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Rua Joinville n. 2.508 – 1º Andar, bairro Pedro Moro, neste ato representado pelo seu sócio administrador Michel Rodrigues, brasileiro, vem nos termos do art. 24 do Decreto n. 10.024/2019 e item 22 do ato convocatório, apresentar

IMPUGNAÇÃO

Ao edital do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 4.034/2021, aberto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, doravante denominado **MPAM**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE.

O ato convocatório estabeleceu até o dia 10/11/2021, isto é, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, o prazo para apresentar a impugnação, nos termos da regra editalícia 22.1 (fls. 33). Assim, tem-se que o prazo final para apresentação da impugnação está sendo cumprindo pela Impugnante.

A apresentação da impugnação visa a evitar a violação dos princípios orientadores do procedimento licitatório, em observância ao direito constitucional de petição em defesa de direitos contra ilegalidades (art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”).

Considerando que, o MPAM, está sujeito à observância do princípio da legalidade e da autotutela, que decorre no poder-dever de rever os próprios atos, para anulá-los quando eivado de vício, nos termos súmulas 346 e 473 do STF e do art. 54 da Lei Federal n. 9.784/99, tem-se o dever de pronunciá-lo, até mesmo de ofício, tão logo tenha conhecimento de sua existência (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 972).

Assim, a presente medida deve ser conhecida e seu mérito analisado, **o que decorrerá em decisão, que deve estar devidamente fundamentada, bem como, deve ser realizada a publicidade deste ato**, sob pena de afrontar os princípios da isonomia, da publicidade e da transparência.

Oportuno trazer a conhecimento a decisão emitida pelo Ministro Marcos Bemquerer do Tribunal de Conta da União (TCU), no Acórdão n. 90/2020-Plenário, que determinou que **as respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento apresentados por licitantes e/ou interessados devem ser feitas de forma precisa e objetiva, e não de forma genérica, posto que respostas genéricas emitidas afrontam aos princípios da publicidade e da transparência, previstos no art. 37 da Constituição.**

Desta feita, aguarda-se a análise da impugnação apresentada, isto é, a devida publicidade da resposta da impugnação.

II. DOS FATOS.

O **MPAM** tornou pública a realização do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 4.034/2021, com data de abertura designada para o dia 17 de novembro de 2021 às 10h.

O objeto do referido certame consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

Pois bem. Ocorre que, o instrumento convocatório estabeleceu critérios anti-isonômicos quanto aos requisitos de habilitação relativos à regularidade fiscal e de

qualificação econômico-financeira que maculam o caráter competitivo do certame, afastando o fim precípuo da licitação, que é a **seleção da proposta mais vantajosa**. Tais critérios são manifestamente contrários à jurisprudência, doutrina, enunciados de súmulas cujo teor é vinculativo do Tribunal de Contas da União (TCU) e principalmente ao arcabouço principiológico que rege a licitação.

Diante disso, apresenta-se a presente impugnação visando à adequação do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021, e consequentemente sua republicação, conforme se passa a fundamentar.

III. DO VÍCIO NO CERTAME: DOS CRITÉRIOS ANTI-ISONÔMICO QUANTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Inicialmente cumpre destacar o comando constitucional sobre contratações mediante o processo de licitação:

> Art. 37 (...)
> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, (...) o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Carta Magna determinou que as contratações realizadas a partir do processo de licitação ocorressem de modo que fosse assegurada a igualdade de condições aos licitantes.

Ocorre que o edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021 inovou na ordem jurídica vigente ao estabelecer benefícios para as empresas enquadradas como microempreendedor individual (MEI) que não se aplicam para licitação, de modo que além de ilegal, acaba por favorecer tais empresas, em violação aos princípios da legalidade, da igualdade, moralidade e da impessoalidade, nos termos do art. 2º do Decreto n. 10.024/2019.

Senão, vejamos:

> 11.11. Disposições Gerais da Habilitação:
> 11.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, **estará dispensado** (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
> (sem destaque no original)

José Antônio Souza de Matos
Rodrigo Sejanoski dos Santos
José Aparecido dos Santos
Evelyn Maria Ceccon
Yasmim Sabino
Daniela Cavagnari Rolim
Mariane de Matos Colares
Agustina Belen Tale
Gabriela de Morais
Andressa Miriam Cardoso
Alyne Giaquinto C. Kawamura
Jade C. de Paula Xavier Guerra

MATOS E SEJANOSKI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

A Lei Complementar n. 123/2006 é aplicada em licitações quando seus artigos **trazem expressamente** esse comando, conforme se verifica **especificamente no capítulo V, seção I (arts. 42 a 49) que disciplina o acesso aos mercados**:

CAPÍTULO V
(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção I

Das Aquisições Públicas

~~Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.~~

Art. 42. Nas licitações públicas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

~~Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.~~

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021

~~§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.~~

~~§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)~~

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: (Vide Lei nº 14.133, de 2021

À medida que, empresas que tenham porte (faturamento) de microempresário (ME), ou de empresário de pequeno porte (EPP), ou de microempreendedor individual (MEI) possuem benefícios assegurados pela Lei Complementar n. 123/2006 para contratar com o Poder Público apenas nos termos do disposto nos arts. 42 a 49.

Inclusive, a nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021) expressamente previu:

Requerimento IMPUGNAÇÃO - SAVANNAH SOLUÇÕES (0720251) SEI 2021.007178 / pg. 143

> Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei **as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006.

Portanto, os benefícios conferidos para ME, EPP, MEI são os dispostos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006. De modo que, **não se vislumbra aplicação à qualificação econômico-financeira de dispensar a apresentação do balanço nos termos da lei e das demonstrações contábeis do último exercício, assim como a dispensa de documentos referentes à regularidade fiscal para fins de licitação**.

Não é demais destacar que, no processo licitatório, o princípio da legalidade segue sua acepção clássica no sentido de que à Administração Pública só é lícito fazer aquilo que a lei determina ou, no mínimo, autoriza.

O benefício quanto à regularidade fiscal, previsto no art. 42 da Lei Complementar n. 123/2006, refere-se à comprovação da regularidade fiscal dita "tardia", isto é, somente no caso de consagra-se vitoriosa, deverá ser apresentada a comprovação da regularidade para fins de assinatura de contrato. Contudo, não há a dispensa de sua apresentação, tal como o fez o edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021.

Ademais, quando da escrituração contábil, os profissionais de contabilidade estão obrigados a aplicar a ITG 2000[1], aprovada pela Resolução n. 1.330/2011 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que assim estabelece:

[1] https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/ITG2000(R1)&arquivo=ITG2000(R1).doc

Requerimento IMPUGNAÇÃO - SAVANNAH SOLUÇÕES (0720251) SEI 2021.007178 / pg. 144

Alcance

2. Esta Interpretação deve ser adotada por todas as entidades, **independente da natureza e do porte**, **na elaboração da escrituração contábil**, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

(...)

Formalidades da escrituração contábil

(...)

9. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como:

a) serem encadernados;

b) **terem suas folhas numeradas sequencialmente**;

c) conterem **termo de abertura e de encerramento assinados** pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.

(...)

Documentação contábil

(...)

27. A documentação contábil é hábil quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

28. **Os documentos em papel podem ser digitalizados** e armazenados em meio magnético, desde que assinados pelo responsável pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente

> habilitado, **devendo ser submetidos ao registro público competente**.

É esse o entendimento expresso do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ao esclarecer que a **escrituração contábil é obrigatória para todas as entidades**, sendo que os profissionais de contabilidade estão obrigados a aplicar a ITG 2000, acima transcrita (https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/obrigatoriedade-de-escrituracao-contabil/).

Portanto, a Lei Complementar n. 123/2006 também não dispensou a apresentação do balanço para fins de licitação. E mais: as regras legais do CFC determinam que a escrituração fiscal contábil seja realizada independente da natureza e do porte, bem como cumpra com as seguintes formalidades: possua termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade, estar com as folhas numeradas sequencialmente e realização do registro público competente.

Desta feita, ainda que se entendesse pela "dispensa" da apresentação do balanço, das demonstrações contábeis do último exercício e da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal quanto ao regime jurídico fiscal-contábil, **esse entendimento não se estende à relação jurídico-administrativa do processo licitatório**. Nesse sentido, é a jurisprudência:

> **Não se afigura desarrazoada, então, a previsão no Edital que exige a apresentação do Balanço Patrimonial, com a indicação do número das páginas e do número do livro, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, independente da**

> **categoria empresarial e do tratamento fiscal que lhe é concedido, para demonstrar a qualificação econômico financeira da Empresa, porque, como se sabe, a Licitação tem por finalidade precípua o interesse público primário e a garantia da melhor contratação, tanto em termos monetários quanto de eficiência.**
> (TJPR. MS 0050593-85.2018.8.16.0000 PR 0050593-85.2018.8.16.0000 Acórdão, Relator: Leonel Cunha, Data de julgamento: 20/08/2019, 5ª Câmara Civil)

Ora, considerando a relação jurídico administrativa travada por força da licitação a dispensa da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício para determinada empresa viola o princípio da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, pois inova no benefício não previsto na ordem legal pátria para fins de licitação.

Desta feita, a comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício **devem-se ser exigidas para todas as licitantes, independente da natureza e do porte.**

E no tocante ao balanço deve ser exigido nos termos da lei, isto é, com o devido termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade, estar com as folhas numeradas sequencialmente e realização do registro público competente, nos termos do art. 37, inciso

XXI da Constituição da República; do art. 2º do Decreto n. 10.024/2019 e da ITG 2000, aprovada pela Resolução n. 1.330/2011 do Conselho Federal de Contabilidade.

Entendimento diverso viola os princípios da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, posto que favorece um grupo de empresas sem amparo na legislação. De modo que a regra editalícia 11.11.1 deve ser excluída do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021.

IV. DOS REQUERIMENTOS.

É manifesto que as dispensas de requisitos habilitatórios para empresas considerando o enquadramento, conforme estabelecido pela regra editalícia 11.11.1., violam os princípios da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, previsto no art. 2º do Decreto n. 10.024/2019. Diante destas razões, requer-se que Vossas Senhorias se dignem em:

a) Receber a impugnação no efeito suspensivo, para suspender a abertura do certame até a **análise fundamentada** da referida medida, a fim de se afastar maiores prejuízos à competitividade do certame, assim como evitar maiores custos despendidos pelos licitantes, nos termos do art. 24, § 2º do Decreto n. 10.024/2019;

b) Analisar os pontos detalhados nesta impugnação, para fins de excluir a exigência ilegal do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, que maculam o caráter competitivo do certame, devendo se declarar nulo de pleno direito o vício apontado;

c) Definir e republicar o edital com nova data para realização do certame, consoante previsto no art. 24, § 3º do Decreto n. 10.024/2019;

d) Remeter esta impugnação à autoridade hierarquicamente superior, no caso de não ser recebida e/ou conhecidos os requerimentos apresentados;

e) Comunicar qualquer decisão ou resultados da presente impugnação, mesmo que improcedente, através do e-mail da ora impugnante.

Termo em que,
Pede-se deferimento.

De São José dos Pinhais/PR para Manaus/AM, 05 de novembro de 2021.

MICHEL RODRIGUES:00430725930
Assinado de forma digital por MICHEL RODRIGUES:00430725930
Dados: 2021.11.05 08:25:30 -03'00'

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.
Michel Rodrigues

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 37.2021.CPL.0720254.2021.007178

IMPUGNAÇÃO PROPOSTA AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, PELO SR. SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP, EM **05 DE NOVEMBRO DE 2021.** PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO, ATENDIDOS. TEMPESTIVIDADE.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber a IMPUGNAÇÃO** ora apresentada pelo Sr. **Michel Rodrigues**, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.** , aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, **conhecendo-a, posto que TEMPESTIVO;**

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto**, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Adentrou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, a impugnação formulada pelo Sr. Michel Rodrigues, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.**, recebida no dia 05/11/2021, às 07h29min (doc. 0720252 e 0720251), questionando disposição específica do procedimento licitatório, cujo inteiro teor encontram-se disponíveis abaixo e no Portal do MP-AM, no seguinte endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14803-pe-4034-2021-cpl-mp-pgj-servicos-de-gerenciamento-das-informacoes-clipping-digital-monitoramento-eletronico-de-noticias>

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N. 4.034/2021-CPL/MP/PGJ.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.333.973/0001-29, sediada no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Rua Joinville n. 2.508 – 1º Andar, bairro Pedro Moro, neste ato representado pelo seu sócio administrador Michel Rodrigues, brasileiro, vem nos termos do art. 24 do Decreto n. 10.024/2019 e item 22 do ato convocatório, apresentar

IMPUGNAÇÃO

Ao edital do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 4.034/2021, aberto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, doravante denominado MPAM, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE.

O ato convocatório estabeleceu até o dia 10/11/2021, isto é, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, o prazo para apresentar a impugnação, nos termos da regra editalícia 22.1 (fls. 33). Assim, tem-se que o prazo final para apresentação da impugnação está sendo cumprindo pela Impugnante.

A apresentação da impugnação visa a evitar a violação dos princípios orientadores do procedimento licitatório, em observância ao direito constitucional de petição em defesa de direitos contra ilegalidades (art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a").

Considerando que, o MPAM, está sujeito à observância do princípio da legalidade e da autotutela, que decorre no poder-dever de rever os próprios atos, para anulá-los quando eivado de vício, nos termos súmulas 346 e 473 do STF e do art. 54 da Lei Federal n. 9.784/99, tem-se o dever de pronunciá-lo, até mesmo de ofício, tão logo tenha conhecimento de sua existência (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 972).

Assim, a presente medida deve ser conhecida e seu mérito analisado, **o que decorrerá em decisão, que deve estar devidamente fundamentada, bem como, deve ser realizada a publicidade deste ato**, sob pena de afrontar os princípios da isonomia, da publicidade e da transparência.

Oportuno trazer a conhecimento a decisão emitida pelo Ministro Marcos Bemquerer do Tribunal de Conta da União (TCU), no Acórdão n. 90/2020-Plenário, que determinou que **as respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento apresentados por licitantes e/ou interessados devem ser feitas de forma precisa e objetiva, e não de forma genérica, posto que respostas genéricas emitidas afrontam aos princípios da publicidade e da transparência, previstos no art. 37 da Constituição.**

Desta feita, aguarda-se a análise da impugnação apresentada, isto é, a devida publicidade da resposta da impugnação.

II. DOS FATOS.

O **MPAM** tornou pública a realização do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 4.034/2021, com data de abertura designada para o dia 17 de novembro de 2021 às 10h.

O objeto do referido certame consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.

Pois bem. Ocorre que, o instrumento convocatório estabeleceu critérios anti-isonômicos quanto aos requisitos de habilitação relativos à regularidade fiscal e de qualificação econômico-financeira que maculam o caráter competitivo do certame, afastando o fim precípuo da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa. Tais critérios são manifestamente contrários à jurisprudência, doutrina, enunciados de súmulas cujo teor é vinculativo do Tribunal de Contas da União (TCU) e principalmente ao arcabouço principiológico que rege a licitação.

Diante disso, apresenta-se a presente impugnação visando à adequação do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021, e consequentemente sua republicação, conforme se passa a fundamentar.

III. DO VÍCIO NO CERTAME: DOS CRITÉRIOS ANTI-ISONÔMICO QUANTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Inicialmente cumpre destacar o comando constitucional sobre contratações mediante o processo de licitação:

Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, (...) o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Carta Magna determinou que as contratações realizadas a partir do processo de licitação ocorressem de modo que fosse assegurada a igualdade de condições aos licitantes.

Ocorre que o edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021 inovou na ordem jurídica vigente ao estabelecer benefícios para as empresas enquadradas como microempreendedor individual (MEI) que não se aplicam para licitação, de modo que além de ilegal, acaba por favorecer tais empresas, em violação aos princípios da legalidade, da igualdade, moralidade e da impessoalidade, nos termos do art. 2º do Decreto n. 10.024/2019.

Senão, vejamos:

11.11. Disposições Gerais da Habilitação: 11.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício. (sem destaque no original)

A Lei Complementar n. 123/2006 é aplicada em licitações quando seus artigos trazem expressamente esse comando, conforme se verifica especificamente no capítulo V, seção I (arts. 42 a 49) que disciplina o acesso aos mercados:

CAPÍTULO V
(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
DO ACESSO AOS MERCADOS
Seção I
Das Aquisições Públicas
Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021)
Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021
~~§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.~~
§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito
§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021
§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: (Vide Lei nº

14.133, de 2021

À medida que, empresas que tenham porte (faturamento) de microempresário (ME), ou de empresário de pequeno porte (EPP), ou de microempreendedor individual (MEI) possuem benefícios assegurados pela Lei Complementar n. 123/2006 para contratar com o Poder Público apenas nos termos do disposto nos arts. 42 a 49.

Inclusive, a nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021) expressamente previu:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Portanto, os benefícios conferidos para ME, EPP, MEI são os dispostos nos art. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006. De modo que, **não se vislumbra aplicação à qualificação econômico-financeira de dispensar a apresentação do balanço nos termos da lei e das demonstrações contábeis do último exercício, assim como a dispensa de documentos referentes à regularidade fiscal para fins de licitação.**

Não é demais destacar que, no processo licitatório, o princípio da legalidade segue sua acepção clássica no sentido de que à Administração Pública só é lícito fazer aquilo que a lei determina ou, no mínimo, autoriza.

O benefício quanto à regularidade fiscal, previsto no art. 42 da Lei Complementar n. 123/2006, refere-se à comprovação da regularidade fiscal dita "tardia", isto é, somente no caso de consagra-se vitoriosa, deverá ser apresentada a comprovação da regularidade para fins de assinatura de contrato. Contudo, não há a dispensa de sua apresentação, tal como o fez o edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021.

Ademais, quando da escrituração contábil, os profissionais de contabilidade estão obrigados a aplicar a ITG 2000 (*https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/ITG2000(R1)&arquivo=ITG2000(R1).doc*), aprovada pela Resolução n. 1.330/2011 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que assim estabelece:

Alcance

2. Esta Interpretação deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver.

(...)

Formalidades da escrituração contábil

(...)

9. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como:

a) serem encadernados;

b) terem suas folhas numeradas sequencialmente;

*c) conterem **termo de abertura e de encerramento assinados** pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.*

(...) Documentação contábil

(...)

27. A documentação contábil é hábil quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

*28. **Os documentos em papel podem ser digitalizados** e armazenados em meio magnético, desde que assinados pelo responsável pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado, devendo ser submetidos ao registro público competente.*

É esse o entendimento expresso do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ao esclarecer que a **escrituração contábil é obrigatória para todas as entidades**, sendo que os profissionais de contabilidade estão obrigados a aplicar a ITG 2000, acima transcrita (https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/obrigatoriedade-de-escrituracao-contabil/).

Portanto, a Lei Complementar n. 123/2006 também não dispensou a apresentação do balanço para fins de licitação. E mais: as regras legais do CFC determinam que a escrituração fiscal contábil seja realizada independente da natureza e do porte, bem como cumpra com as seguintes formalidades: possua termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade, estar com as folhas numeradas sequencialmente e realização do registro público competente.

Desta feita, ainda que se entendesse pela "dispensa" da apresentação do balanço, das demonstrações contábeis do último exercício e da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal quanto ao regime jurídico fiscal-contábil, esse entendimento não se estende à relação jurídico-administrativa do processo licitatório.

Nesse sentido, é a jurisprudência:

Não se afigura desarrazoada, então, a previsão no Edital que exige a apresentação do Balanço Patrimonial, com a indicação do número das páginas e do número do livro, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo, independente da categoria empresarial e do tratamento fiscal que lhe é concedido, para demonstrar a qualificação econômico financeira da Empresa, porque, como se sabe, a Licitação tem por finalidade precípua o interesse público primário e a garantia da melhor contratação, tanto em termos monetários quanto de eficiência. *(TJPR. MS 0050593-85.2018.8.16.0000 PR 0050593-85.2018.8.16.0000 Acórdão, Relator: Leonel Cunha, Data de julgamento: 20/08/2019, 5ª Câmara Civil)*

Ora, considerando a relação jurídico administrativa travada por força da licitação a dispensa da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício para determinada empresa viola o princípio da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, pois inova no benefício não previsto na ordem legal pátria para fins de licitação.

Desta feita, a comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal, a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício devem-se ser exigidas para todas as licitantes, independente da natureza e do porte.

E no tocante ao balanço deve ser exigido nos termos da lei, isto é, com o devido termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade, estar com as folhas numeradas sequencialmente e realização do registro público competente, nos termos do art. 37, inciso

XXI da Constituição da República; do art. 2º do Decreto n. 10.024/2019 e da ITG 2000, aprovada pela Resolução n. 1.330/2011 do Conselho Federal de Contabilidade.

Entendimento diverso viola os princípios da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, posto que favorece um grupo de empresas sem amparo na legislação. De modo que a regra editalícia 11.11.1 deve ser excluída do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021.

IV. DOS REQUERIMENTOS.

É manifesto que as dispensas de requisitos habilitatórios para empresas considerando o enquadramento, conforme estabelecido pela regra editalícia 11.11.1., violam os princípios da legalidade, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade, previsto no art. 2º do Decreto n. 10.024/2019. Diante destas razões, requer-se que Vossas Senhorias se dignem em:

a) Receber a impugnação no efeito suspensivo, para suspender a abertura do certame até a análise fundamentada da referida medida, a fim de se afastar maiores prejuízos à competitividade do certame, assim como evitar maiores custos despendidos pelos licitantes, nos termos do art. 24, § 2º do Decreto n. 10.024/2019;

b) Analisar os pontos detalhados nesta impugnação, para fins de excluir a exigência ilegal do edital de pregão eletrônico n. 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, que maculam o caráter competitivo do certame, devendo se declarar nulo de pleno direito o vício apontado;

c) Definir e republicar o edital com nova data para realização do certame, consoante previsto no art. 24, § 3º do Decreto n. 10.024/2019;

d) Remeter esta impugnação à autoridade hierarquicamente superior, no caso de não ser recebida e/ou conhecidos os requerimentos apresentados;

e) Comunicar qualquer decisão ou resultados da presente impugnação, mesmo que improcedente, através do e-mail da ora impugnante.

Termo em que,

Pede-se deferimento.

De São José dos Pinhais/PR para Manaus/AM, 05 de novembro de 2021.

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.
Michel Rodrigues

2.3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ Nº. 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinada regra do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretensos licitantes e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do §2º, art. 41 da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõe, também, o item 22 do Instrumento Convocatório (doc. 0717940), estipulando que:

> **22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
>
> 22.1. Até o dia 10/11/2021, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante petição, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica (preferencialmente), pelo email licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.
>
> 24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.
>
> 22.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.
>
> [...]
>
> 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
>
> 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 16/01/2019 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 15; o segundo, o dia 14; o terceiro dia 11. Portanto, até o dia 10, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá qualquer pessoa solicitar esclarecimentos de dúvidas face o ato convocatório (...).
>
> Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja oferecido fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052,Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs suas solicitações aos 05/11/2021, às 07h29min. Logo, a peça trazida a esta CPL é **TEMPESTIVA.**

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, como também na **Lei n.° 10.520/2002,** quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório****, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (****g.n.****)*

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Da análise do pedido colacionado, infere-se que a dúvida suscitada diz respeito às disposições expressas no próprio instrumento convocatório.

Quanto ao mérito, em análise a impugnação e, conforme a legislação pertinente e os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expõem-se abaixo as medidas adotadas e as

ponderações formuladas que fundamentaram a decisão final.

Inicialmente, convém destacar que tal disposição ora atacada encontra-se expressamente e nos exatos termos no modelo de Edital da própria Advocacia-Geral da União (disponível no endereço: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico; https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/servicos-continuados-sem-mao-de-obra-exclusiva-pregao e https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/servicos-nao-continuados-pregao), com a seguinte nota explicativa:

> A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

Acerca da temática central, trazemos à colação artigo produzido por Adriano Biancolini, publicado em 02 de dezembro de 2011, no Blog Zenite (disponível em: https://zenite.blog.br/microempreendedor-individual-nas-contratacoes-publicas-algumas-peculiaridades/), a qual nos utilizamos dos fundamentos:

> A Lei Complementar nº 128/2008, que alterou a LC nº 123/06 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), criou a figura do Microempreendedor Individual – MEI. Segundo esse normativo, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil Brasileiro "que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista" no art. 18-A da LC nº 123/06.
>
> Em complemento, de acordo com o art. 2º da Resolução nº 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM será enquadrado como MEI o empresário referido no art. 966 do CC e que atenda cumulativamente condições ali impostas, entre elas, por exemplo, a obrigatoriedade de ser optante pelo Simples Nacional (inc. II) e não possuir mais de um estabelecimento (inc. IV).
>
> O MEI equipara-se à figura do empresário individual. Já o empresário individual, em regra, no procedimento licitatório, se apresenta diante da Administração como pessoa física, a qual deverá estar inscrita no Registro Comercial (art. 28, II, da Lei nº 8.666/93), expedido em conformidade com os artigos 967 e 968 do Código Civil, visando demonstrar a regularidade da atividade empresarial exercida por ele (empresário individual)
>
> Dessa forma, a Administração deverá exigir do MEI, para fins de habilitação em processo de contratação pública os documentos previstos entre os artigos 27 a 31 da Lei de Licitações no que couber, ou seja, os documentos que são normalmente exigidos das pessoas físicas que participam de licitação.
>
> No que tange à habilitação jurídica, a Lei de Licitações, art. 28, II, determina que será exigida do empresário individual comprovação do registro comercial. Logo, sendo o MEI equiparado a essa figura jurídica, tal obrigação a ele se estende.
>
> No entanto, a Administração deve estar ciente às atualizações tecnológicas e normativas infra-legais que, na maioria das vezes, não é acompanhada pela Lei nº 8.666/93 (E nem se poderia esperar isso, já que esse estatuto se destina a disciplinar normas gerais de licitação, não devendo descer a minúcias do processo licitatório em si).
>
> Dentro desse contexto é necessário atenção acerca da habilitação jurídica dos Microempreendedores Individuais.
>
> Atualmente, a formalização do MEI não exige a entrega de qualquer documento físico às juntas comerciais. Em atenção à Lei nº 11.598/2007 (Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM) e Resolução nº 16/2009 do CGSIM, a formalização desses empresários passou a ser disponibilizada integralmente em ambiente virtual, por meio do sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, de forma gratuita. Após a realização desse cadastro, o CNPJ, a inscrição na junta comercial e no INSS, e o alvará provisório de funcionamento são obtidos imediatamente, gerando um documento único, que é o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), conforme informações contidas na seção de Perguntas e Respostas no próprio portal do empreendedor. Tal procedimento está devidamente normatizado no art. 3º da Resolução nº 16/2009 do CGSM, em especial em seus incisos III, IV, VII.
>
> Importante destacar no referido art. 3º o inciso IX que prevê a disponibilização de documento eletrônico hábil a comprovar perante

terceiros a condição de MEI, ficando a sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet. Esse é o CCMEI, o mesmo documento gerado quando do cadastro do empresário.

Assim, mediante a apresentação desse documento durante o procedimento licitatório seria cumprida a exigência do art. 28, II, da Lei de Licitações de forma adequada à nova realidade de boa parte dos empresários individuais, anteriormente só previstos no Código Civil.

Observe que o próprio dispositivo condiciona força probatória do documento à verificação de autenticidade na internet.

Com isso, a Administração quando do recebimento do Certificado de condição de Microempreendedor Individual, poderá verificar a autenticidade do documento no site www.portaldoempreendedor.gov.br, bastando digitar o CPF e data de nascimento do empresário nos campos indicados.

Outro aspecto importante diz respeito à qualificação econômico-financeira previstas no inciso I do art. 31 do estatuto de licitações públicas.

Os empresários individuais e MEI estão dispensados de manter contabilidade formal, a exemplo do que se exige, em regra, das sociedades empresárias. Portanto, esses empresários não possuem livro diário ou livro caixa, sendo que a exigência por parte da Administração pela apresentação de "balanço patrimonial e demonstrações contábeis", forçaria tais indivíduos a suportar ônus que foi dispensado pelos normativos que formam o regime jurídico do Microempreendedor Individual.

Forçoso reconhecer que os MEI estão desobrigados de produzir balanço patrimonial com espeque no próprio Código Civil que em seu § 2º do art. 1.179 dispensa o "pequeno empresário" de tais obrigações. Já o art. 68 da LC nº 123/06 define o pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 do referido código, "o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufira receita bruta anual de até R$ 36.000,00".

Por sua vez, o art. 18-A, § 1º, da LC nº 123, considera o MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional. Portanto, a definição de MEI se enquadra dentro da definição do "pequeno empresário" e, assim, está dispensado da elaboração do balanço patrimonial.

Assim, qual seria a medida cabível? Exigir que os MEI produzam tais documentos, mesmo que a norma os tenha dispensado de tal obrigação, sob pena de desclassificação da licitação?

Não seria esse o entendimento consoante ao art. 37, XXI, da Constituição da República que determina que as exigências de qualificação técnica e econômica serão as indispensáveis á garantia do cumprimento das obrigações.

Observe que os MEI são em última análise pessoas físicas, as quais só serão obrigadas a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa em razão de lei (art. 5º, II, CR).

Portanto, se a lei não obriga os microempreendedores individuais de manter contabilidade formal e à produzir balanço patrimonial, não poderá a Administração impor tal obrigação para fins de participação em licitação, com fundamento na norma genérica contida no art. 31, I, Lei nº 8.666/93.

Corroborando com o entendimento, temos que o próprio SICAF em seu MANUAL DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF *(acessível pelo endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/manuais/manual-sicaf/manual-normativo-sicaf.pdf/view),* traz os seguintes esclarecimentos:

NÍVEL VI – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Nota explicativa – O Microempreendedor Individual com base no art. 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 é considerado pequeno empresário, pelo qual faz jus a dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis em observância ao §2º do art 1.179, do Código Civil.

Portanto, em vista de o cerne da indagação da interessada ser direto, o pronunciamento da Comissão foi pontual e suficientemente claro, restando por respondê-la cabalmente, dispensando maiores digressões.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, este Pregoeiro, em cumprimento ao ***"Item 22"*** do ato

convocatório, decide receber e conhecer do pleito apresentado pelo Sr. **Michel Rodrigues**, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP** , para, no mérito, **reputar esclarecidos os questionamentos.**

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais**.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 10 de novembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 905/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/11/2021, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0720254** e o código CRC **C572F9A7**.

** ESCLARECIMENTOS** EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

licitacoes@savannah.com.br <licitacoes@savannah.com.br>

Ter, 09/11/2021 10:36

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Cc: 'Rafaela Gambarra' <comunica@savannah.com.br>

Ilustre Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitações

Pedido de esclarecimentos

Prezados Senhores, considerando a possibilidade de pedidos de esclarecimentos constante no Edital, vimos, tempestivamente, através desta apresentar os seguintes questionamentos:

1 – O mailing em questão objeto da licitação é local, regional ou nacional? E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing?
Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?

2 - Considerando que o item 10.1.3. do edital prevê a desclassificação da proposta em caso de preço manifestamente inexequível, pergunta-se: o que será considerado preço manifestamente inexequível? Considerando que pode haver diligência para demonstração da exequibilidade da proposta, questiona-se: o que deverá ser apresentado para demonstrar a exequibilidade da proposta? O que será avaliado pela entidade licitadora para considerar que a proposta está de fato exequível?

3 - Documentos referentes à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Balanço Patrimonial do último exercício. Questiona-se:

No tocante à habilitação econômica - financeira, especificamente quanto à apresentação do balanço e demais demonstrações contábeis como devem ser apresentados? Isto é, devem ser registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou ainda gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil acompanhadas do Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial?

Todas as empresas que participarem do certame terão que apresentar o balanço e demais demonstrações contábeis registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou ainda gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil acompanhadas do Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial, conforme o caso, independente do seu faturamento/porte (ME/EPP) estar no regime de tributação SIMPLES NACIONAL?

Aguardamos um breve retorno e desde já agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente.

E-mail Pedido de Esclarecimento - SAVANNAH (0722358) SEI 2021.007178 / pg. 160



Livre de vírus. www.avg.com.

E-mail Pedido de Esclarecimento - SAVANNAH (0722358) SEI 2021.007178 / pg. 161

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 352.2021.CPL.0722367.2021.007178

À Senhora

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.007178** para análise e resposta ao pedido de esclarecimento.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *Contratação de empresa especializada para gerenciamento das informações, compreendendo: serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, crm gestor de relacionamento, distribuidor de e-mails.*, oportunamente, encaminho o pedido de esclarecimento apresentado pela empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP (doc. 0722358)**, especificadamente o quesito 1, para fins de análise técnica dessa renomada Assessoria.

Outrossim, informo que a abertura do certame encontra-se agendada para o dia **17/11/2021**. Desta forma, solicitamos a habitual colaboração dessa unidade no sentido de que a correlata resposta seja exarada o mais celeremente possível até, no máximo, **às 14h. do dia 11/11/2021** , considerando que consubstanciará decisão a ser proferida por esta Comissão.

Após, retornar os autos a esta Comissão Permantente de Licitação para prosseguimento com a decisão.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da**

Comissão Permanente de Licitação - CPL, em 09/11/2021, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0722367** e o código CRC **FB01A7BF**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 107.2021.ASCOM.0724459.2021.007178

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Resposta ao MEMORANDO Nº 352.2021.CPL.0722367.2021.007178

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, esclarecendo os questionamentos solicitados pela empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP em seu item 01:** – *O mailing em questão objeto da licitação é local, regional ou nacional? E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing? Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?*

1.O mailing em questão, objeto da licitação é local, regional ou nacional?

Resp. Nível nacional, com ênfase no estado do amazonas.

1.1 E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing?

Resp. Não há como precisar um número exato, devido a dinâmica e a rotatividade desse nicho de mercado. O que exigimos foi a atualização em tempo real das informações.

1.2 Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?

Resp. O serviço deverá ser de forma remota através de um app ou sofware fornecido pela contratada, utililzado pelos usuários da Assessoria de Comunicão do MPAM, após treinamento com suporte técnico da contratada, em período full time.

DANIELA BRAGANÇA MACEDO
Assessora de Comunicação
ASCOM - MPAM

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 11/11/2021, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0724459** e o código CRC **004B36C5**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 38.2021.CPL.0722669.2021.007178

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO INTERPOSTO AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, PELA SRA. RAFAELA GAMBARRA, REPRESENTANDO A EMPRESA **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP**, EM **09 DE NOVEMBRO DE 2021.** PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO E FUNDAMENTAÇÃO, ATENDIDOS. TEMPESTIVIDADE.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber o PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** ora apresentada pela Sra. **RAFAELA GAMBARRA**, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.**, aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails*, **conhecendo-o, posto que TEMPESTIVO;**

b) **No mérito, reputar esclarecidas** as solicitações, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto**, em consonância com o art. 21, § 4º da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

Adentrou ao e-mail institucional desta Comissão Permanente de Licitação, o pedido de esclarecimento pela Sra. Rafaela Gambarra, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.**, recebida no dia 09/11/2021, às 10h36min (doc.

0722358), questionando disposição específica do procedimento licitatório, cujo inteiro teor encontram-se disponíveis abaixo e no Portal do MP-AM, no seguinte endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14803-pe-4034-2021-cpl-mp-pgj-servicos-de-gerenciamento-das-informacoes-clipping-digital-monitoramento-eletronico-de-noticias>

Ilustre Sr.(a) Presidente da Comissão de Licitações

Pedido de esclarecimentos

Prezados Senhores, considerando a possibilidade de pedidos de esclarecimentos constante no Edital, vimos, tempestivamente, através desta apresentar os seguintes questionamentos:

1 – O mailing em questão objeto da licitação é local, regional ou nacional? E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing?

Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?

2 - Considerando que o item 10.1.3. do edital prevê a desclassificação da proposta em caso de preço manifestamente inexequível, pergunta-se: o que será considerado preço manifestamente inexequível?

Considerando que pode haver diligência para demonstração da exequibilidade da proposta, questiona-se: o que deverá ser apresentado para demonstrar a exequibilidade da proposta? O que será avaliado pela entidade licitadora para considerar que a proposta está de fato exequível?

3 - Documentos referentes à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Balanço Patrimonial do último exercício. Questiona-se:

No tocante à habilitação econômica - financeira, especificamente quanto à apresentação do balanço e demais demonstrações contábeis como devem ser apresentados? Isto é, devem ser registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou ainda gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil acompanhadas do Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial?

Todas as empresas que participarem do certame terão que apresentar o balanço e demais demonstrações contábeis registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou ainda gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil acompanhadas do Termo de Autenticação emitido pela Junta Comercial, conforme o caso, independente do seu faturamento/porte (ME/EPP) estar no regime de tributação SIMPLES NACIONAL?

Aguardamos um breve retorno e desde já agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente.

2.3. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ Nº. 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinada regra do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a manifestação partiu de pretensos licitantes e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do §2º, art. 41 da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõe, também, o item 22 do Instrumento Convocatório (doc. 0717940), estipulando que:

> **22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
>
> [...]

> 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o dia 10/11/2021, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, no horário local de expediente da Instituição (até às 14 horas – horário local), preferencialmente por meio eletrônico via internet ou no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante petição, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.
>
> 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
>
> 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 16/01/2019 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 15; o segundo, o dia 14; o terceiro dia 11. Portanto, até o dia 10, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá qualquer pessoa solicitar esclarecimentos de dúvidas face o ato convocatório (...).
>
> Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja oferecido fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052,Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de

esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs suas solicitações aos 09/11/2021, às 10h36min. Logo, a peça trazida a esta CPL é **TEMPESTIVA.**

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, como também na **Lei n.° 10.520/2002,** quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina de escol e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório****, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." **(g.n.)***

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Da análise do pedido colacionado, infere-se que a dúvida suscitada diz respeito às disposições expressas no próprio instrumento convocatório.

Lado outro, quanto ao **primeiro quesito**, infere-se que a dúvida suscitada diz respeito às especificações e obrigações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178.**

Em face dos questionamentos lançados, as peças foram remetidas à análise e manifestação da Assessoriaa de Comunicação, órgão emissor do Termo de Referência supra, integrante do Edital ora questionado, nos termos do **MEMORANDO Nº 352.2021.CPL.0722367.2021.007178.**

Via de consequência, aquele Setor se pronunciou no seguinte sentido, por meio das

manifestações a seguir exposto de forma detalhada:

MEMORANDO Nº 107.2021.ASCOM.0724459.2021.007178

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Resposta ao MEMORANDO Nº 352.2021.CPL.0722367.2021.007178

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, esclarecendo os questionamentos solicitados pela empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP em seu item 01:** – *O mailing em questão objeto da licitação é local, regional ou nacional? E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing? Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?*

1.O mailing em questão, objeto da licitação é local, regional ou nacional?

Resp. Nível nacional, com ênfase no estado do amazonas.

1.1 E há uma previsão em termos de números de quantos jornalistas deseja-se ter nesse mailing?

Resp. Não há como precisar um número exato, devido a dinâmica e a rotatividade desse nicho de mercado. O que exigimos foi a atualização em tempo real das informações.

1.2 Será necessária a presença física na instituição de algum profissional da empresa contratada ou todo serviço poderá ser feito de forma remota?

Resp. O serviço deverá ser de forma remota através de um app ou sofware fornecido pela contratada, utililzado pelos usuários da Assessoria de Comunicão do MPAM, após treinamento com suporte técnico da contratada, em período full time.

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

ASCOM - MPAM

Ultrapassada a primeira indagação, com relação ao **segundo quesito**, temos que os parâmetros para análise da exequibilidade das propostas e sua comprovação encontram-se devidamente definidos no instrumento convocatório, definindo-se a aplicação por analogia daqueles aplicados para obras e serviços de engenharia, vejamos:

10.2. Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 5.7. deste Edital:

10.2.2. Apresentar preço (global ou unitário) final superior ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, **aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.**

[...]

10.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017** , para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da convocação pelo Pregoeiro.

Logo, faz-se mister transcrever os dispositivos legais mencionados acima:

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 48. [...]

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

ANEXO VII-A
DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

[...]

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:
a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídos Coletivos de Trabalho;
c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
j) estudos setoriais;
k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

Por derradeiro, concernente ao **último e terceiro questionamento**, o mesmo se refere à qualificação econômica-financeira.

Sobre o assunto, o próprio Edital afasta quaisquer margem para interpretação diversa. Portanto, cumpre trazer à baila:

> 11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
>
> 11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
>
> 11.9.1.1 O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades:
>
> a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;
>
> b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente);
>
> c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);
>
> 11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
>
> 11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

Logo, está correta a interpretação da licitante que a referida exigência estará devidamente atendida bastando a empresa encaminhar tal documentação, de forma alternada e a depender da forma societária: **ou** registrado na Junta Comercial, **ou** no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, **ou** no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, **ou** ainda gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil.

Ademais, considerando que o objeto da contratação pretendida **não** se refere ao fornecimento de bens para pronta entrega, consoante previsto no ***subitem 11.9.1.2*** do instrumento convocatório, **todas** as empresas que participarem do certame **terão** que apresentar o balanço na forma acima delineada, ***independente do seu faturamento/porte (ME/EPP) e seu regime de tributação, exceto, o Microempreendedor Individual - MEI***, consoante motivação apresentada na **DECISÃO Nº 37.2021.CPL.0720254.2021.007178** já publicada.

De modo semelhante, a 2.ª Câmara do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n.º 5221/2016 (Relator Ministro André Luís de Carvalho), assim se manifestou diante de licitação para contratação pelo Sistema de Registro de Preços que previa prazos de entrega iguais ou superiores a 120 dias, o que difere do objeto da licitação em espeque (grifou-se):

> ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em

Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU e no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dando por prejudicado, por perda de objeto, o pedido de cautelar suspensiva;

9.2. determinar ao Comando Logístico do Exército que, nos seus procedimentos licitatórios, **observe que as microempresas e as empresas de pequeno porte somente devem ser liberadas da apresentação do balanço patrimonial do último exercício se o certame envolver fornecimento de bens para pronta entrega, conforme previsto no art. 3º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015**, evitando a repetição da falha constatada no âmbito do Pregão Eletrônico SRP 18/2015;

(...)

14. **Já em relação ao registro do balanço patrimonial na junta comercial, vê-se que, de fato, o aludido registro deveria ter sido exigido da empresa vencedora, no seu possível enquadramento como empresa de pequeno porte**, mas que tal falta também não resultou em prejuízo material para o certame, devendo ser tratada, pois, como falha formal.

15. Bem se sabe que, ao regulamentar os arts. 42 a 45 e 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015, estabelece que:

"Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social."

16. Por essa linha, no presente caso concreto, como a referida licitação refere-se a uma compra sem a pronta entrega, vez que a entrega dos produtos deve ocorrer em prazos iguais ou superiores a 120 dias, a aludida falha subsiste nos autos; lembrando, nesse ponto, que, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, a entrega imediata deve corresponder a prazos de até 30 (trinta) dias, da data da proposta. (...)

Portanto, em vista de o cerne da indagação da interessada ser direto, o pronunciamento da Comissão foi pontual e suficientemente claro, restando por respondê-la cabalmente, dispensando maiores digressões.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, este Pregoeiro, em cumprimento ao ***"Item 22"*** do ato convocatório, decide receber e conhecer do pleito apresentado pela Sra. **RAFAELA GAMBARRA**, representando a empresa **SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP** , para, no mérito, **reputar esclarecidos os questionamentos.**

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais**.

É o que temos a esclarecer.

Manaus, 12 de novembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 905/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 12/11/2021, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0722669** e o código CRC **9AA8D6F9**.

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME, inscrita no CNPJ (MF) nº 11.379.887/0001-97, localizada na Rua Benjamin Constant, 1355, Olaria, na cidade de Porto Velho/RO, CEP 76.801-252, fone 69 2141 7736, e-mail eficaz@eficazro.com.br, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor Unit. (R$) do item	Valor Total (R$) do item
1	1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail	12	Mês	R$ 1.666,67	R$ 20.000,02
1	2	**Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	12	Mês	R$ 83,29	R$ 999,48
Total Geral Lote 1 (Item 1 + item 2)						**R$ 20.999,50**

A Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;

b) Dados Bancários: 001-Banco do Brasil – Ag: 102-3 – Conta Corrente:129081-9;

c) Contato para fins de faturamento: Ana Cristina de Oliveira Barros – Sócia proprietária - Endereço: Rua Antônio Maria Valença, 6153, casa 01 – Aponiã – CEP: 76824-186 – Porto Velho – Rondônia – Telefone (69) 98419-0045 - E-mail: eficaz@eficazro.com.br

d) Dados da principal integrante do quadro societário da licitante e o poder de gestão da sociedade.

Nome: Ana Cristina de Oliveira Barros
CNPJ ou CPF: 418.608.372-04

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes,

sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Porto Velho, 17 de novembro de 2021.

Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97

Ana Cristina de Oliveira Barros
Representante Legal

Eficaz Assessoria em Com. Ltda - ME
Ana Cristina de O. Barros
Sócia Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 370.2021.CPL.0727119.2021.007178

À Senhora
DANIELA BRAGANÇA MACEDO
Assessora de Comunicação
NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2021.007178** para análise.

Ilustríssima Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.*, oportunamente, encaminho os documentos de **PROPOSTA (doc. 0727089)** e **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (doc. 0727114)** da licitante melhor classificada na etapa dos lances - **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 11.379.887/0001-97, para fins de análise técnica por parte dessa renomada Assessoria.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, quedando-me no aguardo das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 17/11/2021, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0727119** e o código CRC **FB25F5A4**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 112.2021.ASCOM.0739850.2021.007178

Ao Senhor

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Resposta ao memorando Nº 370.2021.CPL.0727119.2021.007178

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente e, em resposta a solicitação no **memorando Nº 370.2021.CPL.0727119.2021.007178** para fins de análise técnica dos serviços a serem prestados pela licitante melhor classificada na etapa dos lances - **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**. Informo que após 2 (duas) reuniões via Teams, para apresentação dos serviços de clipagem digital e Mailing, esta assessoria se mostra satisfeita pelo o que foi apresentado sendo favorável que prossiga com o andamento do processo de aquisição dos serviços pela empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA.**

Atenciosamente,

DANIELA BRAGANÇA MACEDO

Assessora de Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 09/12/2021, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0739850** e o código CRC **55F507DB**.

AO PREGOEIRO EDSON FREDERICO LIMA PAES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (MPE/AM)

Ref.
Edital do Pregão Eletrônico nº 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME, previamente qualificada neste procedimento licitatório, neste ato representada por sua sócia ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS, vem, tempestivamente, comprovar a exequibilidade de sua proposta, nos termos solicitados pelo i. Pregoeiro, o que faz nos seguintes termos.

Trata-se de Pregão Eletrônico na modalidade menor preço que possui como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de *clipping* digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de *e-mails*.

Após a apresentação de proposta de preço pela **EFICAZ** no valor mensal de R$ 1.779,95 (um mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos) e anual de R$ 20.999,40 (vinte mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta

(69) 98133-7373 cassio@cvadv.org
Rua Duque de Caxias, N0 724, bairro Caiari, CEP 76.801-146

centavos) **(anexo I)**, o Pregoeiro solicitou justificativas quanto à sua exequibilidade em razão do valor proposto estar abaixo do preço estimado.

Entretanto, o preço proposto, embora tido como inferior ao valor de mercado, é perfeitamente praticável e sustentável, **pois a prestação de serviços para MPE/AM não irá gerar despesas adicionais para a empresa EFICAZ**.

A **EFICAZ** já possui contratos firmados com 02 (duas) empresas no Estado do Amazonas, são elas, Quadra Brasília Comunicação Comunicação e Cultura EIRELI - ME e Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS **(conforme provas documentais - anexos II e III)**, para as quais presta serviços de igual natureza do objeto da presente licitação.

Devido a existência dos referidos contratos, a **EFICAZ** possui estrutura operacional e de pessoal no Estado do Amazonas com despesas fixas mensais em torno de R$4.130,81 (quatro mil, cento e trinta reais e oitenta e um centavos). A prestação de serviços para o MPE/AM não representará acréscimo nas despesas mensais, pois será utilizada a estrutura que a empresa já detém. Tais alegações podem ser sintetizadas através da seguinte tabela **(prova documental - anexo IV)**:

(69) 98133-7373 cassio@cvadv.org
Rua Duque de Caxias, N0 724, bairro Caiari, CEP 76.801-146

DEMONSTRATIVO ESTIMADO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CLIPAGEM NO ESTADO DO AMAZONAS - COM O INGRESSO DO MPE-AM

01 - DESPESAS MENSAIS ESPECÍFICAS PARA MANAUS(AM)- VALORES ESTIMADOS AO MÊS COM INGRESSO DO MPE-AM

Despesas com pessoal	Despesas operacionais	Impostos	Encargos sociais; verbas trabalhistas, etc	Custo total estimado (Mês)
R$ 2.200,00	R$ 1.000,00	R$ 380,81	R$ 550,00	R$ 4.130,81

02 - RECEITAS

Contrato	Contratante	Validade	Valor mensal (R$)	Valor anual (R$)
Termo de Contrato -020/2021	Companhia de Gás do Amazonas- Cigás	29/Jul/22	4.966,25	59.595,00
Termo Aditivo - 01/2021	Quadra Brasília Comunicação e Cultura	31/Mar/22	900,00	10.800,00
Pregão Eletrônico 04034/2021	Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas		1.749,95	20.999,40

TOTAL DAS RECEITAS (Mês)	R$ 7.616,20
TOTAL DAS RECEITAS (Ano)	R$ 91.394,40

03 - RESUMO

Receitas (Mês)	R$ 7.616,20
Despesas (Mês)	R$ 4.130,81
Lucro líquido estimado (Mês)	R$ 3.485.39

Ante o exposto, requer-se que as justificativas sejam acatadas e a proposta de preço da empresa **EFICAZ** seja declarada exequível, pois o é, pugnando-se ainda pela continuidade do certame, em seus ulteriores termos.

De Porto Velho/RO para Manaus/AM, 18 de novembro de 2021.

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

(69) 98133-7373 cassio@cvadv.org
Rua Duque de Caxias, N0 724, bairro Caiari, CEP 76.801-146

CÁSSIO ESTEVES JAQUES VIDAL
OAB/RO 5.649

(69) 98133-7373 cassio@cvadv.org
Rua Duque de Caxias, N0 724, bairro Caiari, CEP 76.801-146

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME, inscrita no CNPJ (MF) nº 11.379.887/0001-97, localizada na Rua Benjamin Constant, 1355, Olaria, na cidade de Porto Velho/RO, CEP 76.801-252, fone 69 2141 7736, e-mail eficaz@eficazro.com.br, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor Unit. (R$) do item	Valor Total (R$) do item
1	1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail	12	Mês	R$ 1.666,66	R$ 19.999,92
1	2	**Mailling:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.	12	Mês	R$ 83,29	R$ 999,48
Total Geral Lote 1 (Item 1 + item 2)						**R$ 20.999,40**

A Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;

b) Dados Bancários: 001-Banco do Brasil – Ag: 102-3 – Conta Corrente:129081-9;

c) Contato para fins de faturamento: Ana Cristina de Oliveira Barros – Sócia proprietária - Endereço: Rua Antônio Maria Valença, 6153, casa 01 – Aponiã – CEP: 76824-186 – Porto Velho – Rondônia – Telefone (69) 98419-0045 - E-mail: eficaz@eficazro.com.br

d) Dados da principal integrante do quadro societário da licitante e o poder de gestão da sociedade.

Nome: Ana Cristina de Oliveira Barros
CNPJ ou CPF: 418.608.372-04

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes,

sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Porto Velho, 17 de novembro de 2021.

Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97

Ana Cristina de Oliveira Barros
Representante Legal

Eficaz Assessoria em Com. Ltda - ME
Ana Cristina de O. Barros
Sócia Administradora

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros, bem como que a empresa recebeu o Edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Estou ciente da obrigação de, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhar os documentos necessários à CONTRATANTE, a fim de efetuar o referido cadastramento no prazo de cinco dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

4. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Porto Velho, 16 de novembro de 2021

Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda-ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97

Ana Cristina de Oliveira Barros
Representante Legal

Eficaz Assessoria em Com. Ltda - ME
Ana Cristina de O. Barros
Socia Administradora

cigás Companhia de Gás do Amazonas

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

TERMO DE CONTRATO N. 020/2021

TERMO DE CONTRATO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DE INTERESSE DA CIGÁS, PUBLICADAS EM MÍDIA IMPRESSA, ELETRÔNICA E ON-LINE, celebrado entre **a COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS** e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.,** na forma abaixo:

Por este ato, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na sede da **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS**, Sociedade de Economia Mista, constituída pela Lei n. 2.325 de 08 de maio de 1995, e suas alterações, consolidada conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 03 de novembro de 2004, com sede na Cidade de Manaus, estado do Amazonas, situada na Avenida Torquato Tapajós, n. 6.100, Bairro: Flores, CEP 69058-830, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o n. 00.624.964/0001-00, neste ato representada por sua Diretoria Executiva, pelo Diretor Presidente, Sr. **RENÉ LEVY AGUIAR**, brasileiro, casado, geólogo e advogado, portador da Carteira de Identidade nº 324.573-0 – SSP/AM e do CPF/MF sob o nº 112.037.062-00 e pelo seu Diretor Técnico e Comercial, Sr. **CLOVIS CORREIA JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador de cédula de identidade n. 0598795561 SSP/BA, inscrito no CPF sob o n. 549.827.315-00, ambos denominados Diretoria Executiva, a seguir denominada simplesmente **CIGÁS**, e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, com endereço na Rua Benjamin Constant, n. 1.335, Bairro Olaria – Porto Velho/RO, CEP 76.801-252, denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 11.379.887/0001-97, neste ato representada pela Sra. **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**, brasileira, solteira, jornalista, portadora da Carteira de Identidade RG nº 301.399 – SSP/RO e do CPF/MF nº 418.608.372-04, e pela Sra. **MARIANNA CAMARGO REIS**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da Carteira de Identidade RG nº 2.779.383 – SSP/DF e do CPF/MF nº 022.678.691-95, com base no Processo Administrativo CIGÁS n. 066/2020, e no Despacho de Homologação, referente ao Pregão Eletrônico n. 011/2021, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas no dia ____ de _____ de 2021, caderno de publicações diversas, página __, na presença de testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLIPPING DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DE INTERESSE DA CIGÁS, PUBLICADAS EM MÍDIA IMPRESSA, ELETRÔNICA E ON-LINE**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303/2016 com as alterações posteriores, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/CIGÁS e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:

1.1. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico nº 011/2021, parte integrante do presente CONTRATO, independente de transcrição.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

cigás Companhia de Gás do Amazonas

Gerência Jurídica

1.2. Integram e complementam este termo de CONTRATO, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata o item anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO.

2.1 - Por força do presente Contrato, a CONTRATADA obriga-se a prestar à CIGÁS serviços de Clipping de matérias jornalísticas de interesse da CIGÁS, publicadas em mídia impressa, eletrônica e on-line, conforme estabelecido no Termo de Referência nº 066/2021 e demais documentos, partes integrantes do Processo Administrativo n. 066/2021, cumprindo o inteiro teor da proposta constante do referido processo que passa a integrar o presente instrumento, como se nele tivesse transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO CONTRATO.

3.1 - O valor do presente contrato é de **R$ 59.595,00 (cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais)**.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO.

4.1 O prazo de vigência do presente CONTRATO será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, permitida a sua prorrogação, através de Termo Aditivo, em alguma das hipóteses previstas no artigo 71, da Lei nº 13.303/2016.

4.1 O prazo de execução do objeto deverá ser atendido de acordo com o previsto no Termo de Referência nº 066/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DA IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR.

5.1 É irreajustável o valor do presente CONTRATO, até que se complete o período de 12 (doze) meses.

5.2 Nos casos em que for possível o reajuste de preço, as partes decidem aplicar o índice oficial do IGPM referente ao período.

CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 Os serviços ora contratados serão prestados sob o regime de empreitada por preço unitário.

cigás Companhia de Gás do Amazonas

Controle Interno

cigás Companhia de Gás do Amazonas

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

6.2 A execução dos serviços contratados deverá observar o especificado no Termo de Referência nº 066/2021 e Proposta de Preço vencedora, anexos a este instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO.

7.1 A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela execução do presente CONTRATO. Logo, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa FISCALIZAÇÃO, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

7.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CIGÁS, inclusive disponibilizando para o corpo administrativo todas as informações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente instrumento.

7.3 A existência e atuação da fiscalização da CIGÁS em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste termo e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

7.4 À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência nº 066/2021, da proposta da empresa e das cláusulas do CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência nº 066/2021, conforme itens abaixo:

1. Fornecer o objeto do presente CONTRATO rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CONTRATANTE.

2. Iniciar a execução do serviço do objeto contratado, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento na sede da CONTRATADA, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

cigás Companhia de Gás do Amazonas

3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

4. Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CIGÁS, não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto à execução do objeto deste contrato;

5. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições apresentadas na proposta;

6. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o objeto do presente CONTRATO, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

7. Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do presente CONTRATO.

8. Responsabilizar-se diretamente pela execução do objeto deste CONTRATO e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

9. Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à CONTRATANTE.

10. Manter a CONTRATANTE livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente CONTRATO, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

11. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar á CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

cigás Companhia de Gás do Amazonas

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

13. Cumprir as determinações contidas no presente CONTRATO e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

14. Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, quanto ao objeto fornecido;

15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste CONTRATO, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

16. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

17. Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

18. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela CONTRATADA no presente CONTRATO ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

19. Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto contratado, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA não se transfere à CONTRATANTE.

20. Observar o Código de Ética e de Conduta da CIGÁS, disponibilizado no endereço eletrônico: https://www.cigas-am.com.br/normas-internas.

21. Solicitar autorização da CONTRATANTE para a veiculação de publicidade acerca deste contrato;

22. Não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou eventuais prorrogações no presente contrato, sem autorização em lei, no edital ou por meio de aditivo, tampouco a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrados, conforme art. 5º da Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

23. A **CONTRATADA** se obriga, **quando for o caso**, nos termos do artigo 9º da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018, a apresentar, no momento da contratação, declaração

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

informando a existência de Programa de Integridade, conforme parâmetros estabelecidos pelo art. 4º da citada lei, sem prejuízo das demais obrigações de conformidade previstas nesta cláusula, desde que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual.

23.1 A **CONTRATADA,** deverá implantar Programa de Integridade, o qual deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades, em atendimento aos termos e condições da Lei Estadual (AM) nº 4.730, DE 27.12.2018.

23.2 A implantação do Programa de Integridade, dar-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato, nos termos da Lei nº 4730, de 27.12.2018.

24. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelos danos que sejam causados à CIGÁS ou a terceiros, em razão de suas atividades na execução do presente contrato, seja por ação ou por omissão, sem prejuízo das cominações de multa contratual avençadas em cláusulas próprias.

25. Fornecer os equipamentos necessários aos seus empregados, bem como toda mão-de-obra em número e qualificação compatível com a perfeita execução dos serviços, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade o cumprimento das obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de seguros, não existindo, de modo algum, entre seus empregados e a CONTRATANTE, vínculo empregatício ou de qualquer natureza, assumindo plena e exclusiva responsabilidade pelos Contratos de Trabalho celebrados com seus empregados, inclusive nos eventuais inadimplementos que venham a ocorrer, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, ressarcindo à CONTRATANTE qualquer valor pago ou exigido judicialmente a este título;

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência:

1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados no presente CONTRATO e em seus anexos;

2. Nomear representante, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto deste CONTRATO.

4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO por intermédio de empregados próprios designados para este fim e,

7. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento do objeto contratado.

8. Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Ordens de Serviços/Fornecimento correspondentes.

CLÁUSULA NONA: RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

9.1 A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável (garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório), em qualquer caso por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente e indiretamente à CIGÁS ou a terceiros, provenientes de culpa ou dolo em decorrência da execução do serviço objeto deste contrato, e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluídos ou reduzidos essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pela CIGÁS.

9.2 A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar da execução deste contrato, bem como todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto deste contrato.

9.3 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à CIGÁS a responsabilidade de seu pagamento.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

cigás Companhia de Gás do Amazonas

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 O gerenciamento e a fiscalização do presente instrumento e sua execução, ficará a cargo da Sr.(a). **Izabelly Cruz da Costa**, CPF: 939.393.372-34, matrícula nº 047 lotado(a) na CICOM – Coordenadoria de Comunicação Institucional, ou a seu substituto eventual, a quem deverá ser dirigida toda comunicação pela CONTRATADA, relacionada com o objeto deste contrato.

10.2 Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

10.3 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

11.1 Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no Artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, em sua atual redação.

11.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos ajustados no presente CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o Artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO.

12.1 O pagamento à CONTRATADA será realizado conforme apresentação da Nota Fiscal, acordo com o relatório de recebimento, bem como documentos referentes à entrega, conforme Termo de Referência 066/2020 na sede da CIGÁS, segundo legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos mencionados no Termo de Referência.

12.2 O valor constante da Fatura discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

12.3 Constatado erro ou irregularidade na Fatura, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

12.4 Na hipótese de devolução, a Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

12.5 A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

12.6 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.7 O pagamento das notas fiscais/faturas ficará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA à CIGÁS, dos documentos de regularidade fiscal a seguir: Certidão Negativa de Débitos do INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho, válidas;

12.8 Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes dos materiais devidamente entregues, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

13.1 Os recursos para pagar o objeto deste contrato, serão custeados pela CIGÁS, conforme previsto e especificado no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL.

14.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, com base no que dispõe o Art. 70, da Lei nº 13.303/2016, garantia esta que poderá ser acionada, a critério da CIGÁS, no todo ou em parte, no correspondente ao não cumprimento das obrigações do Contrato, administrativa ou judicialmente.

14.2 Na ocorrência de hipótese de prorrogação de prazo, formalmente admitida pela CIGÁS, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia, de forma a abranger o período de prorrogação, passível de retenção pela CIGÁS de créditos que couberem à CONTRATADA, enquanto não for efetivada tal garantia ou o valor a ela correspondente.

14.3 Ocorrendo aumento no valor do Contrato decorrente do acréscimo de objeto, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual de 5% (cinco por cento).

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

14.4 O valor da garantia depositada, em conformidade com o disposto nesta Cláusula, será liberado 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo deste Contrato, salvo a hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA.

14.5 Havendo rescisão do Contrato ou interrupção na execução do objeto, não será devolvido o valor da garantia, a menos que a rescisão decorra de culpa da CIGÁS, nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS PENALIDADES.

15.1 Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no artigo 82, da Lei nº 13.303/16 e suas alterações posteriores.

15.2 As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA o direito da ampla defesa e do contraditório.

15.3 Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções descritas abaixo, conforme estabelecido no Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) MULTA, na forma persista neste instrumento contratual; e

c) SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

15.4 As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b", conforme estabelecido no §2º do Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

15.5 Ocorrendo a inexecução de que trata o item anterior, reserva-se à CONTRATANTE o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva inexecução contratual.

15.6 A CONTRATADA poderá apresentar DEFESA PRÉVIA para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela CONTRATANTE, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a CONTRATANTE comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

cigás Companhia de Gás do Amazonas

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

15.7 A aplicação das sanções administrativas impostas à CONTRATADA é de competência exclusiva da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a CONTRATADA apresente a respectiva DEFESA PRÉVIA.

15.8 - Serão aplicadas as seguintes multas:

a) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor global do Contrato por dia de inexecução ou de atraso injustificado na e, independente de culpa ou dolo, com percentual máximo de 10% (dez por cento);

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato, para o caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive solução de continuidade;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA.

15.9 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

15.10 As justificativas referentes a atrasos, na entrega dos materiais, deverão ser apresentadas pela CONTRATADA à CIGÁS, que decidirá sobre a aceitação das mesmas.

15.11 A justificativa de que trata o parágrafo anterior somente poderá ser apreciada pela CIGÁS, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto contratual.

15.12 Para os casos em que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual, quando houver descumprimento do item 8.1, subitens 23, 23.1 e 23.2 a CIGÁS aplicará à CONTRATADA multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidentes sobre o valor do contrato, conforme art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

15.12.1 O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, conforme §1º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

15.12.2 O cumprimento da exigência da implantação do Programa de Integridade fará cessar a aplicação da multa, conforme §2º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

15.12.3 O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas, conforme §3º, do art. 6º, da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESCISÃO DO CONTRATO.

16.1 O presente CONTRATO poderá ser extinto em uma das hipóteses enumeradas no artigo 107 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da CIGÁS, quais sejam:

a) Pela execução do respectivo objeto;

b) Pelo advento de termo ou condição prevista no Contrato;

c) Por inexecução total ou parcial;

d) Por acordo entre as partes, desde que a medida seja conveniente para a CIGÁS; e

e) Pela via judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CIGÁS.

17.1 A rescisão determinada por ato unilateral da CIGÁS acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções pertinentes reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos da CIGÁS de:

a) Assunção imediata do objeto deste Contrato, por ato seu;

b) Ocupação e utilização, se for o caso, do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal envolvidos na execução deste contrato;

c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a CIGÁS.

17.2 A aplicação das medidas previstas nas alíneas a, b e c do item anterior desta Cláusula fica a critério da CIGÁS, que poderá dar continuidade a entrega dos materiais, por execução direta ou indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO.

18.1 O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido total ou parcialmente, nem será permitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo autorização prévia e por escrito da CIGÁS, respeitada a execução do contrato originalmente pactuado e desde que não haja prejuízo ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RECURSOS.

19.1 Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

19.2 Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e de multa;

19.3 Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação no Diário Oficial do Estado, da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

20.1 As partes contratantes não responderão pelo não cumprimento das obrigações ou pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

20.2 O período de interrupção do fornecimento, decorrentes de eventos caracterizados como força maior ou caso fortuito, será acrescido ao prazo contratual.

20.3 Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

20.4 Durante o período impeditivo definido no item 20.2 acima, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

20.5 Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente CONTRATO, sob as condições idênticas às estipuladas no item acima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRO - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.

21.1 – As partes declaram que:

a) Estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico, e detêm experiência nas atividades que lhe competem por força deste CONTRATO.

b) Exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social do presente CONTRATO, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade e oportunidade, permitindo o alcance dos respectivos objetivos societários das partes e atividades empresariais, servindo, consequentemente, a toda a sociedade;

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

cigás Companhia de Gás do Amazonas

Gerência

cigás Companhia de Gás do Amazonas

c) Sempre guardarão na execução deste CONTRATO os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração;

21.2 Este CONTRATO é firmado com a estrita observância dos princípios indicados nos itens antecedentes, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direitos, a qualquer título que seja;

21.3 Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente CONTRATO, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

21.4 A CONTRATADA declara que:

a) De forma direta ou indireta, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios, em atendimento às práticas preventivas relacionadas à corrupção e, especialmente, às vedações contidas no art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como ao Decreto 8.420/2015.

b) Não possui como administrador ou sócio com poder de direção, pessoa com relação de parentesco com empregado da área responsável pela demanda, pela contratação, ou hierarquicamente superior da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

22.1 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CIGÁS, quando fonte retentora, deverá descontar e recolher, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

22.2 A CONTRATADA declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços ou fornecimento objeto deste CONTRATO, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

cigás Companhia de Gás do Amazonas

Controle Interno

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

22.3 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso à **CIGÁS** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.

22.4 Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, se ocorrer qualquer dos eventos abaixo indicados, que comprovadamente venha a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, os preços serão revistos, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações:

a) criação de novos tributos;

b) extinção de tributos existentes;

c) alteração de alíquotas; e

d) instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais.

22.5 Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre à CIGÁS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

23.1– São partes integrantes do presente CONTRATO o Termo de Referência nº 066/2021 e seus anexos, bem como demais documentos citados no item abaixo e o Documento de Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais.

23.2 - São Anexos a este CONTRATO os seguintes:

23.2.1 Anexo I – Apresentação da Proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 011/2021, contendo os preços unitários e o valor global de **R$ 59.595,00 (cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais)**;

23.2.2 O Termo de Referência e seus anexos e a proposta de preços da licitante contendo todas as exigências legais impostas por lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO.

24.1 A Matriz de Riscos relacionada ao presente CONTRATO consta no Termo de Referência nº 066/2021.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

24.2 Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CIGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

23.3 Após a notificação, a CIGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CIGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

24.4 A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta.

24.5 O reconhecimento pela CIGÁS dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

24.6 As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

24.7 As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

24.8 As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

24.9 Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

24.10 O CONTRATO poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do CONTRATO se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

24.11 As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

24.12 Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do CONTRATO, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

25.1 As partes se submetem às obrigações legais relativas à proteção de dados e garantia de privacidade, sobretudo àquelas dispostas na Lei Federal 13.709/2018, sem prejuízo dos demais diplomas legais.

25.2 A **CONTRATADA** reconhece ainda que é vedado:

a) armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, dados e informações obtidas por meio deste contrato, inclusive após o término da relação contratual, mediante ajuste prévio entre si e consentimento dos titulares dos dados tratados, hipóteses essas que jamais serão presumidas ou tácitas, excetuada ainda a obrigação legal à qual estiver sujeita;

b) reproduzir qualquer página ou tela com dados sob o controle da **CONTRATANTE** ou da cadeia de controle da qual participe, inclusive aqueles tornados públicos, aqueles constantes em seu site ou de outras fontes cujo tratamento não obedeça às hipóteses de autorização pessoal, contratual ou legal;

c) utilizar os dados ou informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do dado ou documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;

d) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de dados ou informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados.

25.3 A **CONTRATANTE**, ao enviar as informações aos bancos de dados da **CONTRATADA**, autorizada pelos titulares dos dados tratados ou amparada por hipótese legal de exceção ao consentimento pessoal, permite que sejam integrados tais dados às

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

bases informacionais da **CONTRATADA**, podendo utilizá-las unicamente para o atingimento do objeto contratual eleito neste instrumento.

25.4 O consentimento do titular para o tratamento de dados poderá ser revogado a qualquer tempo, devendo a **CONTRATADA**, cientificada pela **CONTRATANTE**, realizar no menor tempo possível a cessação do tratamento e a eliminação dos dados, salvo hipótese excepcional.

25.5 A **CONTRATADA**, por receber dados compartilhados pela **CONTRATANTE**, assegurará a privacidade e proteção dos dados por ela tratados e/ou armazenados em banco de dados próprio.

25.6 A solicitação de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula será direcionada ao e-mail informado pela **CONTRATADA** quando da assinatura da proposta de adesão a este contrato, obrigando-se a mantê-lo atualizado, sob as penas e responsabilizações cabíveis.

25.7 Qualquer informação passada à **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA**, será meramente informativa e não implicará na cessão de direitos relativos à sua propriedade intelectual de qualquer bem tangível ou intangível e eventuais consentâneos, de titularidade da **CONTRATADA**.

25.8 A **CONTRATANTE** desde já autoriza expressamente a **CONTRATADA** a processar e/ou a armazenar as suas informações no Brasil ou no exterior, na dependência de uma das empresas do grupo econômico a que pertence a **CONTRATADA** ou de um fornecedor.

25.9 A **CONTRATADA** ou o fornecedor poderão utilizar servidores "em nuvem". A **CONTRATADA** se obriga a adotar todas as providências eventualmente exigidas pela legislação vigente para o referido tratamento, sobretudo a garantia dos protocolos de segurança dos dados armazenados.

25.10 A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

25.11 A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente

cigás Companhia de Gás do Amazonas

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Gerência Jurídica

resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

26.1 O foro do presente contrato é a cidade de Manaus/AM com expressa renúncia da CONTRATADA a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Fica acordado entre as partes que toda e qualquer comunicação, no que disser respeito a este CONTRATO, far-se-á mediante comunicação eletrônica e/ou através de envio de documento oficial, que será recebido mediante protocolo, com especificação de data, hora e identificação do recipiente.

E assim por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas abaixo nominadas.

Manaus, 15 de julho de 2021.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS

Chris Correia
Diretora Téc. Comercial
CIGÁS

DIRETORIA

RENÉ LEVY AGUIAR
Diretor-Presidente
CIGÁS-AM

EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS:41860837204
Assinado de forma digital por ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS:41860837204
Dados: 2021.07.22 14:04:29 -04'00'

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:Adriana de Oliveira Lopes
CPF: 891.118.401-97

2. Nome: Jairângela Alves da Costa
CPF: 599.340.502-34

cigás Companhia de Gás do Amazonas
Controle Interno

CIGÁS

DocuSign Envelope ID: 5BA04BA5-D061-4B45-B8F5-2A16545B900D

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
(Prestação de serviços de Clipping)

Por este instrumento particular de Aditamento Contratual, que fazem entre si, as partes qualificadas no preâmbulo deste instrumento têm ajustado a presente prorrogação de vigência do contrato firmado entre as partes 01 de julho de 2020, que se regerá pelas cláusulas e condições adiante expostas, que mutuamente chancelam:

DAS PARTES:

I. Contratante: QUADRA BRASÍLIA COMUNICAÇÃO E CULTURA EIRELI- ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.344.543/0001-94, com sede na SBS Quadra 02, Bloco S, Lote 1, Parte A - nº 14 - Sala 1301, Ed.Empire Center - CEP:70070-904, Brasília DF, Sr. ALEXANDRE DUNGUEL PEREIRA, portador do RG nº: 1168272 SSP-DF e CPF nº 512.686.041-00, residente e domiciliado na SQS 312, bloco C, apt 304 - Asa Sul - Brasília/ DF - CEP: 70365-030.

II. Contratado: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.379.887/0001-97, com sede a Rua Benjamin Constante, nº 1335, na cidade de Porto Velho, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra Ana Cristina de Oliveira Barros, portadora do e CPF: 418.608.372-04, residente e domiciliada nesta cidade, têm entre si, justo e contratado, o seguinte:

Cláusula 1ª: Do objeto: O presente termo aditivo tem por objeto **prorrogar** o prazo de vigência, em atendimento ao previsto na **cláusula segunda – da vigência.**

Cláusula 2º: Da vigência Este termo aditivo prorroga a vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar de **01 de abril de 2021** até **31 de março de 2022**.

Cláusula 3º: Do valor dos serviços para o período prorrogado: A **CONTRATANTE** pagará **à CONTRATADA,** pelo serviço a ser realizado durante esses 12 (doze) meses, o valor total de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), que serão diluídos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 900,00 (novecentos reais).

Cláusula 4ª. Este aditivo passa a fazer parte integrante e complementar do referido Contrato de Prestação de Serviços, e aquilo que não sofreu modificação através deste aditivo permanece inalterado e é aqui ratificado.

E por estarem às partes justas e acertadas, para todos os efeitos legais, assinam o presente termo aditivo contratual, em 2 (duas) vias, de igual teor e na presença das testemunhas instrumentárias abaixo.

Porto Velho – RO 01 de abril de 2021.

DocuSigned by:
3DB92D6392794CB...
ALEXANDRE DUNGUEL PEREIRA
Representante legal

DocuSigned by:
Ana Cristina de Oliveira Barros
573C66FB260A483...
ANA CRISTINA DE OLIVIERA BARROS
Sócia administradora

TESTEMUNHAS:

1° DocuSigned by: Carolina Barzuela 686153DFCEA94FC...
Nome:
CPF:

2° DocuSigned by: E2DE3187C274413...
Nome:
CPF

DEMONSTRATIVO ESTIMADO DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CLIPAGEM NO ESTADO DO AMAZONAS - COM O INGRESSO DO MPE-AM

01 - DESPESAS MENSAIS ESPECÍFICAS PARA MANAUS(AM)- VALORES ESTIMADOS AO MÊS COM INGRESSO DO MPE-AM

Despesas com pessoal	Despesas operacionais	Impostos	Encargos sociais; verbas trabalhistas, etc	Custo total estimado (Mês)
R$ 2.200,00	R$ 1.000,00	R$ 380,81	R$ 550,00	R$ 4.130,81

02 - RECEITAS

Contrato	Contratante	Validade	Valor mensal (R$)	Valor anual (R$)
Termo de Contrato -020/2021	Companhia de Gás do Amazonas- Cigás	29/Jul/22	4.966,25	59.595,00
Termo Aditivo - 01/2021	Quadra Brasília Comunicação e Cultura	31/Mar/22	900,00	10.800,00
Pregão Eletrônico 04034/2021	Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas		1.749,95	20.999,40

TOTAL DAS RECEITAS (Mês)	**R$ 7.616,20**
TOTAL DAS RECEITAS (Ano)	**R$ 91.394,40**

03 - RESUMO

Receitas (Mês)	**R$ 7.616,20**
Despesas (Mês)	**R$ 4.130,81**
Lucro líquido estimado (Mês)	**R$ 3.485.39**

Porto Velho, 16 de novembro de 2021.

Ao
Ministério Público do Estado do Amazonas

Ref. Pregão Eletrônico Nº 4.034/2021-CPL/MP/PGJ
Tipo: Menor Preço por Lote (Único)
Data: 17/11/2021 Hora: 10h00 (Horário de Brasília)

Documentação de Habilitação

Prezado Senhor;
A proposta comercial apresentada encontra-se em conformidade com o Edital e seus anexos.

1. Identificação da Empresa Licitante:
Razão Social: **Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda - ME**
CNPJ: **11.379.887/0001-97**

Endereço: **Rua Benjamin Constant, Nº 1335, Olaria – Porto Velho/RO**
E-mail: **eficaz@eficazro.com.br**
Telefones: **(69) 98419-0045**

2. Identificação do Representante Legal da Empresa:

Nome: **Ana Cristina de Oliveira Barros**
RG Nº: **301399 SSP/RO**
CPF: **418.608.372-04**
Telefones: **(69) 98419-0045**
Preposto: **Brasileira, Natural de Porto Velho-RO, Empresária, Jornalista e Atuante como Sócia Administradora.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Ana Cristina de Oliveira Barros
Sócia Administradora
CPF 418.608.372-04

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS 01/06

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social, os abaixo-assinado: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS,** brasileira, solteira, nascida em 05/10/1971, jornalista, portadora da cédula de identidade civil sob o nº 301.399, expedida pela SSP/RO e com CPF sob o nº 418.608.372-04, residente e domiciliada na rua Antônio Lacerda, n° 4238, bloco D, apto 303, Residencial Araucária, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.821-038 e **SÉRGIO MACHADO REIS**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação sob nº 00392448200, expedida pelo DETRAN/DF e do CPF n° 268.650.681-49, residente e domiciliado na SHCGN 709 Bloco M Casa 30, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.750-713, únicos sócios componentes desta sociedade empresarial que gira sob a denominação social de **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Benjamin Constant, 1335, bairro Olaria, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76801-252, inscrita no CNPJ sob o nº 11.379.887/0001-97, conforme contrato social devidamente registrado e arquivado na MM. Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o nº 11200639411, por despacho em sessão datado em 14/08/2014 e última alteração arquivada sob o nº 20160073812, datada de 12/07/2016. Como de fato resolvido tem, na melhor forma de direito e de pleno e comum acordo, alterar o seu contrato social e após consolidar conforme s cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Neste ato é admitida na sociedade a Sra **MARIANNA CAMARGO REIS**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da carteira nacional de habilitação sob nº 05431827220, expedida pelo DETRAN/DF e do CPF n° 022.678.691-95, residente e domiciliada na SHCGN 709 Bloco M Casa 30, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.750-713.

CLÁUSULA SEGUNDA: Neste ato retira-se da sociedade o sócio **SÉRGIO MACHADO REIS,** que possuía na sociedade a participação de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo que cede e transfere toda a sua participação para a sócia ora admitida **MARIANNA CAMARGO REIS,** dando a sociedade plena, raza, geral, irretratável e irrevogável quitação de todos os seus haveres, para nada mais reclamar a título algum das quotas ora transferidas;

CLÁUSULA TERCEIRA: Em virtude das alterações constantes nas cláusulas anteriores, o capital social no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, fica assim distribuído entre as sócias.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - Eletrônico Gerado Pelo Usuário 2021.007178 / pg. 213

SÓCIAS	QUOTAS	CAPITAL
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
MARIANNA CAMARGO REIS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
TOTAL	**50.000**	**R$ 50.000,00**

CLAUSULA QUARTA: A sócia ingressante Sra. **MARIANNA CAMARGO REIS**, declara conhecer a situação econômica-financeira da sociedade, ficando sub-rogada nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade caberá as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS,** com poderes e atribuições de administradoras, as quais competem o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, Judicial e Extra-judicial da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da empresa ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização das demais sócias.

Parágrafo Único: Nos casos de operações bancárias, empréstimos e demais operações de crédito, bem como abertura de contas, será **exigida a assinatura ou representação dos dois sócios**, **exceto para emissão de cheques**, ordem de pagamento e documentos bancários similares, utilizados pelas instituições bancárias, onde será exigida apenas a assinatura de uma das sócias, devendo esta **sócia constar necessariamente** do documento ou cadastro bancário da empresa.

CLÁUSULA SEXTA: Pelos serviços que prestarem a sociedade as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS**, perceberão a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até os limites de dedução fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais;

CLÁUSULA SÉTIMA: As sócias e administradoras declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA OITAVA: A sociedade têm por fim **CONSOLIDAR** todas as citadas alterações no **CONTRATO SOCIAL**, que a partir desta data passa a vigorar com as novas e seguintes cláusulas:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - Empresa ASSESSORIA [illegible] 2021.007178 / pg. 214

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS 03/06

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade continua girando sob a denominação social de **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, e tem sua sede na Rua Benjamin Constant, 1335, no bairro Olaria, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76801-252, podendo a qualquer tempo por abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todas as suas sócias;

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passa a ser distribuído da seguinte maneira:

SÓCIAS	QUOTAS	CAPITAL
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
MARIANA CAMARGO REIS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
TOTAL	**50.000**	**R$ 50.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da empresa é o seguinte: Prestação de Serviços de confecção de Clipping Informatizado, Relatórios analíticos, Banco de Dados, Dossiês, pesquisa de imagem em geral, Locação e Desenvolvimento de Sistemas em Geral, Criação gráfica e Editorial computadorizada, preparação de originais, Edição de publicação Eletrônica e televisiva, processamento e armazenamento de mídia eletrônica, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, monitoramento de veículos de propaganda e notícias, banco de informação para pesquisa análise, portais, provedores de conteúdo, web clipping, mailing: de jornais, revistas, sites, blogs, televisão e outros serviços de informação na internet, Compilação detalhada de noticias, monitoramento de notícias, agência de publicidade, Assessoria de Imprensa e comunicação, edição de revistas, Produção de filmes para publicidade, edição integrada à imprensa de jornais, atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas, edição integrada à imprensa de cadastros, listas e outros produtos gráficos, consultoria em publicidade, agência de notícias, pesquisas de mercado e de opinião pública, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 03 de Novembro de 2009, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento, da outra sócia, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1056, art. 1.057, CC/2002)

JUCER
Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - Empresa ASSESSORIA [illegible] 2021.007178 / pg. 215

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS 04 06 4

CLÁUSULA SEXTA: A SÓCIA QUE DESEJAR SE RETIRAR DA SOCIEDADE DEVERÁ MANIFESTAR SUA INTENÇÃO, COM 60 (SESSENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, POR MEIO DE CARTA PROTOCOLADA OU NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU JUDICIAL;

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres da sócia retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres da sócia retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

CLÁUSULA SÉTIMA: Falecendo ou interditado qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou das sócias remanescentes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA: A sócia poderá ser excluído da sociedade por maioria da(s) sócia(s), quando entender (em) que está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres da sócia excluída deverá seguir o mesmo procedimento aplicável a sócia retirante.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA: A administração da sociedade caberá as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS,** com poderes e atribuições de administradoras, as quais competem o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, Judicial e Extra-judicial da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da empresa ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - Edital 005/2021 Concorrência 001/2021 Processo 2021.007178 / pg. 216

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
05/06

Parágrafo Único: Nos casos de operações bancárias, empréstimos e demais operações de crédito, bem como abertura de contas, será **exigida a assinatura ou representação das duas sócias**, **exceto para emissão de cheques**, ordem de pagamento e documentos bancários similares, utilizados pelas instituições bancárias, onde será exigida apenas a assinatura de uma das sócias, devendo esta **sócia constar necessariamente** do documento ou cadastro bancário da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS** e **MARIANNA CAMARGO REIS**, perceberão a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até os limites de dedução fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, as administradoras prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados (art. 1.065, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso (arts. 1.071 e 1.072 & 2o. e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As sócias deliberarão sobre a estrutura organizacional da empresa, administradores, cargos e funções em ata a ser elaborada a cada biênio, que deverá ser aprovada pela maioria das sócias. A ata poderá conter também itens que visem auxiliar a administração da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As sócias e administradoras declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o fórum Porto Velho-RO, para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

JUCER
Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - Empresa ASSESSORIA [illegible] 2021.007178 / pg. 217

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
06 6,06
R$

FLS 006

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias de igual teor e forma e para um só efeito.

Porto Velho (RO), 11 de agosto de 2016.

4º OFÍCIO

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

ROSÂNGELA

SERGIO MACHADO REIS

ROSÂNGELA

MARIANNA CAMARGO REIS

ROSÂNGELA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

**CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME**

**Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br**

**A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação**

Documento(s) de Habilitação - Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda - PAE 2021.007178 / pg. 218

8 OFICIO DE NOTAS DO GAMA/DF
SH - LOTE 05 - 5 ANDAR - ST CENTRAL

Reconheco, por AUTENTICIDADE, a(s) firma(s) de:
[0181979]-SERGIO MACHADO REIS.....
[0232404]-MARIANNA CAMARGO REIS.....
O ato faz prova da manisfestacao de vontade, mas nao da validade do negocio juridico em si.
Gama-DF, 16 de Agosto de 2016
Em Test. da verdade.

069 - MARCELA DE SOUZA PINHEIRO GUIMARAES
ESCREVENTE NOMEADA - RAM
Selo: TJDFT20160130157834XDAQ e TJDFT20160130157835GHQD

8 OFICIO DE NOTAS E PROTESTO DE TITULOS
GIOVANE MONTEIRO DE MARINS
ESCREVENTE NOMEADO
GAMA - DISTRITO FEDERAL

4. OFICIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
AV.D.PEDRO II, 1039,ESQ.CAMPOS SALES
PORTO VELHO - RO

Reconheco a(s) firma(s) por semelhanca com valor economico de:
[0076186]-ANA CRISTINA DE OLIVEIRA..... BARROS.....
Em testemunho da verdade.
PORTO VELHO, 30 de Agosto de 2016.

037-IVANI CARDOSO CANDIDO DE OLIVEIRA
TABELIA

V.Unit: Emol. R$ 5,79 Selo R$ 0,95 FUJU R$ 1,16 FUNDIMPER: R$0,43 FUNDEP: R$0,43 FUMORPGE: R$0,43. TOTAL: R$ 9,20.
SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO
I7AFC23537-167BE
Confira validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Documento(s) de Habilitação - 0014 ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - EPP 2021.007178 / pg. 219



CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL - Tabeliã Ivani Cardoso Candido de Oliveira
Av. Dom Pedro II, 1039 - Centro - Porto Velho / RO email: cart4oficionotaspvh@hotmail.com

AUTENTICAÇÃO

Autentico, por ser fotocópia fiel do original apresentado.
Em testemunho _____ da verdade.
Porto Velho, 02 de Junho de 2017 - VALMARA RODRIGUES REIS-ESC.AUTORIZAD
Vlr. Custas: R$ 0,50; Emol: R$ 2,49; Selo: R$ 1,02; FUNDIMPER: R$ 0,19;
FUNDEP: R$ 0,19 FUMORPGE R$ 0,19 Total: R$ 4,58
Selo Digital de Fiscalização: I7AGA29154-6AA1A
Confira validade: www.tjro.jus.br/consultaselo/

(69) 3224-6462

EM BRANCO

EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

02



POLEGAR DIREITO



Mariana Camargo Reis

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INTERPRINT LTDA

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (07227114) SEI 2021.007178 / pg. 222

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2.779.383**

DATA DE EXPEDIÇÃO **06-11-2008**

NOME **MARIANNA CAMARGO REIS**

FILIAÇÃO

Sérgio Machado Reis

Virginia Sandoval Camargo

NATURALIDADE

Brasília-DF

DATA DE NASCIMENTO

27-11-1993

DOC. ORIGEM

C.Nasc.Nº 153096,Fls.139,Liv.A-247,2º OF.
Brasília-DF

CPF

022.678.691-95

DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

INTERPRINT LTDA.

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (07227114) SEI 2021.007178 / pg. 223

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
11.379.887/0001-97 **MATRIZ**		**02/12/2009**

NOME EMPRESARIAL
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
58.13-1-00 - Edição de revistas
58.22-1-01 - Edição integrada à impressão de jornais diários
58.29-8-00 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.91-7-00 - Agências de notícias
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BENJAMIN CONSTANT	**1335**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
76.801-252	**OLARIA**	**PORTO VELHO**	**RO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESCMODELO@ENTER-NET.COM.BR	**(69) 3224-7373/ (69) 3224-7387**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**02/12/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/04/2021** às **18:18:54** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (0727114) SEI 2021.007178 / pg. 224

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.379.887/0001-97**	DUNS®:	**93*****05**
Razão Social:	**EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**15/02/2022**
FGTS		Validade:	**23/11/2021**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/05/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/12/2021**
Receita Municipal	Validade:	**30/12/2021**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 418.608.372-04 Nome: ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

Ass: _____

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (0727114) SEI 2021.007178 / pg. 225

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 11.379.887/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:23:00 do dia 19/08/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/02/2022.
Código de controle da certidão: **9F33.3B5A.BDFC.463E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.379.887/0001-97
Razão Social: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA
Endereço: R BENJAMIN CONSTANT 1335 / OLARIA / PORTO VELHO / RO / 76801-252

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/11/2021 a 12/12/2021

Certificação Número: 2021111301000108031673

Informação obtida em 16/11/2021 16:50:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.379.887/0001-97
Certidão nº: 53983783/2021
Expedição: 16/11/2021, às 16:52:55
Validade: 14/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.379.887/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (0727114) SEI 2021.007178 / pg. 228

Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços
SINTEGRA

CONSULTA PÚBLICA À REDESIM DE RONDÔNIA

Data e Hora: 16/11/2021

IDENTIFICAÇÃO			
C.P.F/C.N.P.J:	11.379.887/0001-97	Inscrição Estadual:	00000002979594
Nire:	11200639411	Licença Bombeiros:	
Insc.Municipal(ISS):		Insc. Imobiliaria :	
Nr. Alvara Municipal:		Lic. Ambiental Est.:	
Lic. Vigilância Sanit.		Lic. Ambiental Munc.:	
Razão Social:	EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME		
Nome Fantasia:			
Utilização do Estabelecimento:	-		

ENDEREÇO DA EMPRESA			
Endereço:	RUA -BENJAMIN CONSTANT		
Complemento:			
Bairro:	OLARIA	Número:	1335
Município:	PORTO VELHO	CEP:	76801252
UF:	RO		

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA			
Endereço:	RUA BENJAMIN CONSTANT - N:1335		
Bairro:	OLARIA		
Município:	PORTO VELHO	Distrito:	
Telefone:	32247373	UF:	RO
Fax:	69322473	CEP:	76801252
E-mail:	ESCMODELO@ENTER-NET.COM.BR		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
Regime de Pagamento:	017-SIMPLES NACIONAL		
Situação Cadastral Vigente:	HABILITADO	Data:	01/10/2019
Situação do Contribuinte:	ATIVO		
Data Inicio Atividade:	10/12/2009		
Código da Atividade Principal:	7020400		
Descrição da Atividade:	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TE		
Usuário de PED ?:	Não		
Regime de Apuração do ICMS:	Documentos fiscais emitidos não geram crédito ao destinatário		
Situação da NFe:	NÃO CREDENCIADO		

ATIVIDADES SECUNDÁRIAS
5813100 | EDICAO DE REVISTAS
5822101 | EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE JORNAIS DIÁRIOS
5829800 | EDICAO INTEGRADA À IMPRESSAO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRAFICOS
5911102 | PRODUCAO DE FILMES PARA PUBLICIDADE
5911199 | ATIVIDADES DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
6311900 | TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DEHOSPEDAGEM NA INTERNET
6391700 | AGÊNCIAS DE NOTICIAS
6399200 | OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7311400 | AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE
7319004 | CONSULTORIA EM PUBLICIDADE
7320300 | PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA
8230001 | SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS
8599604 | TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

CONTADOR OU ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL			
C.P.F / C.N.P.J	05.973.755/0001-96	Nr. CRC:	RO000012O0
Nome/Razão Social:	MODELO SERVICOS CONTABEIS EIRELI		

ENDEREÇO DO CONTADOR			
Endereço:	Brasilia		
Bairro:	KM 1	CEP:	76804098
Município:	PORTO VELHO	UF:	10
Telefone:	32214339	Fax:	98401337
E-mail	LUCIANOPETISCO@HOTMAIL.COM		

Codigo do Regime	**Regime Especial**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Sexta-feira, 01 Outubro 2021 - 05:34

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO: 99963/2021
DATA DE EMISSÃO: 01/10/2021 17:34:13

NOME: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97
ENDEREÇO: RUA BENJAMIM CONSTANT, n° 1335
BAIRRO: OLARIA

FINALIDADE: Fins de Direito

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta secretaria municipal de fazenda, verificamos que não constam quaisquer débitos em aberto de tributos municipais até a presente data.

Ressalva-se, porém a secretaria municipal de fazenda, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Porto Velho, 01 de Outubro de 2021

VALIDADE: 90 DIAS

Quinta-feira, 30 de Dezembro de 2021

USUÁRIO: Portal Semfazonline

Esta certidão deverá ter sua autenticidade certificada no site www.semfazonline.com - utilize a chave acima.

RONDÔNIA
Governo do Estado

Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20215300353062**
Código de Controle: **300353062**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **11379887000197**
Nome ou Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade..:	TRANSAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Emitida em.:	01/10/2021 17:35:43
Validade....:	30/12/2021

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

Imprimir Fechar Janela

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, **CNPJ nº 11.379.887/0001-97**, **NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:
a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
c) A informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) A aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (http://www.tjro.jus.br/certidaoonline), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: T48W-RRNF-CD9Z-8NDL** ;
f) Aálida por **30 (trinta) dias**;
g) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 15/11/2021 22:37:17 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)

Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PGEA: 1.31.000.000480/2015-71

CONTRATO: 13/2015.

OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para atender às necessidades da Procuradoria da Republica em Rondônia

VALOR ANUAL: R$ 83.580,00 (Oitenta e três mil, quinhentos e oitenta reais).

Após pesquisa realizada nos registros deste Órgão, **ATESTAMOS** para os devidos fins que a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.379.887/0001-97, sediada na Rua Benjamin Constant, nº 1335, Bairro Olaria, CEP 76.801-252 - Porto Velho-RO, presta desde 30/12/2015 o serviço de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para a Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

Registra-se que os serviços estão sendo prestados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, não havendo fato que desabone sua conduta.

Por ser verdade, este documento segue assinado pelo Secretário Estadual e pelo Gestor de Contratos desta Procuradoria da República.

Porto Velho, 23 de fevereiro de 2018.

Paulo Woida Neto
Chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual/PR/RO

Agnaldo da Silva
Secretário Estadual PR/RO

Assinado digitalmente em 26/02/2018 20:14. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 452B7176.F0DD4A42.3AFB2475.8EFB81AC

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-RO-00006637/2018 ATESTADO**

Signatário(a): **PAULO WOIDA NETO**
Data e Hora: **23/02/2018 12:17:31**
Assinado com login e senha

Signatário(a): **AGNALDO DA SILVA**
Data e Hora: **26/02/2018 20:14:13**
Assinado com login e senha

Acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 452B7176.F0DD4A42.3AFB2475.8EFB81AC

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 06/2019

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica que a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA**, CNJP Nº 11.379.887/0001-97, com Sede na Rua Benjamin Constant, n. 1335 – Bairro Olaria – Porto Velho – RO - CEP: 76.801.252, presta os seguintes serviços ao TRT da 14ª Região: clippagem, auditoria, mensuração de mídia e monitoramento digital, abrangendo as mídias eletrônicas (TV, Rádio e Internet) e impressas (jornais), no âmbito Nacional com destaque para as matérias veiculadas sobre o Regional nos Estados de Rondônia e Acre, com emissão de relatórios mensais.

Registramos que os referidos serviços estão sendo executados na forma pactuada, inexistindo em nossos registros por parte da empresa, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

I – Dados dos Serviços

1- Pregão Eletrônico/Edital nº 14/2015
2 – Processo Administrativo Eletrônico: ESAP/´1801/2015 – Aditivos PROAD/11.679/2015
3- Contrato nº 19/2015
4- Vigência do Contrato: 60 meses – inicio: 08/07/2015 (foi prorrogável de 12 em 12 meses com término em 07/07/2020)
3 – Órgão Contratante: Tribunal Regional do Trabalho (CNPJ: 03.326.815/0001-53), com Sede na Rua Almirante Barroso – Centro – Porto Velho – RO.

Obs.: descrição circunstanciada da prestação dos serviços podem ser visualizadas no site do TRT 14ª Região no menu:transparência/contas públicas/licitações.

Porto Velho (RO), 02 de setembro de 2019.

(Assinado Eletronicamente)
Celso Gomes
Secretário de Comunicação Social e Eventos Institucionais - SECOM

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por CELSO GOMES em: 02/09/2019 09:59.
Para validar leia o QRCode ou acesse https://validador.trt14.jus.br/ (código 03E63675F)
Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (0727114) SEI 2021.007178 / pg. 235

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos que a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA,** inscrito no CNPJ sob o nº 11.379.887/0001-97, com sede à Rua Benjamin Constante, nº 1.335, na cidade de Porto Velho, nos prestou serviços de clipping eletrônico de maneira satisfatória, dentro das especificações e prazos estabelecidos em contrato.

Comprovamos o monitoramento das palavras-chave indicadas em contrato nos principais veículos da mídia durante a vigência contratual para o cliente Amazonas Shopping.

Atestamos ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que desabonem comercial ou tecnicamente.

São Paulo, 17 de maio de 2021.

_____

Rilson Carneiro Raposo Filho

EM PAUTA TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ: 13.902.012/0001-53 | CF-DF: 07.577.727/001-58
ENDEREÇO: SBS Qd.02 Bl. "S" nº 14 - Ed, Empire Center sala 1301
Parte B - Asa Sul - Brasília - CEP: 70070-904 / DF

D4Sign eecaf5de-22ad-4406-91ac-7e6843cc7b9f - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Atestado de Capacidade Técnica - Eficaz Comunicação - Em Pauta Tecnologia pdf

Código do documento eecaf5de-22ad-4406-91ac-7e6843cc7b9f

Assinaturas

Rilson Carneiro Raposo Filho
rilson@fabricadeideias.com
Assinou

Rilson Carneiro Raposo Filho

Eventos do documento

17 May 2021, 10:48:00
Documento número eecaf5de-22ad-4406-91ac-7e6843cc7b9f **criado** por MARIA CAROLINA ZARZUELA COELHO (Conta bd136ff6-2f4e-43ce-bd0d-155d8a7c5343). Email :carol.zarzuela@fabricadeideias.com. - DATE_ATOM: 2021-05-17T10:48:00-03:00

17 May 2021, 10:50:31
Lista de assinatura **iniciada** por MARIA CAROLINA ZARZUELA COELHO (Conta bd136ff6-2f4e-43ce-bd0d-155d8a7c5343). Email: carol.zarzuela@fabricadeideias.com. - DATE_ATOM: 2021-05-17T10:50:31-03:00

17 May 2021, 10:52:12
RILSON CARNEIRO RAPOSO FILHO **Assinou** (Conta 3e1d9122-b0d8-453d-bc64-1386d96a9ca4) - Email: rilson@fabricadeideias.com - IP: 191.217.173.47 (191-217-173-47.user3p.brasiltelecom.net.br porta: 26666) - Documento de identificação informado: 615.972.364-20 - DATE_ATOM: 2021-05-17T10:52:12-03:00

Hash do documento original
(SHA256):af4102422080225e0484865cef67f9c0163628f37ee02871b23d4dedf05fe16a
(SHA512):56ff5f65312434ee98a4eef26a107116c3d93cf5756c2bdcd7308aba94d56263b399d96998b1165d79618d23ca646f5c2305dfe080b0c4eac21815885fa05c94

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 16/11/2021 00:34:35

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**
CNPJ: **11.379.887/0001-97**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**

CPF/CNPJ: **418.608.372-04**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:17:18 do dia 16/11/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: V6ZF161121171718

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MARIANNA CAMARGO REIS**

CPF/CNPJ: **022.678.691-95**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 17:19:14 do dia 16/11/2021, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: PGIG161121171914

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00001

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**730.574,88**	**634.901,62**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PRAZO	730.574,88	634.901,62
DEDUÇÃO DE RECEITA	**(78.833,06)**	**(70.733,86)**
ISS	(16.280,47)	(13.431,39)
SIMPLES NACIONAL	(62.552,59)	(57.302,47)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	**651.741,82**	**564.167,76**
RECEITA LIQUIDA	651.741,82	564.167,76
CUSTO OPERACIONAL	**(104.244,09)**	**(158.015,72)**
DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(104.244,09)	(158.015,72)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**547.497,73**	**406.152,04**
LUCRO BRUTO	547.497,73	406.152,04
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	**(222.552,43)**	**(310.418,30)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(216.250,57)	(302.712,21)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(1.780,38)	(1.509,24)
DESPESAS FINANCEIRAS	(4.047,61)	(5.559,56)
RECEITAS FINANCEIRAS	145,51	0,00
DESPESAS INDEDUTIVEIS	(474,52)	(315,63)
DEPRECIAÇÕES NORMAIS	(144,86)	(321,66)
R E S U L T A D O O P E R A C I O N A L	**324.945,30**	**95.733,74**
RESULTADO ANTES DA CSLL	**324.945,30**	**95.733,74**
RESULTADO ANTES DO IRPJ	**324.945,30**	**95.733,74**
L I Q U I D O	**324.945,30**	**95.733,74**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício.

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00002

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
A T I V O	**216.958,65**	**110.963,87**
ATIVO CIRCULANTE	**213.886,90**	**108.213,78**
DISPONIVEL	193.380,25	80.331,63
CAIXA	193.380,25	80.331,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	282,40	5,84
BANCO DO BRASIL	282,40	5,84
APLIC. DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	419,34
APLICAÇÃO POUPANÇA	0,00	419,34
D I R E I T O S	20.224,25	27.456,97
CLIENTES	20.224,25	26.471,97
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	985,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**3.071,75**	**2.750,09**
IMOBILIZADO	3.216,61	3.216,61
MOVEIS UTENSILIO E INSTALACOES	1.158,21	1.158,21
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2.058,40	2.058,40
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	(144,86)	(466,52)
DEPR.ACUMUL.COMP.E PERIFERICOS	(135,21)	(341,05)
DEPR.ACUMUL.MOV. E UTENSILIOS	(9,65)	(125,47)

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00003

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
P A S S I V O	**216.958,65**	**110.963,87**
PASSIVO CIRCULANTE	**20.730,08**	**39.257,90**
CONTAS A PAGAR	1.942,95	0,00
FORNECEDORES DIVERSOS	1.942,95	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTA	0,00	15.697,00
SALARIOS A PAGAR	0,00	11.957,00
PRO-LABORE A PAGAR	0,00	3.740,00
OBRIG. SOCIAIS/PREVIDENCIARIAS	18.725,92	13.088,67
INSS A RECOLHER	787,63	1.788,01
FGTS A RECOLHER	870,00	1.282,95
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	7.722,89	4.046,85
SIMPLES N. PARCELAMENTO	9.345,40	5.970,86
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	61,21	337,23
IRF-0588 NAO ASSALARIADO	57,45	0,00
IRF-0561 ASSALARIADO	3,76	337,23
CONTAS A PAGAR	0,00	3.135,00
SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	0,00	3.135,00
ADIANTAMENTO A CLIENTES	0,00	7.000,00
BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	0,00	7.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**196.228,57**	**71.705,97**
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00	50.000,00
CAPITAL SOCIAL	50.000,00	50.000,00
RESERVA DE LUCROS	44.770,87	10.000,00
RESERVA LEGAL	44.770,87	10.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	101.457,70	11.705,97
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	101.457,70	11.705,97

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial Comparativo, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância:

Exercício: 2019 Valor: R$ 216.958,65

DUZENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS

Exercício: 2020 Valor: R$ 110.963,87

CENTO E DEZ MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos dados e comprovantes fornecidos pela gerência da firma que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados levantados pela referida gerência e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

****

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00004

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

_____

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TECNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

_____

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00005

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

NOTAS EXPLICATIVAS

Sem qualquer reserva, a empresa declara que estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas rigorosamente de acordo com a Lei 1418/2011 - Conselho Federal de Contabilidade.

O caixa e equivalentes de caixa são demonstrados com seus valores originais e conciliados com seus respectivos extratos;

Os demais ativos circulantes e ativos não circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionaidos, quando aplicável pelos valores de juros e variações monetárias;

O passivo circulante e passivo não circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício social;

A empresa não possui contingências passivas;

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios;

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

_____

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TECNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

_____

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME **Folha:** 00006

CNPJ: 11.379.887/0001-97 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

End: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data da Apuração:** 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS (Valores em Reais)

	2019	2020
Saldo anterior de lucros acumulados.....(+)	118.233,66	101.457,70
Ajustes credores de períodos-base anteriores.....(+)	0,00	0,00
Correção monetária de lucros acumulados.....(+)	0,00	0,00
Reversão de reservas.....(+)	0,00	34.770,87
Outros Recursos.....(+)	0,00	0,00
Lucro líquido do período-base.....(+)	324.945,30	95.733,74
Saldo anterior de prejuízos acumulados.....(-)	0,00	0,00
Ajustes devedores de períodos-base anteriores.....(-)	0,00	207,04
Correção monetária de prejuízos acumulados.....(-)	0,00	0,00
Prejuízo líquido do período-base.....(-)	0,00	0,00
Soma dos recursos.....	**443.178,96**	**231.755,27**
Transferências para reservas.....(+)	16.246,81	0,00
Dividendos ou lucros distribuídos, pagos ou creditados..(+)	325.474,45	220.049,30
Imposto sobre o lucro líquido.....(+)	0,00	0,00
Parcelas dos lucros incorporadas ao capital.....(+)	0,00	0,00
Outras aplicações.....(+)	0,00	0,00
Soma das aplicações.....	**341.721,26**	**220.049,30**
Lucros ou prejuízos acumulados.....	**101.457,70**	**11.705,97**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.

Porto Velho - RO / 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
TÉCNICO CRC: PE-011434/O-9 T-RO
CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4
ÓRG.EMISSOR: SSP UF: PE

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS
SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04 RG: 301399
ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Folha: 00007

EMPRESA: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97
END: BENJAMIN CONSTANT, Nº 1335 - BAIRRO OLÁRIA **CEP: 76.801-252**
MUNICÍPIO: PORTO VELHO **ANO: 2020**

INDÍCE DE LIQUIDEZ GERAL				
ILG	=	ATIVO CIRCULANTE+ REALIZAVEL A LONGO PRAZO	108.213,78	**2,7565**
		PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGIVEL A LONGO PRAZO	39.257,90	

INDÍCE DE SOLVÊNCIA GERAL				
ISG	=	ATIVO TOTAL	110.963,87	**2,8265**
		PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	39.257,90	

INDÍCE DE LIQUIDEZ CORRENTE				
ILC	=	ATIVO CIRCULANTE	108.213,78	**2,7565**
		PASSIVO CIRCULANTE	39.257,90	

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL				
GEG	=	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO	39.257,90	**0,5475**
		PATRIMÔNIO LIQUIDO	71.705,97	

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO
CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 418.608.372-04 RG: 301399

Folha: 00008

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO

Certidão n.º: RO/2021/00002311
Nome: EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA CPF: 400.783.964-68
CRC/UF n.º PE-011434/O Categoria: TECNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 13.07.2021
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL
Livro: BALANÇO PATRIMONIAL
Nº 0007 / Exercício: 2020

Confirme a existência deste documento na página http://201.33.23.187/spwRO/principal.htm, mediante número de controle a seguir:

CPF : **400.783.964-68** Controle : **5285.5598.5912.6540**

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
40078396468	EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
41860837204	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

CERTIFICO O REGISTRO EM 28/04/2021 09:34 SOB Nº 20210189770.
PROTOCOLO: 210189770 DE 22/04/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12102864584. CNPJ DA SEDE: 11379887000197.
NIRE: 11200639411. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/04/2021.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

FOLHA: 000001

T E R M O D E A B E R T U R A

LIVRO DIÁRIO GERAL Nº. 000007

Contém este livro 000078 folhas numeradas seguidamente do nº 000001 a 000078 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que servirá de livro diário número 000007 da empresa abaixo descrita.

Empresa..: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Endereço....: Rua BENJAMIN CONSTANT
Número.....: 1335
Complemento.:
Bairro.....: OLARIA
CEP.....: 76801-252
Município...: Porto Velho
Estado.....: RO
Inscrição no CNPJ.: 11.379.887/0001-97
Inscrição Estadual: 00000002979594
Registro na JUCER.: 11200639411 em 02/12/2009
Encerramento do exercício social: 31 de Dezembro de 2020

Porto Velho , 01 de Janeiro de 2020

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIA ADMINISTRADORA	TECNICO EM CONTABILIDADE
CPF: 418.608.372-04	CRC - PE-011434/O-9 T-RO
	CPF: 400.783.964-68

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00002

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
01/01	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	20059 AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	LANÇAMENTO DE AJUSTE ANO ANTERIOR	3,76
01/01	20059 AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20017 FGTS A RECOLHER	VLR AJUSTE SALDO EXERCICIO ANTERIOR	0,06
02/01	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 719/719	2.300,00
02/01	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 720/720	1.000,00
02/01	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 721/721	5.750,00
02/01	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 722/722	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 722/722	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 722/722	300,36
02/01	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 723/723	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 723/723	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 723/723	207,21
02/01	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 724/724	8.091,66
	10090 SEBRAE-RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 724/724	7.808,45
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 724/724	283,21
02/01	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO - NFSS: 717/717	900,00
02/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
02/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	200,00
02/01	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA- CAERD REF 01/2020	32,40
02/01	20059 AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	AJUSTE SALDO PROV. INDEVIDA SIMPLES NACIONAL	210,74
04/01	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 01/2020 VIVO	89,51
04/01	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 01/2020 VIVO	548,62
06/01	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 718/718	5.750,00
06/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	116,03
06/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
06/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	4.150,00
06/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	250,00
06/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
06/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	150,00
06/01	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 12/2019	870,06
06/01	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	141,00
06/01	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	60,00
06/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	4,13
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL.QUITCAO-DEMIS 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	201,10
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR 13º IND.AV.PV.1/12 012020	

A TRANSPORTAR ----------> 46.070,98

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00003

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	46.070,98
			ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	100,98
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR AVISO PREVIO INDEN 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	1.332,87
06/01	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	17,55
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR FERIAS PROPOR-RESC 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	807,80
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR 1/3 FERIAS PROPORC 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	269,27
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV 1/3 FÉRIAS AV.PV.IND.ISABEL	33,66
06/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. E. 50% MÊS ANTERIOR ISABEL	14,17
06/01	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV AVISO PRÉVIO INDEN. ISABEL	100,98
07/01	10018 BANCO DO BRASIL	10090 SEBRAE-RO	RECEBIMENTO NFSS: 724/724	7.808,45
07/01	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 24- PETSHOP	232,00
07/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PRO LABORE E RETIRADA SÓCIA ANA CRISTINA	4.500,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.887,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 012020	2.612,55
07/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	50,00
08/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	154,10
08/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	2.000,00
10/01	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 720/720	1.000,00
10/01	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 721/721	5.750,00
10/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	180,00
10/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.200,00
10/01	50046 SERVICOS CONTABEIS	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 13/2019 MODELO SERV CONTABEIS	998,00
10/01	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA	1.840,00
13/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	42,00
13/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	150,00
13/01	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-WANIA EVANGELISTA	1.200,00
14/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	63,00
14/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
14/01	40008 GRRF - FGTS RESCISORIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG MULTA RESCISORIA ISABEL CRISTINA	1.018,51
14/01	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (080241)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 1150 VETOR COMERCIO	100,00
15/01	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NFE 713/713	1.640,50
15/01	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 723/723	5.713,04
15/01	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE	
			A TRANSPORTAR ---------->	84.437,86

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00004

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	84.437,86
			CACOAL MES 01/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
15/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA ANA CRISTINA	1.450,00
15/01	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG RESC CONTR TRABALHO 012020 ISABEL CHRISTINA MENEZES FERREIRA	2.847,41
15/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ISABEL CRISTINA	60,00
15/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	60,00
15/01	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
15/01	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 01/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
16/01	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 725/725	4.750,00
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 725/725	4.583,75
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 725/725	166,25
16/01	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 726/726	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 726/726	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 726/726	163,33
17/01	50051 MATERIAL DE EXPEDIENTE	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 13779 C.C COM DE INFORMATICA LTDA	108,00
17/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
17/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	48,00
17/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
17/01	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	2,55
20/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	119,00
20/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	79,24
20/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	56,00
20/01	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG FÉRIAS IGOR BATISTA	1.549,29
21/01	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 727/727	900,00
21/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
22/01	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 716	4.583,75
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO MARIA ODETE	250,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	425,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO IGOR BATISTA	210,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	300,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
22/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANA CLAUDIA	225,00
22/01	50048 ENERGIA ELETRICA	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA REF 12/2019	1.176,84
22/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO	
			A TRANSPORTAR ---------->	111.004,53

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00005

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		111.004,53
			DO BRASIL S.A.	100,00
22/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/ PRO LABORE 12/2019	58,01
	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO		PG IRRF S/ PRO LABORE 12/2019	57,45
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/ PRO LABORE 12/2019	0,56
23/01	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 411765 FREITAS & CIA	66,32
23/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	170,00
23/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 12/2019	795,42
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 12/2019	787,63
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 12/2019	7,79
23/01	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
24/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	43,29
24/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	150,00
27/01	10018 BANCO DO BRASIL	10082 SANTAFÉ IDEIAS E COMUNICAÇÃO	RECEBIMENTO NFE 715	7.350,00
27/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	54,80
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO MARIA ODETE	250,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	425,00
27/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO IGOR BATISTA	210,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	300,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
27/01	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANA CLAUDIA	225,00
27/01	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	200,00
27/01	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG CONTA DE AGUA- CAERD REF 01/2020	32,40
27/01	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG NET REF 12/2019	578,00
27/01	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 01/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
27/01	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 2663329	105,75
27/01	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 01/2020	89,51
27/01	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 01/2020 VIVO	548,62
27/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº932 MOV NORT MOBILIARIOS	983,12
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)		PG DUPL Nº932 MOV NORT MOBILIARIOS	971,47
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº932 MOV NORT MOBILIARIOS	11,65
28/01	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NFE 719	2.300,00
28/01	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 726	4.503,26
28/01	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO PARCIAL NF 722	3.104,70
28/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	120,00
28/01	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº16 DINAMICA CLIPPING	1.184,87
		A TRANSPORTAR ---------->		136.415,15

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00006

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		136.415,15
28/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	908,20
28/01	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (080241)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 1150 VETOR COMERCIO	100,00
28/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 12/2019	8.143,08
	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		PG SIMPLES NACIONAL REF 12/2019	7.933,63
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL REF 12/2019	209,45
28/01	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 25/60.	376,28
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 25/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 25/60.	116,70
28/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,00
29/01	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS- ADRIANA DE OLIVEIRA	198,30
29/01	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG LIMPEZA NO ESCRITORIO DA EFICAZ- EDINEUZA RAMOS DOS SANTOS CPF: 774.160.232-20	80,00
30/01	10018 BANCO DO BRASIL	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	RECEBIMENTO DE PAGAMENTO A MAIOR	960,00
30/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
30/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	15,00
30/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
30/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	50,00
30/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	70,00
31/01	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 16 DINAMICA CLIPPING	224,87
31/01	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	155,00
31/01	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	450,00
31/01	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
31/01	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO ENERGIA ELETRICA NF 14916893- CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA	1.857,19
31/01	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISAO SERV CONTABEIS REF 01/2020 MODELO SERV CONTABEIS	1.049,00
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 012020	8.076,26
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 012020	276,13
31/01	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 012020	145,86
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 012020	434,48
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 012020	348,99
31/01	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 012020	717,39
31/01	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 012020	60,53
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	127,29
31/01	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	421,00
31/01	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	140,33
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 012020 IGOR	
		A TRANSPORTAR ---------->		162.152,88

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00007

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	162.152,88
			FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	31,88
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	113,34
31/01	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	99,07
31/01	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	44,91
31/01	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	516,42
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% MES ANT 012020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	141,68
31/01	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 012020	831,60
31/01	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 012020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/01	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 012020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/01	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 012020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/01	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. E. 100% MÊS ANTERIOR MÊS 012020	283,72
31/01	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 01/2020	3.509,65
31/01	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 01/2020	1.120,36
31/01	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 01/2020	1.120,36
			**TOTAL DO MOVIMENTO DE JANEIRO ----------> **	**173.353,32**
01/02	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE TELEFONE REF 01/2020 VIVO	104,74
03/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	209,18
03/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	40,00
03/02	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 728/728	4.666,59
03/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 729/729	1.700,00
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 729/729	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 729/729	59,50
03/02	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 730/730	2.300,00
03/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 731/731	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 731/731	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 731/731	300,36
03/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 732/732	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 732/732	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 732/732	207,21
03/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 733/733	8.091,66
			A TRANSPORTAR ---------->	31.614,08

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00008

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		31.614,08
	10090 SEBRAE-RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 733/733	7.808,45
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 733/733	283,21
03/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 734/734	5.347,98
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 734/734	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 734/734	187,18
03/02	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 735/735	4.590,00
04/02	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 727	900,00
04/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	34,21
04/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
04/02	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 736/736	7.750,00
04/02	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 737/737	1.000,00
04/02	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 02/2020 VIVO	326,83
05/02	10018 BANCO DO BRASIL	10090 SEBRAE-RO	RECEBIMENTO NFE 733	7.808,45
05/02	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NFE 735	4.590,00
05/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
05/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	200,00
05/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADOS POR P.J NFE 01 TACIANA GUZMAN	4.500,00
05/02	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/02	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
06/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.050,00
06/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	10,00
07/02	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 722	5.176,60
07/02	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA DANFE NFC OCA WINE COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	169,00
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 01/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.650,47
07/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 01/2020 MARIA ODETE ALMEIDA	1.543,23
07/02	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA-OAAB/RO SECCIONAL RONDONIA DO PERIODO DE 01 A 05 JANEIRO DE 2020 -MARIA ODETE	333,33
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 01/2020 ANGELA APARECIDA	1.053,12
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 01/2020 IGOR FELIPE	1.139,39
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 01/2020 LARISSA DE SOUZA	1.393,63
07/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 01/2020 FATIMA VICTORIA	1.322,80
07/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	250,00
07/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO	
		A TRANSPORTAR ---------->		86.254,12

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00009

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	86.254,12
			DO BRASIL S.A.	1.039,00
07/02	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
10/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	59,00
10/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	21,00
10/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
10/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
10/02	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
11/02	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NFE 737	1.000,00
11/02	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NFE 736	7.750,00
11/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	55,00
11/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	21,00
11/02	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRESTAÇÃO DE SERV DE ASSESSORIA DE IMPRENSA OAB/RO SARAH INGRID	1.200,00
11/02	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	4.500,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.887,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 022020	2.612,55
11/02	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA	1.840,00
11/02	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-WANIA EVANGELISTA	1.200,00
12/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	15,45
13/02	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 732	5.713,04
13/02	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NFE 734	5.160,80
13/02	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº028 YAMAMOTO PETSHOP	294,00
	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.		VLR SERV PRESTADO P.J NF 2991 YAMOTO PET SHOP	20,00
	50056 MATERIAL DE CONSUMO		COMPRA A VISTA CFE NF 028 YAMAMOTO PETSHOP	274,00
13/02	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 02/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
13/02	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 01/2020	831,60
13/02	10055 MARIANA CAMARGO REIS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA MARIANA CAMARGO REIS	5.000,00
13/02	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE AGUA REF 02/2020- CAERD	32,40
13/02	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA REF 02/2020-CAERD	32,40
13/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.500,00
13/02	50046 SERVICOS CONTABEIS	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 12/2019-MODELO SERV CONTABEIS	1.008,00
13/02	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
13/02	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 02/2020- KANITAR OBERST	
			A TRANSPORTAR ---------->	126.331,91

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00010

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		126.331,91
			(VILHENA)	400,00
14/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 738/738	4.750,00
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 738/738	4.583,75
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 738/738	166,25
14/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 739/739	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 739/739	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 739/739	163,33
14/02	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 729	1.640,50
14/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
17/02	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	800,00
17/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
17/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
17/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	40,00
18/02	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 725	4.583,75
18/02	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 728	4.666,59
18/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	16,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO ADRIANA	600,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO MARIA ODETE	200,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	850,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO IGOR BATISTA	180,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	600,00
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VCTORIA	600,00
18/02	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 02/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
18/02	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA NF 14916893- CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA	1.857,19
18/02	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANA CLAUDIA	333,33
18/02	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	240,00
	50061 VIGIAS E SEGURANCAS		PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	200,00
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANCA	40,00
18/02	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 20 DINAMICA CLIPPING	2.926,82
19/02	10112 CG1 VIAGENS E TURISMO	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº988 CG1 VIAGENS E TURISMO	1.171,20
19/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	500,00
20/02	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 740/740	900,00
20/02	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 730	2.300,00
20/02	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 731	8.281,30
		A TRANSPORTAR ---------->		171.435,18

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00011

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	171.435,18
20/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	200,00
20/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 20 DINAMICA CLIPPING	1.899,44
20/02	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET	598,92
20/02	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRF S/ FOLHA DE PAGAMENTO 01/2020	60,53
20/02	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 01/2020 MODELO SERV CONTABEIS	1.049,00
20/02	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 26/60.	377,55
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 26/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 26/60.	117,97
20/02	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 01/2020 VIVO	104,74
20/02	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 01/2020	3.509,65
20/02	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/ PRO LABORE 01/2020	57,45
20/02	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 01/2020	1.063,06
21/02	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 741/741	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 741/741	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 741/741	143,50
21/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	908,20
21/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
26/02	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 739	4.503,26
26/02	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	64,60
26/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	86,67
26/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
26/02	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS- ADRIANA DE OLIVEIRA	287,22
26/02	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº932 MOVNORT MOBILIARIOS	971,48
26/02	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB NOTA FISCAL 2784491	105,75
26/02	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 02/2020 VIVO	326,83
26/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 42 RM FURUKAWA	72,00
27/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	60,00
27/02	50081 IPTU	10018 BANCO DO BRASIL	PG IPTU- IMPOSTO PREDIAL ME TERRITORIAL URBANO	285,80
27/02	50030 TAXA MUNICIPAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG TX RESÍDUO SÓLIDO SOMICILIAR	241,91
27/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.600,00
27/02	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
28/02	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 742/742	4.590,00
28/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 19 DINAMICA CLIPPING	2.926,82
28/02	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	160,00
			A TRANSPORTAR ---------->	202.556,51

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00012

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	202.556,51
28/02	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 20 DINAMICA CLIPPING	2.926,82
28/02	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISÃO ENERGIA ELETRICA NF 15602050	1.229,50
28/02	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 02/2020	1.510,54
28/02	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 02/2020	1.510,54
28/02	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 022020	800,24
29/02	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 022020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
29/02	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 022020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
29/02	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 022020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 022020	8.037,31
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 022020	103,76
29/02	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 022020	145,86
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 022020	245,32
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 022020	403,15
29/02	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 022020	726,41
29/02	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 022020	56,65
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	10,09
29/02	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	842,01
29/02	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	280,67
29/02	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	80,75
29/02	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	33,21
29/02	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	89,81
29/02	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 022020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	1.032,87
29/02	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 02/2020	6.073,05
			TOTAL DO MOVIMENTO DE FEVEREIRO ---------->	**232.082,52**
01/03	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 02/2020 VIVO	382,41
01/03	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO ENERGIA ELETRICA NF 16303940 REF 03/2020	225,07
02/03	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 743/743	4.666,59
02/03	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 744/744	2.300,00
02/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 745/745	1.700,00
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 745/745	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 745/745	59,50
02/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO -	
			A TRANSPORTAR ---------->	17.855,73

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00013

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	17.855,73
			NFSS: 746/746	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 746/746	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 746/746	300,36
02/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 747/747	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 747/747	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 747/747	207,21
02/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 748/748	8.091,66
	10090 SEBRAE-RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 748/748	7.808,45
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 748/748	283,21
02/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 749/749	5.347,98
	10021 TRT 14°REGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 749/749	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 749/749	187,18
02/03	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 750/750	7.750,00
02/03	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 751/751	1.000,00
02/03	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 742	4.590,00
02/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	20,00
02/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
02/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG LIMPEZA NO ESCRITORIO DA EFICAZ- EDINEUZA RAMOS DOS SANTOS CPF: 774.160.232-20	80,00
03/03	50033 VIAGENS E HOSPEDAGENS	10112 CG1 VIAGENS E TURISMO	VLR NF 988 CG1 VIAGENS E TURISMO	2.928,00
03/03	10018 BANCO DO BRASIL	10090 SEBRAE-RO	RECEBIMENTO NF 748	7.808,45
03/03	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA FISCAL Nº5 TACIANA GUSMAN	3.000,00
03/03	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 032020	2.000,00
03/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	360,00
03/03	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISÃO SERV CONTABEIS NF 64 OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
04/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	500,00
04/03	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 750	7.750,00
04/03	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 751	1.000,00
04/03	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 VIVO	89,51
05/03	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA FISCAL Nº5 TACIANA GUSMAN	1.000,00
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.602,67
05/03	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	650,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	37,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 032020	612,55
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 MARIA ODETE	1.820,00
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 ANGELA	
			A TRANSPORTAR ---------->	83.259,25

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00014

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	83.259,25
			APARECIDA	1.109,34
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 IGOR FELIPE BATISTA	381,94
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 LARISSA DE SOUZA	1.125,80
05/03	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIO REF 02/2020 FATIMA VICTORIA	1.170,22
05/03	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 02/2020	800,24
05/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ANA CLAUDIA	696,66
05/03	10112 CG1 VIAGENS E TURISMO	10018 BANCO DO BRASIL	PG	1.756,80
05/03	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/03	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	183,06
09/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	30,67
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	318,00
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	30,50
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	115,12
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	89,90
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
09/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
10/03	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 740	900,00
10/03	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 747	5.713,04
10/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST P.J NF 3091/33 YAMAMOTO PET SHOP	272,00
10/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	750,00
10/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
10/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	2.333,50
10/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-WANIA EVANGELISTA	1.200,00
10/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	89,51
10/03	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 17600 MERCANTIL NOVA ERA	125,34
11/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	650,00
12/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
12/03	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE AGUA/CAERD REF 03/2020	33,22
13/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	180,00
16/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 752/752	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 752/752	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A	
			A TRANSPORTAR ---------->	110.281,70

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00015

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	110.281,70
			PRAZO - NFSS: 752/752	163,33
16/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	D I V E R S O S	PG LIMPEZA NO ESCRITORIO DA EFICAZ- EDINEUZA RAMOS DOS SANTOS CPF: 774.160.232-20	80,00
		10018 BANCO DO BRASIL	PG LIMPEZA NO ESCRITORIO DA EFICAZ- EDINEUZA RAMOS DOS SANTOS CPF: 774.160.232-20	30,00
		10005 CAIXA	PG LIMPEZA NO ESCRITORIO DA EFICAZ- EDINEUZA RAMOS DOS SANTOS CPF: 774.160.232-20	50,00
17/03	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 745	1.640,50
17/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	40,00
18/03	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 738	4.583,75
18/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	119,15
18/03	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	30,00
18/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
18/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	121,83
18/03	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 03/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
18/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CERIMONIAL P/ OAB- ANA CAROLINA BEZERRA	200,00
18/03	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 03/2020	33,22
18/03	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
18/03	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 03/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
18/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS- ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA	1.840,00
18/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG COMPLEMENTO SERV ADMINISTRATIVOS- ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS- WANIA EVANGELISTA	300,00
18/03	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	200,00
18/03	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 03/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
18/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA FISCAL Nº5 TACIANA GUSMAN	4.000,00
19/03	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 746	8.281,30
19/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	58,02
20/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 753/753	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 753/753	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 753/753	143,50
20/03	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 425244	
			A TRANSPORTAR ---------->	138.609,47

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00016

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		138.609,47
			FREITAS E CIA	218,14
20/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	45,00
20/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	100,00
20/03	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 02/2020	1.033,57
20/03	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE 02/2020	57,45
20/03	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 02/2020	606,20
20/03	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRF S/ FOLHA DE PAGAMENTO 02/2020	56,65
20/03	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 02/2020	6.073,05
20/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	350,00
23/03	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 754/754	900,00
23/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	52,90
24/03	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 752	4.503,26
24/03	10018 BANCO DO BRASIL	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NFE 743	4.666,59
24/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	58,17
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ADRIANA DE OLIVEIRA	600,00
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- MARIA ODETE	250,00
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ANGELA APARECIDA	750,00
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- IGOR FELIPE	600,00
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- LARISSA DE SOUZA	600,00
24/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO-FATIMA VICTORIA	600,00
24/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
25/03	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NFE 754	900,00
25/03	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NFE 741	3.956,50
25/03	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NFE 749	5.160,80
25/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	126,00
25/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 8 EDUARDO DE OLIVEIRA	110,00
25/03	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº23 DINAMICA CLIPPING	3.010,93
25/03	10055 MARIANA CAMARGO REIS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA MARIANA CAMARGO REIS	4.000,00
25/03	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO MARIA ODETE	250,00
25/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	912,00
25/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	400,00
25/03	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 VIVO	89,51
25/03	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 2902036	105,75
25/03	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 02/2020 NF 64 OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
25/03	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 02/2020 VIVO	382,41
26/03	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 755/755	4.590,00
26/03	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO -	
		A TRANSPORTAR ---------->		186.369,35

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00017

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	186.369,35
			NFSS: 756/756	1.000,00
26/03	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 757/757	7.750,00
26/03	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 758/758	4.750,00
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 758/758	4.583,75
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 758/758	166,25
26/03	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 744	2.300,00
26/03	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS- ADRIANA DE OLIVEIRA	362,96
26/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 24 DINAMICA CLIPPING	2.297,60
26/03	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA NF 15602050	1.229,50
26/03	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 27/60.	378,52
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 27/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 27/60.	118,94
26/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	VLR SERVIÇO PREST POR P.J NF 23 DINAMICA CLIPPING	3.010,93
27/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
27/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	700,00
27/03	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	10,45
30/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO CRIS	63,80
30/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	79,56
30/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	77,46
30/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	450,00
30/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	80,00
30/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG RENOVAÇÃO DE ACESSO AO BB LICITAÇÃO PARA PARTICIPAR DE LCIITAÇÃOES- BANCO DO BRASIL	401,97
30/03	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 4 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	110,00
30/03	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	10,45
30/03	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISÃO SERVIÇOS CONTABEIS NF 73 OLIVEIRA & MIRANDA	1.045,00
31/03	50051 MATERIAL DE EXPEDIENTE	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 78484 SOCIBRA DISTRIBUIDORA	32,00
31/03	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	95,11
31/03	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 032020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/03	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 032020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/03	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 032020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/03	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 032020	8.758,00
31/03	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 032020	91,04
31/03	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 032020	145,86
31/03	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 032020	378,45
31/03	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 032020	95,00
			A TRANSPORTAR ---------->	225.560,46

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00018

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		225.560,46
31/03	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 032020	762,72
31/03	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 032020	40,14
31/03	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 032020	745,79
31/03	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 03/2020	6.619,97
31/03	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 03/2020	1.510,54
31/03	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 03/2020	1.510,54
31/03	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTONOMO QUELI CRISTINA MES 03/2020	1.840,00
31/03	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTÔNOMO MES 032020 QUELI CRISTINA	202,40
		**TOTAL DO MOVIMENTO DE MARÇO ----------> **		**238.792,56**
01/04	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 759/759	4.666,59
01/04	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 760/760	2.300,00
01/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 761/761	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 761/761	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 761/761	300,36
01/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 762/762	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 762/762	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 762/762	207,21
01/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 763/763	5.347,98
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 763/763	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 763/763	187,18
01/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 764/764	1.700,00
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 764/764	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 764/764	59,50
01/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	24,00
01/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 50 RM FURUKAWA	48,00
01/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
01/04	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 VIVO	680,22
01/04	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE AGUA/CAERD REF 04/2020	33,07
01/04	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 CLARO	39,64
02/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	18,12
02/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	360,00
02/04	50082 TAXA ESTADUAL	10018 BANCO DO BRASIL	TAXA JUCER	60,00
03/04	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 755	4.590,00
03/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO	
		A TRANSPORTAR ---------->		34.669,53

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00019

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	34.669,53
			BRASIL	91,00
03/04	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA FISCAL Nº7 TACIANA GUSMAN	2.500,00
03/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
04/04	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE TELEFONE REF 04/2020 VIVO	91,72
06/04	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 757	7.750,00
06/04	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 756	1.000,00
06/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
06/04	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	141,00
06/04	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	60,00
07/04	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NF 763	5.160,80
07/04	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 45510 MERCANTIL NOVA ERA	145,25
07/04	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA- OAB/RO SECCIONAL RONDONIA DO PERIODODE 12 A 31 MARÇO DE 2020 -ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.216,70
07/04	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA FISCAL Nº7 TACIANA GUSMAN	1.500,00
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.399,09
07/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	2.004,74
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 MARIA ODETE	1.835,68
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 ANGELA APARECIDA TIL	1.063,87
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 IGOR FELIPE	1.170,21
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 LARISSA DE SOUZA TRINDADE	1.104,47
07/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 03/2020 FATIMA VITORIA	1.092,17
07/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 7 AO LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
08/04	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 762	5.713,04
08/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	148,00
08/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.000,00
08/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE ANA CRISTINA	3.000,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	387,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 042020	2.612,55
08/04	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA NF 16303940 REF 03/2020	225,07
08/04	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 04/2020	33,07
08/04	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS- ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-WANIA EVANGELISTA	1.500,00
09/04	10018 BANCO DO BRASIL	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 759	4.666,59
09/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	89,97
			A TRANSPORTAR ---------->	83.161,97

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00020

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		83.161,97
09/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	69,00
09/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	65,63
09/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.200,00
09/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
09/04	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 04/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
09/04	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº01	1.637,60
13/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	12,03
14/04	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO ENERGIA ELETRICA NF 16980285- CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA	1.131,23
16/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 765/765	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 765/765	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 765/765	163,33
17/04	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 764	1.640,50
17/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
17/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 8 AO LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
17/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.300,00
20/04	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 766/766	900,00
20/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	56,00
20/04	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	0,50
22/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	7,92
22/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 10 AO LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
24/04	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 760	2.300,00
24/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	140,00
24/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 28 DINAMICA CLIPPING	1.952,60
27/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 767/767	4.750,00
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 767/767	4.583,75
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 767/767	166,25
27/04	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 768/768	4.590,00
27/04	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 769/769	1.000,00
27/04	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 770/770	7.750,00
27/04	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 771/771	4.100,00
		A TRANSPORTAR ---------->		124.511,57

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00021

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	124.511,57
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 771/771	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 771/771	143,50
27/04	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 753	3.956,50
27/04	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	52,35
28/04	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 765	4.503,26
28/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
28/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 36 PETSHO VACINA DO CACHORRO DA EMPRESA	92,00
	50056 MATERIAL DE CONSUMO		COMPRA A VISTA NF 36 PETSHO VACINA DO CACHORRO DA EMPRESA	77,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	15,00
28/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG CERTIFICADO DIGITAL CFE NF 385 CERTIRON EIRELI	280,00
	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.		PG CERTIFICADO DIGITAL CFE NF 385 CERTIRON EIRELI	209,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	71,00
28/04	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 04/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
28/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF PREST DE SERV DE INFORMATICA EM NOTEBOOK INSTALAÇÃO DE OFICCE- EDUARDO DE OLIVEIRA	90,00
28/04	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
28/04	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA TIL	425,00
28/04	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA TRINDADE	300,00
28/04	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO IGOR FELIPE	300,00
28/04	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES	300,00
28/04	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 3028815	105,75
28/04	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 04/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
28/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	912,00
28/04	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 03/2020	745,79
28/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 03/2020	41,19
	20032 IRF-0561 ASSALARIADO		PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 03/2020	40,14
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 03/2020	1,05
28/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE 03/2020	58,96
	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO		PG IRRF S/PRO LABORE 03/2020	57,45
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/PRO LABORE 03/2020	1,51
28/04	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 03/2020	1.179,60
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 03/2020	1.149,26
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 03/2020	30,34
28/04	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
			A TRANSPORTAR ---------->	140.053,97

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00022

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		140.053,97
29/04	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 758	4.583,75
29/04	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
29/04	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS-ADRIANA DE OLIVEIRA	269,87
29/04	10055 MARIANA CAMARGO REIS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA MARIANA CAMARGO REIS	2.500,00
29/04	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 12 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
29/04	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 03/2020	603,38
29/04	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 VIVO	680,22
29/04	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	209,99
29/04	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 03/2020 NF 73 OLIVEIRA & MIRANDA	1.045,00
29/04	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 04/2020 VIVO	91,72
29/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	50,00
30/04	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 766	900,00
30/04	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 761	8.281,30
30/04	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	66,00
30/04	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 042020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
30/04	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 042020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
30/04	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 042020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
30/04	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 042020	8.758,00
30/04	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 042020	198,53
30/04	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 042020	97,24
30/04	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 042020	167,09
30/04	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 042020	627,00
30/04	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 042020	798,09
30/04	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 042020	33,23
30/04	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 042020	780,04
30/04	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISÃO SERV CONTABEIS NF 79-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
30/04	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 04/2020	5.093,97
30/04	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 04/2020	1.227,33
30/04	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 04/2020	1.227,33
30/04	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTONOMO QUELI CRISTINA MES 04/2020	1.840,00
30/04	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTÔNOMO MES 04/2020 QUELI CRISTINA	202,40
		TOTAL DO MOVIMENTO DE ABRIL ----------->		**185.407,90**
01/05	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEOFNE REF 04/2020-VIVO	666,16
03/05	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 772/772	4.666,59
03/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 773/773	1.700,00
		A TRANSPORTAR ---------->		7.032,75

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00023

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	7.032,75
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 773/773	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 773/773	59,50
03/05	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 774/774	2.300,00
03/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 775/775	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 775/775	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 775/775	300,36
03/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 776/776	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 776/776	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 776/776	207,21
03/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 777/777	5.347,98
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 777/777	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 777/777	187,18
04/05	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 23213 MERCANTIL NOVA ERA	118,43
04/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	157,30
04/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	34,17
04/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	31,07
04/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
04/05	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 03/2020	6.619,97
04/05	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 28/60.	380,59
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 28/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 28/60.	121,01
05/05	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 768	4.590,00
05/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	870,00
05/05	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº 10 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO	2.500,00
05/05	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/05	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA FISCAL Nº7 TACIANA GUSMAN	4.000,00
05/05	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE NF 000041359/ 052020	70,92
06/05	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 769	1.000,00
06/05	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 770	7.750,00
06/05	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
07/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
07/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	58,00
07/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
			A TRANSPORTAR ---------->	58.764,09

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00024

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	58.764,09
07/05	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 14 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
07/05	50082 TAXA ESTADUAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG DARE TAXA AUTENTICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ESCRITURAÇÃO DE EMPRESARIO	77,00
08/05	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NF 777	5.160,80
08/05	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA- OAB/RO SECCIONAL RONDONIA DO PERIODODE MAIO DE 2020 -ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	3.500,00
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.313,79
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 MARIA ODETE	1.835,68
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 ANGELA APARECIDA TIL	1.188,15
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 IGOR FELIPE	1.196,14
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 LARISSA DE SOUZA	1.201,41
08/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 04/2020 FATIMA VITORIA	1.281,37
08/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.250,00
08/05	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº 10 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO	1.500,00
11/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	46,05
11/05	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	21,67
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	9,12
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 052020	12,55
12/05	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1,00
13/05	10115 EM PAUTA TECNOLOGIA EM COMUNIC	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 778/778	70,00
13/05	10018 BANCO DO BRASIL	10115 EM PAUTA TECNOLOGIA EM COMUNIC	RECEBIMENTO NF 778	70,00
13/05	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 776	5.713,04
13/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	71,33
13/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.100,00
13/05	50082 TAXA ESTADUAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG TX DARE REF DOC OBRIGATORIOS OU DE INTERESSE DA EMPRESA	259,00
13/05	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 052020	2.600,00
13/05	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-WANIA EVANGELISTA	1.500,00
14/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	60,00
14/05	20063 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº01/02 NF 16 A O LIMA SERVIÇSO DE LIMPEZA	90,00
15/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 779/779	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 779/779	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 779/779	163,33
			A TRANSPORTAR ---------->	95.627,11

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00025

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	95.627,11
15/05	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 773	1.640,50
15/05	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 775	8.281,30
15/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.100,00
15/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	650,00
15/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
15/05	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 05/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
15/05	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº03	1.637,60
15/05	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072785)	PROVISAO NF 1342 A GAZETA DE RONODNIA EDIÇÃO	350,00
18/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	119,27
18/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	58,00
18/05	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 05/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
18/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,44
18/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	102,09
18/05	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 05/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
18/05	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 03/2020 CLARO	39,64
18/05	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
18/05	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE 04/2020	57,45
18/05	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 04/2020	33,23
18/05	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA/ ASSESSORIA CRIS	800,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	400,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	400,00
18/05	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 04/2020.	1.233,25
20/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
20/05	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 38 YAMAMOTO PET SHOP	215,00
20/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	58,69
21/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	174,15
21/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	150,00
21/05	20063 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº02/02 NF 16 A O LIMA SERVIÇSO DE LIMPEZA	90,00
21/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	70,00
21/05	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20063 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	VLR SERV PRESTADOS DE LIMPEZA CFE NF 16 A O LIMA SERVIÇSO DE LIMPEZA	180,00
			A TRANSPORTAR ---------->	116.070,72

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00026

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	116.070,72
22/05	50056 MATERIAL DE CONSUMO	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (000917)	COMPRA A PRAZO NFE 436990 FREITAS E CIA	339,61
25/05	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 771	3.956,50
25/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	40,50
25/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	60,00
26/05	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 780/780	900,00
26/05	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 781/781	4.590,00
26/05	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 782/782	7.750,00
26/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	54,99
26/05	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
26/05	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	425,00
26/05	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO IGOR FELIPE	300,00
26/05	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
26/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
26/05	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	909,50
26/05	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA REF 05/2020	33,13
26/05	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA SOUZA	300,00
26/05	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA REF 05/2020	33,13
27/05	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 783/783	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 783/783	4.354,56
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 783/783	157,94
27/05	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 9774 DAMASCO COMIDA ARABE	81,99
27/05	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 29 CEMI CHAVES CABRAL	329,00
	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.		PG SERV PREST POR P.J NF 29 CEMI CHAVES CABRAL	318,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	11,00
27/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	400,00
28/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	51,49
28/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	70,00
28/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
28/05	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISÃO SERV CONTABEIS NF 84-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
29/05	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 774	2.300,00
29/05	10018 BANCO DO BRASIL	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO 772	4.666,59
29/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
29/05	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	36,39
29/05	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº33 DINAMICA CLIPPING	1.946,85
			A TRANSPORTAR ---------->	152.205,44

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00027

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	152.205,44
29/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	48,90
29/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	150,00
29/05	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	209,99
29/05	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 3154928	107,91
29/05	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 04/2020	540,63
29/05	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE NF 000041359/ 052020	70,92
29/05	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 29/60.	380,59
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 29/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 28/60.	121,01
29/05	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEOFNE REF 04/2020-VIVO	666,16
29/05	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
31/05	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 052020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/05	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 052020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/05	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 052020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/05	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 052020	11.177,35
31/05	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 052020	94,01
31/05	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 052020	97,24
31/05	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 052020	118,92
31/05	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 052020	272,76
31/05	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 052020	964,41
31/05	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 052020	33,23
31/05	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 052020	933,04
31/05	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO ENERGIA ELETRICA NF 17671065- CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA	1.149,05
31/05	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 05/2020 CLARO	81,80
31/05	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 05/2020	4.673,17
31/05	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 05/2020	1.075,52
31/05	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 05/2020	1.075,52
31/05	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMOS MES 05/2020	3.000,00
31/05	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTÔNOMOS MES 05/2020	330,00
			TOTAL DO MOVIMENTO DE MAIO ---------->	**182.846,56**
01/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 784/784	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 784/784	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 784/784	143,50
01/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO -	
			A TRANSPORTAR ---------->	5.800,00

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00028

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	5.800,00
			NFSS: 785/785	1.700,00
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 785/785	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 785/785	59,50
01/06	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 786/786	4.666,59
01/06	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 787/787	2.300,00
01/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 788/788	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 788/788	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 788/788	300,36
01/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 789/789	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 789/789	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 789/789	207,21
01/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 790/790	5.347,98
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 790/790	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 790/790	187,18
01/06	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO Nº 767	4.583,75
01/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	89,99
01/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	63,23
01/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	55,00
01/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	44,24
01/06	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS ADRIANA DE OLIVEIRA	243,53
01/06	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 26 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
01/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
01/06	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE ENERGIA NF 16980285	1.131,23
01/06	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 04/2020 NF 79 OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
01/06	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
01/06	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA Nº 10 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO	4.000,00
01/06	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 05/2020-VIVO	696,08
02/06	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 04/2020	780,04
03/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
04/06	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 779	4.503,26
04/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMRPENSA SÓCIA ANA CRISTINA	160,00
04/06	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 04/2020	5.093,97
04/06	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	VLR NOTA Nº33 DINAMICA CLIPPING	1.946,85
			A TRANSPORTAR ---------->	57.645,20

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00029

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	57.645,20
05/06	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO Nº 782	7.750,00
05/06	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 781	4.590,00
05/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	22,00
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.207,40
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.313,79
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 MARIA ODETE ALMEIDA	1.835,68
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 ANGELA APARECIDA	1.093,20
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 IGOR FELIPE	1.051,55
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 LARISSA DE SOUZA	1.093,29
05/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 05/2020 FATIMA VICTORIA	1.167,73
05/06	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG NF 349695/2020 TACIANA R. GUSMAN	3.600,00
	10113 TACIANA R GUSMAN		PG NF 349695/2020 TACIANA R. GUSMAN	3.000,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	600,00
05/06	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/06	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
08/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	78,77
08/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	270,00
09/06	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 780	900,00
09/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	800,00
10/06	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NF 790	5.160,80
10/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF AJUDA DE CUSTO-ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	1.000,00
10/06	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072785)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 1342 A GAZETA DE RONODNIA EDIÇÃO	350,00
10/06	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CISTINA	3.700,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.087,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 062020	2.612,55
10/06	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	COMPRA A PRAZO NFE 22214 EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
12/06	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 787	2.300,00
12/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
12/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	113,24
12/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	79,80
12/06	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº38 DINAMICA CLIPPING	1.952,60
15/06	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 789	5.713,04
15/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	151,76
15/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	29,30
15/06	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST E AJUDA DE	
			A TRANSPORTAR ---------->	109.550,15

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00030

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	109.550,15
			CUSTO- ELIANA BARROS	2.200,00
	50072 AJUDA DE CUSTO		PG AJUTA DE CUSTO- ELIANA DE OLIVEIRA BARROS	400,00
	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F		PG REF PREST DE SERVIÇO DE CLIPPING REF 05/2020- ELIANA DE OLIVEIRA BARROS	1.800,00
15/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	930,00
15/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-VANIA EVANGELISTA CFE R.P.A Nº01	1.335,00
15/06	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº06	1.335,00
17/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 791/791	4.666,59
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 791/791	4.503,26
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 791/791	163,33
17/06	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 785	1.640,50
17/06	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 39 YAMAMOTO	159,00
17/06	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 37 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
17/06	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 05/2020	33,23
17/06	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/ PRO LABORE 05/2020	57,45
17/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
19/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 792/792	2.333,29
	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 792/792	2.251,62
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 792/792	81,67
19/06	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 793/793	900,00
19/06	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 788	8.281,30
19/06	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA E ASSESSORIA CRIS	300,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	230,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	70,00
19/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	35,00
19/06	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 06/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
19/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ADRIANA OLIVEIRA	300,00
19/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF AJUDA DE CUSTO-APARECIDA TIL	425,00
19/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF AJUDA DE CUSTO IGOR FELIPE	300,00
19/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	300,00
19/06	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
			A TRANSPORTAR ---------->	134.671,51

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00031

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	134.671,51
19/06	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PROVISÃO FATURA DE AGUA/CAERD REF 06/2020	32,40
19/06	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 06/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
19/06	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 05/2020	1.527,17
19/06	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
19/06	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 06/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
19/06	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE AGUA/CAERD REF 06/2020	32,40
22/06	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 794/794	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 794/794	4.354,56
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 794/794	157,94
22/06	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 28854- RUBI COMERCIO E DIST DE ELETRONICOS	270,00
22/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	360,00
22/06	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF A ENTREGA DE DVDS COM BACKUP DOS CLIENTES DO MES DE MAIO E JUNHO- IGOR FELIPE	120,00
22/06	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (000917)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº436990 FREITAS E CIA	339,61
23/06	10018 BANCO DO BRASIL	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 786	4.666,59
23/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	176,55
23/06	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO FATURA DE ENERGIA NF 18618311 ENERGISA	737,36
24/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
25/06	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 795/795	4.590,00
25/06	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 796/796	7.750,00
25/06	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 784	3.956,50
25/06	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 05/2020	4.673,17
25/06	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 30/60.	381,39
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 30/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 30/60.	121,81
26/06	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 41 YAMAMOTO	150,00
26/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	24,00
26/06	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇO ADM ADRIANA DE OLIVEIRA	275,34
26/06	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 3267720	114,91
26/06	20017 FGTS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 05/2020	933,04
26/06	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	208,99
26/06	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA nf 17671065	1.149,05
26/06	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 05/2020 CLARO	81,80
26/06	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 05/2020	519,33
			A TRANSPORTAR ---------->	174.553,61

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00032

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	174.553,61
26/06	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 05/2020-VIVO	696,08
26/06	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 22214 EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
29/06	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	190,00
29/06	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
29/06	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	49,10
30/06	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 062020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
30/06	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 062020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
30/06	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 062020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
30/06	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 062020	11.258,00
30/06	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 062020	112,35
30/06	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 062020	97,24
30/06	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 062020	200,71
30/06	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 062020	361,00
30/06	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 062020	991,04
30/06	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 062020	33,23
30/06	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 062020	954,56
30/06	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 07/2020 NF 000045171/-CLARO	71,71
30/06	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	PROVISÃO SERV CONTABEIS NF 92-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
30/06	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 06/2020	5.140,96
30/06	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 06/2020	1.300,69
30/06	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 06/2020	1.300,69
30/06	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMOS MES 06/2020	3.000,00
30/06	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS RER AUTÔNOMOS MES 06/2020	330,00
			TOTAL DO MOVIMENTO DE JUNHO ---------->	**205.155,97**
01/07	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 797/797	4.666,59
01/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 798/798	1.700,00
	10022 FECOMÉRCIO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 798/798	1.640,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 798/798	59,50
01/07	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 799/799	2.300,00
01/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 800/800	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 800/800	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 800/800	300,36
01/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 801/801	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 801/801	5.713,04
			A TRANSPORTAR ---------->	23.168,50

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00033

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	23.168,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 801/801	207,21
01/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 802/802	5.347,98
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 802/802	5.160,80
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 802/802	187,18
01/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 803/803	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 803/803	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 803/803	143,50
01/07	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 783	4.354,56
01/07	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 795	4.590,00
01/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	155,00
01/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 50 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
01/07	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº351433/2020 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA	2.000,00
01/07	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 05/2020 NF 84-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
01/07	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 06/2020- VIVO	711,59
02/07	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 14144 C C COM DE INF	69,00
02/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
02/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
02/07	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
03/07	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 793	900,00
03/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
03/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	80,00
03/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	149,65
03/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	49,30
06/07	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 796	7.750,00
06/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	ASSESSORIA E RETIRADA	180,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		ASSESSORIA DE IMPRENSA SÓCIA ANA CRISTINA	80,00
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020- ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.313,79
06/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020 MARIA ODETE ALMEIDA	1.835,68
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020- ANGELA APARECIDA TIL	1.098,25
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020- IGOR FELIPE	1.139,11
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020	
			A TRANSPORTAR ---------->	64.708,34

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00034

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	64.708,34
			LARISSA DE SOUZA TRINDADE	1.099,58
06/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 06/2020 FATIMA VICTORIA	1.240,24
06/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº351433/2020 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA	1.600,00
	10113 TACIANA R GUSMAN		PG NOTA Nº351433/2020 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA	1.000,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	600,00
06/07	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	59,89
06/07	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA Nº 349695/2020 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE ASSESSORIA	3.000,00
08/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 804/804	1.247,86
	10021 TRT 14ºREGIÃO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 804/804	1.204,18
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 804/804	43,68
08/07	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 801	5.713,04
08/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO CFE NF 27578 D'SAÚDE - SERVIÇOS EM MEDICINA E DIAGNOSTICOS LTDA	180,00
08/07	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 36469-BUNZL EQUIPAMENTOS PARA PROTECAO INDIVIDUAL LTDA	309,00
08/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	4.500,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.887,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 072020	2.612,55
08/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 54 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
08/07	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
08/07	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	81,11
09/07	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NF 802	5.160,80
09/07	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS DE CLIPPING DURANTE O MES DE JUNHO- ELIANA DE OLIVEIRA	1.800,00
09/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-VANIA EVANGELISTA CFE R.P.A Nº02	1.335,00
09/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº07	1.335,00
10/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 42 YAMAMOTO	104,00
	50056 MATERIAL DE CONSUMO		COMPRA A VISTA NF 42 YAMAMOTO	89,00
	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.		PG SERV PREST.P.J NFE 3604 YAMAMOTO	15,00
10/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	84,00
10/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 25- LUA LOPES ROSA 88929140220	280,00
13/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
13/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	171,94
			A TRANSPORTAR ---------->	94.259,80

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00035

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		94.259,80
13/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	260,00
14/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PREST P.J NF 64 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
15/07	10018 BANCO DO BRASIL	10021 TRT 14ºREGIÃO	RECEBIMENTO NF 804	1.204,18
15/07	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 800	8.281,30
16/07	10018 BANCO DO BRASIL	10022 FECOMÉRCIO	RECEBIMENTO NF 798	1.640,50
16/07	10018 BANCO DO BRASIL	10108 ENERGISA ACRE DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 797	4.666,59
16/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	30,94
16/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.400,00
16/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 9555- LABORATORIO DE ANÁLISES CLINICAS BIO CHECK-UP LTDA	180,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	1.000,00
16/07	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 07/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ELIANA DE OLIVEIRA BARROS	400,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- APARECIDA TIL	425,00
16/07	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS REF ENTREGA DOS DVDS BACKUP DOS CLIENTES- IGOR FELIPE	60,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF AJUDA DE CUSTO- IGOR FELIPE	210,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- FATIMA VICTORIA	300,00
16/07	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- LARISSA DE SOUZA	300,00
16/07	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 07/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
16/07	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 07/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	800,00
16/07	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE ENERGIA NF 18618311 ENERGISA	737,36
16/07	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 07/2020	33,21
16/07	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
16/07	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	250,66
16/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 06/2020	1.007,06
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 06/2020	954,56
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 06/2020	52,50
16/07	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISÃO FATURA DE AGUA/CAERD REF 07/2020	33,21
17/07	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 805/805	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 805/805	4.354,56
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A	
		A TRANSPORTAR ---------->		124.182,31

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00036

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	124.182,31
			PRAZO - NFSS: 805/805	157,94
17/07	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	500,00
17/07	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	COMPRA A PRAZO NFE 22353 EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
20/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	144,43
20/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS.	100,00
20/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	34,17
20/07	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 06/2020	5.140,96
20/07	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 06/2020	1.553,80
20/07	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE ANA CRISTINA O.BARROS	57,45
20/07	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO REF 06/2020	33,23
21/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	160,00
21/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	5,63
21/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	38,00
21/07	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL.QUITCAO-DEMIS 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	707,90
21/07	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV 13º PROP-DEMISSAO 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	735,88
21/07	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	56,36
21/07	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/13ºSAL 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	55,19
21/07	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR FERIAS PROPOR-RESC 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	735,88
21/07	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR 1/3 FERIAS PROPORC 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	245,29
21/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PREST P.J NF 71 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
22/07	50015 BENS DE PEQUENO VALOR	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)	COMPRA A PRAZO NFE 1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	765,00
22/07	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)	10005 CAIXA	PG DUPL Nº 1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	200,00
23/07	10018 BANCO DO BRASIL	10109 ENERGISA RO DIST.DE ENERGIA	RECEBIMENTO NF 791/792	6.754,88
23/07	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO FATURA DE ENERGIA NF 9355894 ENERGISA	1.212,56
24/07	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 806/806	900,00
24/07	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 799	2.300,00
24/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	550,00
24/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	60,00
24/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
			A TRANSPORTAR ---------->	147.898,92

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00037

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	147.898,92
24/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 39-DINAMICA CLIPPING	1.950,30
24/07	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - ADRIANA DE OLIVEIRA	246,58
24/07	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 64 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
24/07	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 71 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
24/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 31/60.	382,10
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 31/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 31/60.	122,52
24/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	151,00
24/07	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 07/2020 NF 000045171/-CLARO	71,71
24/07	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 06/2020	533,00
24/07	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 06/2020- VIVO	711,59
24/07	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 22353 EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
27/07	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 807/807	4.590,00
27/07	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 808/808	7.750,00
27/07	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 794	4.354,56
27/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	102,02
27/07	50033 VIAGENS E HOSPEDAGENS	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADOS POR P.J NF 4883 HOTEL GUAPINDAIA EIRELI - ME	450,00
27/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	97,00
27/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	61,99
27/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	35,98
27/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	68,24
27/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	500,00
	10005 CAIXA		SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	271,50
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	228,50
27/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	250,00
27/07	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº03397898 LOCAWEB SERVIÇOS	114,94
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081618)		PG DUPL Nº03397898 LOCAWEB SERVIÇOS	112,65
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº03397898 LOCAWEB SERVIÇOS	2,29
27/07	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
27/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	VLR NOTA Nº38 DINAMICA CLIPPING	1.952,60
28/07	50036 DESPESAS C/ ALIMENTAÇÃO	10018 BANCO DO BRASIL	PG DESP COM ALIMENTAÇÃO NF 5 ROYAL REST E CAFETERIA	73,99
28/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO	
			A TRANSPORTAR ---------->	172.609,07

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00038

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	172.609,07
			DO BRASIL S.A.	23,98
28/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇOS PREST POR P.J NF 77 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
28/07	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 06/2020 NF 92-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
29/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	30,00
29/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	193,03
29/07	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,03
29/07	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081618)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 03397898 LOCAWEB SERVIÇOS	112,65
30/07	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG RESC CONTR TRABALHO 072020 IGOR FELIPE BATISTA DO NASCIMENTO	2.357,03
30/07	40008 GRRF - FGTS RESCISORIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS RESCISORIO IGOR FELIPE	1.474,31
30/07	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 99 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	134,77
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	104,69
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,33
31/07	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,33
31/07	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 072020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/07	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 072020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/07	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 072020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 072020	10.213,00
31/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H.EXTRA NOTURNA 50% 072020	148,86
31/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 072020	26,23
31/07	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 072020	97,24
31/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 072020	144,06
31/07	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 072020	33,06
31/07	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 072020	883,71
31/07	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 072020	33,23
31/07	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 072020	845,21
31/07	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 07/2020	4.696,20
31/07	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 07/2020- CLARO	71,44
31/07	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 07/2020	1.099,37
31/07	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 07/2020	1.099,37
31/07	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMOS MES 07/2020 QUELI CRISTINA	1.500,00
31/07	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTÔNOMOS MES 07/2020	165,00
			TOTAL DO MOVIMENTO DE JULHO ---------->	**204.419,65**

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00039

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
01/08	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE 07/2020- VIVO	695,15
03/08	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 809/809	2.300,00
03/08	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 810/810	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 810/810	8.281,30
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 810/810	300,36
03/08	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 811/811	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 811/811	5.713,04
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 811/811	207,21
03/08	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 812/812	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 812/812	3.956,50
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 812/812	143,50
03/08	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 813/813	900,00
03/08	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 807	4.590,00
03/08	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 806	900,00
04/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	68,87
04/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,49
04/08	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 43 YAMAMOTO PET SHOP LTDA ME	92,00
04/08	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 10578 MERCANTIL NOVA ERA	67,94
04/08	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 082020	500,00
04/08	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 83 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
05/08	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 803	3.956,50
05/08	10018 BANCO DO BRASIL	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	RECEBIMENTO NF 813	900,00
05/08	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 453.245 FREITAS E CIA	78,90
05/08	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	87,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 082020	112,55
05/08	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 082020	500,00
05/08	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº353048/2020 TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	3.000,00
	10113 TACIANA R GUSMAN		PG DUPL Nº353048/2020 TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	2.000,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.000,00
05/08	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/08	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
06/08	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 811	5.713,04
06/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
06/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	107,00
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020-	
		A TRANSPORTAR ---------->		43.622,80

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00040

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	43.622,80
			ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020- ADRIANA DE OLIVEIRA	2.313,79
06/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020- MARIA ODETE	1.835,68
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020- ANGELA APARECIDA TIL	1.035,10
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020- LARISSA DE SOUZA	1.016,88
06/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 07/2020- FATIMA VICTORIA	1.265,68
06/08	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
07/08	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 808	7.750,00
07/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
10/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	202,48
10/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
10/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	300,00
10/08	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA Nº351433/2020 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA	3.000,00
11/08	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 082020	1.500,00
12/08	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 83 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
12/08	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº84 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
12/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS- ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº08	1.335,00
12/08	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 07/2020	891,70
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 07/2020	845,21
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 07/2020	46,49
12/08	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 08/2020	33,13
12/08	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 84 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
12/08	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA/CAERD REF 08/2020	33,13
13/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,80
13/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
14/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	49,96
14/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO CRIS	500,00
14/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,00
14/08	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG FÉRIAS ADRIANA DE OLIVEIRA	1.690,48
14/08	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 08/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-34	400,00
17/08	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 815/815	1.000,00
17/08	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 815	1.000,00
17/08	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 44 YAMAMOTO	90,00
			A TRANSPORTAR ---------->	75.174,99

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00041

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		75.174,99
17/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
17/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	81,99
17/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	35,00
18/08	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (072796)	10005 CAIXA	PG DUPL Nº 19 DINAMICA CLIPPING	2.926,82
19/08	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 805	4.354,56
19/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	99,99
19/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
19/08	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO - ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	1.000,00
19/08	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 08/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
19/08	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
19/08	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUATO- ANGELA APARECIDA TIL	425,00
19/08	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- LARISSA DE SOUZA	300,00
19/08	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- FATIMA VICTORIA	300,00
19/08	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	902,00
19/08	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 08/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
19/08	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERVIÇO PRESTADO POR P.J NF 85 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
20/08	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO ENERGIA ELETRICA NF 20034053 ENERGISA	1.380,55
21/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
21/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	100,00
21/08	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 85 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
21/08	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 08/2020- DANIEL SILVA MELO CPF:008.070.595-28 (MANAUS)	500,00
21/08	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	COMPRA A PRAZO NFE 22.469-EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
24/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	35,76
25/08	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 816/816	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 816/816	4.341,93
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 816/816	170,57
25/08	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 817/817	4.590,00
25/08	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 818/818	7.750,00
		A TRANSPORTAR ---------->		106.079,16

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00042

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	106.079,16
25/08	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 819/819	900,00
25/08	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 820/820	1.000,00
25/08	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 812	3.956,50
25/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	55,88
26/08	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
26/08	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ CFE NF 3407602	112,65
26/08	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	208,99
26/08	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 07/2020- CLARO	71,44
26/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.100,00
28/08	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG FÉRIAS ANGELA APARECIDA TIL	1.355,87
30/08	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 109 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
31/08	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	146,27
31/08	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 082020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/08	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 082020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/08	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 082020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/08	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 082020	8.965,58
31/08	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 082020	24,34
31/08	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 082020	97,24
31/08	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 082020	39,18
31/08	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 082020	87,40
31/08	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 082020	634,61
31/08	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 082020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	1.380,32
31/08	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 082020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	460,11
31/08	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 082020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	152,92
31/08	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 082020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	149,95
31/08	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 082020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	1.690,48
31/08	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 082020	876,55
31/08	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 08/2020	3.835,38
31/08	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 08/2020	821,64
31/08	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 08/2020	821,64
31/08	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMOS MES 08/2020 QUELI CRISTINA	1.500,00
31/08	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTÔNOMO MES 08/2020	165,00

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00043

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		TOTAL DO MOVIMENTO DE AGOSTO ---------->		**142.121,55**
01/09	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 821/821	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 821/821	3.945,02
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 821/821	154,98
01/09	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 822/822	2.300,00
01/09	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 823/823	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 823/823	8.257,27
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 823/823	324,39
01/09	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 824/824	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 824/824	5.696,46
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 824/824	223,79
01/09	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 825/825	900,00
01/09	10018 BANCO DO BRASIL	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	RECEBIMENTO NF 825	900,00
01/09	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 45 YAMAMOTO PET SHOP LTDA ME	81,00
01/09	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 08/2020 VIVO	679,96
02/09	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 817	4.590,00
02/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	30,00
02/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
02/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	35,42
02/09	10117 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº 94 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
02/09	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF A ENTREGA DE DVD COM BACKUP DOS CLIENTES NO MES 08/2020- RAFAEL BARROS SICHEROLI CPF:017.555.122-79	60,00
03/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
03/09	10113 TACIANA R GUSMAN	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº16 TACIANA R. GUSMAN	2.000,00
04/09	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 820	1.000,00
04/09	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 818	7.750,00
04/09	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 809	2.300,00
04/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	342,00
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
04/09	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº47 DINAMICA CLIPPING E COMUNICAÇÃO	1.945,93
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 MARIA ODETE	1.835,68
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 ANGELA APARECIDA TIL	1.077,10
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 LARISSA DE SOUZA	997,17
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 FATIMA VICTORIA	1.060,22
04/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE	
		A TRANSPORTAR ---------->		53.154,77

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00044

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	53.154,77
			ANA CRISTINA	2.000,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.687,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 092020	312,55
04/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 08/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	1.177,66
04/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
05/09	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 CLARO	71,44
08/09	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 819	900,00
08/09	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 810	8.281,30
08/09	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº51-YAMAMOTO PET SHOP LTDA	147,00
08/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	109,96
08/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 07/2020	1.498,88
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 07/2020	1.393,02
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 07/2020	105,86
08/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IR S/ FOLHA DE PAGAMENTO MES 07/2020	35,64
	20032 IRF-0561 ASSALARIADO		PG IR S/ FOLHA DE PAGAMENTO MES 07/2020	33,23
	50089 MULTAS INDEDUTIVEIS		MULTA S/ PG IR S/ FOLHA DE PAGAMENTO MES 07/2020	2,08
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IR S/ FOLHA DE PAGAMENTO MES 07/2020	0,33
08/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRF S/ PRO LABORE 07/2020	61,62
	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO		PG IRF S/ PRO LABORE 07/2020	57,45
	50089 MULTAS INDEDUTIVEIS		MULTA S/PG IRF S/ PRO LABORE 07/2020	3,60
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRF S/ PRO LABORE 07/2020	0,57
08/09	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
08/09	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE ENERGIA NF 9355894 ENERGISA	1.212,56
08/09	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 07/2020.	518,42
08/09	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
08/09	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
08/09	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA NF 353048/2020 TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	2.000,00
09/09	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 824	5.696,46
09/09	50036 DESPESAS C/ ALIMENTAÇÃO	10018 BANCO DO BRASIL	PG DESP COM ALIMENTAÇÃO 6533 O PAROCA RESTAURANTE	94,49
09/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
09/09	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 092020	2.300,00
09/09	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 07/2020 NF 99-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
09/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 07/2020	5.053,11
	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		PG SIMPLES NACIONAL REF 07/2020	4.696,20
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL REF 07/2020	46,96
	50089 MULTAS INDEDUTIVEIS		MULTA S/ PG SIMPLES NACIONAL REF 07/2020	309,95
09/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	383,27
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	259,58
			A TRANSPORTAR ---------->	86.042,58

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00045

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		86.042,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	123,69
09/09	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE 07/2020-VIVO	695,15
09/09	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (004761)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº22.469-EDITORA DIARIO DA AMAZONIA	80,00
09/09	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS-ADRIANA DE OLIVEIRA	196,27
09/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	294,70
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)		PG DUPL Nº 1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	282,50
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº 1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	12,20
11/09	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 822	2.300,00
11/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	70,00
11/09	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº48 DINAMICA CLIPPING E COMUNICACAO LTDA DINAMICA CLIPPING	1.945,93
12/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 2234613 CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE	142,07
14/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
15/09	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	5.000,00
15/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10117 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	VLR NOTA Nº 94 A O LIMA SERVIÇOS DE LIMPEZA	90,00
15/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	VLR NOTA Nº47 DINAMICA CLIPPING E COMUNICAÇÃO	1.945,93
15/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	VLR NOTA Nº48 DINAMICA CLIPPING E COMUNICACAO LTDA DINAMICA CLIPPING	1.945,93
15/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 95 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
16/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº09	1.335,00
16/09	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 09/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
16/09	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 09/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
16/09	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 09/2020- DANIEL SILVA MELO CPF:008.070.595-28 (MANAUS)	500,00
16/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	136,95
17/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 146 R M FURUKAWA	90,00
17/09	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº95 A O LIMA SERVICOS	
		A TRANSPORTAR ---------->		104.200,51

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00046

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	104.200,51
			DE LIMPEZA	90,00
17/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 06389832 SERASA S.A	129,00
17/09	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	VLR ENERGIA ELETRICA NF 20670756	1.316,25
18/09	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA MATERIAL DE CONSUMO CFE NF 29607 SERVQUIMA PROD DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA	88,00
18/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	38,50
18/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	50,00
18/09	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº52 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	61,00
18/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	280,00
19/09	50056 MATERIAL DE CONSUMO	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (007325)	COMPRA A PRAZO NFE 145789 PORTOSOFT COM. DE PRODUTOS DE INFOR. LTDA	455,00
20/09	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA AGUA/ CAERD REF 08/2020	36,35
21/09	10018 BANCO DO BRASIL	20062 DINAMICA CLIPPING	EMPRESTIMO CONTRAIDO EMPRESA DINAMICA CLIPPING	700,00
21/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	70,41
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	31,00
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	21,98
21/09	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 8885 Portosoft Com de Produtos de Informatica Ltda	94,00
21/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	20,92
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	93,60
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	8,00
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	153,53
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	22,95
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,00
21/09	10119 HOTEL GUAPINDAIA EIRELI - ME	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº5007- HOTEL GUAPINDAIA EIRELI - ME	432,00
21/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	58,95
21/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	50,00
21/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	300,00
	10005 CAIXA		SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	194,07
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	55,93
	50056 MATERIAL DE CONSUMO		COMPRA A VISTA NF 9006 J.C. FREITAS-EPP	50,00
21/09	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
21/09	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (007325)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 145789 PORTOSOFT COM. DE PRODUTOS DE INFOR. LTDA	455,00
21/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF	
			A TRANSPORTAR ---------->	109.309,50

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00047

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		109.309,50
			44308 DIRECT TALK COMERCIO E TECNOLOGIA S.A	820,00
22/09	10018 BANCO DO BRASIL	20062 DINAMICA CLIPPING	EMPRESTIMO CONTRAIDO EMPRESA DINAMICA CLIPPING	500,00
22/09	10018 BANCO DO BRASIL	20062 DINAMICA CLIPPING	EMPRESTIMO CONTRAIDO EMPRESA DINAMICA CLIPPING	400,00
22/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	92,90
22/09	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 9000-J.C. FREITAS-EPP.	447,00
22/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	72,99
22/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	220,00
23/09	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 826/826	900,00
23/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	234,85
23/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	100,00
23/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	70,00
23/09	50033 VIAGENS E HOSPEDAGENS	10119 HOTEL GUAPINDAIA EIRELI - ME	VLR NOTA Nº5007- HOTEL GUAPINDAIA EIRELI - ME	432,00
24/09	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 823	8.257,27
24/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	71,99
24/09	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ELISANALUZ RAMOS OLIVEIRA	1.000,00
24/09	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ANGELA APARECIDA	425,00
24/09	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- FATIMA VICTORIA	300,00
24/09	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
24/09	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL DO ESCRITORIO	1.000,00
24/09	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO - LARISSA DE SOUZA.	300,00
24/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.870,00
24/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	425,00
25/09	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 827/827	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 827/827	4.341,93
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 827/827	170,57
25/09	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 828/828	4.590,00
25/09	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 829/829	1.000,00
25/09	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 830/830	7.750,00
25/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
25/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 08/2020	924,76
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 08/2020	876,55
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 08/2020	48,21
25/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 08/2020	1.357,27
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 08/2020	1.335,24
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 08/2020	22,03
25/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE 08/2020	58,39
		A TRANSPORTAR ---------->		147.841,42

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00048

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		147.841,42
	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO		PG IRRF S/PRO LABORE 08/2020	57,45
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/PRO LABORE 08/2020	0,94
28/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	45,00
28/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	12,99
28/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	60,00
29/09	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 816	4.341,93
29/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	7,00
29/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	143,40
29/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	70,78
29/09	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERV ADMINISTRATIVOS- ADRIANA DE OLIVEIRA	241,27
29/09	20062 DINAMICA CLIPPING	10018 BANCO DO BRASIL	DEVOLUÇÃO EMPRESTIMO DINAMICA CLIPPING	900,00
29/09	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 98 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
29/09	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 08/2020	507,44
29/09	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA NF 20034053 ENERGISA	1.380,55
29/09	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA AGUA/ CAERD REF 08/2020	36,35
29/09	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ NF Nº003417300	114,94
29/09	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	209,99
30/09	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	COBRANÇA	20.000,00
30/09	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	57,70
30/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	273,94
30/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
30/09	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	160,00
30/09	20062 DINAMICA CLIPPING	10018 BANCO DO BRASIL	DEVOLUÇÃO EMPRESTIMO DINAMICA CLIPPING	700,00
30/09	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 2234613 CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIEE	142,07
30/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 08/2020	3.949,29
	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		PG SIMPLES NACIONAL REF 08/2020	3.835,38
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL REF 08/2020	113,91
30/09	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	383,27
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 32/60.	123,69
30/09	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,90
30/09	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 092020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
30/09	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 092020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
		A TRANSPORTAR ---------->		185.202,23

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00049

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	185.202,23
30/09	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 092020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
30/09	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 092020	9.168,00
30/09	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H.EXTRA NOTURNA 50% 092020	38,73
30/09	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 092020	77,13
30/09	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 092020	48,62
30/09	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 092020	90,85
30/09	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 092020	294,78
30/09	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 092020	822,16
30/09	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 092020	40,65
30/09	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 092020 ANGELA APARECIDA TIL	1.104,55
30/09	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 092020 ANGELA APARECIDA TIL	368,18
30/09	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 092020 ANGELA APARECIDA TIL	116,86
30/09	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 092020 ANGELA APARECIDA TIL	1.355,87
30/09	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 092020	891,37
30/09	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 115 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
30/09	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 09/2020	3.674,67
30/09	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 CLARO	71,61
30/09	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 09/2020	873,73
30/09	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 09/2020	873,73
30/09	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMOS MES 09/2020 QUELI CRISTINA	1.500,00
30/09	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTONOMO MES 09/2020	165,00
			TOTAL DO MOVIMENTO DE SETEMBRO ---------->	**207.881,17**
01/10	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 831/831	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 831/831	3.945,02
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 831/831	154,98
01/10	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 832/832	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 832/832	8.257,27
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 832/832	324,39
01/10	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 833/833	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 833/833	5.696,46
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 833/833	223,79
01/10	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 834/834	1.610,00
01/10	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 835/835	900,00
01/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	4.700,00
			A TRANSPORTAR ---------->	25.811,91

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00050

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	25.811,91
01/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	200,00
01/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	34,98
01/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	88,10
01/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	288,60
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (035476)		PG DUPL Nº1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	282,50
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº1049 MOVNORT MOBILIARIOS CORPORATIVOS LTDA - MOVNORT	6,10
01/10	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 08/2020 VIVO	679,96
01/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	907,80
01/10	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 08/2020 NF 109-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
01/10	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 CLARO	71,44
01/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 2238534-CIEE	142,07
01/10	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 VIVO	698,77
02/10	10018 BANCO DO BRASIL	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	RECEBIMENTO NF 835	900,00
02/10	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 828	4.590,00
02/10	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 146513-PORTOSOFT COM. DE PRODUTOS DE INFOR. LTDA	910,00
02/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
02/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº18 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO .	3.000,00
	10113 TACIANA R GUSMAN		PG NOTA Nº18 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO .	2.000,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.000,00
05/10	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 826	900,00
05/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	34,30
05/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
05/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO E PRO LABORE SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS		RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	387,45
	20011 PRO-LABORE A PAGAR		PG PRO-LABORE REF MES 102020	612,55
05/10	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO-LABORE REF MES 102020	2.000,00
05/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
05/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
06/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 09/2020 ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
06/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 09/2020 MARIA	
			A TRANSPORTAR ---------->	46.282,31

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00051

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	46.282,31
			ODETE ALMEIDA BARBOSA	1.835,68
06/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	120,00
06/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 09/2020 LARISSA DE SOUZA TRINDADE	1.122,41
06/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 09/2020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	1.213,46
06/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 09/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES	2.405,37
07/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	107,00
07/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.500,00
07/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	300,00
07/10	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG BOLSA ESTAGIO-CIEE TIAGO RAFAEL ANDRADE BARROZO	510,00
07/10	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG AUXILIO BOLSA DE ESTAGIO E AUX TRANSPORTE- JAINE QUELE DA SILVA	900,00
07/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1,00
08/10	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 833	5.696,46
08/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
08/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	23,00
08/10	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 8171 Kalunga Comercio Industria Grafica Ltda	124,50
08/10	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 58621-PORTOSOFT COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA	39,00
08/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PREST POR P.J NF 490968/A6- ANCAR PARKING ESTACIONAMENTOS LTDA	8,00
08/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	522,62
09/10	10120 BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 836/836	18.000,00
09/10	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 829	1.000,00
09/10	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 830	7.750,00
09/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	55,45
09/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	52,90
09/10	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG ADIANTAMENTO DE FÉRIAS ADRIANA DE OLIVEIRA	1.683,11
09/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA Nº16 TACIANA R. GUSMAN	2.000,00
10/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 2264018 CIEE	284,14
13/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	34,03
13/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	41,99
13/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	24,00
13/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	51,00
13/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
13/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	250,00
			A TRANSPORTAR ---------->	94.537,43

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00052

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	94.537,43
13/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
13/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,55
13/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 4437 PRG CLIMATIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - PRG CLIMATIZACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO	450,00
	50056 MATERIAL DE CONSUMO		COMPRA A VISTA NFE 4437 PRG CLIMATIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - PRG CLIMATIZACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO	300,00
	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.		SERV PRESTADO POR P.J NF 2764 PRG CLIMATIZAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - PRG CLIMATIZACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO	150,00
13/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 44783 DIRECT TALK COMERCIO	820,00
14/10	10018 BANCO DO BRASIL	10120 BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	RECEBIMENTO NF 836	9.000,00
14/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	4.000,00
14/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	2.000,00
14/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	1.500,00
14/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	44,98
14/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
14/10	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	1.000,00
14/10	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 10/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
14/10	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
14/10	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- ANGELA APARECIDA	425,00
14/10	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO- FATIMA VICTORIA	300,00
14/10	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO - LARISSA DE SOUZA.	300,00
14/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
14/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 44308 DIRECT TALK COMERCIO E TECNOLOGIA S.A	847,24
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)		PG DUPL Nº 44308 DIRECT TALK COMERCIO E TECNOLOGIA S.A	820,00
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº 44308 DIRECT TALK COMERCIO E TECNOLOGIA S.A	27,24
14/10	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 10/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
14/10	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP	
			A TRANSPORTAR ---------->	117.127,20

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00053

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	117.127,20
			FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 10/2020- DANIEL SILVA MELO CPF:008.070.595-28 (MANAUS)	500,00
14/10	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	200,00
14/10	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/ CAERD REF 10/2020	32,40
14/10	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL SEDE DO ESCRITORIO	1.000,00
14/10	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA/ CAERD REF 10/2020	32,40
15/10	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 821	3.945,02
15/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	9.250,00
15/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	84,98
15/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	88,34
15/10	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA	500,00
15/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº10	1.335,00
15/10	50030 TAXA MUNICIPAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG TX. DE LICENÇA P/ FUNCIONAMENTO REGULAR	444,04
15/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.500,00
15/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.500,00
15/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 09/2020	940,40
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 09/2020	891,37
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 09/2020	49,03
15/10	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA NF 295912 WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
15/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,90
16/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	150,00
16/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	900,00
16/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 44865 DIRECT TALK COMERCIO	400,00
19/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	157,35
19/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	164,97
19/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	99,99
19/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
19/10	50048 ENERGIA ELETRICA	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	PROVISAO FATURA DE ENERGIA NF 21330399	1.478,22
20/10	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 834	1.610,00
20/10	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL MÊS 09/2020	3.674,67
20/10	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE 09/2020	57,45
20/10	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG ENERGIA ELETRICA NF 20670756	1.316,25
			A TRANSPORTAR ---------->	153.191,58

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00054

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	153.191,58
20/10	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 09/2020	1.385,40
20/10	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 09/2020	40,65
22/10	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 832	8.257,27
22/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	902,00
22/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	4.900,00
23/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	100,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	78,00
23/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
23/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	250,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.250,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	250,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
23/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 33/60.	383,80
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 33/60.	259,58
			A TRANSPORTAR ---------->	192.499,15

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00055

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE -------------------------->		192.499,15
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 33/60.	124,22
23/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 34/60.	383,80
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 34/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 34/60.	124,22
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFACONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
23/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 105 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
26/10	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	COBRANÇA	2.500,00
26/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	800,00
26/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,90
26/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	52,35
27/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	18,00
27/10	50082 TAXA ESTADUAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG TAXA ESTADUAL REF VISTORIA TECNICA ANUAL- CORPO DE BOMBEIROS	141,49
28/10	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 837/837	4.590,00
28/10	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 838/838	7.750,00
28/10	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 839/839	1.000,00
28/10	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 840/840	900,00
28/10	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 841/841	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 841/841	4.341,93
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 841/841	170,57
28/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	44,50
28/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	55,00
28/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
		A TRANSPORTAR -------------------------->		216.444,19

Documento(s) de Habilitação - EFICAZ ASS. COMUNIC. LTDA (0727114) SEI 2021.007178 / pg. 305

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00056

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		216.444,19
28/10	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 125 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
29/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	57,00
29/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	VLR NOTA NF 295912 WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
29/10	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 107 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
30/10	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 827	4.341,93
30/10	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº74 DINAMICA CLIPPING	111,17
30/10	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	248,67
30/10	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 105 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
30/10	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº107 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
30/10	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº2264018 CIEE	284,14
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	135,45
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,85
30/10	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 09/2020	550,18
30/10	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ	115,05
30/10	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº2238534-CIEE	145,41
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)		PG DUPL Nº2238534-CIEE	142,07
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº2238534-CIEE	3,34
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	105,21
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,85
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	103,81
30/10	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 VIVO	698,77
30/10	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	105,21
30/10	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 09/2020 NF 115-OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
30/10	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 09/2020 CLARO	71,61
30/10	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
31/10	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 102020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
31/10	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 102020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
31/10	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 102020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
31/10	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 102020	8.965,58
31/10	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H.EXTRA NOTURNA 50% 102020	44,12
31/10	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 102020	108,28
31/10	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 102020	97,24
31/10	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 102020	244,39
31/10	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 102020	318,64
		A TRANSPORTAR ---------->		244.261,65

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00057

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		244.261,65
31/10	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 102020	685,43
31/10	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 102020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	1.374,25
31/10	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 102020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	458,08
31/10	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 102020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	152,52
31/10	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 102020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	149,22
31/10	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 102020 ADRIANA DE OLIVEIRA LOPES DE PAULA FERREIRA	1.683,11
31/10	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 102020	921,06
31/10	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 10/2020	5.541,34
31/10	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 10/2020	873,73
31/10	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 10/2020	873,73
31/10	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMO MES 10/2020	2.000,00
31/10	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTONOMO MES 10/2020	220,00
		TOTAL DO MOVIMENTO DE OUTUBRO ----------->		**259.194,12**
01/11	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 10/2020 VIVO	696,73
03/11	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 842/842	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 842/842	3.945,02
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 842/842	154,98
03/11	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 843/843	1.610,00
03/11	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 844/844	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 844/844	8.257,27
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 844/844	324,39
03/11	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 845/845	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 845/845	5.696,46
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 845/845	223,79
03/11	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 846/846	900,00
03/11	10018 BANCO DO BRASIL	10120 BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	RECEBIMENTO NF 836	9.000,00
03/11	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 837	4.590,00
03/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
04/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	COBRANÇA	11.750,00
04/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	42,00
04/11	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	10018 BANCO DO BRASIL	APLICAÇÃO	9.250,00
04/11	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA NF 359009/2020-TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	3.000,00
		A TRANSPORTAR ---------->		59.540,64

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00058

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		59.540,64
	10113 TACIANA R GUSMAN		PG NOTA NF 359009/2020-TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	2.000,00
	10005 CAIXA		SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.000,00
04/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	5,80
05/11	10018 BANCO DO BRASIL	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	RECEBIMENTO NF 846	900,00
05/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
05/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	400,00
05/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
05/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
06/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA Nº18 TACIANA R. GUZMAN DA SILVA - SERVICOS DE FONOAUDIO	2.000,00
06/11	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº54 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	109,00
06/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	25,00
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
06/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.100,00
06/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CFE EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.135,73
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	1.178,06
06/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	3.000,00
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 MARIA ODETE	1.835,68
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 ANGELA APARECIDA	1.159,56
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 LARISSA DE SOUZA	1.212,40
06/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 10/2020 FATIMA VICTORIA	1.276,22
06/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 45093 DIRECT TALK COMERCIO	1.200,00
06/11	50088 TELEFONE	20061 TELEFONE A PAGAR	PROVISAO FATURA DE TELEFONE REF 11/2020 CLARO	71,59
07/11	50056 MATERIAL DE CONSUMO	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (007325)	COMPRA A PRAZO NF 148238 PORTOSOFT COM DE PRODUTOS DE INFORM.	146,00
07/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (007325)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 12324 PORTOSOFT COM DE PRODUTOS DE INFORM.	15,00
09/11	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 840	900,00
09/11	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (007325)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DE DUPLICATAS PORTOSOFT	161,00
09/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	130,00
10/11	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 838	7.750,00
10/11	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 839	1.000,00
10/11	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 845	5.696,46
10/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	537,22
10/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
10/11	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	10018 BANCO DO BRASIL	APLICAÇÃO	10.000,00
10/11	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	10018 BANCO DO BRASIL	APLICAÇÃO	6.583,47
		A TRANSPORTAR ---------->		112.248,21

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00059

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		112.248,21
10/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	800,00
11/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	4.000,00
11/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	950,00
11/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	50,00
11/11	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG BOLSA DE ESTAGIO- TIAGO RAFAEL ANDRADE BARROZO	900,00
11/11	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG BOLSA DE ESTAGIO- JAINE QUELE SILVA DA CRUZ	900,00
11/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	VLR SERV PRESTADO POR P.J 2288876 CIEE	284,14
11/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 114 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
12/11	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	11.000,00
12/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	100,00
12/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.J NF 4702 FREIRE & BARBOSA LTDA - ME	70,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	5.000,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
12/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	11.500,00
13/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	6.600,00
13/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	TED DEVOLVIDA	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	250,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.250,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
		A TRANSPORTAR ---------->		173.992,35

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00060

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE -------------------------->		173.992,35
13/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
13/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
16/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	2.500,00
16/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.050,00
16/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL	1.057,21
16/11	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 831	3.945,02
16/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	5.000,00
16/11	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	10018 BANCO DO BRASIL	APLICAÇÃO	4.000,00
16/11	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS-QUELI CRISTINA CFE R.P.A Nº11	1.780,00
16/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
16/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.650,00
16/11	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº306519- WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
16/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.850,00
16/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	0,50
17/11	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	4.473,41
17/11	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 843	1.610,00
17/11	10055 MARIANA CAMARGO REIS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA MARIANA CAMARGO REIS	4.473,41
17/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.650,00
17/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
17/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	0,50
18/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	4.000,00
18/11	10018 BANCO DO BRASIL	20068 BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	ADIANTAMENTO NF 889 BRUNO VALVERDE	3.500,00
18/11	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 844	8.257,27
18/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
18/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,90
20/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.000,00
20/11	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	10018 BANCO DO BRASIL	APLICAÇÃO	3.497,10
20/11	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE	
		A TRANSPORTAR -------------------------->		240.589,67

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00061

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	240.589,67
			OLIVEIRA	300,00
20/11	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	425,00
20/11	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	300,00
20/11	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	PG AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
20/11	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº44783-DIRECT TALK COMERCIO	820,00
20/11	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº44865 DIRECT TALK COMERCIO	400,00
20/11	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE ANA CRISTINA DE O.BARROS.	57,45
20/11	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 10/2020	971,72
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 10/2020	921,06
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 10/2020	50,66
20/11	20016 INSS A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 10/2020	1.439,93
20/11	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 10/2020	5.541,34
23/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	70,00
23/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	170,00
23/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	200,00
24/11	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 847/847	7.750,00
24/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- GB COSTA COMUNICAÇÃO	902,00
24/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	10,45
25/11	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 848/848	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 848/848	4.341,93
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 848/848	170,57
25/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	61,40
25/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 119 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
26/11	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 134 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
26/11	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 135 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
26/11	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	5.100,00
26/11	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	240,00
26/11	10018 BANCO DO BRASIL	20068 BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	ADIANTAMENTO NF 889 BRUNO VALVERDE	3.500,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS ADRIANA DE OLIVEIRA	1.368,82
			A TRANSPORTAR ---------->	278.410,28

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00062

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	278.410,28
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	800,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	300,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.000,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	240,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	400,00
26/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	800,00
26/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2,90
27/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	76,40
27/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	39,96
27/11	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
30/11	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 849/849	4.590,00
30/11	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 850/850	7.750,00
30/11	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 851/851	1.000,00
30/11	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 852/852	900,00
30/11	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 112020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	3.000,00
30/11	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 112020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	330,00
30/11	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 112020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	57,45
30/11	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 112020	10.213,00
30/11	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H.EXTRA NOTURNA 50% 112020	9,32
30/11	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 112020	138,49
30/11	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 112020	97,24
30/11	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 112020	222,87
30/11	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 112020	331,08
30/11	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 112020	915,17
30/11	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 112020	33,23
30/11	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 112020	1.262,66
30/11	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 11/2020	4.397,26
30/11	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 847	7.750,00
30/11	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 851	1.000,00
30/11	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	333,42
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO-ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	729,17
			A TRANSPORTAR ---------->	330.229,90

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00063

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		330.229,90
30/11	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 11/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO-ADRIANA DE OLIVEIRA	1.337,14
30/11	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	600,00
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO- MARIA ODETE	1.000,00
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO-ANGELA APARECIDA	556,02
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO-LARISSA DE SOUZA	616,58
30/11	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG FÉRIAS FATMA VICTORIA	1.514,46
30/11	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	10018 BANCO DO BRASIL	PG 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO-FATIMA VICTORIA	629,64
30/11	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL SEDE ESCRITORIO	1.000,00
30/11	20060 ENERGIA ELETRICA A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE ENERGIA NF 21330399	1.478,22
30/11	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065519)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº2288876 CIEE	284,14
30/11	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 11/2020- DANIEL SILVA MELO CPF:008.070.595-28 (MANAUS)	500,00
30/11	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 11/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
30/11	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	31,35
30/11	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	VLR NOTA Nº306519- WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
30/11	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 11/2020	873,73
30/11	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 11/2020	873,73
30/11	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTÔNOMO MES 11/2020	3.850,00
30/11	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTONOMO MES 11/2020	423,50
		TOTAL DO MOVIMENTO DE NOVEMBRO ----------->		**351.098,41**
01/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 853/853	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 853/853	3.945,02
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 853/853	154,98
01/12	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 854/854	1.610,00
01/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 855/855	8.581,66
	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 855/855	8.257,27
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 855/855	324,39
01/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 856/856	5.920,25
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO -	
		A TRANSPORTAR ---------->		20.211,91

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00064

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	20.211,91
			NFSS: 856/856	5.696,46
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 856/856	223,79
01/12	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 857/857	900,00
01/12	10018 BANCO DO BRASIL	10116 QUADRA BRASILIA COMUNICACAO	RECEBIMENTO NF 857	900,00
01/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	15,02
01/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	37,97
02/12	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 841	4.341,93
02/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
03/12	10018 BANCO DO BRASIL	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	RECEBIMENTO NF 849	4.590,00
03/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	37,90
03/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	55,00
04/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	VLR NOTA Nº51-YAMAMOTO PET SHOP LTDA	147,00
04/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	VLR NOTA Nº52 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	61,00
04/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 50 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	131,00
04/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	33,26
04/12	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	0,50
07/12	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	197,82
07/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
07/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	197,82
07/12	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº114 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
07/12	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº119 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
07/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	500,00
07/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.500,00
07/12	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 102020	519,49
07/12	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	10018 BANCO DO BRASIL	PG LOCAWEB- SERVIDOR PARA SITE DA EFICAZ	115,05
07/12	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	60,00
07/12	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	141,00
08/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 858/858	4.100,00
	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 858/858	3.945,02
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 858/858	154,98
08/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10110 DINÂMICA CLIPPING E COMUNIC.	VLR NOTA Nº74 DINAMICA CLIPPING	111,17
08/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10118 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	VLR NOTA Nº54 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	109,00
08/12	50075 COMISSOES BANCARIAS	10018 BANCO DO BRASIL	TARIFA CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	4,00
08/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 126 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
			A TRANSPORTAR ---------->	39.887,84

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00065

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	39.887,84
09/12	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	12.035,00
09/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	53,95
10/12	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10113 TACIANA R GUSMAN	VLR NOTA NF 359009/2020-TACIANA ROSELI GUZMAN DA SILVA	2.000,00
10/12	10018 BANCO DO BRASIL	10030 OAB	RECEBIMENTO NF 850	7.750,00
10/12	10018 BANCO DO BRASIL	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	RECEBIMENTO NF 852	900,00
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	2.278,38
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.F CFE RECIBO RPA Nº12 QUELI CRISTINA SANTOS DE SOUZA	1.780,00
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 ADRIANA DE OLIVEIRA	2.313,79
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 MARIA ODETE	1.835,68
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 ANGELA APARECIDA	1.144,93
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 LARISSA DE SOUZA	1.181,85
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SALÁRIOS REF 11/2020 FATIMA VICTORIA	1.308,97
10/12	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº311694 WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
10/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.650,00
10/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV PRESTADO POR P.F CFE RECIBO RPA Nº12 JANE DOS PASSOS CARVALHO	1.646,50
10/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	2.035,00
10/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.500,00
10/12	20011 PRO-LABORE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG PRO LABORE 11/2020 ANA CRISTINA	2.612,55
10/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	1.100,00
11/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10005 CAIXA	PG SERV PRESTADO POR P.J 31582-REDEHOST INTERNET LTDA - ME	59,90
11/12	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV CONTABEIS REF 10/2020 NF -OLIVEIRA E MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
11/12	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 856	5.696,46
11/12	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº 126 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
11/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
11/12	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 11/2020	33,33
11/12	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 10/2020 VIVO	696,73
11/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 35/60.	384,84
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 35/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 35/60.	125,26
			A TRANSPORTAR ---------->	98.120,70

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00066

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	98.120,70
11/12	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE AGUA/CAERD REF 12/2020	32,40
11/12	20061 TELEFONE A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG FATURA DE TELEFONE REF 11/2020 CLARO	71,59
11/12	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG VIGIAS E SEGURANÇAS DO ESCRITORIO- VETOR COMERCIO E SEGURANÇA	213,99
11/12	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG BOLSA DE ESTAGIO- JAINE QUELE SILVA DA CRUZ	900,00
11/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	293,19
11/12	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	10018 BANCO DO BRASIL	PG BOLSA DE ESTAGIO- TIAGO RAFAEL ANDRADE BARROZO	900,00
11/12	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA/CAERD REF 11/2020	33,33
11/12	50049 AGUA/CAERD	20038 AGUA/CAERD A PAGAR	PROVISAO FATURA DE AGUA/CAERD REF 12/2020	32,40
14/12	10018 BANCO DO BRASIL	10097 FIEMT-FED.DAS IND.NO EST.MT	RECEBIMENTO NF 854	1.610,00
14/12	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	1.200,00
14/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	25,51
14/12	10123 PRALINE DOCES E SALGADOS LTDA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NF 884 PRALINE DOCES E SALGADOS LTDA - EPP	410,00
14/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	887,25
15/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 859/859	3.055,61
	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 859/859	2.940,11
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 859/859	115,50
15/12	D I V E R S O S	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 860/860	4.512,50
	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA		VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 860/860	4.341,93
	10008 ISS A RECUPERAR		ISS RETIDO S/ PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 860/860	170,57
15/12	10018 BANCO DO BRASIL	10114 ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL	RECEBIMENTO NF 842	3.945,02
15/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	547,58
16/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
16/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10121 WANIA EVANGELISTA FERREIRA	VLR NOTA Nº311694 WANIA EVANGELISTA FERREIRA 74255665249	4.500,00
17/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NF 76152 MERCANTIL NOVA ERA LTDA	149,94
21/12	10018 BANCO DO BRASIL	10089 MUNICIPIO DE PORTO VELHO	RECEBIMENTO NF 855	8.257,27
21/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 21227 A C STEFANES COMERCIO	103,80
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	803,18
21/12	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO ELISANALUZ RAMOS DE OLIVEIRA	1.000,00
21/12	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAÇAO DA SEDE CACOAL MES 12/2020-PAULO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA CPF:734.203.602-15	400,00
21/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS- C.J.P MARKETING E ASSESSORTA LTDA	902,00
			A TRANSPORTAR ---------->	133.007,26

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00067

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	133.007,26
21/12	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 12/2020- ZAQUEU ALVES BIZERRA CPF:585.552.502-3	400,00
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- MARIA ODETE	835,68
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- ANGELA APARECIDA	477,85
21/12	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO ANGELA APARECIDA	425,00
21/12	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO LARISSA DE SOUZA	300,00
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- LARISSA DE SOUZA	525,28
21/12	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO FATIMA VICTORIA	300,00
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- FATIMA VICTORIA	540,95
21/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	200,00
21/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	160,00
21/12	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL SEDE DO ESCRITORIO	1.000,00
21/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº45093 DIRECT TALK COMERCIO	1.267,56
	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (065520)		PG DUPL Nº45093 DIRECT TALK COMERCIO	1.200,00
	50073 JUROS S/ DUPLICATAS		JUROS S/ PG DUPL Nº45093 DIRECT TALK COMERCIO	67,56
21/12	50072 AJUDA DE CUSTO	10018 BANCO DO BRASIL	AJUDA DE CUSTO ADRIANA DE OLIVEIRA	300,00
21/12	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG ALUGUEL REF LOCAC. DE ESP FISICO P/ COLOCAÇÃO DE EQUIP. REF MES 12/2020- DANIEL SILVA MELO CPF:008.070.595-28 (MANAUS)	500,00
21/12	50050 ALUGUEL	10018 BANCO DO BRASIL	PG REF SERVIÇOS PREST DE ALUGUEL DE EQUIP NO MES 12/2020- KANITAR OBERST (VILHENA)	400,00
21/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10018 BANCO DO BRASIL	PG 2ºPARCELA 13ºSALÁRIO- ADRIANA DE OLIVEIRA	1.047,89
21/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	600,00
22/12	10018 BANCO DO BRASIL	10005 CAIXA	DEPOSITO CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A	357,29
22/12	10018 BANCO DO BRASIL	10024 SANTO ANTÔNIO ENERGIA SA	RECEBIMENTO NF 848	4.341,93
22/12	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	VLR SERV PRESTADO POR P.J NF 129 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
23/12	10018 BANCO DO BRASIL	10122 APLICAÇÃO POUPANÇA	RESGATE	400,00
23/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
23/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL REF 11/2020	4.426,28
	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		PG SIMPLES NACIONAL REF 11/2020	4.397,26
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL REF 11/2020	29,02
23/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 11/2020	1.586,98
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 11/2020	1.571,43
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 11/2020	15,55
23/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG INSS REF 13º/2020	827,49
	20016 INSS A RECOLHER		PG INSS REF 13º/2020	819,38
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG INSS REF 13º/2020	8,11
23/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 36/60.	384,84
			A TRANSPORTAR ---------->	154.802,28

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00068

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
			DE TRANSPORTE ---------->	154.802,28
	20004 SIMPLES N. PARCELAMENTO		PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 36/60.	259,58
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG SIMPLES NACIONAL PARCELAMENTO 36/60.	125,26
28/12	10107 CAIXA DE ASSISTENC.DOS ADV RO	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 861/861	4.590,00
28/12	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 862/862	1.000,00
28/12	10025 ROVEMA PARTICIPAÇÕES LTDA	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 863/863	900,00
28/12	10030 OAB	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	VLR PRESTACAO SERV A PRAZO - NFSS: 864/864	7.750,00
28/12	10124 DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BOKET	10018 BANCO DO BRASIL	PG NOTA Nº36 DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BOKETE LTDA	165,00
28/12	10123 PRALINE DOCES E SALGADOS LTDA	10018 BANCO DO BRASIL	PG NF 884 PPRALINE DOCES E SALGADOS LTDA - EPP	410,00
29/12	10018 BANCO DO BRASIL	10037 PROCURADORIA DAREPUBLICA EM RO	RECEBIMENTO NF 859	2.940,11
29/12	20079 FORNECEDORES DIVERSOS (081617)	10018 BANCO DO BRASIL	PG DUPL Nº129 A O LIMA SERVICOS DE LIMPEZA	90,00
29/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 11/2020	34,32
	20032 IRF-0561 ASSALARIADO		PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 11/2020	33,23
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/FOLHA DE PAGAMENTO 11/2020	1,09
29/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG FGTS REF 11/2020	1.332,11
	20017 FGTS A RECOLHER		PG FGTS REF 11/2020	1.262,66
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG FGTS REF 11/2020	69,45
29/12	D I V E R S O S	10018 BANCO DO BRASIL	PG IRRF S/PRO LABORE ANA CRISTINA DE O. BARROS.	59,34
	20031 IRF-0588 NAO ASSALARIADO		PG IRRF S/PRO LABORE ANA CRISTINA DE O. BARROS.	57,45
	50074 JUROS PASSIVOS		JUROS S/ PG IRRF S/PRO LABORE ANA CRISTINA DE O. BARROS.	1,89
29/12	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	10018 BANCO DO BRASIL	PG INTERNET , TV E TELEFONE - NET REF 112020	507,91
29/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	135,86
29/12	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	10018 BANCO DO BRASIL	PG SERV ADMINISTRATIVOS-ANÁLISE DE NOTICIAS E CONFECÇÕES DE RELATORIOS ADRIANA DE OLIVEIRA	234,67
29/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	250,00
30/12	10005 CAIXA	10018 BANCO DO BRASIL	SAQUE CONFORME EXTRATO BANCO DO BRASIL S.A.	66,80
30/12	50056 MATERIAL DE CONSUMO	10018 BANCO DO BRASIL	COMPRA A VISTA NFE 55 YAMAMOTO PET SHOP LTDA	60,00
31/12	50041 PRO-LABORE	20011 PRO-LABORE A PAGAR	PROV PRO-LABORE DO MES 122020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	4.500,00
31/12	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR INSS S/PRO LABORE 122020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	495,00
31/12	20011 PRO-LABORE A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	VLR IRRF S/PRO LABORE 122020 ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	265,00
31/12	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SAL CONTRATUAL 122020	9.201,71
31/12	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DSR H.EX/COM/SAL.HOR 122020	15,97
31/12	20016 INSS A RECOLHER	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV SALARIO FAMILIA 122020	48,62
31/12	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 50% 122020	54,51
31/12	40012 SALARIOS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV H. EXTRA 100% 122020	28,50
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 122020	782,55
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/SALARIOS 122020	33,23
			A TRANSPORTAR ---------->	190.753,49

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00069

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		190.753,49
31/12	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV FERIAS CFE FLH 122020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	1.235,26
31/12	40016 FERIAS	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV ADIC 1/3 FERIAS 122020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	411,75
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC REF INSS MES 122020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	3,03
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR DESC INSS S/FERIAS 122020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	132,55
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10085 ADIANTAMENTO DE FERIAS	VLR DESC FERIAS S/FLH 122020 FATIMA VICTORIA LOPES DA SILVA FARIA	1.514,46
31/12	40017 13º SALÁRIO	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV DO 13º SALARIO 122020	9.379,67
31/12	40017 13º SALÁRIO	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV INTEGR DE VALORES 13º SAL 122020	101,28
31/12	40017 13º SALÁRIO	20010 SALARIOS A PAGAR	PROV INTEGR H. EXTRA 13º SAL 122020	476,81
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	VLR RETIDO REF INSS 13º SAL 122020	819,38
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20032 IRF-0561 ASSALARIADO	DESC IRRF S/13º SAL 122020	39,00
31/12	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 122020	875,84
31/12	40014 E/S FGTS	20017 FGTS A RECOLHER	PROV FGTS DO MES 122020	407,11
31/12	50046 SERVICOS CONTABEIS	20039 SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	VLR SERV. PRESTADOS CFE NFS: 151 - OLIVEIRA & MIRANDA CONTABILIDADE	1.045,00
31/12	60003 SIMPLES NACIONAL	20057 SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PROV. SIMPLES NACIONAL MÊS 12/2020	4.046,85
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	10093 1a. PARCELA DO 13o. SALARIO	DESCONTO 1ºPARCELA 13ºSALÁRIO	4.868,55
31/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	COMBUSTIVEL CRIS	100,00
31/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10018 BANCO DO BRASIL	RETIRADA DE LUCRO SÓCIA ANA CRISTINA	90,00
31/12	20033 ISS A RECOLHER	10008 ISS A RECUPERAR	COMPENS ISS RETIDO S/ SERV PREST 12/2020	1.144,21
31/12	60021 ISS	20033 ISS A RECOLHER	PROV.ISS S/ FATUR MES 12/2020	1.144,21
31/12	50096 ENCARGOS DE DEPRECIACAO	10072 DEPR.ACUMUL.COMP.E PERIFERICOS	VLR APROPRIAÇÃO S/ CONTA 10060	205,84
31/12	50096 ENCARGOS DE DEPRECIACAO	10074 DEPR.ACUMUL.MOV. E UTENSILIOS	VLR APROPRIAÇÃO S/ CONTA 10074	115,82
31/12	20028 RESERVA LEGAL	20059 AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	VLR RETIRADOS RESERVA LEGAL P/ SUPRIMENTO DE AJUSTE	207,04
31/12	20028 RESERVA LEGAL	20046 LUCROS ACUMULADOS	VLR. TRANSF. DE RESERVA LEGAL P/ LUCROS ACUMULADOS CFE LEGISLAÇÃO VIGENTE	34.563,83
31/12	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10005 CAIXA	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS A SÓCIA ANA CRISTINA	60.000,00
31/12	10055 MARIANA CAMARGO REIS	10005 CAIXA	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS A SÓCIA MARIANA CAMARGO	60.000,00
31/12	20072 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	10094 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	LUCRO DISTRIBUIDO A SÓCIA ANA CRISTINA	144.075,89
31/12	20035 MARIANA CAMARGO REIS	10055 MARIANA CAMARGO REIS	LUCRO DISTRIBUIDO A SÓCIA MARIANA CAMARGO REIS	75.973,41
31/12	20046 LUCROS ACUMULADOS	20072 ANA CRISTINA DE OLIVERA BARROS	LUCRO DISTIBRUIDO SÓCIA ANA CRISTINA	144.075,89
31/12	20046 LUCROS ACUMULADOS	20035 MARIANA CAMARGO REIS	LUCRO DISTRIBUIDO SÓCIA MARIANA CAMARGO	75.973,41
31/12	50094 AUTÔNOMOS	20010 SALARIOS A PAGAR	VLR SERVIÇO AUTONOMO MES 12/2020	3.850,00
31/12	20010 SALARIOS A PAGAR	20016 INSS A RECOLHER	DESC INSS REF AUTONOMO MES 12/2020	423,50
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40012 SALARIOS	Transf do Saldo P/Encerramento	120.691,95
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40014 E/S FGTS	Transf do Saldo P/Encerramento	11.125,07
		A TRANSPORTAR ---------->		949.870,10

DIÁRIO GERAL DA CONTABILIDADE **Período:** 2020 **Folha:** 00070

Empresa: 0437-EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

DATA	CONTA DEVEDORA	CONTA CREDORA	HISTÓRICO	VALOR
		DE TRANSPORTE ---------->		949.870,10
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40015 OBRIGACOES TRABALHISTAS	Transf do Saldo P/Encerramento	5.271,61
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40016 FERIAS	Transf do Saldo P/Encerramento	8.476,51
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40017 13º SALÁRIO	Transf do Saldo P/Encerramento	9.957,76
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	40008 GRRF - FGTS RESCISORIO	Transf do Saldo P/Encerramento	2.492,82
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50015 BENS DE PEQUENO VALOR	Transf do Saldo P/Encerramento	765,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50046 SERVICOS CONTABEIS	Transf do Saldo P/Encerramento	15.595,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50047 PROCESSAMENTO DE DADOS	Transf do Saldo P/Encerramento	1.103,51
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50048 ENERGIA ELETRICA	Transf do Saldo P/Encerramento	12.893,82
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50049 AGUA/CAERD	Transf do Saldo P/Encerramento	397,44
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50050 ALUGUEL	Transf do Saldo P/Encerramento	30.500,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50051 MATERIAL DE EXPEDIENTE	Transf do Saldo P/Encerramento	140,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50055 INTERNET, JORNAIS E REVISTAS	Transf do Saldo P/Encerramento	7.172,90
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50056 MATERIAL DE CONSUMO	Transf do Saldo P/Encerramento	6.933,16
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50061 VIGIAS E SEGURANCAS	Transf do Saldo P/Encerramento	2.312,60
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50062 APRIMORAMENTO TEC.PROFISSIONAL	Transf do Saldo P/Encerramento	5.010,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50108 SERVICOS PRESTADOS POR P. F	Transf do Saldo P/Encerramento	51.071,52
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50041 PRO-LABORE	Transf do Saldo P/Encerramento	37.500,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50017 SERVICOS PRESTADOS POR P. J.	Transf do Saldo P/Encerramento	64.722,30
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50033 VIAGENS E HOSPEDAGENS	Transf do Saldo P/Encerramento	3.810,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50036 DESPESAS C/ ALIMENTAÇÃO	Transf do Saldo P/Encerramento	168,48
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50072 AJUDA DE CUSTO	Transf do Saldo P/Encerramento	31.028,33
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50088 TELEFONE	Transf do Saldo P/Encerramento	7.708,15
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50094 AUTÔNOMOS	Transf do Saldo P/Encerramento	23.880,00
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50073 JUROS S/ DUPLICATAS	Transf do Saldo P/Encerramento	170,38
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50074 JUROS PASSIVOS	Transf do Saldo P/Encerramento	2.499,60
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50075 COMISSOES BANCARIAS	Transf do Saldo P/Encerramento	2.889,58
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50081 IPTU	Transf do Saldo P/Encerramento	285,80
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50082 TAXA ESTADUAL	Transf do Saldo P/Encerramento	537,49
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50030 TAXA MUNICIPAL	Transf do Saldo P/Encerramento	685,95
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50089 MULTAS INDEDUTIVEIS	Transf do Saldo P/Encerramento	315,63
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	50096 ENCARGOS DE DEPRECIACAO	Transf do Saldo P/Encerramento	321,66
31/12	60008 PRESTACAO DE SERVICOS A PRAZO	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	Transf do Saldo P/Encerramento	634.901,62
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	60021 ISS	Transf do Saldo P/Encerramento	13.431,39
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	60003 SIMPLES NACIONAL	Transf do Saldo P/Encerramento	57.302,47
31/12	50025 ENCERRAMENTO DO EXERCICIO	20046 LUCROS ACUMULADOS	Resultado do exercício	95.733,74
		TOTAL DO MOVIMENTO DE DEZEMBRO ----------->		**2.087.856,32**

****

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO (Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00071

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**730.574,88**	**634.901,62**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- MATRIZ	730.574,88	634.901,62
DEDUÇÃO DE RECEITA	**(78.833,06)**	**(70.733,86)**
ISS	(16.280,47)	(13.431,39)
SIMPLES NACIONAL	(62.552,59)	(57.302,47)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	**651.741,82**	**564.167,76**
RECEITA LIQUIDA	651.741,82	564.167,76
CUSTO OPERACIONAL	**(104.244,09)**	**(158.015,72)**
DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(104.244,09)	(158.015,72)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**547.497,73**	**406.152,04**
LUCRO BRUTO	547.497,73	406.152,04
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	**(222.552,43)**	**(310.418,30)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(216.250,57)	(302.712,21)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(1.780,38)	(1.509,24)
DESPESAS FINANCEIRAS	(4.047,61)	(5.559,56)
RECEITAS FINANCEIRAS	145,51	0,00
DESPESAS INDEDUTIVEIS	(474,52)	(315,63)
DEPRECIAÇÕES NORMAIS	(144,86)	(321,66)
R E S U L T A D O O P E R A C I O N A L	**324.945,30**	**95.733,74**
RESULTADO ANTES DA CSLL	**324.945,30**	**95.733,74**
RESULTADO ANTES DO IRPJ	**324.945,30**	**95.733,74**
L I Q U I D O	**324.945,30**	**95.733,74**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício.

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00072

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
A T I V O	**216.958,65**	**110.963,87**
ATIVO CIRCULANTE	**213.886,90**	**108.213,78**
DISPONIVEL	193.380,25	80.331,63
CAIXA	193.380,25	80.331,63
BANCOS CONTA MOVIMENTO	282,40	5,84
BANCO DO BRASIL	282,40	5,84
APLIC. DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	419,34
APLICAÇÃO POUPANÇA	0,00	419,34
D I R E I T O S	20.224,25	27.456,97
CLIENTES	20.224,25	26.471,97
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	985,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	**3.071,75**	**2.750,09**
IMOBILIZADO	3.216,61	3.216,61
MOVEIS UTENSILIO E INSTALACOES	1.158,21	1.158,21
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2.058,40	2.058,40
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	(144,86)	(466,52)
DEPR.ACUMUL.COMP.E PERIFERICOS	(135,21)	(341,05)
DEPR.ACUMUL.MOV. E UTENSILIOS	(9,65)	(125,47)

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00073

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

	2019	2020
P A S S I V O	**216.958,65**	**110.963,87**
PASSIVO CIRCULANTE	**20.730,08**	**39.257,90**
CONTAS A PAGAR	1.942,95	0,00
FORNECEDORES DIVERSOS	1.942,95	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTA	0,00	15.697,00
SALARIOS A PAGAR	0,00	11.957,00
PRO-LABORE A PAGAR	0,00	3.740,00
OBRIG. SOCIAIS/PREVIDENCIARIAS	18.725,92	13.088,67
INSS A RECOLHER	787,63	1.788,01
FGTS A RECOLHER	870,00	1.282,95
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	7.722,89	4.046,85
SIMPLES N. PARCELAMENTO	9.345,40	5.970,86
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	61,21	337,23
IRF-0588 NAO ASSALARIADO	57,45	0,00
IRF-0561 ASSALARIADO	3,76	337,23
CONTAS A PAGAR	0,00	3.135,00
SERVICOS CONTABEIS A PAGAR	0,00	3.135,00
ADIANTAMENTO A CLIENTES	0,00	7.000,00
BRUNO VALVERDE SOCIEDADE IND.	0,00	7.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**196.228,57**	**71.705,97**
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00	50.000,00
CAPITAL SOCIAL	50.000,00	50.000,00
RESERVA DE LUCROS	44.770,87	10.000,00
RESERVA LEGAL	44.770,87	10.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	101.457,70	11.705,97
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	101.457,70	11.705,97

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial Comparativo, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância:

Exercício: 2019 Valor: R$ 216.958,65

DUZENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS

Exercício: 2020 Valor: R$ 110.963,87

CENTO E DEZ MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos dados e comprovantes fornecidos pela gerência da firma que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados levantados pela referida gerência e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

****

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00074

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

_____

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TECNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

_____

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Balanço Patrimonial(Valores Expressos em Reais) **Folha:** 00075

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME (0437)

CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

End.: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA - CEP: 76801-252

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data Encerramento:** 31/12/2020 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

NOTAS EXPLICATIVAS

Sem qualquer reserva, a empresa declara que estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas rigorosamente de acordo com a Lei 1418/2011 - Conselho Federal de Contabilidade.

O caixa e equivalentes de caixa são demonstrados com seus valores originais e conciliados com seus respectivos extratos;

Os demais ativos circulantes e ativos não circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionaidos, quando aplicável pelos valores de juros e variações monetárias;

O passivo circulante e passivo não circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício social;

A empresa não possui contingências passivas;

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios;

Porto Velho - RO , 31 DE DEZEMBRO DE 2020

_____

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA

TECNICO EM CONTABILIDADE CRC: PE-011434/O-9 T-RO

CPF: 400.783.964-68RG: 250786-4 ÓRGÃO EMISSOR: SSP UF: PE

_____

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04

RG: 301399 ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Empresa: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME **Folha:** 00076

CNPJ: 11.379.887/0001-97 **NIRE:** 11200639411 **Dt.Registro:** 02/12/2009

End: Rua BENJAMIN CONSTANT 1335--OLARIA

Município: Porto Velho **UF:** RO **Emitido em:** 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro **Data da Apuração:** 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS (Valores em Reais)

	2019	2020
Saldo anterior de lucros acumulados.....(+)	118.233,66	101.457,70
Ajustes credores de períodos-base anteriores.....(+)	0,00	0,00
Correção monetária de lucros acumulados.....(+)	0,00	0,00
Reversão de reservas.....(+)	0,00	34.770,87
Outros Recursos.....(+)	0,00	0,00
Lucro líquido do período-base.....(+)	324.945,30	95.733,74
Saldo anterior de prejuízos acumulados.....(-)	0,00	0,00
Ajustes devedores de períodos-base anteriores.....(-)	0,00	207,04
Correção monetária de prejuízos acumulados.....(-)	0,00	0,00
Prejuízo líquido do período-base.....(-)	0,00	0,00
Soma dos recursos.....	**443.178,96**	**231.755,27**
Transferências para reservas.....(+)	16.246,81	0,00
Dividendos ou lucros distribuídos, pagos ou creditados..(+)	325.474,45	220.049,30
Imposto sobre o lucro líquido.....(+)	0,00	0,00
Parcelas dos lucros incorporadas ao capital.....(+)	0,00	0,00
Outras aplicações.....(+)	0,00	0,00
Soma das aplicações.....	**341.721,26**	**220.049,30**
Lucros ou prejuízos acumulados.....	**101.457,70**	**11.705,97**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.

Porto Velho - RO / 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
TÉCNICO CRC: PE-011434/O-9 T-RO
CPF: 400.783.964-68 RG: 250786-4
ÓRG.EMISSOR: SSP UF: PE

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS
SÓCIA ADMINISTRADORA CPF: 418.608.372-04 RG: 301399
ÓRG.EMISSOR: SSP UF: RO

Folha: 00077

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO

Certidão n.º: RO/2021/00002309
JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA CPF: 400.783.964-68
CRC/UF n.º PE-011434/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 13.07.2021
Finalidade: LIVRO DIÁRIO
LIVRO DIARIO
Nº 0007 / Exercício: 2020

Confirme a existência deste documento na página http://201.33.23.187/spwRO/principal.htm, mediante número de controle a seguir:
CPF: **400.783.964-68** Controle : **1170.1798.1798.1425**

FOLHA: 000078

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

LIVRO DIÁRIO GERAL Nº. 000007

Contém este livro 000078 folhas numeradas seguidamente do nº 000001 a 000078 emitidas através de processamento eletrônico de dados, que serviu de livro diário número 000007 da empresa abaixo descrita.

Empresa..: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Endereço....: Rua BENJAMIN CONSTANT
Número......: 1335
Complemento.:
Bairro......: OLARIA
CEP.........: 76801-252
Município...: Porto Velho
Estado......: RO
Inscrição no CNPJ.: 11.379.887/0001-97
Inscrição Estadual: 00000002979594
Registro na JUCER.: 11200639411 em 02/12/2009
Período de escrituração: 01/01/2020 à 31/12/2020

Porto Velho , 31 de Dezembro de 2020

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIA ADMINISTRADORA	TECNICO EM CONTABILIDADE
CPF: 418.608.372-04	CRC - PE-011434/O-9 T-RO
	CPF: 400.783.964-68

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
40078396468	EDMILSON JOSE DE OLIVEIRA PEDROSA
41860837204	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/04/2021 11:15:04 SOB Nº 20210180935.
PROTOCOLO: 210180935 DE 14/04/2021. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

JUCER

Aparecida Donizete Evangelista Cabral
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
PORTO VELHO, 20/04/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **11.379.887/0001-97**

Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

6399-2/00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Endereço:

RUA BENJAMIN CONSTANT, 1335 - OLARIA - Porto Velho / Rondônia

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.379.887/0001-97**	DUNS®:	**938443805**
Razão Social:	**EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2022**

Dados do Nível

Situação do Nível:	**Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**	MEI:	**Não**
Capital Social:	**R$ 25.000,00**	Data de Abertura da Empresa:	**02/12/2009**
CNAE Primário:	**6399-2/00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE**		
CNAE Secundário 1:	**5813-1/00 - EDIÇÃO DE REVISTAS**		
CNAE Secundário 2:	**5822-1/01 - EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE JORNAIS DIÁRIOS**		
CNAE Secundário 3:	**5829-8/00 - EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE CADASTROS, LISTAS**		
CNAE Secundário 4:	**5911-1/02 - PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE**		
CNAE Secundário 5:	**5911-1/99 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DE**		
CNAE Secundário 6:	**6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE**		
CNAE Secundário 7:	**6391-7/00 - AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS**		
CNAE Secundário 8:	**7020-4/00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL,**		
CNAE Secundário 9:	**7311-4/00 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE**		
CNAE Secundário 10:	**7319-0/04 - CONSULTORIA EM PUBLICIDADE**		
CNAE Secundário 11:	**7320-3/00 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA**		
CNAE Secundário 12:	**8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,**		
CNAE Secundário 13:	**8599-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E**		

Dados para Contato

CEP:	**76.801-252**		
Endereço:	**RUA BENJAMIN CONSTANT, 1335 - OLARIA**		
Município / UF:	**Porto Velho / Rondônia**		
Telefone:	**(69) 32247373**	Telefone:	**(69) 32247387**
E-mail:	**ESCMODELO@ENTER-NET.COM.BR**		

Anexo CRC, Relatório Nível I - Credenciamento e SICAF (0727131) SEI 2021.007178 / pg. 331

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável Legal

CPF: **418.608.372-04**
Nome: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: **418.608.372-04**
Nome: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**
E-mail: **adm@eficazro.com.br**

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: **418.608.372-04** Participação Societária: **0,01%**
Nome: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**
Número do Documento: **301399** Órgão Expedidor: **SSP**
Data de Expedição: **05/05/2014** Data de Nascimento: **05/10/1971**
Filiação Materna: **LUZIA DE OLIVEIRA BARROS**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **76.821-038**
Endereço: **RUA ANTONIO LACERDA, 4238 - BLOCO D APTO 303 - RIO MADEIRA**
Município / UF: **Porto Velho / Rondônia**
Telefone: **(69) 84190045**
E-mail: **cristina@eficazro.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: **022.678.691-95** Participação Societária: **99,99%**
Nome: **MARIANNA CAMARGO REIS**
Número do Documento: **05431827220** Órgão Expedidor: **DETRAN DF**
Data de Expedição: **11/03/2013** Data de Nascimento: **27/11/1993**
Filiação Materna: **VIRGINIA SANDOVAL CAMARGO**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **70.750-713**
Endereço: **QUADRA SHCGN 709 BLOCO M, 30 - ASA NORTE**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 99584128**
E-mail: **eficaz@eficazro.com.br**

Linhas Fornecimento

Serviços

Anexo CRC, Relatório Nível I - Credenciamento e SICAF (0727131) SEI 2021.007178 / pg. 332

Relatório de Credenciamento

Serviços
19275 - Edição / Impressão Obras Públicas - Livro / Revista / Perió-dico

Anexo CRC, Relatório Nível I - Credenciamento e SICAF (0727131) SEI 2021.007178 / pg. 333

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.379.887/0001-97**	DUNS®:	**938443805**
Razão Social:	**EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**15/02/2022**
FGTS	Validade:	**12/12/2021**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/05/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/12/2021**
Receita Municipal	Validade:	**30/12/2021**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.379.887/0001-97**	DUNS®:	**938443805**
Razão Social:	**EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**15/02/2022**
FGTS	Validade:	**12/12/2021**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/05/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/12/2021**
Receita Municipal	Validade:	**30/12/2021**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

CPF: 856.140.172-91 Nome: EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Ass: _____

SICAF Atualizado - 09.12.2021 (0740251) SEI 2021.007178 / pg. 335

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/11/2021 13:53:02

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**
CNPJ: **11.379.887/0001-97**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/12/2021 17:29:46

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**
CNPJ: **11.379.887/0001-97**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Eletrônico Nº 40342021

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	ME/EPP

Data Declarações: 16/11/2021 15:50 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

11.379.887/0001-97 EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA ME/EPP
Data Declarações: 16/11/2021 18:02 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

06.333.973/0001-29 SAVANNAH SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA ME/EPP
Data Declarações: 16/11/2021 22:28 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

32.904.046/0001-21 RPL COMERCIO E SERVICOS LTDA ME/EPP
Data Declarações: 16/11/2021 23:44 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

26.728.657/0001-63 380 VOLTS COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA ME/EPP
Data Declarações: 17/11/2021 00:06 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

43.806.142/0001-53 ALTOCRED ASSESSORIA E OPERACOES DE CREDITO LTDA ME/EPP
Data Declarações: 17/11/2021 09:24 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

28.238.030/0001-50 MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA ME/EPP
Data Declarações: 17/11/2021 09:47 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

09.308.405/0001-66 MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 17/11/2021 09:59 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Relatório de Declarações - COMPRASNET (0727142) SEI 2021.007178 / pg. 340

Pregão Eletrônico

925849.40342021 .20281 .5101 .48236142754

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04034/2021

Às 10:00 horas do dia 17 de novembro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 188/2021 de 09/07/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 2021.007178, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 04034/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Monitoramento informação mídia eletrônica
Descrição Complementar: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 75.412,4400 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,05

Aceito para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 20.000,0000 **e com valor negociado a** R$ 19.999,9200 .

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Monitoramento informação mídia eletrônica
Descrição Complementar: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.279,9600 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,05

Aceito para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 999,5000 **e com valor negociado a** R$ 999,4800 .

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R$ 81.692,4000 **Situação:** Aceito e Habilitado

Aceito para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 20.999,5000 **e com valor negociado a** R$ 20.999,4000 .

Itens do grupo:

- 1 - Monitoramento informação mídia eletrônica
- 2 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Histórico

Item: 1 - Grupo 1 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
26.728.657/0001-63	380 VOLTS COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA	Sim	Sim	1	R$ 13.999,0000	R$ 13.999,0000	17/11/2021 00:06:43

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra- chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 341

11.379.887/0001-97	EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 118.800,0000	R$ 118.800,0000	16/11/2021 18:02:00

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

28.238.030/0001-50	MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	Sim	Sim	1	R$ 120.000,0000	R$ 120.000,0000	17/11/2021 09:47:25

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

06.333.973/0001-29	SAVANNAH SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 144.000,0000	R$ 144.000,0000	16/11/2021 22:28:50

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	Sim	Sim	1	R$ 150.000,0000	R$ 150.000,0000	16/11/2021 15:50:19

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

09.308.405/0001-66	MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA	Não	Não	1	R$ 190.000,0000	R$ 190.000,0000	17/11/2021 09:59:07

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por email.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

32.904.046/0001-21	RPL COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	1	R$ 2.000.000,0000	R$ 2.000.000,0000	16/11/2021 23:44:54

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

43.806.142/0001-53	ALTOCRED ASSESSORIA E OPERACOES DE CREDITO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 12.000.000,0000	R$ 12.000.000,0000	17/11/2021 09:24:12

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 12.000.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 2.000.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 190.000,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 150.000,0000	06.244.934/0001-55	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 144.000,0000	06.333.973/0001-29	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 120.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 118.800,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 13.999,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 115.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:19:04:403
R$ 120.000,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:21:30:383
R$ 148.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:21:42:847
R$ 98.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:23:16:567
R$ 30.000,0000	06.333.973/0001-29	17/11/2021 10:24:02:127
R$ 118.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:24:13:047
R$ 105.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:27:12:797
R$ 45.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:28:03:657
R$ 78.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:28:17:477
R$ 95.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:30:12:090
R$ 49.990,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:31:18:797
R$ 40.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:31:31:697
R$ 100.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:32:23:807

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 342

R$ 90.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:33:51:277
R$ 39.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:34:13:247
R$ 35.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:35:36:090
R$ 72.000,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:36:01:290
R$ 34.990,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:36:30:067
R$ 85.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:37:46:423
R$ 30.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:39:26:737
R$ 80.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:39:30:287
R$ 79.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:41:09:213
R$ 24.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:42:23:743
R$ 78.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:43:52:607
R$ 13.950,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:44:23:980
R$ 50.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:45:10:997
R$ 13.945,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:50:08:770
R$ 22.200,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:56:23:333
R$ 13.940,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:57:05:300
R$ 22.199,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:57:24:767
R$ 22.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:57:38:150
R$ 13.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:58:24:607
R$ 40.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 11:00:40:967
R$ 21.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:04:08:823
R$ 20.995,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:04:53:700
R$ 20.990,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:05:40:903
R$ 20.989,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:06:24:473
R$ 20.985,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:07:08:247
R$ 20.980,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:07:37:840
R$ 20.970,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:08:11:920
R$ 20.960,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:08:38:480
R$ 20.500,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:09:32:597
R$ 20.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:10:30:020

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	10/12/2021 15:02:50	Aceite individual da proposta. Fornecedor: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, pelo melhor lance de R$ 20.000,0000 e com valor negociado a R$ 19.999,9200. Motivo: Valor negociado conforme proposta escrita.
Habilitação de fornecedor	10/12/2021 15:05:14	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 2 - Grupo 1 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
26.728.657/0001-63	380 VOLTS COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA	Sim	Sim	1	R$ 13.999,0000	R$ 13.999,0000	17/11/2021 00:06:43
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados. **Porte da empresa:** ME/EPP						
11.379.887/0001-97	EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 24.000,0000	R$ 24.000,0000	16/11/2021 18:02:00
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados. **Porte da empresa:** ME/EPP						
09.308.405/0001-66	MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA	Não	Não	1	R$ 50.000,0000	R$ 50.000,0000	17/11/2021 09:59:07
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos						

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 343

fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

06.333.973/0001-29	SAVANNAH SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 54.000,0000	R$ 54.000,0000	16/11/2021 22:28:50

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: ME/EPP

28.238.030/0001-50	MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	Sim	Sim	1	R$ 60.000,0000	R$ 60.000,0000	17/11/2021 09:47:25

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: ME/EPP

06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	Sim	Sim	1	R$ 150.000,0000	R$ 150.000,0000	16/11/2021 15:50:19

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: ME/EPP

32.904.046/0001-21	RPL COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	1	R$ 2.000.000,0000	R$ 2.000.000,0000	16/11/2021 23:44:54

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: ME/EPP

43.806.142/0001-53	ALTOCRED ASSESSORIA E OPERACOES DE CREDITO LTDA	Sim	Sim	1	R$ 12.000.000,0000	R$ 12.000.000,0000	17/11/2021 09:24:12

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 12.000.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 2.000.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 150.000,0000	06.244.934/0001-55	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 60.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 54.000,0000	06.333.973/0001-29	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 50.000,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 24.000,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 13.999,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:00:01:010
R$ 55.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:20:26:857
R$ 24.100,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:20:48:153
R$ 148.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:22:26:833
R$ 98.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:23:21:183
R$ 27.000,0000	06.333.973/0001-29	17/11/2021 10:23:30:513
R$ 13.995,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:23:45:630
R$ 13.990,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:25:43:920
R$ 13.985,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:27:13:823
R$ 13.984,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:27:32:860
R$ 13.980,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:28:00:820
R$ 45.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:28:07:577
R$ 13.979,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:28:20:853
R$ 78.000,0000	43.806.142/0001-53	17/11/2021 10:28:21:800
R$ 13.978,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:28:36:177
R$ 13.977,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:29:25:967
R$ 13.976,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:29:40:403
R$ 13.975,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:29:49:660
R$ 13.700,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:30:24:810
R$ 50.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:32:30:877
R$ 45.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:33:58:183
R$ 25.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:35:47:040
R$ 24.000,0000	09.308.405/0001-66	17/11/2021 10:36:58:713
R$ 40.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:37:52:430
R$ 35.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:39:39:420

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 344

R$ 34.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:41:14:897
R$ 3.970,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:42:30:287
R$ 30.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:44:02:417
R$ 3.924,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:44:47:433
R$ 20.000,0000	28.238.030/0001-50	17/11/2021 10:45:19:980
R$ 13.970,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:45:21:490
R$ 3.923,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:45:45:087
R$ 3.919,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:46:11:777
R$ 13.960,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:46:55:150
R$ 3.909,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:47:10:940
R$ 13.950,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:47:38:540
R$ 3.899,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:47:49:147
R$ 13.940,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:48:02:563
R$ 10.000,0000	32.904.046/0001-21	17/11/2021 10:48:38:590
R$ 3.889,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:48:57:017
R$ 3.884,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:50:22:450
R$ 13.930,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:51:06:947
R$ 3.874,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:51:16:847
R$ 13.900,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:52:53:077
R$ 3.844,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:53:09:280
R$ 13.850,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:53:40:450
R$ 3.793,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:54:05:323
R$ 13.840,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:54:17:133
R$ 3.780,0000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:54:39:103
R$ 13.820,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:54:49:267
R$ 3.764,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:54:56:983
R$ 13.800,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:55:14:593
R$ 3.744,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:55:25:590
R$ 12.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:55:46:787
R$ 2.999,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:58:40:553
R$ 11.800,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:59:04:013
R$ 2.799,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 10:59:26:440
R$ 11.795,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 10:59:53:340
R$ 2.794,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:00:13:860
R$ 11.790,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:00:46:137
R$ 2.789,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:00:59:083
R$ 11.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:01:30:797
R$ 1.999,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:01:43:103
R$ 10.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:01:58:320
R$ 999,5000	11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:02:26:357
R$ 9.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:02:56:140
R$ 8.995,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:04:30:537
R$ 8.990,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:05:29:247
R$ 8.989,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:06:07:147
R$ 8.985,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:06:47:927
R$ 8.980,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:07:23:310
R$ 8.960,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:08:26:813
R$ 8.500,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:09:19:607
R$ 8.000,0000	26.728.657/0001-63	17/11/2021 11:10:14:387

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	10/12/2021 15:02:50	Aceite individual da proposta. Fornecedor: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, pelo melhor lance de R$ 999,5000 e com valor negociado a R$ 999,4800. Motivo: Valor negociado conforme proposta escrita.
Habilitação de fornecedor	10/12/2021 15:05:14	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

HISTÓRICO DO Grupo 1

Propostas Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 345

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Global	Data/Hora Registro
26.728.657/0001-63	380 VOLTS COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA	Sim	Sim	-	R$ 27.998,0000	17/11/2021 00:06:43
11.379.887/0001-97	EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	-	R$ 142.800,0000	16/11/2021 18:02:00
28.238.030/0001-50	MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	Sim	Sim	-	R$ 180.000,0000	17/11/2021 09:47:25
06.333.973/0001-29	SAVANNAH SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	-	R$ 198.000,0000	16/11/2021 22:28:50
09.308.405/0001-66	MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA	Não	Não	-	R$ 240.000,0000	17/11/2021 09:59:08
06.244.934/0001-55	PERIN FILMES EIRELI	Sim	Sim	-	R$ 300.000,0000	16/11/2021 15:50:19
32.904.046/0001-21	RPL COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	-	R$ 4.000.000,0000	16/11/2021 23:44:54
43.806.142/0001-53	ALTOCRED ASSESSORIA E OPERACOES DE CREDITO LTDA	Sim	Sim	-	R$ 24.000.000,0000	17/11/2021 09:24:12

Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	17/11/2021 10:04:33	Análise de propostas do item finalizada.
Abertura	17/11/2021 10:15:01	Item aberto.
Encerramento etapa aberta	17/11/2021 11:12:31	Encerrada etapa aberta do item.
Encerramento	17/11/2021 11:12:31	Item encerrado.
Abertura do prazo - Convocação anexo	17/11/2021 11:26:36	Convocado para envio de anexo o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	17/11/2021 11:39:37	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Abertura do prazo - Convocação anexo	17/11/2021 11:42:00	Convocado para envio de anexo o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	17/11/2021 12:04:19	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Abertura do prazo - Convocação anexo	17/11/2021 12:47:51	Convocado para envio de anexo o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/11/2021 19:52:12	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97.
Habilitação de fornecedor	10/12/2021 15:05:14	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	17/11/2021 10:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	17/11/2021 10:01:21	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4034/2021, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	17/11/2021 10:01:26	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4034/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationshi
Pregoeiro	17/11/2021 10:02:18	A licitação será dividida em LOTE ÚNICO, composto por 02 itens, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178.
Pregoeiro	17/11/2021 10:02:23	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Pregoeiro	17/11/2021 10:02:43	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto no art. 32 e parágrafos do decreto n.º 10.024/2019.
Pregoeiro	17/11/2021 10:02:48	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 0,05 (cinco centavos), de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Pregoeiro	17/11/2021 10:03:02	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 346

		de Fornecedores – Sicaf, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	17/11/2021 10:03:11	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	17/11/2021 10:03:15	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
Pregoeiro	17/11/2021 10:03:19	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	17/11/2021 10:03:24	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	17/11/2021 10:04:51	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve estaremos passando à fase de disputa.
Pregoeiro	17/11/2021 10:05:40	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas.
Pregoeiro	17/11/2021 10:05:51	Quanto aos lances, relembro que os mesmos podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Pregoeiro	17/11/2021 10:08:37	Analisando as propostas iniciais, destaco que o melhor preço para o item 1 encontra-se dentro do estimado pela Administração. Todavia, o melhor preço para o item 2 figura acima do estimado.
Pregoeiro	17/11/2021 10:09:51	Portanto, alerto para o subitem 10.2. Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 5.7. deste Edital
Pregoeiro	17/11/2021 10:10:00	10.2.2. Apresentar preço (global ou unitário) final superior ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93
Pregoeiro	17/11/2021 10:13:29	ATENÇÃO: Os itens devem ser ofertados para 12 meses, conforme Termo de Referência.
Pregoeiro	17/11/2021 10:13:55	ITEM 3 DO TR: O prazo da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.
Pregoeiro	17/11/2021 10:14:26	Logo, cada item deve ser ofertado e disputado considerando o valor global para 12 meses.
Sistema	17/11/2021 10:15:01	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	17/11/2021 10:15:01	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	17/11/2021 10:15:33	Outrossim, ressalto para o que dispõe o Edital: 8.20.1. Foi implementada regra e ferramenta no próprio Sistema Comprasnet que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos. A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art.
Pregoeiro	17/11/2021 10:15:53	A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art. 4° da Lei 10.520/2002 e ao Acórdão TCU 1872/2018.
Pregoeiro	17/11/2021 10:17:44	O melhor preço ofertado para o item 1 figura muito abaixo do estimado, de forma que após o encerramento faremos a devida exigência da exequibilidade da proposta.
Pregoeiro	17/11/2021 10:26:48	Quanto ao item 2, o atual melhor preço permanece muito acima do estimado.
Pregoeiro	17/11/2021 10:27:23	Caso assim permaneça será necessário negociação e, em não havendo, será recusada a proposta, bem como, fracassado o certame.
Pregoeiro	17/11/2021 10:27:41	Nosso preço estimado gira em torno de menos da metade do atual melhor lance.
Pregoeiro	17/11/2021 10:51:13	Senhores informo que o lance do item 2 já figura dentro do estimado pela Administração.
Pregoeiro	17/11/2021 11:02:31	Senhores, atenção a exequibilidade de suas propostas. Peço que ofertem seus melhores preços para não ficarmos aqui por longo período!
Pregoeiro	17/11/2021 11:03:11	Destacando que ainda hoje, convocaremos a empresa melhor classificada para envio da proposta reajustada.
Sistema	17/11/2021 11:12:31	O item G1 está encerrado.
Sistema	17/11/2021 11:14:53	Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade.
Pregoeiro	17/11/2021 11:15:44	Prezados, considerando o encerramento da fase de lances, passemos à fase de julgamento das propostas.
Pregoeiro	17/11/2021 11:16:05	Informo que o melhor classificado na fase de lances será convocado, nos termos do subitem 9.1. do instrumento convocatório, a enviar sua proposta e documentos relacionados anexos ao Sistema Comprasnet, no prazo de 02 (duas) horas.
Pregoeiro	17/11/2021 11:16:11	Relembro que o cotejo não se encerra após a fase de disputa, havendo, portanto, outras etapas de cunho eliminatório. Nesse sentido, faz-se importante o devido acompanhamento do certame.
Pregoeiro	17/11/2021 11:16:18	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Bom dia, Sr. licitante. Está logado?
11.379.887/0001-	17/11/2021	Bom dia, sim

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 347

97	11:16:40	
Pregoeiro	17/11/2021 11:17:57	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Em razão do disposto no art. 38 do decreto 10.024/2019 e também na condição 8.30 e ss. c/c subitem 9.1 do edital, indago se a empresa está no seu melhor preço ou ainda existe possibilidade de redução?
11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:20:02	Já estamos no preço mínimo
Pregoeiro	17/11/2021 11:20:07	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, acompanhada das Declarações Complementares, em arquivo único ou pasta compactada, por meio da opção enviar anexo do sistema, conforme modelo contido no Anexo IV do edital.
Pregoeiro	17/11/2021 11:20:48	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Atenção, essas Declarações Complementares são próprias desta Instituição e diversas daquelas que os órgãos federais normalmente solicitam.
Pregoeiro	17/11/2021 11:21:03	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - O referido modelo encontra-se disponível no Anexo III do Edital ou no Modelo da Proposta.
Pregoeiro	17/11/2021 11:21:33	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Essas declarações estão na página 53 do arquivo do Edital.
Pregoeiro	17/11/2021 11:23:23	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Outrossim, considerando que a proposta fechou muito abaixo do estimado, nos termos do subitem 10.4. do edital, convoco a empresa para comprove a exequibilidade de sua proposta.
Pregoeiro	17/11/2021 11:25:07	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Considerando que são prazos distintos, este Pregoeiro decide que a empresa terá o prazo de 1 dia útil a contar da convocação para apresentar essa comprovação de exequibilidade e a proposta também.
Sistema	17/11/2021 11:26:36	Senhor fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	17/11/2021 11:27:36	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Com relação a exequibilidade, tivemos pedido de esclarecimento e o mesmo fora respondido pela DECISÃO Nº 38.2021.CPL.0722669.2021.007178
Pregoeiro	17/11/2021 11:28:25	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - A aludida decisão encontra-se disponível no endereço eletrônico: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14803-pe-4034-2021-cpl-mp-pgj-servicos-de-gerenciamento-das-informacoes-clipping-digital-monitoramento-eletronico-de-noticias
Pregoeiro	17/11/2021 11:29:41	Aos demais licitantes, aguardaremos até o prazo de amanhã para envio dos documentos solicitados. Logo após o recebimento, encaminharemos para análise da ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM desta Instituição.
Pregoeiro	17/11/2021 11:30:14	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Pregoeiro	17/11/2021 11:30:18	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Favor confirmar o recebimento pelos telefones constantes do Edital e, desde que dentro do prazo, sem prejuízo de posterior encaminhamento por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados.
Pregoeiro	17/11/2021 11:30:27	Grato pela atenção de todos!
Sistema	17/11/2021 11:39:37	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, enviou o anexo para o grupo G1.
Sistema	17/11/2021 11:42:00	Senhor fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	17/11/2021 11:42:29	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - A empresa permanece convocada para fins de comprovação de exequibilidade.
11.379.887/0001-97	17/11/2021 11:45:12	Senhor Pregoeiro, o anexo do grupo G1 foi enviado
Sistema	17/11/2021 12:04:19	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, enviou o anexo para o grupo G1.
Sistema	17/11/2021 12:47:51	Senhor fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Pregoeiro	17/11/2021 13:01:27	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Sr. Fornecedor, ressalta-se que sua empresa permanece convocada até amanhã para comprovação de exequibilidade. Outrossim, ao examinar sua proposta, verifico que a empresa no item 1, arredondou o preço unitário para cada mês. Todavia, tal prática não é permitida.
Pregoeiro	17/11/2021 13:02:19	Para EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - Desta forma, solicito que envie nova proposta alterando o valor unitário do item 1 para R$ 1.666,66 e consequentemente o valor total deste item para R$ 19.999,92.
Sistema	18/11/2021 19:52:12	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	09/12/2021 14:59:34	Prezados Licitantes, recebemos a resposta da análise da proposta por parte da Assessoria de Comunicação. Dessa forma, reabriremos o certame amanhã (10/12/2021) às 14 hrs (Horário Manaus) e 15 hrs (Brasília).
Pregoeiro	10/12/2021 14:51:00	Prezados, dentro de instantes daremos continuidade ao certame.
Pregoeiro	10/12/2021 15:00:52	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão para que a proposta e demais documentos passassem pelo crivo da ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM.
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:03	Por sua vez, recebemos em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 112.2021.ASCOM.0739850.2021.007178, a seguinte manifestação:
Pregoeiro	10/12/2021	Cumprimentando-o cordialmente e, em resposta a solicitação no memorando Nº

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 348

	15:01:22	370.2021.CPL.0727119.2021.007178 para fins de análise técnica dos serviços a serem prestados pela licitante melhor classificada na etapa dos lances - EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA. Informo que após 2 (duas) reuniões via Teams, para apresentação dos serviços de clipagem digital
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:30	e Mailing, esta assessoria se mostra satisfeita pelo o que foi apresentado sendo favorável que prossiga com o andamento do processo de aquisição dos serviços pela empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA. Atenciosamente, DANIELA BRAGANÇA MACEDO Assessora de Comunicação
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:39	O referido documento encontra-se devidamente disponível no sítio eletrônico desta Instituição, acessível pelo endereço: https://mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14803-pe-4034-2021-cpl-mp-pgj-servicos-de-gerenciamento-das-informacoes-clipping-digital-monitoramento-eletronico-de-noticias
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:45	Ademais, a empresa obteve êxito ao demonstrar a exequibilidade de sua proposta, consoante documentação apresentada, dentre elas, planilha de custo e cópias de contratos administrativos capazes de cobrir suas despesas operacionais.
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:53	Neste ponto, convém destacar que este Pregoeiro diligenciou ao site do Comprasnet o confirmou que a empresa em tela efetivamente fora vencedora do certame junto à CIGAS.
Pregoeiro	10/12/2021 15:01:56	Portanto, considerando que todas as informações exigidas e descritas no instrumento convocatório e o Parecer do Setor Técnico, este Pregoeiro decide ACEITAR a proposta da Empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ: 11.379.887/0001-97.
Pregoeiro	10/12/2021 15:03:13	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos deste pregão, informo que a empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ: 11.379.887/0001-97 comprovou atender às exigências editalícias.
Pregoeiro	10/12/2021 15:03:21	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada.
Pregoeiro	10/12/2021 15:03:25	Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Pregoeiro	10/12/2021 15:03:55	Nesse ponto, permitam-me registrar que dispensarei a apresentação dos documentos originais e/ou cópias autenticadas, sobretudo, tendo em vista a possibilidade de convalidação do Contrato Social e Balanço no sítio da JUCEA, ou via SPED, os Atestados do MPF, TRT-14ª Região via Sistemas respectivos, Inscrição Estadual e CND´s.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:01	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:04	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:08	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:12	Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:15	Logo, em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:19	Assim, este Pregoeiro promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) n.º 11.379.887/0001-97 nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta Instituição.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:27	Aqueles que tiverem interesse, o SICAF e a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica encontram-se disponível no endereço: https://mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/14803-pe-4034-2021-cpl-mp-pgj-servicos-de-gerenciamento-das-informacoes-clipping-digital-monitoramento-eletronico-de-noticias
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:36	Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 11 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões editalícias, este Pregoeiro decide HABILITAR a empresa em foco.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:40	Sendo assim, promoverei sua habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:45	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:49	Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
Pregoeiro	10/12/2021 15:04:56	Outrossim, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Pregoeiro	10/12/2021 15:05:01	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
Sistema	10/12/2021 15:05:15	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 349

Pregoeiro	10/12/2021 15:05:36	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 10/12/2021 às 15:35:00.
Pregoeiro	10/12/2021 15:37:25	Prezados, informo que não tivemos a manifestação de recurso, de forma que adotaremos as demais providências visando o encerramento do certame e envio para homologação.
Pregoeiro	10/12/2021 15:37:41	Agradeço a atenção dispensada!
Pregoeiro	10/12/2021 15:38:30	Oportunamente, informo que a homologação não é realizada pela Autoridade Superior neste mesmo Sistema. Outrossim, todas as publicações serão realizadas no site desta Instituição.
Pregoeiro	10/12/2021 15:38:39	Obrigado e um ótimo final de semana a todos!

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	10/11/2021 11:37:33	
Abertura da sessão pública	17/11/2021 10:00:01	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	17/11/2021 10:15:01	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	17/11/2021 11:14:53	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	10/12/2021 15:05:15	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	10/12/2021 15:05:36	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 10/12/2021 às 15:35:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:38 horas do dia 10 de dezembro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Pregoeiro Oficial

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

IURY FECHINE RAMOS
Equipe de Apoio

FABIOLA DE SOUZA MENDANHA
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata de Realização PE 4034/2021 (0725972) SEI 2021.007178 / pg. 350

Pregão Eletrônico

- **Visualização de Propostas**

UASG: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: **40342021**
Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Grupo 1 **Critério de Valor:** R$ 81.692,4000

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: -

Fornecedor	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
11.379.887/0001-97 - EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA	142.800,0000	20.999,5000	17/11/2021 11:10:30:020	20.999,4000	Adjudicado	Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

Consultar Itens do Grupo

Fornecedor	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
26.728.657/0001-63 - 380 VOLTS COMUNICACAO E PUBLICIDADE LTDA	27.998,0000	21.000,0000	17/11/2021 11:10:14:387	-		Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

Consultar Itens do Grupo

Fornecedor	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
32.904.046/0001-21 - RPL COMERCIO E SERVICOS LTDA	4.000.000,0000	45.000,0000	17/11/2021 10:48:38:590	-		Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

Consultar Itens do Grupo

Fornecedor	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
06.333.973/0001-29 - SAVANNAH SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA	198.000,0000	57.000,0000	17/11/2021 10:24:02:127	-		Consultar	SIM

Anexo Ordem de Classificação Geral - PE 4034/2021 (0727145) SEI 2021.007178 / pg. 351

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

28.238.030/0001-50 - MKTIMELINE COMUNICACOES LTDA	180.000,0000	60.000,0000	17/11/2021 11:00:40:967	-	Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

09.308.405/0001-66 - MYCLIPP SERVICOS E INFORMACOES LTDA	240.000,0000	96.000,0000	17/11/2021 10:36:58:713	-	Consultar	SIM

Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

43.806.142/0001-53 - ALTOCRED ASSESSORIA E OPERACOES DE CREDITO LTDA	24.000.000,0000	156.000,0000	17/11/2021 10:28:21:800	-	Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

06.244.934/0001-55 - PERIN FILMES EIRELI	300.000,0000	300.000,0000	17/11/2021 10:00:00:890	-	Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu **Voltar**

Imprimir o Relatório

Anexo Ordem de Classificação Geral - PE 4034/2021 (0727145) SEI 2021.007178 / pg. 352

PREGÃO ELETRÔNICO

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Eletrônico Nº 04034/2021

RESULTADO POR FORNECEDOR

11.379.887/0001-97 - EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
	Grupo 1	-	-	R$ 81.692,4000	-	R$ 20.999,4000

Marca:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:

Total do Fornecedor: R$ 20.999,4000

Valor Global da Ata: R$ 20.999,4000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Anexo Resultado por Fornecedor (0727143) SEI 2021.007178 / pg. 353

Pregão Eletrônico

Procuradoria Geral de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 04034/2021

Às 15:39 horas do dia 10 de dezembro de 2021, após analisado o resultado do Pregão nº 04034/2021, referente ao Processo nº 2021.007178, o pregoeiro, Sr(a) EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Grupo 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Critério de Valor: R$ 81.692,4000
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 20.999,5000 **, com valor negociado a** R$ 20.999,4000 .

Itens do grupo:

- 1 - Monitoramento informação mídia eletrônica
- 2 - Monitoramento informação mídia eletrônica

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Monitoramento informação mídia eletrônica
Descrição Complementar: Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 75.412,4400
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 0,05
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 20.000,0000 **, com valor negociado a** R$ 19.999,9200 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	10/12/2021 15:39:16	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF:11.379.887/0001-97, Melhor lance : R$ 20.000,0000, Valor Negociado : R$ 19.999,9200
Adjudicado	10/12/2021 15:39:22	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF:11.379.887/0001-97, Melhor lance : R$ 20.000,0000, Valor Negociado : R$ 19.999,9200

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Monitoramento informação mídia eletrônica
Descrição Complementar: Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.279,9600
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 0,05

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0727146) SEI 2021.007178 / pg. 354

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 999,5000 **, com valor negociado a** R$ 999,4800 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	10/12/2021 15:39:17	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF:11.379.887/0001-97, Melhor lance : R$ 999,5000, Valor Negociado : R$ 999,4800
Adjudicado	10/12/2021 15:39:23	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, CNPJ/CPF:11.379.887/0001-97, Melhor lance : R$ 999,5000, Valor Negociado : R$ 999,4800

Fim do documento

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0727146) SEI 2021.007178 / pg. 355

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 43.2021.CPL.0725974.2021.007178

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ.

PROCESSO SEI N.º 2021.007178.

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, designado pela **PORTARIA N° 905/2021/SUBADM**, de 08 de novembro de 2021 (doc. 0726066) dos autos, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, concernente ao **Procedimento SEI n.º 2021.007178**, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails.*

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes do **Histórico do Processo 2021.007178** disponível em Consultar Andamento, no próprio Sistema SEI.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no Sistema Comprasnet (docs. 0717945 e 0717946) e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas (DOMPE), edição de 29/10/2021 (doc. 0720253), no matutino local "Jornal do Commercio", edição de 02 e 03/11/2021 (doc. 0726090), bem como, no sítio eletrônico desta instituição, via endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/licitacoes-em-andamento.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As empresas licitantes poderiam fazer o credenciamento na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 03/11/2021 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, a saber, dia 17/11/2021, às 10h. (horário

de Brasília).

Foi aberto o prazo para envio das propostas através da internet desde 03/11/2021 até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a saber, dia 17/11/2021, às 10h (horário de Brasília).

Iniciada a sessão, as propostas foram analisadas conforme prescrição dos itens 6, 7 e 9 do Edital (doc. 0717940), compatibilizando-as com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178.;**

O Pregoeiro ressaltou pontos do edital reputados importantes e alertou os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ele requeridas, comunicando a todos que os eventos seriam devidamente informados no próprio sistema, para o adequado acompanhamento do cotejo.

Nessa etapa, ainda, recomendou-se aos interessados que considerassem atentamente, quando da oferta dos lances, as condições de fornecimento dos materiais e/ou prestação dos serviços reclamados, uma vez que aquelas deveriam ser rigorosamente cumpridas quando da execução, com destaque aos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer-se em infração administrativa.

3.3. Da Fase de Lances – Antes de iniciar os lances, o Pregoeiro pontuou quanto ao modo de oferta de lances (ABERTO), bem como acerca da prorrogação automática e encerramento automático pelo Sistema Comprasnet, conforme se verifica na **ATA DA SESSÃO** do pregão em epígrafe (doc. 0725972).

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou para apresentação a proposta da única licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances, quem seja, **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, conforme subitem 9.1.1 do instrumento convocatório.

Na sequência, recebidos os documentos, os mesmos foram prontamente submetidos à Assessoria de Comunicação - ASCOM da PGJ-AM para análise, nos termos do **MEMORANDO Nº 370.2021.CPL.0727119.2021.007178**. Posteriormente, recebemos a manifestação daquele Setor, através do **MEMORANDO Nº 112.2021.ASCOM.0739850.2021.007178**, **favoravelmente à aprovação daquela oferta**.

Daí, por atender aos prazos fixados e, também, a todos os aspectos formais reclamados pela Administração, inclusive figurando abaixo do valor estimado pela Administração quando comparado ao **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 263.2021.SCOMS.0695272.2021.007178** e **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 257.2021.DOF - ORÇAMENTO.0695737.2021.007178**, fora devidamente **aceita** pelo Pregoeiro a proposta da empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO** (doc. 0725972) do certame em cotejo.

3.5. Da Habilitação – Na sequência, este subscrevente examinou a documentação de habilitação da licitante melhor classificada.

Convém, registrar que este Pregoeiro, fundamentado no subitem 11.2 procedeu o exame

dos documentos da licitante juntados ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, estando todos presentes e acessíveis a todos os interessados.

Procedeu-se, então, à fase de julgamento das condições de habilitação da empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA** , inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, dentre eles, CRC - Comprasnet, Relatório Nível I - Credenciamento e SICAF - Comprasnet, devidamente anexada aos autos (doc. 0727131 e 0740251).

Nessa etapa, ainda, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio de cada licitante (doc. 0727114, pág. 21). Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos (doc. 0727114).

Os documentos de habilitação (doc. 0727114) interpostos, em sua grande maioria, gozavam da possibilidade de serem todos, em sua integralidade, convalidados via internet, razão pela qual o Pregoeiro deixou de convocar seus originais e/ou cópias autenticadas, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Passo seguinte, verificou-se as condições das licitantes quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE** , na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **NÃO** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar – e em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, este subscrevente promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da empresa vencedora (doc. 0727133 e 0740252).

Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 11 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsão editalícia, o Pregoeiro decidiu **HABILITAR** a empresa vencedora em foco.

3.6. Do Recurso – Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, quanto aos itens vencidos pelas empresas habilitadas, **não** havendo nenhuma manifestação nesse sentido.

4. DA ADJUDICAÇÃO

Inexistindo manifestação de interposição recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ n.º 389 de 2007 em seu artigo 8.º, inciso X, o Pregoeiro decidiu **ADJUDICAR** o objeto do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ à licitante que, concomitantemente, obteve o menor preço e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** (doc. 0727146). Segue o detalhamento do resultado:

- **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, no valor global de **R$ 20.999,40** ***(vinte mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).***

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para a prestação do serviço do objeto ora licitado foi de **R$ 81.692,40 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)**, sendo que o valor total da adjudicação decorrente do êxito do certame em comento foi de **R$ 20.999,40** ***(vinte mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).*** Logo, a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 60.693,00** ***(sessenta mil seiscentos e noventa e três reais)***, ou seja, uma **redução de aproximadamente 74,29% do valor estimado pela Administração**.

É o Relatório.

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 905/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/12/2021, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0725974** e o código CRC **E2E02DE4**.

MINUTA Nº DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SEI N.º 2021.007178
Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

C O N S I D E R A N D O a solicitação constante do **MEMORANDO Nº 37.2021.ASCOM.0628178.2021.007178**, bem como o teor da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 17/11 a 09/12/2021, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails*, descrito, quantificado e quantificado conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, no valor global de **R$ 20.999,40** ***(vinte mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).***

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 43.2021.CPL. 0725974.2021.0071781**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 60.693,00** ***(sessenta mil seiscentos e noventa e três reais)***, ou seja, uma **redução de aproximadamente 74,29% do valor estimado pela Administração**.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de

que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de dezembro de 2021.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/12/2021, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0740256** e o código CRC **A4F32939**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 98.2021.CPL.0740267.2021.007178

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, iniciado em 17 de novembro e encerrado em 10 de dezembro do corrente ano;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo em epígrafe ao Exmo. Sr. Dr. **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** , para análise e pronunciamento decisório quanto à homologação do objeto do certame licitatório em espeque à empresa vencedora, caso assim entenda.

Manaus, 10 de dezembro de 2021.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 185/2021 - DOMPE, Ed. 2169, de 09.07.2021

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 905/2021/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/12/2021, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

DESPACHO Nº 8.2022.03AJ-SUBADM.0747477.2021.007178

Autos nº 2021.007178

Assunto: Pregão Eletrônico nº 4.034/2021-CPL/MP/PGJ.

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante no **MEMORANDO nº 37.2021.ASCOM.0628178.2021.007178**, bem como o teor da última versão do **TERMO DE REFERÊNCIA nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 17/11 a 09/12/2021, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails*, descrito, quantificado e quantificado conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, no valor global de **R$20.999,40** ***(vinte mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).***

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO nº 43.2021.CPL.0725974.2021.0071781**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 60.693,00** ***(sessenta mil seiscentos e noventa e três reais)***, ou seja, uma **redução de aproximadamente 74,29% do valor estimado pela Administração**.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 05 de janeiro de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/01/2022, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0747477** e o código CRC **8AC4542B**.

HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO a solicitação constante no MEMORANDO nº 37.2021.ASCOM.0628178.2021.007178, bem como o teor da última versão do TERMO DE REFERÊNCIA nº 8.2021.ASCOM.0690463.2021.007178;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 17/11 a 09/12/2021, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, descrito, quantificado e quantificado conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.379.887/0001-97, no valor global de R$20.999,40 (vinte mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO nº 43.2021.CPL.0725974.2021.0071781, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia de R$ 60.693,00 (sessenta mil seiscentos e noventa e três reais), ou seja, uma redução de aproximadamente 74,29% do valor estimado pela Administração.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 05 de janeiro de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 9.2022.03AJ-SUBADM.0747485.2020.009759

Autos nº 2020.009759
Assunto: Pregão Eletrônico nº 4.033/2021-CPL/MP/PGJ-SRP.

HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO a solicitação constante do Ofício nº 83.2020.DTIC.0488020.2020.009759, bem como o teor do Termo de Referência nº 10.2021.DTIC.0680257.2020.009759;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.033/2021-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 05/11 e 09/12/2021, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a formação de registro de preços para eventual aquisição de equipamentos tipo Smart TV 55", suporte fixo para TV, suporte para 4 (quatro) e 6 (seis) monitores, antena para TV digital e cabo HDMI, para atender as necessidades da PGJ-AM por um período de 12 (doze) meses, descritos quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos;

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto às empresas: a) ANDRE DE VASCONCELOS GITIRANA, CNPJ nº 10.855.056/0001-81 para o Lote 1, no valor total de R$65.390,00 (sessenta e cinco mil trezentos e noventa reais); e b) IDESAN COMERCIAL LTDA. - ME, CNPJ nº 51.260.859/0001-70 para o Lote 2 no valor total de R$11.805,60 (onze mil oitocentos e cinco reais e sessenta centavos);

CONSIDERANDO o Relatório de Licitação nº 28.2021.CPL.0693050.2020.016913, no qual demonstra que a realização do Pregão significou uma economia de R$5.751,70 (cinco mil setecentos e cinquenta e um reais e setenta centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 6,9% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.033/2021-CPL/MP/PGJ-SRP, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, ao SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCS para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 05 de janeiro de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Nota de Empenho

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	**Número Documento** 2022NE0000192	**Data Emissão** 02/02/2022
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	**Processo** 000000.007178/2021	**NE Original**
Credor 11379887000197 - EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA	**Licitação** 8 - Pregão Eletrônico	**Referência** Art. 2°,§ 1º, Lei 10.520/02
Evento 400091 - Empenho de Despesa	**Modalidade** 3 - Global	**Valor** 18.666,13

Unidade Orçamentária	03101	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Programa Trabalho	03.122.0001.2001.0001	Administração da Unidade
Fonte Recurso	01000000	Recursos Ordinários
Natureza Despesa	33903999	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Juridica

Município 9999 - Estado
Convênio

Origem do Material 1 - Origem Nacional
Tipo de Empenho 9 - Despesa Normal

Cronograma de Desembolso

Janeiro	0,00	**Fevereiro**	1.166,63	**Março**	1.749,95	**Abril**	1.749,95
Maio	1.749,95	**Junho**	1.749,95	**Julho**	1.749,95	**Agosto**	1.749,95
Setembro	1.749,95	**Outubro**	1.749,95	**Novembro**	1.749,95	**Dezembro**	1.749,95

Descrição dos Itens

Unid.	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
Mês	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, conforme DESPACHO Nº 8.2022.03AJ-SUBADM.0747477.2021.007178 e demais documentos do PI 2021.007178. 1. Clipping: monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavrachave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail 2. Mailling: Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados. VALOR PARA 2022 (10 MESES E 20 DIAS) = R$ 18.666,13 VALOR PARA 2023 (1 MÊS E 10 DIAS) = R$ 2.333,27	10	1,866.6130	18.666,13

Géber Mafra Rocha
Subprocurador-Geral de Justiça
Para Assuntos Administrativos

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Saldo Anterior:	3.949.312,57	**Valor do Empenho:**	18.666,13	**Valor Disponível**	3.930.646,44
Data de Entrega:	28/02/2022	**Local de Entrega:**	PGJ		
Ordenador de Despesa:	ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	**Usuário Operador da NE :**	THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA		

Nota de Empenho - NE 192 (0762805) SEI 2021.007178 / pg. 367

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS 01 / 06 Brasília-DF

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME
CNPJ: 11.379.887/0001-97
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação do contrato social, os abaixo-assinado: **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS,** brasileira, solteira, nascida em 05/10/1971, jornalista, portadora da cédula de identidade civil sob o nº 301.399, expedida pela SSP/RO e com CPF sob o nº 418.608.372-04, residente e domiciliada na rua Antônio Lacerda, n° 4238, bloco D, apto 303, Residencial Araucária, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.821-038 e **SÉRGIO MACHADO REIS**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira nacional de habilitação sob nº 00392448200, expedida pelo DETRAN/DF e do CPF n° 268.650.681-49, residente e domiciliado na SHCGN 709 Bloco M Casa 30, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.750-713, únicos sócios componentes desta sociedade empresarial que gira sob a denominação social de **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Benjamin Constant, 1335, bairro Olaria, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76801-252, inscrita no CNPJ sob o nº 11.379.887/0001-97, conforme contrato social devidamente registrado e arquivado na MM. Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o nº 11200639411, por despacho em sessão datado em 14/08/2014 e última alteração arquivada sob o nº 20160073812, datada de 12/07/2016. Como de fato resolvido tem, na melhor forma de direito e de pleno e comum acordo, alterar o seu contrato social e após consolidar conforme s cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Neste ato é admitida na sociedade a Sra **MARIANNA CAMARGO REIS**, brasileira, solteira, gerente comercial, portadora da carteira nacional de habilitação sob nº 05431827220, expedida pelo DETRAN/DF e do CPF n° 022.678.691-95, residente e domiciliada na SHCGN 709 Bloco M Casa 30, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.750-713.

CLÁUSULA SEGUNDA: Neste ato retira-se da sociedade o sócio **SÉRGIO MACHADO REIS,** que possuía na sociedade a participação de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) sendo que cede e transfere toda a sua participação para a sócia ora admitida **MARIANNA CAMARGO REIS,** dando a sociedade plena, raza, geral, irretratável e irrevogável quitação de todos os seus haveres, para nada mais reclamar a título algum das quotas ora transferidas;

CLÁUSULA TERCEIRA: Em virtude das alterações constantes nas cláusulas anteriores, o capital social no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, fica assim distribuído entre as sócias.

JUCER Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Anexo Contrato Social Eficaz Assessoria em Comunicação LTDA-ME / pg. 368

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
02 / 09
COMARCA DE

SÓCIAS	QUOTAS	CAPITAL
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
MARIANNA CAMARGO REIS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
TOTAL	**50.000**	**R$ 50.000,00**

CLAUSULA QUARTA: A sócia ingressante Sra. **MARIANNA CAMARGO REIS**, declara conhecer a situação econômica-financeira da sociedade, ficando sub-rogada nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade caberá as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS,** com poderes e atribuições de administradoras, as quais competem o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, Judicial e Extra-judicial da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da empresa ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização das demais sócias.

Parágrafo Único: Nos casos de operações bancárias, empréstimos e demais operações de crédito, bem como abertura de contas, será **exigida a assinatura ou representação dos dois sócios**, **exceto para emissão de cheques**, ordem de pagamento e documentos bancários similares, utilizados pelas instituições bancárias, onde será exigida apenas a assinatura de uma das sócias, devendo esta **sócia constar necessariamente** do documento ou cadastro bancário da empresa.

CLÁUSULA SEXTA: Pelos serviços que prestarem a sociedade as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS**, perceberão a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até os limites de dedução fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais;

CLÁUSULA SÉTIMA: As sócias e administradoras declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA OITAVA: A sociedade têm por fim **CONSOLIDAR** todas as citadas alterações no **CONTRATO SOCIAL**, que a partir desta data passa a vigorar com as novas e seguintes cláusulas:

JUCER
Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
03 /06

EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME
CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade continua girando sob a denominação social de **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, e tem sua sede na Rua Benjamin Constant, 1335, no bairro Olaria, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76801-252, podendo a qualquer tempo por abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todas as suas sócias;

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (Cinquenta mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passa a ser distribuído da seguinte maneira:

SÓCIAS	QUOTAS	CAPITAL
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
MARIANA CAMARGO REIS	**25.000**	**R$ 25.000,00**
TOTAL	**50.000**	**R$ 50.000,00**

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da empresa é o seguinte: Prestação de Serviços de confecção de Clipping Informatizado, Relatórios analíticos, Banco de Dados, Dossiês, pesquisa de imagem em geral, Locação e Desenvolvimento de Sistemas em Geral, Criação gráfica e Editorial computadorizada, preparação de originais, Edição de publicação Eletrônica e televisiva, processamento e armazenamento de mídia eletrônica, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, monitoramento de veículos de propaganda e notícias, banco de informação para pesquisa análise, portais, provedores de conteúdo, web clipping, mailing: de jornais, revistas, sites, blogs, televisão e outros serviços de informação na internet, Compilação detalhada de noticias, monitoramento de notícias, agência de publicidade, Assessoria de Imprensa e comunicação, edição de revistas, Produção de filmes para publicidade, edição integrada à imprensa de jornais, atividades de produção cinematográfica de vídeos e de programas, edição integrada à imprensa de cadastros, listas e outros produtos gráficos, consultoria em publicidade, agência de notícias, pesquisas de mercado e de opinião pública, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 03 de Novembro de 2009, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento, da outra sócia, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1056, art. 1.057, CC/2002)

JUCER
Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS 04 06 4

CLÁUSULA SEXTA: A SÓCIA QUE DESEJAR SE RETIRAR DA SOCIEDADE DEVERÁ MANIFESTAR SUA INTENÇÃO, COM 60 (SESSENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA, POR MEIO DE CARTA PROTOCOLADA OU NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU JUDICIAL;

Parágrafo Primeiro: A apuração dos haveres da sócia retirante deverá ser realizada com fundamento em balanço especial, com data-base na data de recebimento pela Sociedade da comunicação de retirada, e deverá considerar o valor atual dos ativos da Sociedade.

Parágrafo Segundo: Os haveres da sócia retirante deverão ser pagos pela Sociedade em 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária, de acordo com a variação do índice IGP-M, incidentes a partir da data da comunicação da retirada.

CLÁUSULA SÉTIMA: Falecendo ou interditado qualquer sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou das sócias remanescentes o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a sua sócia (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA: A sócia poderá ser excluído da sociedade por maioria da(s) sócia(s), quando entender (em) que está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Único: A apuração e pagamento dos haveres da sócia excluída deverá seguir o mesmo procedimento aplicável a sócia retirante.

CLÁUSULA NONA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA: A administração da sociedade caberá as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS e MARIANNA CAMARGO REIS,** com poderes e atribuições de administradoras, as quais competem o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, Judicial e Extra-judicial da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da empresa ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos demais sócios.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

JUCER

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Anexo Contrato Social Alteração (20160331021) JUCER 0001 / pg. 371

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
05/09/16

Parágrafo Único: Nos casos de operações bancárias, empréstimos e demais operações de crédito, bem como abertura de contas, será **exigida a assinatura ou representação das duas sócias**, **exceto para emissão de cheques**, ordem de pagamento e documentos bancários similares, utilizados pelas instituições bancárias, onde será exigida apenas a assinatura de uma das sócias, devendo esta **sócia constar necessariamente** do documento ou cadastro bancário da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pelos serviços que prestarem a sociedade as sócias **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS** e **MARIANNA CAMARGO REIS**, perceberão a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até os limites de dedução fiscal prevista na Legislação do Imposto de Renda, a qual será levada à conta de Despesas Gerais;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, as administradoras prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo as sócias, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados (art. 1.065, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, as sócias deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso (arts. 1.071 e 1.072 & 2o. e art. 1.078, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As sócias deliberarão sobre a estrutura organizacional da empresa, administradores, cargos e funções em ata a ser elaborada a cada biênio, que deverá ser aprovada pela maioria das sócias. A ata poderá conter também itens que visem auxiliar a administração da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As sócias e administradoras declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o fórum Porto Velho-RO, para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

JUCER
Junta Comercial do Estado de Rondônia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

FLS 006

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias de igual teor e forma e para um só efeito.

Porto Velho (RO), 11 de agosto de 2016.

4º OFÍCIO

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

SERGIO MACHADO REIS

ROSÂNGELA

MARIANNA CAMARGO REIS

ROSÂNGELA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

JUCER

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informado seus respectivos códigos de verificação

Anexo Contrato Social/Alterações (0763391) SEI 0021.097176/ pg. 373

8 OFICIO DE NOTAS DO GAMA/DF
SH - LOTE 05 - 5 ANDAR - ST CENTRAL

Reconheco, por AUTENTICIDADE, a(s) firma(s) de:
[0181979]-SERGIO MACHADO REIS.....
[0232404]-MARIANNA CAMARGO REIS.....
O ato faz prova da manisfestacao de vontade, mas nao da validade do negocio juridico em si.
Gama-DF, 16 de Agosto de 2016
Em Test. da verdade.

069 - MARCELA DE SOUZA PINHEIRO GUIMARAES
ESCREVENTE NOMEADA - RAM
Selo: TJDFT20160130157834XDAQ e TJDFT20160130157835GHQD

8º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
GIOVANE MONTEIRO DE MARINS
ESCREVENTE NOMEADO
GAMA - DISTRITO FEDERAL

4. OFICIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
AV.D.PEDRO II, 1039,ESQ.CAMPOS SALES
PORTO VELHO - RO

Reconheco a(s) firma(s) por semelhanca com valor economico de:
[0076186]-ANA CRISTINA DE OLIVEIRA..... BARROS.....
Em testemunho da verdade.
PORTO VELHO, 30 de Agosto de 2016.

037-IVANI CARDOSO CANDIDO DE OLIVEIRA
Escrevente

V.Unit: Emol. R$ 5,79 Selo R$ 0,95 FUJU R$ 1,16 FUNDIMPER: R$0,43 FUNDEP: R$0,43 FUMORPGE: R$0,43. TOTAL: R$ 9,20.
SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO
17AFC23537-167BE
Confira validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/09/2016 12:02 SOB Nº 20160331021.
PROTOCOLO: 160331021 DE 01/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11601659278. NIRE: 11200639411.
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Roger Francis Cardoso Ribeiro
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 01/09/2016
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Anexo Contrato Social Alteração (0160331021) (SEI 0021.016158 / pg. 374

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ENGRACIA DA COSTA FRANCISCO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CONTIPLAN

Anexo RG Cris (2) (0763582) SEI 2021.007178 / pg. 375

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **301399**

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/05/2014

NOME

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

FILIAÇÃO

Luzia de Oliveira Barros

NATURALIDADE

Porto Velho- RO

DATA DE NASCIMENTO

05/10/1971

DOC. ORIGEM

Cert. Nascimento nº 50365, Liv A-118 Fls.270
Emiss.Porto Velho- RO

Data Exp.22/07/1976

CPF

41860837204

PASEP

00001- 2ª Via

ASSINATURA DO DIRETOR

Luiz Carlos de Lima
Diretor do IICCECF/RO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONTIPLAN

Anexo RG Cris (2) (0763582) SEI 2021.007178 / pg. 376

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
11.379.887/0001-97 **MATRIZ**		**02/12/2009**

NOME EMPRESARIAL
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
58.13-1-00 - Edição de revistas
58.22-1-01 - Edição integrada à impressão de jornais diários
58.29-8-00 - Edição integrada à impressão de cadastros, listas e de outros produtos gráficos
59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.91-7-00 - Agências de notícias
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BENJAMIN CONSTANT	**1335**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
76.801-252	**OLARIA**	**PORTO VELHO**	**RO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESCMODELO@ENTER-NET.COM.BR	**(69) 3224-7373/ (69) 3224-7387**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**02/12/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/02/2022** às **16:40:29** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 11.379.887/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:23:00 do dia 19/08/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/02/2022.
Código de controle da certidão: **9F33.3B5A.BDFC.463E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

RONDÔNIA
Governo do Estado

Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: **20215300456341**
Código de Controle: **300456341**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **11379887000197**
Nome ou Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA - ME**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade..:	TRANSAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Emitida em.:	23/12/2021 10:26:24
Validade....:	23/03/2022

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE

Imprimir Fechar Janela

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Quinta-feira, 13 Janeiro 2022 - 10:02

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO: 6729/2022
DATA DE EMISSÃO: 13/01/2022 10:02:11

NOME: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.379.887/0001-97
ENDEREÇO: RUA BENJAMIM CONSTANT, n° 1335
BAIRRO: OLARIA

FINALIDADE: Fins de Direito

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta secretaria municipal de fazenda, verificamos que não constam quaisquer débitos em aberto de tributos municipais até a presente data.

Ressalva-se, porém a secretaria municipal de fazenda, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Porto Velho, 13 de Janeiro de 2022

VALIDADE: 90 DIAS
Quarta-feira, 13 de Abril de 2022

USUÁRIO: Portal Semfazonline

Esta certidão deverá ter sua autenticidade certificada no site www.semfazonline.com - utilize a chave acima.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.379.887/0001-97
Razão Social: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA
Endereço: R BENJAMIN CONSTANT 1335 / OLARIA / PORTO VELHO / RO / 76801-252

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/01/2022 a 26/02/2022

Certificação Número: 2022012801182851539830

Informação obtida em 01/02/2022 17:48:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.379.887/0001-97
Certidão nº: 27086221/2021
Expedição: 02/09/2021, às 11:19:58
Validade: 28/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.379.887/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ESTADO DE RONDÔNIA
Poder Judiciário

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais (1º Grau)

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuição de ações de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial e juizados especiais, até a presente data, contra **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA**, **CNPJ nº 11.379.887/0001-97**, **NADA CONSTA** na Comarca de Porto Velho.

Observações:
a) Certidão expedida gratuitamente, através da *Internet*, com base nas Diretrizes Gerais Judiciais 2007, Capítulo IX, Seção V, Artigo 364, inciso I e VI, § 1º e 8º e Regimento de Custas Lei nº 1782 de 26/09/2007;
b) Não constam informações do Sistema de Processos - PJe, sendo necessário a emissão manual complementar dos processos do PJe pelos cartórios distribuidores cíveis ou apenas distribuidor de cada comarca.
c) A informação do número do CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) A aceitação da presente certidão está condicionada à conferência dos dados e documentos pessoais da parte interessada;
e) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no *website* do TJ-RO, Menu Principal - "Autenticação" (http://www.tjro.jus.br/certidaoonline), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: G7GL-YSVU-6G8F-7MI3** ;
f) Válida por **30 (trinta) dias**;
g) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.

Emitida em 04/02/2022 15:42:26 h.
(Data e Hora de Porto Velho-RO)

Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Endereço: Rua José Camacho, 585 - Bairro Olaria
Cep 76.801-330 - Porto Velho - RO

Sistema de Emissão de Certidão Negativa via internet

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - MP/PGJ

Termo de contrato administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, visando à prestação de serviços de monitoramento de canais de mídia, contendo temas de interesse do Ministério Público do Estado do Amazonas.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Procurador-Geral de Justiça, o Exmo. Sr. Dr. **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 2525 - OAB/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 335.742.862-87, e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 11.379.887/0001-97, com sede na Rua Benjamin Constant, 1335, bairro Olaria, CEP: 76.801-252, Porto Velho/RO, neste ato representada pela Sra. **Ana Cristina de Oliveira Barros**, portadora do documento de identidade n.º 301399 SSP/RO, e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 418.608.372-04, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2021.007178**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste nas seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	**Clipping:** monitoramento online e offline de notícias em jornais (sites, portais, blogs, rádio e TV). Possibilidade de gerar relatórios por palavra-chave (no mínimo 30 palavras para pesquisa), relatórios por Dashboarde e outros, classificar e receber alertas programados por e-mail
2	**Mailing:** Serviço de mailling list, especializada em órgãos de imprensa, com banco de dados acessível via internet por meio de senha e com serviço de apoio técnico via telefone e e-mail, inclusive nos fins de semana, para disparo de e-mails aos veículos e profissionais selecionados.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** autorizará o acesso à plataforma para até 05 (cinco) usuários indicados pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** disponibilizará, para a realização do serviço, plataforma digital locada, que será operada pelos servidores da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Estado do

Amazonas.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** realizará treinamento para a capacitação dos usuários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do **Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 8.666/93;
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 17/11/2021, que, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2021.007178;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e em especial:

1. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.
2. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização do objeto contratado.
3. Atestar o documento fiscal emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
4. Verificar a manutenção das condições de habilitação e de regularidade fiscal da **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato e quando da liquidação dos serviços, solicitando da **CONTRATADA** os documentos atualizados.
5. Informar, com a antecedência necessária, o término do ajuste à Administração Superior e/ou setor responsável.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.
8. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato.
9. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
10. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
11. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**.
12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
13. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE**, desde que remotamente, e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo no prazo máximo de **10 (dez)** dias da assinatura do contrato, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarta. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA** compromete-se a desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estreitamente as especificações indicadas:

1. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial, obedecendo às condições do edital.
2. **Indicar ao CONTRATANTE interlocutor/preposto, no prazo de 5 (cinco) dias, que será o responsável pela coordenação do projeto de Gerenciamento de Informações;**
3. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados ao presente contrato.
4. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o **CONTRATANTE** de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao objeto contratado.
5. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
6. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
7. Levar ao conhecimento da **CONTRATANTE** qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, e comunicar todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer, devendo avisar à **CONTRATADA** no máximo de 24 horas antes.
8. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
9. Manter as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
10. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
11. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução dos serviços, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.
12. Responder por perdas e danos que vierem a sofrer, a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, independente de outras cominações pactuadas neste Contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
13. Acatar as observações feitas pelo Fiscal da **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.
14. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, assim que questionado por esta, as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, modificação de empresa responsável pela assistência técnica dos produtos, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
15. Cumprir total confidencialidade do conteúdo e assuntos tratados internamente.

Parágrafo primeiro. A inobservância das especificações constantes na proposta contratada, no edital, bem

como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo quarto. A inobservância das especificações constantes deste ajuste implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Designar, e informar à **CONTRATADA**, o fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato;
3. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável;
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas; Caso não haja urgência, as eventuais imperfeições deverão ser informadas à **CONTRATADA** na reunião semanal imediatamente posterior à ocorrência;
5. Manter com a **CONTRATADA** relacionamento mútuo de respeito à legislação e normas regulamentadoras referentes à prestação dos serviços objetos deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ 20.999,40 (vinte mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)**, conforme proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 17/11/2021, que faz parte deste instrumento como anexo.

Parágrafo único. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado **mensalmente** após apresentação na sede da **CONTRATANTE** da nota fiscal, correspondente aos serviços executados em cada período (mês), devidamente atestados pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça, para o e-mail *protocolo@mpam.mp.br*, os seguintes documentos: a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei. b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). c) Requerimento solicitando o pagamento, em duas vias. d) Faturas / Notas Fiscais devidamente atestadas pelo fiscal do contrato. e) Recibo em duas vias.

Parágrafo segundo. O atraso na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, dos documentos exigidos como condição para pagamento implicará prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) serviços não

abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhistas da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quinto. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, tal documento será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo décimo. A **CONTRATANTE** pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 - Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa**: 33903999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 02/02/2022, a **Nota de Empenho n.º** 2022NE0000192, no valor de **R$ 18.666,13 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e treze centavos)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$ 2.333,27 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo primeiro. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo segundo. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos ao reajuste e submetê-los à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete às partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações

contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

os termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **R$ 1.049,97 (um mil, quarenta e nove reais e noventa e sete centavos)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA.**

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor da garantia deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, em conta específica (conta-caução), com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN n.º 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o limite de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Nas repactuações e/ou nos reajustamentos, a **CONTRATADA** deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total contratado.

Parágrafo oitavo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo nono. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. Será considerada extinta a garantia:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, mediante a emissão de termo circunstanciado pela **FISCALIZAÇÃO**, o qual informe que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
2. após o prazo estabelecido no parágrafo quarto deste cláusula, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Parágrafo décimo primeiro. Caso necessária a **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, e neste caso não será extinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

O período de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termo do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei nº 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição da alínea "6", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

- 1% (um inteiro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias, se o serviço não for iniciado na data prevista, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, podendo ser considerado após esse prazo como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a **CONTRATADA** não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade, ou por apresentar certidões com prazo de vigência expirado;
- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, poder será considerado descumprimento parcial ou total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- Multa compensatória de até 10% (dez inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Multa compensatória de até 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA.**

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, Judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade Pregão;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS
Representante Legal da Empresa
EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 07/02/2022, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS**, **Usuário Externo**, em 07/02/2022, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Maikon Antonio Freitas Martins**, **Testemunha**, em 07/02/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Testemunha**, em 08/02/2022, às 08:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0763074** e o código CRC **3B1306A8**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**11.379.887/0001-97**	DUNS®:	**938443805**
Razão Social:	**EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**15/02/2022**
FGTS		Validade:	**07/02/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**14/05/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/12/2021** (*)
Receita Municipal	Validade:	**30/12/2021** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2022**

CPF: 996.920.312-68 Nome: MAIKON ANTONIO FREITAS MARTINS
Ass: _____

Anexo Sicaf_ (0764378) SEI 2021.007178 / pg. 394

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: **11.379.887/0001-97** DUNS®: **938443805**
Razão Social: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**
Nome Fantasia: **EFICAZ COMUNICACAO CORPORATIVA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Vínculo 1: Fornecedor 10.947.243/0001-95 - LINEAR COMUNICACAO LTDA

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 11.379.887/0001-97:	Vínculo com 10.947.243/0001-95:
022.678.691-95	**Sócio/Admin.**	**Dirigente e Sócio/Admin.**
268.650.681-49	**Sócio/Admin inativo (17/01/2017 10:36).**	**Dirigente inativo (08/09/2016 09:29) e Sócio/Admin inativo (08/09/2016 09:29).**

Ocorrência do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nª 10.520/02, art. 7ª**
UASG Sancionadora: **926708 - CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**
Âmbito da Sanção: **Município**
Prazo Inicial: **29/03/2021** Prazo Final: **28/03/2022**

Anexo Sicaf_ (0764378) SEI 2021.007178 / pg. 395

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**

CPF/CNPJ: **11.379.887/0001-97**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:46:49 do dia 07/02/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: QZJ0070222154649

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

§4º, da Resolução N.º 006/2015-
CSMP/AM, vem INTIMAR Anne Karoline Serrão da Costa,
annekarolineeserrao@gmail.Com, parte interessada na Notícia de Fato Nº:01.2021.00003711-0,
cujo objeto trata de informação de retomada das atividades do Centro Universitário do Norte -
Uninorte - Unidade 11, localizada à Av. Igarapé de Manaus, n. 211, que estaria descumprindo
com as medidas de segurança e recomendações para prevenção do COVID-19, tendo
supostamente havido transmissão de vírus em sala de aula e que em dois dias de aula (14/09 e
15/09) a professora da unidade testou positivo para COVID-19, bem como alguns alunos tem
apresentados sintomas, em face de Centro Universitário do Norte - Uninorte para se
manifestar acerca do DESPACHO DE INDEFERIMENTO que, ao julgar dispensável a
continuidade do feito, determinou seu arquivamento no âmbito desta especializada.

Por oportuno, informo que após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no
Diário Oficial do Ministério Público (DOMPE), dar-se-á sequência ao processo de arquivamento
dos autos, nos termos da Resolução N.º 006/2015-CSMP/AM.

Manaus, 07 de fevereiro de 2022

Edilson Queiroz Martins
Promotor de Justiça
51ª Promotoria de Justiça de Manaus

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 97/2022/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2021.019029,

RESOLVE:

DESIGNAR a estagiária do nível superior- Engenhar Civil, NARLIANE SILVA DOS SANTOS, para exercer suas atribuições junto a(o) SCMP - Setor de Conservação e Manutenção Patrimonial, a contar de 09/02/2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 08 de fevereiro de 2022

DMES BRITO DE SOUZA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 99/2022

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2022.001179,

RESOLVE:

DESIGNAR o estagiário do nível superior - Ciências Contábeis, WILSON CARVALHO DE LIMA, para exercer suas atribuições junto a(o) Núcleo Permanente de Incentivo a Autocomposição do MPAM (NUPA), a contar de 09/02/2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 08 de fevereiro de 2022

DMES BRITO DE SOUZA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

REQUERIMENTO Nº 157023/2022

Interessado: Elane Santos da Silva
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2020, para fruição no período de 09/03/2022 a 18/03/2022.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

EXTRATO Nº 6.2022.DCCON.0764705.2017.013445

Processo: 2017.013445.

Especie: Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2022 - MP/PGJ.

Objeto: Constitui objeto do acordo a mútua cooperação entre as PARTES de forma a possibilitar aos servidores, previamente autorizados e cadastrados, o acesso ao sistema do SPC BRASIL, com finalidade exclusiva de serviços administrativos.

Vigencia: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

1º Convenente: Clube de Diretores Lojistas de Manaus (CDL/Manaus).

2º Convenente: Ministério Público do Estado do Amazonas.

Signatarios: Exmo. Sr. ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR (Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas) e o Exmo. Sr. RALPH BARAÚNA ASSAYAG (Presidente da CDL/Manaus).

Data da Assinatura: 03.02.2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 2021.007178
Espécie: Contrato Administrativo n.º 001/2022 - MP/PGJ.
Licitação: Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ-SRP.
Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, mailing de toda a mídia local e nacional, CRM (Customer Relationship Management ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ.
Valor: R$ 20.999,40.
Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03101 - Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade; Fonte: 0100 - Recursos Ordinários; Natureza da Despesa: 33903999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 02/02/2022, a Nota de Empenho n.º 2022NE0000192, no valor de R$ 18.666,13 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e treze centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-geral do Ministério Público:
Darlan Benevides de Queiroz

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Suzete Maria dos Santos
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Anexo DOMPE (0766001) SEI 2021.007178 / pg. 397

Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 07 de fevereiro de 2022 a 07 de fevereiro de 2023.
Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça.
Contratada: Eficaz Assessoria em Comunicação Ltda.
Signatários: Exmo. Sr. Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Procurador-Geral de Justiça) e Sra. Ana Cristina de Oliveira Barros (representante legal da contratada).
Data: 07.02.2022.

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-geral do Ministério Público:
Darlan Benevides de Queiroz

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
Noeme Tobias de Souza
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Suzete Maria dos Santos
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 87.2022.DCCON.0766603.2021.007178

Manaus, 10 de fevereiro de 2022.

Ao Exmo. Sr. Dr.
GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTA

Assunto: Solicitação de designação de gestor/fiscal - Contrato Administrativo nº 001/2022 - MP/PGJ.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Considerando a celebração do Contrato Administrativo nº 001/2022 - MP/PGJ (0763074), firmado entre este Ministério Público e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA.** , cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ; **informo sobre a necessidade de designação de gestor/fiscal para o Contrato em questão.**

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 10/02/2022, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0766603** e o código CRC **495F69B6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 519.2022.SUBADM.0766653.2021.007178

Considerando o que consta do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - MP/PGJ**, em especial da **CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**, determino o encaminhamento à Assessoria de Comunicação (ASCOM), para indicação de servidor(es) apto(s) à gestão e fiscalização do instrumento contratual em referência, e respectivo(s) suplente(s).

Gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em Manaus, 10 de fevereiro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 10/02/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0766653** e o código CRC **85F74544**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 8.2022.ASCOM.0767300.2021.007178

Ao Exmo. Sr.

Dr. **ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR**

MD Procurador-Geral de Justiça do Amazonas

NESTA

Assunto: Designação de gestor/fiscal - Contrato Administrativo nº 001/2022 - MP/PGJ.

Com os cumprimentos de sempre e em resposta ao despacho 057/PGJ, informamos que o servidor designado a ser gestor/fiscal do contrato administrativo nº 001/2022 - MP/PGJ é o servidor Hirailton Gomes do Nascimento, lotado nessa Assessoria de Comunicação.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de apreço.

Cordialmente,

Daniela Bragança
Assessora de Comunicação
ASCOM :: MPAM

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Bragança Macedo**, **Assessor(a) de Comunicação**, em 11/02/2022, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767300** e o código CRC **120E5A9B**.

PORTARIA N° 234/2022/SUBADM

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2021.007178 – SEI,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **HIRAILTON GOMES DO NASCIMENTO**, Agente de Serviço-Administrativo, para acompanhar, gerir e fiscalizar o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - MP/PGJ**, firmado entre este Ministério Público Estadual e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails, obedecendo às exigências do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.034/2021-CPL/MP/PGJ**;

II – No impedimento e/ou afastamento do(a) gerenciador(a) titular, fica designado como gestor/fiscal do referido Contrato o(a) Assessor de Comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 11 de fevereiro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 11/02/2022, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767407** e o código CRC **32D565DB**.

E-mail - 0767557

Data de Envio:
11/02/2022 16:24:20

De:
MPAM/Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos <subadm@mpam.mp.br>

Para:
Hirailton Gomes do Nascimento <hirailtongomes@mpam.mp.br>
danielabraganca@mpam.mp.br

Assunto:
Ciência de Portaria

Mensagem:
Saúdo Vossa Senhoria, e, no ensejo, disponibilizo o(s) documento(s) anexo(s), para ciência.

Atenciosamente,

Mona Larissa Costa Freire
Agente de Apoio Administrativo
Secretaria da SUBADM

Anexos:
PORTARIA_0767407.html

E-mail - 0767678

Data de Envio:
12/02/2022 23:17:14

De:
MPAM/Divisão de Contratos e Convênios <contratos@mpam.mp.br>

Para:
eficaz@eficazro.com.br

Assunto:
Garantia contratual ref ao CT 001/2022 - MP/PGJ.

Mensagem:
Prezados

Solicito a gentileza em cumprimento de entrega da garantia contratual referente ao CT 001/2022 - MP/PGJ, conforme o disposto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do referido termo.

Atenciosamente

Elissandra Rebouças Arruda
Divisão de Contratos e Convênios
Tel. 92 99155 3002

Anexos:
Contrato_Administrativo_0763074.html
Anexo_0766001_DOMPE.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 101.2022.DCCON.0767679.2021.007178

Manaus, 12 de fevereiro de 2022.

Ao Sr.
FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO
Diretor de Orçamento e Finanças da PGJ/AM

Ao Sr.
HIRAILTON GOMES DO NASCIMENTO
Agente de Serviço-Administrativo

Assunto: Celebração do Contrato nº **001/2022 - MP/PGJ - EFICAZ.**

Senhores

Considerando a celebração da Contrato nº **001/2022 - MP/PGJ** (SEI nº 0763074), firmada entre este Ministério Público Estadual e a empresa **EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviços de gerenciamento das informações, compreendendo os serviços de clipping digital, monitoramento eletrônico de notícias veiculadas em todas as plataformas usadas por veículos de comunicação, com rastreamento 24 (vinte e quatro) horas, *mailing* de toda a mídia local e nacional, CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente) e distribuidor de e-mails; e,

Considerando a Portaria nº 234 (SEI nº 0767407), que designa o Sr. **HIRAILTON GOMES DO NASCIMENTO,** encaminho os presentes autos, para fins de conhecimento de vossas senhorias acerca da contratação em questão e providências cabíveis.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 26/04/2022, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0767679** e o código CRC **56854731**.

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 05690202200020775000369000000 0
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

NOTA: Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP www.susep.gov.br Acessar através do n° do documento: 05690202200020775000369000000 0

DADOS DO SEGURADO

Nome : PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS
CPF/CNPJ : 04.153.748/0001-85
Endereço : AV CORONEL TEIXEIRA, 7995
Complemento : Não informado **Bairro** : NOVA ESPERANCA
Cidade : Manaus **Estado** : AM **CEP** : 69030480

A Companhia Excelsior de Seguros, a seguir denominada Seguradora, emite esta apólice com base nas declarações/informações contidas na proposta de seguro que lhe foi apresentada pelo Proponente acima identificado, a seguir denominado Segurado, Estipulante ou Garantido, obrigando-se a indenizar e/ou reembolsar, as perdas e danos, ou reparações pecuniárias, decorrentes dos riscos assumidos, mediante o recebimento do prêmio abaixo, e de acordo com as Condições Gerais, Especiais e/ou Particulares.

DADOS DO TOMADOR

Nome : EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA
CPF/CNPJ: 11.379.887/0001-97
Endereço : R BENJAMIN CONSTANT, 1335
Complemento : Não informado **Bairro** : OLARIA
Cidade: Porto Velho **Estado** : RO **CEP** : 76801252

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Cod. SUSEP: 569-0
CNPJ: 33.054.826/0001-92
Endereço: Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife – PE. CEP 50030-000
Processo SUSEP No: 15414.900374/2014-46



Oldemar de Souza Fernandes



João Carlos Canuto Inojosa

Apólice de Seguro nro. 05690202200020775000369000000 0 emitido em 18/03/2022 - 20:27:37
Central de Atendimento EXCELSIOR 0800 7191585 - Central de Atendimento da SUSEP ao Público 0800 0218484
OUVIDORIA-Telefone:0800 773 3103-E-mail:excelsior-ouvidoria@defenseg.srv.br-Caixa Postal:60.530;CEP 05804-970(São Paulo-SP).

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 05690202200020775000369000000
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

OBJETO DE SEGURO - 1

MODALIDADE
Prestador de Serviços

DESCRIÇÃO DO OBJETO
Esta apólice, de riscos declarados, garante indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos diretos causados pelo Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento na prestação dos serviços descritos no objeto do Contrato n.º 001/2022-MP/PGJ.

COBERTURAS/VALOR DA GARANTIA - 1

Cobertura	Valor da Garantia	Início de Vigência	Fim da Vigência	Prêmio R$
Prestador de Serviços	R$ 1.049,97	07/02/2022	08/05/2023	R$ 196,31

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Cod. SUSEP: 569-0
CNPJ: 33.054.826/0001-92
Endereço: Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife - PE. CEP 50030-000
Processo SUSEP No: 15414.900374/2014-46

Oldemar de Souza Fernandes João Carlos Canuto Inojosa

Apólice de Seguro nro. 05690202200020775000369000000 emitido em 18/03/2022 - 20:27:37
Central de Atendimento EXCELSIOR 0800 7191585 - Central de Atendimento da SUSEP ao Público 0800 0218484
OUVIDORIA-Telefone:0800 773 3103-E-mail:excelsior-ouvidoria@defenseg.srv.br-Caixa Postal:60.530;CEP 05804-970(São Paulo-SP).

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 056902022000207750003690000000
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

DADOS DO(S) CORRETORES

Nome/Razão Social	Código SUSEP
JEOVA DE JESUS XIMENES CORRETAGEM DE SEGUROS ME	202030752
Código Excelsior	**CNPJ/CPF**
202030752 025000600007750003690000000	24.812.410/0001-03

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Cod. SUSEP: 569-0
CNPJ: 33.054.826/0001-92
Endereço: Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife - PE. CEP 50030-000
Processo SUSEP No: 15414.900374/2014-46

Oldemar de Souza Fernandes João Carlos Canuto Inojosa

Apólice de Seguro nro. 056902022000207750003690000000 emitido em 18/03/2022 - 20:27:37
Central de Atendimento EXCELSIOR 0800 7191585 - Central de Atendimento da SUSEP ao Público 0800 0218484
OUVIDORIA-Telefone:0800 773 3103-E-mail:excelsior-ouvidoria@defenseg.srv.br-Caixa Postal:60.530;CEP 05804-970(São Paulo-SP).

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 05690202200020775000369000000
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

Caro(a) Consumidor(a),
Conforme estabelece a Circular Susep nº 643/2021, as reclamações de consumidores dos mercados supervisionados pela Susep serão registradas no site: www.consumidor.gov.br.

LGPD - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Comprometida com os padrões de ética e integridade no atendimento a seus clientes, a Companhia Excelsior de Seguros, atendendo ao princípio da transparência contido no art. 6º, inciso VI da Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), passa a prestar as informações pertinentes ao tratamento de dados pessoais dos titulares. Ainda em atendimento ao princípio da segurança, estipulado no inciso VII do art. 6º, da referida lei, declara que utiliza meios técnicos e administrativos aptos a garantir a segurança das informações dos dados pessoais tratados.

1. Os dados pessoais podem ser coletados através de simuladores de cálculos ou e-mails: pelos corretores de seguros; por fornecedores autorizados pela Excelsior, que podem utilizar recursos de bureaus de dados e de fontes públicas de informação; e, diretamente pela Excelsior.

1.1. Os dados serão coletados exclusivamente com a finalidade de reunir informações indispensáveis à realização dos procedimentos preliminares necessários à possível efetivação do contrato de seguro.

1.2. A Excelsior compromete-se a tratar os dados para as finalidades relativas à realização dos contratos de seguro, sempre em conformidade com a LGPD.

2. O tratamento de dados pessoais necessários à cotação/contratação de seus produtos ocorre: (a) em estrito cumprimento às obrigações legais e/ou regulatórias; (b) na execução de contratos ou procedimentos preliminares aos contratos; (c) no exercício regular de direitos, inclusive em contratos; (d) através de ferramentas de proteção ao crédito que cumpram a legislação vigente, em casos especiais; e, (e) em seu legítimo interesse, quando cabível.

3. Poderá haver compartilhamento de dados pessoais, interna ou externamente, quando cada finalidade de tratamento estiver associada a uma base legal prevista pela LGPD que autorize o respectivo tratamento de dados.

4. Os dados pessoais são armazenados conforme os prazos legais.

5. Caso o titular de dados pessoais deseje exercer algum de seus direitos previstos nos artigos 17 a 22 da LGPD, este deverá entrar em contato diretamente com o(a) Encarregado(a) de Dados através do seguinte e-mail: dpo@excelsiorseguros.com.br.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

A Política de Privacidade está disponível no site: www.excelsiorseguros.com.br

Oldemar de Souza Fernandes João Carlos Canuto Inojosa

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 05690202200020775000369000000 0
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

É parte integrante e indispensável deste Seguro, a Conta Prêmio.

Para a validade deste contrato, a Seguradora, representada por seu bastante procurador, assina esta Apólice, no Rio de Janeiro, em 18 de Março de 2022.
Em atendimento à Lei 12.741/12, informamos que, além do IOF indicado no Demonstrativo do Prêmio, incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep, e de 4% de COFINS, sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecimento em legislação específica.

ESPECIFICAÇÃO

CLÁUSULAS PARTICULARES:

AVISOS IMPORTANTES

1. Aviso de sinistro: Através do e-mail sinistros@excelsiorseguros.com.br

2. Esta Apólice foi emitida de acordo com a Circular SUSEP Nº 477/2013 de 30/09/2013.

3. Esta Apólice assegura ao Tomador, perante o Segurado, a reparação pecuniária exclusivamente no caso do não cumprimento das obrigações descritas no OBJETO DO SEGURO, não abrangendo, por consequência, quaisquer outros riscos enquadráveis em outros ramos, modalidade ou tipos de seguros.

4. O prêmio desta Apólice está sendo cobrado com base na sua vigência, que corresponde à vigência do Contrato firmado entre o Tomador e o Segurado. Em caso de prorrogação de vigência e/ou alteração do Valor da Garantia, que resulte em aditivo ao Contrato, fica assegurado o direito desta Seguradora cobrar o prêmio relativo ao risco ampliado em sua vigência e/ou valor.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Cod. SUSEP: 569-0
CNPJ: 33.054.826/0001-92
Endereço: Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife - PE. CEP 50030-000
Processo SUSEP No: 15414.900374/2014-46

Oldemar de Souza Fernandes João Carlos Canuto Inojosa

APÓLICE DE SEGURO GARANTIA SEGURADO – SETOR PÚBLICO
PRESTADOR DE SERVIÇOS

DADOS DO SEGURO

Sucursal: Rio de Janeiro **Proposta No.**: 10012022077500009999
Apólice No.: 056902022000207750003690000000
Endosso No.: 000000
Vigência do Seguro: Das 24 horas do dia 07/02/2022 até as 24 horas do dia 08/05/2023

CONTA DO PRÊMIO

FRACIONAMENTO DO PRÊMIO (R$)

Parcela	Valor	Vencimento	Forma de Pagamento
1	R$ 196,31	20/03/2022	BOLETO

DEMONSTRATIVO DO PRÊMIO (R$)

Prêmio Líquido: R$ 196,31 **Adic.Frac.**: R$ 0,00 **Custo Apólice**: R$ 0,00 **IOF**: R$ 0,00 **Total**: R$ 196,31

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Cod. SUSEP: 569-0
CNPJ: 33.054.826/0001-92
Endereço: Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo - Recife - PE. CEP 50030-000
Processo SUSEP No: 15414.900374/2014-46

Oldemar de Souza Fernandes João Carlos Canuto Inojosa

Apólice de Seguro nro. 056902022000207750003690000000 emitido em 18/03/2022 - 20:27:37
Central de Atendimento EXCELSIOR 0800 7191585 - Central de Atendimento da SUSEP ao Público 0800 0218484
OUVIDORIA-Telefone:0800 773 3103-E-mail:excelsior-ouvidoria@defenseg.srv.br-Caixa Postal:60.530;CEP 05804-970(São Paulo-SP).

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO
CAPÍTULO I – CONDIÇÕES GERAIS – RAMO 0775

1 – OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – Processos administrativos;

II – Processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – Regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2 – DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1 APÓLICE - documento emitido pela sociedade seguradora que formaliza a aceitação das coberturas solicitadas para o contrato de Seguro Garantia.

2.2. CONDIÇÕES CONTRATUAIS: Conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro.

2.3. CONDIÇÕES GERAIS - conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.4. CONDIÇÕES ESPECIAIS - conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

Garantia Contratada (08902058) SEI 20211.0071407 pg. 1414

2.5. CONDIÇÕES PARTICULARES - conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.6. CONTRATO PRINCIPAL - todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.7. DOCUMENTOS CONTRATUAIS - a apólice, o certificado individual e o endosso.

2.8. DOWNLOAD - Ato de transferir (baixar) um ou mais arquivos de um servidor remoto para um computador local. É um procedimento muito comum e necessário quando o objetivo é obter dados disponibilizados na internet. Os arquivos para download podem ser textos, imagens, vídeos, programas entre outros.

2.9. ENDOSSO - documento, emitido pela sociedade seguradora, por meio do qual são formalizadas alterações do seguro contratado, de comum acordo entre as partes envolvidas.

2.10. INDENIZAÇÃO - pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.11. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA - valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.12. PRÊMIO - importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.13. PRÊMIO ÚNICO – valor a ser pago para a garantia do risco calculado para a vigência integral da apólice, podendo ser pago à vista ou parcelado.

2.14. PROCESSO DE REGULAÇÃO DE SINISTRO - procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.15. PROPOSTA DE SEGURO - documento que formaliza o interesse do proponente em contratar, alterar ou renovar o seguro.

2.16. RELATÓRIO FINAL DE REGULAÇÃO - documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.17. SEGURADO - a Administração Pública ou o Poder Concedente.

Garantia Contratada (08902058) SEI 20211.0071407 pg. 415

2.18. SEGURADORA - a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.19. SEGURO GARANTIA - seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.20. SINISTRO - o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.21. TOMADOR - devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

2.22. VIGÊNCIA - intervalo contínuo de tempo durante o qual está em vigor o contrato de seguro, podendo ser fixada em anos, meses, dias, horas, minutos, jornada, viagem ou trecho, ou outros critérios, conforme estabelecido no plano de seguro.

3 – <u>ACEITAÇÃO</u>:

3.1. A contratação/alteração ou a renovação não automática do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. **A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.**

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3.

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

Garantia Contratual (08902.08) SEI 2021.0071.07 pg. 416

3.4. A Seguradora comunicará ao proponente, por escrito, a aceitação ou não da Proposta de Seguro, especificando o motivo da recusa, quando for o caso. A emissão e o envio da apólice ou certificado individual dentro do prazo acima substitui a manifestação expressa de aceitação da proposta pela seguradora.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

3.7.1. Em caso de utilização de meios remotos na emissão de documentos contratuais, será garantido a possibilidade de impressão ou download do documento pelo cliente.

4 – VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5 – PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

Garantia Contratada (08902038) SEI 2021.0001207 pg. 417

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6 – VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7 - EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO DE CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

Garantia Contratada (08902058) SEI 2021.0071.07 pg. 418

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8 – <u>INDENIZAÇÃO</u>:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a correr a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.
8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

Garantia Contratual (08902.08) SEI 2021.0071.07 pg. 419

9 – <u>ATUALIZAÇÃO DE VALORES</u>:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 "Indenização" destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e
b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10 – <u>SUB-ROGAÇÃO</u>:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11 – <u>PERDA DE DIREITOS</u>:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

Garantia Contratada (08902.08) SEI 2021.0071.07 pg. 420

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravação de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

12 – CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

13 – CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14 – EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

Garantia Contratada (08902.08) SEI 2021.0071.07 pg. 421

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15 – RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta poderá reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora poderá reter, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Prazo de Vigência	% do Prêmio Anual	Prazo de Vigência	% do Prêmio Anual
15 dias	13%	195 dias	73%
30 dias	20%	210 dias	75%
45 dias	27%	225 dias	78%
60 dias	30%	240 dias	80%
75 dias	37%	255 dias	83%
90 dias	40%	270 dias	85%
105 dias	46%	285 dias	88%
120 dias	50%	300 dias	90%
135 dias	56%	315 dias	93%
150 dias	60%	330 dias	95%
165 dias	66%	345 dias	98%
180 dias	70%	365 dias	100%

Garantia Contratual (6890258) SEI 2021.0071.07 pg. 422

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16 – <u>CONTROVÉRSIAS</u>:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou
II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17 – <u>PRESCRIÇÃO</u>:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18 – <u>FORO</u>:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste, ou do beneficiário, conforme o caso.

19 – <u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u>:

19.1. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep.

Garantia Contratada (08902058) SEI 2021.0071.07 pg. 423

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br.

19.5. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

19.9. O Segurado, por meio próprio ou por seu corretor de seguros ou representante legal, ao assinar a proposta de seguro, declara o conhecimento e o acesso a presente condições contratuais, pelos canais disponíveis pela seguradora e constante na proposta de seguro.

Companhia Excelsior de Seguros

Garantia Contratada (08902308) SEI 2021.0071407 pg. 424

MODALIDADE II – SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

1 – OBJETO:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2 – DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6° da Lei n° 8.666/93 e do art. 2° da Lei n° 8.987/95:

I – Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3 – VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

Garantia Contratada (08902058) SEI 2021.0071.07 pg. 425

4 – <u>EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO</u>:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
c)Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5 – <u>RATIFICAÇÃO</u>:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

Companhia Excelsior de Seguros

Garantia Contratual (08902308) SEI 20211.0071.07 pg. 426

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 25.2022.DOF - CONTABILIDADE.0806921.2021.007178

Após análise técnica das condições para registro de contrato no AFI, verifico conformidade mínima, e repasso para o serviço de liquidação e registros, **para escrituração imediata no AFI da NE: 2022NE00192, em seu SALDO total,** pelo **evento 540412** (registro de assinatura de contratos -**SERVIÇOS)**, colocando a informação em **observação da vigência, objeto, fonte de recursos, fiscal do contrato, e número do SEI, e** demais informações, respectivamente, **do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - MP/PGJ, conforme cada CNPJ/CPF e credor abaixo:**

11379887000197 - EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Após o registro e inclusão na planilha de controle de contratos 2022 destes dados acima, ao Diretor da DOF para assinatura das NL´s de registro, e por fim anexá-las neste SEI.

Nesta data assinado eletronicamente,

Att.

Documento assinado eletronicamente por **Clilson Castro Viana**, **Agente Técnico - Contador**, em 26/04/2022, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0806921** e o código CRC **FAD3B54A**.

Nota de Lançamento

Unidade Gestora 003101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	Data Emissão	Número
Gestão 00001 - ADMINISTRACAO DIRETA	26/04/2022	2022NL0000992

Credor 11379887000197 - EFICAZ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA

Tipo de Documento: OUTROS

Natureza da Despesa: 33903999 - Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Juridica

Observação

Registro do Contrato Administrativo nº 001/2022-MP/PGJ, conforme NE 2022NE0000192, contida no processo SEI nº 2021.007178, com vigência para o período de 07.02.2022 A 07.02.2023.

Evento	Inscricão Evento	Classificação	Fonte	Valor
540412			01000000	18.666,13

Francisco Edinaldo Lira de Carvalho

Diretor de Orçamento e Finanças

Ordenador :	Usuário Operador da NL:
ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR	MANOEL EDSON SEVALHO DE SOUZA

Re: Pagamento das NFS-e 1026 e 1035 - MPAM/PGJ - Diretoria de Orçamento e Finanças

Eficaz Comunicação <eficaz@eficazro.com.br>

Sex, 29/04/2022 14:33

Para: Maria Vitoria Neves Feitosa de Araujo <mariaaraujo@mpam.mp.br>

Complementando: Somente quando há retenção, o valor do ISSQN vai no campo de "retenção". Quando não há retenção de ISSQN, ou seja, quando o pagamento é feito pelo fornecedor, o valor vai discriminado no campo "Valor do ISSQN(R$)".

Em tempo, qual a previsão de pagamento?

Atenciosamente,

Ana Cristina Barros

Em sex., 29 de abr. de 2022 às 14:18, Eficaz Comunicação <eficaz@eficazro.com.br> escreveu:

> Prezada Maria Vitória,
>
> O pagamento do ISSQN neste caso, é feito pela Eficaz Assessoria em Comunicação. Somente quando tem retenção do ISSQN, o valor é discriminado na nota fiscal.
>
> Algo mais que possamos ajudar?
>
> Atenciosamente,
>
> Ana Cristina Barros
>
> Em sex., 29 de abr. de 2022 às 11:37, Maria Vitoria Neves Feitosa de Araujo <mariaaraujo@mpam.mp.br> escreveu:
>
> > À Empresa,
> >
> > EFICAZ ASSESSORIA EM COMUNICACAO LTDA - ME
> >
> > Viemos por meio deste, dirimir algumas dúvidas em relação ao **ISS a reter** nas Notas Fiscais de Serviços nº **1026** e **1035**, requeridas para pagamento nos processos internos 2022.004606 e 2022.006393, respectivamente.
> >
> > Nas Informações complementares das Notas foi informado que O ISSQN incidente sobre o serviço discriminado é devido no Município de Porto Velho/RO. Todavia, no campo ISSNQ Retido o valor é zero, em ambas as notas.
> >
> > Para fins de esclarecimento, gostaríamos de saber se tal Imposto será recolhido pela empresa, ou, se será retido por parte desta Procuradoria-Geral de Justiça - Ministério Público do Estado do Amazonas.
> >
> > Cordialmente,
> >
> > Maria Vitória Neves Feitosa de Araújo
> > Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF
> > Estagiário (a)

--



Eficaz Comunicação Corporativa: www.eficazro.com.br,
Rua Antônio Maria Valença, 6153, Casa 1 - Aponiã
Telefone: 69.2141-7736
Porto Velho - Rondônia - Brasil

--



Eficaz Comunicação Corporativa: www.eficazro.com.br,
Rua Antônio Maria Valença, 6153, Casa 1 - Aponiã
Telefone: 69.2141-7736
Porto Velho - Rondônia - Brasil